



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE MEDICINA
PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
MESTRADO EM SAÚDE PÚBLICA**

Extrativismo em Moçambique: o pensamento abissal na produção e reprodução das injustiças socioambientais e negação do direito à saúde da população.

Edgar Manuel Bernardo

Fortaleza

2016

Edgar Manuel Bernardo

Extrativismo em Moçambique: o pensamento abissal na produção e reprodução das injustiças socioambientais e negação do direito à saúde da população.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Saúde Pública.

Orientadora: Profa. Raquel Maria Rigotto

Co-orientadora: Profa. Alba Maria Pinho de Carvalho

Fortaleza

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências da Saúde

B444e Bernardo, Edgar Manuel.

Extrativismo em Moçambique: o pensamento abissal na produção e reprodução das injustiças socioambientais e negação do direito a saúde da população/ Edgar Manuel Bernardo. – Fortaleza, 2016.

249 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Políticas, Ambiente e Sociedade.

Orientação: Profa. Dra. Raquel Maria Rigotto.

Coorientação: Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho.

1. Desenvolvimento Econômico. 2. Exploração de Recursos Naturais. 3. Saúde. 4. Meio Ambiente. 5. Trabalho. I. Título.

CDD 362.1

Extrativismo em Moçambique: o pensamento abissal na produção e reprodução das injustiças socioambientais e negação do direito à saúde da população.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Saúde Pública.

Aprovada em 05/02/2016

Banca examinadora



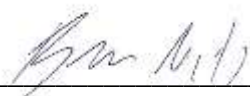
Profa. Raquel Maria Rigotto-Orientadora

Universidade Federal do Ceará



Profa. Alba Maria Pinho De Carvalho-Co-orientadora

Universidade Federal do Ceará



Prof. Bruno Milanez

Universidade Federal Juiz de Fora



Prof. Bas'ilele Malomalo

Universidade de Integração Afro-Luso Brasileira

Estamos atualmente submersos em

“Um mundo, diríamos nós, dominado pela cobiça de uma dezena de grandes corporações, onde tendem a perder sentido o saber dos sábios e a beleza criada pelos artistas, onde não podemos aproveitar a experiência agrícola, industrial e artesanal acumuladas; um mundo onde não se pode exercer toda a capacidade dos médicos para curar, das engenharias para semear e construir, dos ecólogos para recriar os frutos da biodiversidade; um mundo de exclusão, onde as famílias se desagregam no meio da escapada migratória, onde nada significam a cor e as formas do desenho, nem a funcionalidade dos bens da cultura; um mundo, na verdade, onde a ambição e a pilhagem são os princípios que emanam o poder”

(BREILH, 2008)

Porém, por outro lado, embora em lugares “periféricos”, “subalternos”, invisibilizados, do lado onde estão os oprimidos, nasce, nasceu, brota, brotou a voz da esperança, voz que nos anuncia que:

“Um outro mundo é possível”

Imani

A italiana falou dos nomes que o rio tinha. Quando ela os enunciou, senti-me incomodada. Porque falava como se as águas de Inharrime lhe pertencessem. A verdade é que Bianca está longe de saber como nasceram aqueles rios. Ocupada em lhes dar nomes, escapou-lhes a sua história. Não sabe a italiana que no princípio de tudo, quando a terra não tinha ainda donos, os rios e as nuvens corriam por debaixo do chão. Chegou o demónio e espetou o dedo da areia. A sua unha cumprida engravatou nas profundezas. Procurava pedras que brilhassem à luz do sol. As nossas mães pediram que o diabo abdicasse de arrancar os brilhantes minerais e que desistisse de os entregar à ganância dos que queriam enriquecer. Mas o diabo não desistiu. Porque ele tinha entre os poderosos, quem rezasse por ele. E quebrara-se-lhe as unhas e sangraram os seus dedos magros e longos. Pela primeira vez no ventre da terra se coagulou o contaminado sangue do demónio. As riquezas do subsolo estavam amaldiçoadas. As nuvens e os rios abandonaram o ventre o planeta para escaparem da maldição. E tornaram-se as veias e os cabelos da terra.

Assim falou a jovem Imani, ao final do livro *Mulheres de Cinzas* de Mia Couto (2015). Imani, no idioma do povo Vachope de Moçambique, é uma pergunta: quem é?

Lista de abreviaturas e acrónimos

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul

BM – Banco Mundial

CIP – Centro de Integridade Pública

DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento da Terra

ENA – Encontro Nacional de Agroecologia

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EUA – Estados Unidos da América

FIR – Força de Intervenção Rápida

FMI – Fundo Monetário Internacional

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FIOCRUZ – Fundação Instituto Oswaldo Cruz

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

INE – Instituto Nacional de Estatísticas

IRPS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

IRPC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

IDC – Índice de Desenvolvimento Humano

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos

IFC – International Finance Corporation

PRM – Polícia da República de Moçambique

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

RDHIE – Relatório dos Direitos Humanos e Indústria Extrativa

UNAC – União Nacional dos Camponeses

USAID – Agency for International Development

A vovó Rosane Tindavene Zita (paz a sua alma)

A Manuel Bernardo (meu pai)

Teresa Rosane Zita (mamy)

Tia Belinha (mãe 2)

Aos condenados da terra

Agradecimentos

A Deus que guia. Seja qual for. Para as religiões habraánicas isso é heresia. Multiplicidade de deidades confusiona. Mas para já, Deus é aquele que produz sentido de existência para cada um.

A CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo financiamento do Mestrado, sem o qual, este seria irrealizável.

Ao meu pai que sempre acreditou e apoiou as minhas escolhas. Muitas delas financiou. É um amigo irmão mais do que provedor.

O amor de mãe não cabe descrição. Tenho uma mãe maravilhosa. Só não é a melhor do mundo porque o mundo não se esgota no meu quintal.

Espero que as minhas atuais perspectivas do mundo não a confundam e, eu perca o lugar do bom filho. O pássaro está descobrindo outras árvores.

Ao Lucas Nerua. Mais do que amigo é um irmão que o ventre da minha mãe não me concedeu. Apesar das visões do mundo que por vezes se distanciam existe amor.

A Professora Raquel Rigotto pela sua pedagogia da sensibilidade. Acredito que foi essa pedagogia que me permitiu maior aproximação dessa educadora e do tema de pesquisa. Um dos resultados: este trabalho.

A Professora Alba que me conhecendo em poucos meses se propôs a co-orientar o trabalho em uma fase da vida em que nem eu acreditava em mim. Ver que duas pessoas admiráveis (Raquel e Alba) apostavam em mim serviu de suporte para voar e recomeçar. Este trabalho foi um recomeço. Um jogar fora de um ano e seis meses de pesquisa em HIV para apostar em seis meses de novo tema. Felizes encontros que a vida proporciona.

Aos Professores Bruno Milanez e Bas'ilele Malomalo que se prontificaram a contribuir no trabalho no processo de qualificação e defesa.

A Dominik pelo elevado carinho e zelo que tem tido pelas questões administrativas do Departamento de Saúde Colectiva e sua disposição e prontidão para atender as demandas dos alunos. Eu sou testemunho vivo. Ainda em Moçambique ela estabelecia um contacto tranquilizador e me apoiou no momento da chegada. *Assante sana* Dominik.

Para Zenaide que, embora não tendo responsabilidades com o mestrado, sempre está disponível para responder as demandas na ausência da Domi. A combinação da Zenaide e Domi resulta numa beleza incrível do Departamento. *Khanimambo* as duas.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, em particular os Professores Alberto, Ursino com as suas pedagogias alternativas, ao Carl Kendall e Lúgia Kerr, ao Henrique.

A turma do mestrado de 2014. Não existiria melhor. A vida foi graciosa comigo. Penso na delicadeza, disposição e liderança da Suzy, na leveza do Herley, na descontração da Andrezza, a sutilidade da Camila, na calma do Marcos, na meiguice e força para o recomeço que revigorava na Carol, no jeito Pop Rock da Ana Luísa, na sempre linda mãe do Artur (Max), a disposição e alegria da Thaís, o capitão Edir, a mãe do Arthur 2 (Verde do nosso coração), a espiritualidade da Lúvia, nas utopias da Pautylla e outras belezas dos colegas que omiti.

Meus agradecimentos ao grupo TRAMAS e seus constituintes militantes que carregam em si desejos e vontades de construção de outros mundos. As sugestões e colaborações da equipe possibilitaram a construção e desenvolvimento deste trabalho. Sei o quão serei injusto com muitos, mas penso que maior injustiça seria não endereçar agradecimentos especiais ao Fernando Leão que bastante leu e trouxe críticas que fortaleceram, para além das referências bibliográficas, das quais algumas não li (é muita coisa companheiro). A Ada Cristina que foi fundamental no processo de incentivos a rupturas no tema anterior e que soube dar sua mão amiga nos momentos depressivos típicos de rupturas. Renata e Lúvia foram as que possibilitaram o início do trabalho. Grande parte da bibliografia que uso me foi fornecida por elas. Meus agradecimentos pela vossa afabilidade.

Aos belos encontros que a vida proporcionou-me ao lado da Thaís Brito, mãe da Dandara.

A espiritualidade e amizade da Mecilde, a poesia da Tamires, aos diálogos com a Drielly.

A Professora Nair por todo o suporte dado no processo da vinda ao Brasil. A Professora Rehana Capurchande por todos os incentivos na trajetória.

Aos amigos distantes mais sempre próximos. Penso em Alexandre Dundero (correspondente nas utopias), Arménio (o que sobrou da infância) e o responsável pelos abstract's, Hélder (o Green), o Amísio, Nélio, Jack e Haider (Benhé). Penso na Marilú (a mulher em si), Rutique (o desconcertante), Bia (a sempre sutil), no Edy e Nelson (os swegger's), Josinaldo (o modista), Gudo Bai (o próprio Maidjelele), ao Régio pelos diálogos fecundos, a Aline Bimont (indescritível), Agnaldo (observer), ao Ercílio Langa pela recepção quando Fortaleza ainda era um lugar desconhecido. Em conjunto, esses amigos, somam com as lidíssimas amizades que me proporcionam.

RESUMO

O desenvolvimento como forma de intervenção do capital constitui uma ideologia que se difunde nos marcos do colonialismo, ao longo dos tempos históricos. Assim, marca a relação Norte-Sul, redefinindo-se, hoje, na cooperação Sul-Sul, a constituir-se um dos eixos da nova ordem económica e política. Este trabalho vincula-se, fundamentalmente a uma discussão crítica da cooperação Sul-Sul. Neste sentido, considera, como um marco, na configuração geopolítica contemporânea, os BRICS, na condição de bloco constituído pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, efetivando novas formas de imperialismo que se constituem em nome da cooperação. Neste contexto de relações assimétricas Sul-Sul, esta dissertação problematiza a chamada cooperação dos países do Sul global, tendo como foco específico as relações Brasil-Moçambique, a partir da atuação da empresa multinacional Vale S.A que opera no território moçambicano, na extração de carvão mineral. Trata-se de uma investigação que adentra nos *modus operandi* da empresa, de forma, a desvendar impactos da mineração na conjugação saúde/ambiente/trabalho nos marcos da acumulação por espoliação. O trabalho sustenta-se nos aportes teóricos das Epistemologias do Sul, em articulação com as análises do pensamento pós-colonial, ecologia política e pensamento crítico aos processos da globalização capitalista. Mobiliza como bases metodológicas a perspectiva da complexidade, desenvolvendo a pesquisa bibliográfica e documental a circunscreverem um estudo qualitativo, buscando compreender os efeitos da exploração da Vale S.A no país, trabalhando uma categorização peculiar a demarcar os efeitos do extrativismo de diferentes alcances: “efeitos já”, “efeitos derrame”, e “efeitos rato”. Assim, sob a óptica da crítica, são discutidas as ações da empresa, particularmente na província de Tete, localidade de Moatize, denunciando o profundo desrespeito as comunidades locais. Nesta perspectiva destaca-se o deslocamento das famílias, sem a devida consideração às questões socioculturais e outros mecanismos de reprodução locais. Acrescenta-se a isso a qualidade baixa das terras dos reassentamentos, impactando negativamente no trabalho e vida das pessoas dependentes da agricultura familiar. Parte dos trabalhadores rurais foram transformados em proletários, numa lógica de inclusão injusta que se caracteriza pela super-exploração da força do trabalho. É notável o desrespeito as lideranças comunitárias. A empresa efetiva o uso de água em grande escala, em uma região onde há carência desse bem para a sobrevivência. Nota-se elevada poluição atmosférica, contaminação das águas, gerando adoecimentos. Cabe ressaltar a existência

de repressões às vozes dissonantes. Assim, as comunidades atingidas pelo projecto, tido como de desenvolvimento, vivem e sofrem na verdade um desenvolvimento às avessas.

Palavras-chave: Desenvolvimento capitalista, Acumulação por espoliação, Extrativismo, Saúde, Trabalho, Ambiente, Efeitos a curto, médio e longo prazos.

ABSTRACT

The development as a form of capital intervention is an ideology that is spreading in colonial landmarks over the historical times. This marks the North-South relationship, resetting itself today in South-South cooperation, to constitute one of the pillars of the new economic and political order. This work is linked to fundamentally a critical discussion of South-South cooperation. Therefore considers, as a milestone in contemporary geopolitical configuration, the BRICS, in block condition comprising Brazil, Russia, India, China and South Africa, making effective new forms of imperialism which are in the name of the cooperation. In this context of asymmetric South-South, this dissertation problematizes the so-called cooperation of the global South countries, with the specific focus of the Brazil-Mozambique relations, from the activities of multinational Vale SA operating in Mozambique in coal mining mineral. It is an investigation that enters the company's *modus operandi* in order to unravel impacts of mining in conjunction with health / environment / labor within the framework of accumulation by dispossession. The work is sustained in the theoretical contributions of South Epistemologies, in conjunction with the analysis of post-colonial thought, political ecology and critical thinking to the processes of capitalist globalization. It mobilizes as methodological bases from the perspective of complexity, developing bibliographical and documentary research to circumscribe a qualitative study in order to understand the effects of exploration of Vale SA in the country, working a peculiar categorization to demarcate the extractivism of the effects of different ranges, “effects now”, “leakage effect”, and “rat effects”. Thus, from the perspective of criticism, the company's actions are discussed, particularly in Tete province, village of Moatize, denouncing the profound disrespect local communities. In this perspective the displacement of families is highlighted without due consideration to socio-cultural issues and other local mechanisms of reproduction. Added to this, the poor quality of the resettlement areas, impacting negatively on the work and lives of people dependent on family farms. Part of rural workers were transformed into proletarians, an unjust logic of inclusion that is characterized by over-exploitation of the labor force. It is remarkable disrespect to the community leaders. The company makes use of water on a large scale, in a region where there is a lack of this resource for survival. High air pollution and water contamination is observed causing illnesses. It is worth mentioning the existence of crackdowns on dissenting voices. Thus, the communities affected by

the project, which is seen as development, live and suffer in fact a backwards development.

Keywords: Capitalist development, Accumulation by dispossession, Extractivism, Health, Labor, Environment, Effects in the short, medium and long term.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1.1 O lugar socio-político e acadêmico do pesquisador: notas de um errante no deliamento de um caminho	19
1.2 <i>Suleando as Epistemologias do Sul: esboços para construção das epistemologias africanas e negras</i>	24
1.3 <i>Porque Epistemologias africanas e negras? Eis a questão</i>	26
1.4 <i>E o que dizer sobre a autoaceitação</i>	28
FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS, BASES DE SUSTENTAÇÃO ANALÍTICA	33
2.1 <i>Justiça ambiental: um paradigma alternativo</i>	44
2.2 <i>Epistemologias do Sul e o cosmopolitismo subalterno</i>	50
2.2.1 <i>Cosmopolitismo subalterno</i>	52
2.3 <i>Caminhos da complexidade</i>	54
DESENVOLVIMENTO COMO FORMA DE INTERVENÇÃO DO CAPITAL	59
3.1 <i>O rentismo e o extrativismo na América Latina</i>	68
3.2 <i>Experiências dos impactos negativos da mineração e processos de resistência em dois países americanos</i>	74
BRICS: UM IMPERIALISMO COM NOME DE COOPERAÇÃO	80
MOÇAMBIQUE: DO COLONIALISMO, SOCIALISMO ÀS MALHAS DO BRETTON WOODS	94
5.1 <i>Processo colonial e a economia política no colonialismo</i>	94
5.2 <i>Da era da escravidão à implantação da máquina administrativa colonial</i>	96
5.3 <i>O trabalho como obrigação moral do “indígena”</i>	99
5.4 <i>Metamorfoses coloniais: reajustes formais e não essenciais</i>	102
5.5 <i>Independência e socialismo</i>	107
5.6 <i>Moçambique nas malhas do Bretton Woods</i>	114
5.7 <i>A emergência do Estado ajustador</i>	116
5.7.1 <i>O Programa de Reabilitação Económica (PRE)</i>	120
VALE S.A E OS PROCESSOS DE ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO	125
6.1 <i>Breve contextualização do extrativismo em Moçambique</i>	126
6.2 <i>Breve historial da Vale</i>	131
6.3 <i>Uma Vale que não vale: breve diagnóstico na pior empresa do mundo</i>	136
6.3.1 <i>Geografia das operações “valeanas”</i>	138
6.3.2 <i>Mudanças sem mudanças: relações com os trabalhadores</i>	140
6.3.3 <i>A sustentabilidade insustentável</i>	144
6.3.4 <i>A Vale e/nas comunidades</i>	147

6.3.5 <i>O caso de Bento Rodrigues, distrito de Mariana – Minas Gerais: mais um crime socio-ambiental</i>	149
DOS EFEITOS JÁ, EFEITOS DERRAME AOS EFEITOS RATO DO EXTRATIVISMO...	155
7.1 <i>Os “Efeitos Já” do extrativismo</i>	155
7.2 <i>Efeitos Já do Extrativismo: aprofundando as análises em torno das dimensões saúde/trabalho e ambiente</i>	196
7.3 <i>Os efeitos derrame e os efeitos rato</i>	202
7.3.1 <i>Efeitos rato</i>	207
COSMOPOLITISMO SUBALTERNO: A LUTA PELA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL DOS ATINGIDOS PELA VALE S.A	213
8.1 <i>Outro mundo é possível?</i>	225
CONSIDERAÇÕES FINAIS	229
REFERÊNCIAS	233

INTRODUÇÃO

1.1 O lugar socio-político e acadêmico do pesquisador: notas de um errante no deliamento de um caminho

O filósofo Kieekgard disse, num dos seus escritos, que toda a leitura que é feita de um determinado autor é profundamente necessário que se leve em consideração a sua idade. Assim, poderia haver sensatez de julgamento em relação ao que o mesmo tenha dito em determinada época e circunstâncias. Considero também necessário que se acrescente a localização geográfica do autor, assim como sua trajetória. Tudo isso influencia na produção do conhecimento, na visão que se tem do mundo.

Esse trabalho, embora tenha o suporte de uma vasta literatura e de docentes com longas experiências, a visão do autor e a relativa autonomia estabelecida na sua construção contribuem para uma direção específica, digna de limitações e discordâncias. Mesmo eu que escrevo, talvez anos depois não me reconheça nesse trabalho. Vou prometer ser complacente para comigo.

É um trabalho que procura explorar questões que são muito novas para mim. Em termos de dedicação exclusiva tem apenas seis meses. De Julho de 2015 ate o caminhar de Janeiro de 2016 que procuro “conclui-lo”. O mesmo implicou adentrar em áreas estrangeiras. Tudo que é estrangeiro é diferente, estranho, captável, mas escorregadio. Somente uma elevada paciência histórica possibilita maturidade para abordar certos assuntos com razoável mestria.

Sou um mau sociólogo, por isso o trabalho não pode ser sociológico. Sou um estrangeiro na saúde pública, por isso o trabalho está muito em falta com a dimensão da saúde e saúde pública no seu todo. Entendo quase nada de ecologia política, embora use muitos autores dessa área que não consigo alcançar. Vivencio muitas incompreensões. Sou péssimo africanista, pan-africanista, estou conhecendo as perspectivas pós-coloniais recentemente que embora me animem, estou longe de me enquadrar na área. Digamos

que sou pato: canto, mas canto mal, voo, mas voo mal, nado, mas nado mal. Quem dera fosse, no mínimo, uma galinha.

Tudo isso não impede de tentar caminhar. Considero que este trabalho foi ousadia. Fruto de circunstâncias que a vida nos possibilita. O mundo é feito de escolhas e oportunidades (apesar de que nem sempre). Cheguei ao Brasil para fazer mestrado e tinha, então como tema, a experiência de adolescentes vivendo com o HIV em Moçambique. Por sinal constituía continuação do tema da graduação. Vícios e exigências da academia. Segurar em um tema até que a morte nos separe.

Ainda bem que existem variadas experiências, antes da morte. São outras experiências que me possibilitaram escrever sobre este tema. Foi no primeiro semestre de 2014 que tive encontro com a disciplina da Professora Raquel Rigotto, “Produção, Ambiente e Saúde”. Fiquei muito instigado. Principalmente pelo desafio que a disciplina gerou em mim. Vejamos que o desenvolvimento para mim era algo dado e que devia ser seguido. Como alguém que vive em um país classificado como subdesenvolvido, torna-se quase que óbvio e, facilmente aceitável, a necessidade do desenvolvimento. Os comerciantes do desenvolvimento para todos sempre nos dão receitas para o alcance dessa dádiva que eles já alcançaram. Mas na disciplina referida, começo a perceber que essa palavra é ideológica e que dificilmente esse ideal poderia se materializar para os países do Sul global.

Percebo que as grandes empresas, que eu tanto apoiava a sua entrada em meu país para possibilitarem o desenvolvimento, não irão levar a nada disso. Pelo contrário, existem grandes possibilidades de deixarem o país pior do que estava. A casa desabou. A proposta consistia em refletirmos em outros padrões de vida que não se restringiam à forma ocidental de concepção do mundo.

Tudo isso me mobilizou de maneira que os meus discursos mudaram completamente. O “casamento com o HIV” estava totalmente abalado. O amor havia abandonado a casa. Mas como abandonar uma relação de anos? Por onde se começa? E os filhos? Tudo isso criava profundos problemas existenciais em mim. Porque estava em um lar pensando em outro. Escrever sobre HIV, pensando na mineração, justamente nesse lado das grandes empresas que em Moçambique ainda não era discutida nos

moldes em que aprendi. A literatura concentrava-se na questão da justiça social e redistribuição de riquezas.

Segundo semestre de 2014 passa e não consigo me divorciar. Leio sobre HIV sem prazer. Quero realizar um trabalho só para terminar e ir embora, mas já decidi que ao, ao voltar, não vou mexer com nada de HIV. Vou trabalhar a questão do extrativismo. Visito o núcleo TRAMAS (Trabalho, Ambiente e Saúde), vejo uma juventude engajada. Visito os territórios e encontro injustiças decorrentes do clamado desenvolvimento. Penso em Moçambique e digo para mim: alguma militância me espera, um novo chamado de ativismo intelectual me espera. Penso em fazer a ruptura. Mas em simultâneo, penso que para vir ao Brasil foi pela carta de aceite do orientador de HIV, como diz-lo que o relacionamento esfriou? A sociedade é tão exigente que nos faz por vezes mantermos casamentos infelizes do que passarmos pelo divórcio que é socialmente mal visto.

Entramos no ano de 2015. Não consigo mostrar o quão estou infeliz com o HIV. Escrevo, mas vejo o trabalho e não sinto prazer. Tento colocar discussões sobre o Estado, capitalismo para ver se me animo e se as novas leituras que estou fazendo se enquadram minimamente, do que ler as testagens da AIDS, a nova política, a próxima conferência. Mas não dá para enganar a mim mesmo. Chega Maio, marca-se a qualificação para o dia 25. Percebo que o trabalho não é das melhores coisas. Está confuso até para o próprio autor. Mas lá vamos nós.

No dia em que a qualificação devia acontecer aparece uma ordem do orientador de que esta estava cancelada por milhões de discordâncias com o texto. Pronto, a casa começa a cair. O amor, que foi sustentado na mentira, encontra ocasião para o divórcio. Tenho considerado que esse dia foi um atentado de Serajevo que justificou a primeira guerra mundial. A história tem nos apresentado que as potências já estavam com os canhões prontos. Esperando apenas um motivo.

Assim foi, depois de dias de muita depressão, muita escuta, principalmente da Ada (a quem em muito agradeço), muito conselho comigo mesmo, muitos pensamentos, incentivos, medos, principalmente de entrar no novo tema e não conseguir me enquadrar, descobrir e descobrirem que não sou tão apto e inteligente como se pensa de mim, receios de decepcionar a Professora Raquel e Alba que me incentivam a abraçar a

caminhada que, inclusive, eu mesmo quero. Acredito em mim e resolvo partir. Preciso informar que pretendo mudar do orientador e, conseqüentemente do tema. Final de Julho isso se materializa. Oficializo a nova orientação.

Início de Julho de 2015 mergulho na gula livresca, preciso ver sobre o desenvolvimento, capitalismo, meio ambiente, saúde. Profunda pressão psicológica com medo dos prazos e não dar prazer aos que disseram que posso não terminar e perder os prazos e devolver todo dinheiro do CNPq. Acho que não existe pior coisa do que ouvir: “nós te dissemos, você não nos ouviu”.

O trabalho caminha... Embora já tenha ouvido falar de David Harvey, em um dos textos da disciplina do mestrado, agora me encontro a ler o seu livro e conheço de perto o conceito de acumulação por espoliação, o horizonte se abre. Alguém me orienta a ler Aimé Césaire “Discursos sobre o colonialismo”, leio Frantz Fanon “Peles negras, máscaras brancas”, leio também os Condenados da Terra, aparece o Mészáros, chegam-me a Ellen Wood. Leio autores pós-coloniais. Leio sobre a mineração e percebo que não sou mais o mesmo.

Em Setembro de 2015 acontece a qualificação com todos os medos. Deu tudo certo. Passamos disso, mas existe Fevereiro que me espera. Não posso dar espaço para a fadiga que é típica dos processos de escrita e leitura. Tenho prazos, mas continuo. Percebo lentidão, limitações. Começo a me perceber vítima do meu voo. Não consigo alcançar devidamente as dimensões de saúde. Não alcanço o trabalho, não alcanço o ambiente. Ou seja, não alcanço nada do que me proponho. Mas a vontade de escrever me anima. E coloco em mim: esse trabalho não é explicativo e não se concretiza pela completude. As lacunas e a incompletude são a sua maior característica.

Digo comigo mesmo: Edgar anime-te porque já foste longe. Exceto Boaventura de Sousa Santos (com muita lacuna), todos os autores eram novos. Teóricos como Harvey, Meszáros, eram todos novos para mim. Penso que todo o trabalho é aqui feito de pessoas novas. Até Boaventura só o conheço por ter lido alguns artigos e ter acompanhado muitas das suas palestras em Moçambique. Leituras profundas de livros só consegui no Brasil. Foi cá que comprei Epistemologias do Sul e conheci o conceito de linha abissal que bastante orienta esse trabalho. Começo a perceber que realmente faço parte da periferia global. A ciência lá chega escassamente. Por isso, anima-me

tanto a ideia de outros saberes, porque nestes somos bastardos. Simplesmente precisamos aprender a valorizá-los. Infelizmente o pensamento dominante, embora não se distribua por todo o país eficazmente (o que nem é desejável) tende a liquidar todas as outras formas de concepção do mundo. É justamente isto que é epistemícidio, referido por Santos. Apesar de todas as adversidades que nos foram impostas, caminhamos. Como diz um poeta, “tentaram nos enterrar, mal sabiam que erámos sementes”. A gente rema contra a maré.

Nesse caminhar errante, vivencio inquietações que me tomam de assalto a remeterem a questões fundantes. As vezes, nesta minha narrativa existencial, política e académica, penso que estou sendo exagerado e parece que estou trazendo temas em outro tema. Mas tudo isso é para mim necessário. As perguntas que venho fazendo têm sido sobre as possibilidades de libertação dos povos africanos por meio da ciência. O saber ocidental, ao longo dos tempos, tem trabalhado para a nossa subalternização. O atual extrativismo em África funciona na mesma lógica secular de apropriação/violência. Encontro esperanças nas Epistemologias do Sul, mas mesmo assim me pergunto: o que é o Sul? São essas epistemologias possíveis? Em que circunstâncias? Tenho um desafio histórico de tentar analisar essas perguntas que já tentei delinear respostas.

Penso nas possibilidades dos povos africanos e considero que o projeto de Epistemologias do Sul embora tenha toda a beleza, é um projeto incompleto para a emancipação dos povos africanos. O Sul é um lugar de disputas, conflitos, confrontos, jogos de poder e dominação. Receio que saíamos de uma dominação para outra.

A seguir, desafio-me a escrever um pouco sobre as propostas que tenho para o meu povo, historicamente submerso a inúmeras privações. Meu povo submerso na guerra, na fome, em doenças. Meu povo empobrecido que alimenta as belezas ocidentais e atualmente as belezas de alguns países do Sul. Meu povo que até hoje é vítima de preconceitos e continua no lado sub-humano da linha abissal referenciada de forma crítica por Boaventura de Sousa Santos. É o povo negro africano. Este que, apesar das adversidades, ainda segue crendo em um amanhã melhor, aquele que guarda em cada criança uma esperança, que dança mesmo perante o caos.

1.2 Suleando as Epistemologias do Sul: esboços para construção das epistemologias africanas e negras

O projeto das Epistemologias Africanas não é e não deve estar isolado. Seria impossível sua existência e prosseguimento caminhando de forma autónoma. Porém, tem um lugar onde esta não deve se assentar: nas epistemologias do norte. Isso não significa que não vamos usar o conhecimento do norte. Seria necessário criar um outro mundo. É que o Norte, para constituir-se como hegemónico, não só existiu, mas se fez existir globalmente pacificamente ou violentamente, quando necessário. Considero que o fundamental é poder dialogar numa lógica contra hegemónica. E, nesse processo deve-se constantemente ser vigilante, pois a Epistemologia do Norte viveu, durante muito tempo, em monólogo, constituindo-se o diálogo sempre um desafio.

A proposta das Epistemologias do Sul, embora seja embrionária, apresenta visões emancipatórias, capazes de possibilitarem outras vivências no mundo. Isso não impede a existência de controversas. Por isso, mesmo no campo das Epistemologias do Sul se faz necessária constante vigilância para que não se cometa o erro de substituição de impérios.

De qualquer forma, o empreendimento está em construção. Acredita-se nele. Eu acredito nele e só está caminhando porque existem muitos que estão confrontando o Norte Global. Contudo, penso que falar do Sul continua sendo insatisfatório. Pese embora as Epistemologias do Sul tenham sido bem construídas terminologicamente, isto é, no plural, os meus receios se mantem. O “Sul Geográfico” e “Histórico” é diversificado, politicamente, economicamente, culturalmente, socialmente. E, essas diferenças geram muita diferenciação.

Quando olho para o imperialismo Chinês e Brasileiro no continente africano e em outros países da América-Latina, coloco mais ainda o Sul como possível problema. Podemos estar a sair da boca do leão para as mandíbulas do crocodilo. Há quem pode dizer que estou centrando-me apenas na vertente económica. Penso que, se simplesmente dissesse que o capital-dinheiro guia tantas outras coisas da vida, já teria avançado na resposta. Mas acrescento. Tradicionalmente, no âmbito da cultura, da forma que ouço falar de medicina chinesa e como a mesma se propaga em Moçambique

e no mundo, não vejo nenhuma forma tradicional de cura moçambicana e de países da periferia económica sendo pensada, amada e respeitada local e globalmente. Penso também no quão a África do Sul, ao nível do continente, constitui uma contradição profunda. Assim, posso dizer que a posição cultural, política, económica dos sujeitos, exerce influência nos seus posicionamentos epistémicos e vice-versa.

Por causa desta constatação, considero que são necessárias epistemologias africanas e locais. Elas se definem na perspectiva do Sul, caminham com o Sul, mas tendo afirmação local, continental e, sempre que possível, extra-continental. As mesmas partem de duas recusas: possível meta-narrativa sulista e a já antiga ideia de “unanimismo africano” e conduz ao conhecimento das partes rumo ao todo e o todo a partir das partes, como referia Pascal.

A construção das Epistemologias africanas e negras, tal como o projeto das Epistemologias do Sul, se recusa a ter um sujeito histórico apriori. A construção dessas Epistemologias reivindica sujeitos históricos no plural: africanos, não apenas no sentido de pertença ou nascimento, mas em termos de consciência. Mais do que nascer em África, tem que ter africanidade. Nesse momento em que escrevo, digo que a africanidade conquista-se. Severino Ngoenha, filósofo Moçambicano, diz que a moçambicanidade é um já e lá. Eu digo que a africanidade embora seja um já e lá, é mais lá do que já.

Pelo fato da africanidade ser mais lá do que já, é necessário que esse edifício seja levado avante por pessoas que tem consciência da africanidade. Nisso convoca-se os afro-brasileiros, afro-americanos, todos afros em qualquer lugar do mundo e brancos que possuem uma perspectiva descolonial. Assim, evita-se a construção epistémica associada ao racismo, eurocentrismo, africafobia, negrofobia e todas outras possíveis fobias. Os africanos e a África já viveram fobias suficientes e nesse momento são dispensáveis. Quem se propõe enquadrar-se nas Epistemologias africanas precisa se revestir da vontade de conhecer, reconhecer, viver, conviver, aceitar e dialogar. Para que não se caia num fundamentalismo da africanidade, impõe-se também, questionar e recusar, pois nem tudo que as nossas culturas produzem é do mais belo e desejável. Mas aqui temos um dilema. Quem define o belo e o desejável e sob que critérios? Contudo, penso que esse entrave pode ser superável, através de um diálogo multicultural respeitoso.

1.3 Porque Epistemologias africanas e negras? Eis a questão

A partir das reflexões anteriormente expostas é possível circunscrever alguns elementos que levam à defesa das Epistemologias africanas e negras. Mas aqui, quero explicar um pouco mais sobre o porquê serem africanas e negras. Como se sabe, o continente africano é enorme e é feito de multiplicidades raciais. Para além de que temos uma parte de África, constituída por brancos, é também possível ter-se um sentimento de pertença africana sendo-se branco. Conforme transmite o filósofo Appiah (1997) esses lugares não podem ser tomados de formas essencializadas. Porém, embora eu tenha isso como o ideal, a realidade me chocalha constantemente com o inverso. O racismo que se verifica num país como África do Sul pós-apartheid é gritante. Nessa ótica é preciso estar claro: negro e branco ainda vivenciam experiências diferentes.

A colonização e os aparatos de apropriação/violência, referidos por Santos (2010) foram tão perfeitos, que embora se queira assumi-los como não reais, ainda exercem consequências reais. O Brasil é outro país, onde as estatísticas e a própria realidade me confrontam com mais de 50% da população negra, porém, o negro está no não-lugar. O que para outra parte dos brasileiros é dado, para o negro precisa ser reclamado para uma possível conquista. Desde que estou no Brasil, nas ruas, sou constantemente visualizado como um delinquente. Se não é o carro parado no semáforo que fecha o vidro imediatamente, é a pessoa que, na calçada, não vê a hora de atravessar para o outro lugar e se livrar de mim. Se o negro e o branco vivenciam experiências diferentes, no contexto do Ceará no Brasil, onde se tenta assumir a não existência de negros, ser negro e africano representa um fim da linha. Alguns chamam isso de psicose do negro ou mesmo de vitimização. Essas pessoas precisam ser compreendidas. Nem todos têm a empatia suficiente para compreender o outro sem estar no outro.

As experiências relatadas mostram que as Epistemologias negras não podem estar limitadas ao continente africano. Elas devem dialogar com todos os negros no mundo que, infelizmente, por “*um defeito de cor*¹” (Gonçalves, 2009) continuam em situações de extrema opressão e negação da sua humanidade. Essa negação materializa-se na privação de acesso aos bens económicos, culturais, chegando à privação do acesso

¹ Um defeito de cor é uma obra da Gonçalves que relata as experiências de ser negro no Brasil.

à afectividade e sexualidade tranquila. Em verdade, tais privações e negações cotidianamente, representam uma grande violência que mata quotidianamente ao negro, a nível emocional e em situações extremas nega-lhe o direito a vida. Para ver essa cruel realidade não precisa muito esforço. Basta ligar a televisão e acompanhar o “perfeito trabalho” dos policiais dos EUA e do Brasil. É notável a conjugação de matança e extermínio da população negra. Nesses dois países pode-se ainda fazer o “exercício do pescoço”², ou seja, olhar para os lados e procurar ver quem é que tem a favela como seu destino “natural”, depois ver quem tem acesso as escolas, a universidade, quem é o professor, quem é o médico. Se ao fazer este exercício e a pessoa não sentir incómodo e achar que o mundo está bom, cabe convidá-la a rever profundamente os seus valores. E se o meu discurso for tomado como auto-vitimização, como já ouvi em alguns lugares, o convite prevalece. Se ainda continuar a resistência, não posso fazer nada. Essa luta me desgasta, me consome. Mas não lutar me mata. Só por isso, que penso que vale a pena continuar a escrever e sempre que oportuno falar sobre as discriminações raciais, o neocolonialismo e o epistemicídio.

Devo dizer aos meus companheiros de luta que construir as epistemologias africanas e negras não é uma questão de sofisticação intelectual, mas uma forma de buscar reposicionar-se na História. Um reposicionamento que não deve apenas ser teórico ou somente prático, pois, conforme disse Paulo Freire, teoria sem prática é idealismo e prática sem teoria é ativismo. Procuremos não ser apenas idealistas ou apenas ativistas.

É necessário construir saberes teóricos assim como viver a prática. A África e os negros precisam estar cada vez mais no mundo epistemicamente. E ao proclamar este aparecimento epistemológico, não me refiro apenas nos moldes das epistemologias dominantes. Pelo contrário, penso que se pode trazer à tona as outras epistemologias, lutando pela justiça epistemológica. Pois, tal como diz Santos, para o alcance de uma “justiça social global é necessário o alcance de uma justiça epistémica global”. As epistemologias negras e africanas precisam ser produzidas ou então anunciadas. A produção ou/e anúncio é antecedida de aceitação.

² Exercício de pescoço é um termo que tem sido referenciado nos debates dos movimentos negros e lutas anti-raciais, convidando que se nos contextos de grandes recortes raciais as pessoas olhem para os lados de forma a constatarem essa realidade.

1.4 E o que dizer sobre a autoaceitação

Infelizmente, todo povo colonizado, isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade, devido ao sepultamento de sua originalidade cultural, internaliza a posição da nação civilizadora (FANON, 2008). As ex-colônias africanas são exemplo irrefutável disso. Existe um grande dilema de autoaceitação. E o pior é que não existe por parte de muitas pessoas a consciência desse fato. A negação de si normalizou-se. Confunde-se com o cultural. Contudo, concebo que enquanto as sociedades africanas não se reconhecerem nas suas singularidades, para depois se verem globalmente, dificilmente poderão saber o que é emancipação em todos os âmbitos. Enquanto nós, africanos, continuarmos sendo imagem e semelhança do Ocidente, estaremos perpetuamente sobre o domínio deste.

Espero que os “críticos de plantão” não percebam o meu posicionamento como de quem busca um essencialismo africano. Não pretendo revitalizar a negritude e um pan-africanismo da África dos africanos. Não defendo um extremo relativismo, mas também não aceito cair no universalismo que nos descaracteriza. Um universalismo que nem universal é, pois, é fruto de alguma referência local. Sou por um diálogo multicultural constante. Não me rendo as pseudo-teorias sobre globalização, identidades e culturalismos que tendem a querer convencer o mundo que estamos numa indústria de miscigenação global, querendo convencer que se está a viver numa troca igual e democrática. O mundo está desigual em todos os aspectos, seja na relação Norte-Sul assim como na relação Sul-Sul.

A proposta que se apresenta é de um diálogo permanente entre nós de cá e outros de lá. E que em algum futuro elimine-se a linha que separa os de cá e os de lá sem que ninguém se descaracterize. Porém, não sou tão romântico para pensar que as coisas são suaves. Existem aqui desafios profundos. Mais do que a abertura por parte das Epistemologias hegemónicas no sentido do reconhecimento de que não são as únicas, e dialogarem com as do Sul, é necessário que o próprio Sul aceite e reconheça as suas epistemologias. É que diante do império Norte que colonizou, docilizou corpos e mentes, cometeu *africanicídio*, *negricídio*, o desafio maior é fazer as sociedades de Sul

(de forma ampla) se reconhecerem, se aceitarem e compreenderem que tem valor na história.

Existe um complexo de inferioridade que atua sutilmente nas sociedades africanas. Esse complexo é histórico. Perante este, os africanos tendem a pensar que quanto mais assimilarem os valores da metrópole, mais humanos se tornam. Logo, quanto mais se negam, mais serão aceites no mundo. Ilusão, engano de trágicas consequências.

A autoaceitação dos africanos é um problema a ser resolvido e que até então, não existem epistemologias nem formas práticas que possibilitem isto. Penso que toda a autoaceitação necessita de autoconhecimento. As experiências de Moçambique me fazem perceber que nós não nos conhecemos. Conquistamos a “independência”, mas em termos identitários, caminhamos nos trilhos coloniais. O branco europeu não deixou o continente. Retirou-se fisicamente, mas continuou trabalhando ideologicamente. Por vezes nem precisou, pois, o próprio colonizado se apropriou de todos os dispositivos do colonizador e os reproduziu.

As epistemologias africanas têm como desafio contribuir para que os povos africanos se conheçam, conheçam sua história (não apenas a colonial), conheçam sua pertença local, nacional, regional, continental e do sistema mundial. Não o inverso, como em muitos países africanos se está a pensar actualmente. Muitos vivem o mundo e estão totalmente deslocados do continente e localmente. É necessária uma “pedagogia do retorno”. A escola é insuficiente para essa pedagogia. É que tal pedagogia não requer apenas ser teorizada, mas vivida.

Penso que a partir do momento em que nos auto-conhecemos, podemos traçar caminhos de emancipação colectiva. O autoconhecimento é para mim alternativo a dominação. É a alternativa ao desenvolvimento hegemónico.

Continuar dependente da concepção ocidental do mundo, nos tornará eternos prisioneiros. Penso nos conceitos que uso, por exemplo, nesse trabalho. Como explicar para um residente de Tete, onde ocorre a extracção do carvão mineral, de forma compreensível o conceito de acumulação por espoliação? Como transmito a ideia do capitalismo globalizado? O filósofo Kwaze Wiredu disse, num dos seus escritos o quão não caberia e nem faria sentido tentar traduzir a máxima socrática *cogito ergo sun*

(penso logo existo) para sua língua local. Qualquer tentativa de tradução resultaria no ridículo. A linguagem e o pensamento produzem coisas, coisas localizadas, que fazem sentido para quem partilha da mesma linguagem e distancia quem não partilha.

Concordo com Paulin Hountondji ao dizer que a produção científica dos africanos não tem servido para os mesmos. Exclui grande proporção de pessoas do continente. Pois, existe elevado número de pessoas não falantes das línguas oficiais (europeias) que são usadas nos países africanos, mas os escritos são todos nessas línguas. Como por exemplo, esse trabalho pode alcançar aos Nyungues, Shonas³ em Tete? Não terá sido para o meu aperfeiçoamento dentro dos meus interesses particulares em ser académico? Não terá servido para fortalecer a academia brasileira? São questões desconcertantes, mas necessárias a serem feitas. Considero que cabe a colocação de Hountondji (2010) de que “a maior parte dos nossos compatriotas vê-se de facto excluída de qualquer tipo de discussão sobre os resultados da nossa pesquisa, uma vez que nem sequer entende as línguas usadas” (p.140).

Os nossos desafios são enormes. Uma volta à África é um exercício sem leveza. A verdade é que enquanto o retorno não for feito, a dominação estará sempre dada. Os conceitos que usamos para explicar o nosso continente são conceitos produzidos em lugares específicos, para atender a necessidades específicas de povos específicos. Enquadrá-los para a nossa realidade embora possível, sempre consistirá em um processo de invisibilização de muitos fenómenos.

Tento nesse trabalho, de forma inglória, produzir uma arquitectura conceitual que seja localizada. Mas não passa de uma aventura. É apenas uma semente. Percebo a sua incompletude devido às minhas fragilidades de maior compreensão dos fenómenos para abordá-los com profundidade. De qualquer das formas, penso que a intenção é válida. O exercício da escrita e reflexão não termina aqui. Possivelmente nos próximos tempos poderei fortalecê-lo. No entanto, é aqui que o materializo, ao longo desta dissertação de mestrado, consciente de que o processo continua, inclusive a partir das questões que permeiam este texto.

O texto, para além dessa parte introdutória, contém o primeiro capítulo onde apresentamos o tema do trabalho, os objectivos geral e específicos, os principais

³ Os Nyungues e Shonas são as etnias maioritariamente predominantes na província de Tete.

fundamentos teóricos e conceituais. No mesmo capítulo apresentamos a metodologia usada para a materialização da pesquisa. O segundo capítulo intitulado “Desenvolvimento como forma de intervenção do capital” criticamente a meta-narrativa desenvolvimentista. A principal consideração que se faz é de que o desenvolvimento se constitui como um novo idioma de intervenção e subalternização dos países economicamente frágeis.

Em seguida, a partir do caso da América-Latina, procuramos apresentar o fracasso da meta-narrativa desenvolvimentista em suas diferentes fases, com maior ênfase no Brasil. Ainda na lógica desenvolvimentista incentivadora de grandes projectos, demonstramos os impactos negativos que os mesmos acarretam para as comunidades e algumas resistências realizadas com base na organização popular.

No capítulo III dedicamos especial atenção a cooperação Sul-Sul com enfoque nos BRICS, e, questionamos se esta pode realmente decorrer de forma simétrica conforme se procura transmitir. O debate que confronta a literatura e alguns casos concretos nos possibilitou considerar que estamos diante de um novo imperialismo. Um imperialismo que é levado a cabo pelas antigas potências e as emergentes. Atentamos ainda que, em contraste com as velhas formas imperiais, o novo imperialismo não está muito preocupado com ocupação territorial nos moldes coloniais. É um imperialismo profundamente económico.

O capítulo IV, “Moçambique: do colonialismo, socialismo às malhas dos Bretton woods”, adentra na especificidade moçambicana, país em análise, resgatando sua história colonial, a fase da independência, o modelo socialista de gestão do Estado, passando pelos ajustes estruturais condicionados pelas grandes instituições económicas mundiais, Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, e a continuidade dos processos de ajuste estatal para dar lugar aos grandes projectos económicos.

No capítulo V conseguimos aterrar nos marcos de acumulação por espoliação em curso no país, apresentando a contextualização dos processos de extrativismo e a especificidade da Vale, multinacional em debate. Na continuidade, no capítulo VI, apresentamos os impactos negativos desse empreendimento na saúde, ambiente e trabalho, nos territórios em operação e em todo o corredor de transporte da matéria explorada. Os efeitos foram categorizados em “efeitos já”, querendo referir aos se

visibilizam a curto prazo no local da atuação da empresa, os “efeitos derrame”, que se estendem para outros territórios e por último os “efeitos rato”, onde procuramos realizar um prognóstico dos impactos a longo prazo. Na conjugação dos impactos, apresentamos a destruição da biodiversidade, a poluição atmosférica, a poluição das águas. Destacamos os problemas de saúde que advêm das múltiplas agressões que as comunidades atingidas tem passado, assim como os que tem como causa os processos produtivos, afectando a saúde dos trabalhadores.

O capítulo VII e último apresenta os enfrentamentos que têm sido feitos pelos movimentos sociais e comunidades, denunciando as injustiças socioambientais cometidas pela Vale. Apresentamos também as repressões conduzidas pelo Estado, de forma a silenciarem as vozes discordantes, notabilizando-se a profunda coesão entre este e as grandes empresas. Mais adiante, adentramos na discussão de algumas possíveis alternativas ao desenvolvimento em Moçambique, colocando ênfase na necessidade de se buscarem soluções locais de forma colectiva e democrática. Em seguida apresentamos as considerações finais as respectivas referências bibliográficas.

De salientar que na parte introdutória, por se tratar profundamente das inquietações e trajectórias do pesquisador principal, as narrativas foram feitas na primeira pessoa. O mesmo não sucederá nos próximos momentos pelo reconhecimento de que se trata de um empreendimento colectivo.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS, BASES DE SUSTENTAÇÃO ANALÍTICA

O trabalho que apresentamos discute o extrativismo minerário contemporâneo nos marcos de acumulação por espoliação em Moçambique, tendo como foco a emergência do bloco económico, político, social e cultural – BRICS, centrando-se principalmente na potência subimperialista-Brasil. No mesmo, elaboramos a problematização do modelo de desenvolvimento de base extrativista minerário perpetrado pela transnacional brasileira-Vale e suas consequências na sociedade, especialmente nas inter-relações entre saúde, ambiente e trabalho, na mesma medida em que buscamos evidenciar caminhos emancipatórios levados a cabo pelos movimentos que conceitualmente os encaixamos nos paradigmas do cosmopolitismo subalterno⁴ e/ou no ecologismo dos pobres⁵. Por ser um trabalho que perpassa diversos campos de saber, temos como suporte as perspectivas da complexidade que possibilitam-nos abertura a inter e transdisciplinaridade. E, pela nossa localização no sistema mundo e por acreditarmos numa “ciência emancipação” em detrimento da “ciência regulação⁶”, nos aproximamos dos aportes teóricos pós-coloniais, colocando-os em diálogo com as perspectivas críticas do sistema capitalista por ser dentro desse modelo de produção que se insere o atual avanço do extrativismo.

Ao adentrarmos nos debates do campo da saúde e trabalho buscamos por um lado refletir sobre efeitos do extrativismo na saúde da população afetada de forma direta e indireta no momento presente e tendências⁷ em longo prazo, e, por outro lado, discutimos a forma como os empreendimentos extrativistas, ao implantarem-se em

⁴ Esse conceito foi construído por Boaventura de Sousa Santos e aprofundaremos mais adiante.

⁵ Título do livro de Joan Martinez-Alier que projeta caminhos emancipatórios que também serão discutidos mais adiante.

⁶ O pensamento regulação e emancipação, são conceitos elaborados pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos. O primeiro segundo Santos (2007, 2010) visa manter a ordem das coisas na forma como se encontram, ajudando no processo de legitimação, enquanto o segundo busca alcançar outros lugares diferentes, faz um deslocamento.

⁷ As perspectivas futuristas constituem uma batalha perdida no campo científico porque este lida com o real visível. Porém, se não podemos estabelecer relações casualistas, é possível estabelecer tendências. O estabelecimento dessas não implica necessariamente que poderão ocorrer tal como pensadas. As tendências são uma espécie de tipo ideal weberiano que correspondem uma possível aproximação do real, podendo acontecer ou não nos moldes pensado. Assim, a partir dos conhecimentos existentes sobre a mineração e seus efeitos, conhecendo os componentes químicos envolvidos em uma determinada área extrativa, é possível estabelecer tendências de possíveis ocorrências a longo prazo, seja em termos de adoecimento ou outros possíveis acontecimentos.

determinados territórios com seus respectivos *modus operandi*, geram mudanças substantivas na forma de concepção de trabalho, o que conseqüentemente fragiliza quando não modifica os modos de produção e reprodução social das comunidades, podendo gerar imensuráveis vazios culturais e existenciais com profundos impactos na saúde humana.

Entenda-se a saúde neste contexto em sua multidimensionalidade. Muito além do seu avesso, a doença. Ela implica um olhar sistemático que envolve questões sociais e ambientais. O que inclui a qualidade de vida, a qualidade e a sustentabilidade do ambiente, as redes sociais e de suporte social, a participação nos processos decisórios bem como outras situações que afetam o bem-estar coletivo (FREITAS;PORTO, 2006). Devido a esta complexidade na concepção da saúde, constituiu também nosso desafio discutir os problemas ambientais assim como os diversos processos de fragmentação dos tecidos sociais que o avanço do capitalismo origina ao dilacerar as redes de suporte social, causando variadas vulnerabilidades, expondo as pessoas a situações múltiplas de violência.

Antes de avançarmos com maior densidade importa frisar que a semelhança de vários países do Sul global, a chegada dos grandes empreendimentos em Moçambique vem sendo anunciados pelo governo à população como mecanismo de superação da “pobreza” e meio ideal e adequado para o alcance do desenvolvimento. Essa visão e “crença”, circulam também em alguns discursos académicos e em setores da sociedade civil que, ao invés de se mostrarem mais críticos e cépticos em relação ao modelo do desenvolvimento extrativista, tem fortalecido o debate em torno de distribuição da renda advinda dos ganhos desses projetos, negligenciando-se em grande medida que antes da possível redistribuição da renda existem enormes encargos ambientais e na saúde das populações onde as atividades são desenvolvidas.

No campo político, a título de ilustração, no seu discurso à nação, no ano 2004, o presidente da República Armando Guebuza que por sinal foi o grande promotor da entrada dos grandes projetos fez vincar: “nós temos de ter a certeza que somos capazes de deixar de ser pobres. Podemos, merecemos e somos capazes de ser ricos. Temos de cultivar a autoestima. Os recursos são todos nossos⁸ (...)”. Nos anos subseqüentes diante

⁸ Jornal Domingo:28 de Novembro de 2004, citado por Chichava, 2009; p. 10

de alguma parcela de críticas⁹ que indicavam que não estava havendo redistribuição de renda no país e que o discurso de combate à pobreza constituía apenas propaganda política, o presidente não se inibia de realizar aparições públicas apelidando aos seus críticos de “apóstolos da desgraça” ao mesmo tempo em que fortalecia o paradigma de desenvolvimento pelo extrativismo.

Na esfera intelectual Hoffman e Martins (2012) são elucidativos na apologia ao extrativismo. No artigo intitulado “*Descoberta dos recursos naturais em Moçambique: riqueza para poucos ou um meio de sair da pobreza?*”, os autores fincam-se no debate essencialmente desenvolvimentista e afirmam que “a maneira de lidar com esses recursos caracterizará o futuro desenvolvimento de Moçambique”. Acrescentam ainda que o país precisa combater o paradoxo da redistribuição da riqueza mediante criação de instituições para o controlo e distribuição dos recursos provenientes de matérias-primas. A mesma tendência pode ser vista na obra de Mosca e Selemane (2011) intitulada “*El dorado Tete*”, que embora tenha algumas críticas quanto à forma como aconteceram os reassentamentos e as reconfigurações do ponto de vista econômico local que são contra os pobres, é perceptível a apologia a esses projetos e a esperança do país obter ganhos económicos a partir deles.

Esses discursos podem estar a refletir os anseios políticos, académicos e populares em termos de melhorias significativas para um país que vivenciou mais de um século de colonização, alcançando a independência política em 1975, tendo como grande herança altas taxas de pobreza, analfabetismo que nos primeiros anos da independência situava-se em cerca de 90% da população (MOSCA, 1999). É o mesmo país que, nos anos 80, chegou a ser considerado como o mais pobre do mundo, quando vivia diante de uma profunda guerra “civil” que destruiu cada vez mais as poucas infraestruturas sociais e económicas herdadas nos processos da independência.

Moçambique está elencado na lista dos 10 países que mais recebem Investimento Direto Estrangeiro (IDE), sobretudo direcionado a megaprojetos de infraestrutura, exploração de minérios e crescimento da produção agrícola (MOSCA, 2009; CASTELBRANCO, 2010). A economia encontra-se sustentada num círculo vicioso de dependência das doações internacionais para fechar suas contas, correspondendo cerca

⁹ As mesmas vinham de diferentes académicos dos quais podemos destacar Adriano Nuvunga do Centro de Integridade Pública, Castel-Branco do Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

de 45 a 47 % do orçamento, o que também implica em grande interferência nas políticas macroeconômicas e setoriais (MOSCA, 2012; GARCIA;KATO, 2012). Baseada no modelo primário-exportador, atualmente, considera-se que, o setor mais dinâmico da economia é o da indústria extrativa, com projeções de ritmo de crescimento de 18,6% em 2013 devido ao aumento da produção de carvão nas minas de Moatize, Benga e outras (GARCIA;KATO, 2012).

Arelada a um ciclo de desenvolvimento com raiz no endividamento público e dependência da ajuda externa pouco qualificada, e estruturada em seus quadros burocráticos, a economia de Moçambique reflete uma dinâmica que tem sido assumida por vários outros países do continente africano (KATO;GARCIA, 2012). A abundância de recursos minerais no continente e o crescimento dos preços desses recursos no mercado internacional atraiu uma gama de investimentos diretos estrangeiros (IDE) que fez com que, entre 2000 e 2009, a participação da África nos fluxos mundiais de investimento estrangeiro direto passasse de 0,8% para 5,1% (*Idem*).

Moçambique ainda não superou a posição de um país tido como pobre segundo os indicadores hegemônicos¹⁰, tendo ocupado a posição 185 dos 187 países no Índice de Desenvolvimento Humano de 2013 das Nações Unidas (PNUD, 2014). Tendência essa que não teve mudanças profundas nos anos subsequentes. O relatório da PNUD (2015) coloca Moçambique na posição 180 em um contexto de 188 países avaliados. Apesar desse índice se basear em indicadores localizados, ou seja, ocidentais, é irrecusável a vulnerabilidade em que uma grande parcela da população moçambicana está imersa. Com a entrada dos grandes projetos o país registou altas taxas de crescimento anuais entre 6,3 e 8,7 por cento de 2003 a 2012, mas, como bem referencia a Human Rights Watch (HRW), o crescimento econômico não se fez acompanhar por uma redução significativa da pobreza, sendo que mais da metade da população permanece abaixo da linha da pobreza.

A nível nacional, 42,6 por cento das crianças menores de cinco anos sofrem de má nutrição crônica, e, este número sobe para 44,2 por cento na província de Tete, onde

¹⁰ Temos nossas críticas em relação a esses modelos de classificação localizados que tendem a ser universais. Contudo, não nos ocuparemos nesse trabalho de desenvolver profundas críticas por considerarmos que o não aprofundamento da temática não altera substancialmente o percurso do texto.

operam os grandes projetos de mineração do carvão (HRW, 2013). O país continua dependendo de forma extrema da “ajuda” externa, em cerca de 50% para se sustentar (CASTEL-BRANCO, 2010; MOSCA, 2012). A dívida pública tem oscila nos 30% a 40% (CASTEL-BRANCO, 2010).

Apesar do crescimento econômico registrado ao longo de mais de uma década, a economia não sofreu qualquer alteração estrutural significativa. A fragilidade institucional para condução planejada do processo de crescimento econômico, com uma produção que não se reverte no aumento da arrecadação de receitas pelo Estado nem no investimento em políticas sociais, é uma das maiores críticas dos analistas, que comparam a situação do país a mais um exemplo da teoria da “maldição dos recursos naturais” e “paradoxos da abundância” (SANTOS, 2012).

Talvez pela extrema vulnerabilidade os debates nacionais sobre os projetos de desenvolvimento tendem a caminhar na linearidade desenvolvimentista, olhando-se para os grandes projetos como possíveis parceiros para mudanças do atual quadro econômico e social. Não se discute até então o constitucionalismo global que serve de protocolo para essas empresas e que sufoca o constitucionalismo nacional. É escasso o debate sobre a interferência do extrativismo nos processos democráticos, embora, seja notório que em parte, o país vem vivenciando o que Agamben (2004) denomina de “Estado de exceção¹¹” no sincronismo em que se fortifica o Estado ajustador. Na literatura produzida ainda é fragilizada e quase que inexistente a discussão que se volta para os conflitos ambientais, as relações de poder que se articulam para silenciar esses conflitos e as formas de contra poder que se engendram. São invisíveis ou mesmo inexistentes trabalhos que discutem a emergência e as estratégias de articulação do cosmopolitismo subalterno que se desenvolve em volta dos grandes empreendimentos e suas formas de atuação em diferentes esferas.

Há também carência de discussão que articule os conflitos ambientais com o trabalho e principalmente com a saúde. Existe também vácuo de debates que analisem os conflitos territoriais no contexto do extrativismo dentro das perspectivas de “injustiça e justiça ambiental”, o “racismo ambiental”, as “desigualdades ambientais”, não obstante

¹¹ Para Agamben, o Estado de exceção é em geral caracterizado pelo exercício de plenos poderes por parte do executivo, ficando o legislativo e judicial como seus subordinados. Cabe ao legislativo apenas legislar o que já foi decidido.

serem fundamentais para a análise dos processos da acumulação por espoliação que avançam em Moçambique.

A acumulação por espoliação é um conceito formulado pelo geógrafo David Harvey (2014), visando substituir ou aprimorar o conceito de acumulação primitiva elaborado por Marx, visto que o primitivo geralmente tem sido usado de forma pejorativa, para além de que com os avanços que o capitalismo deu, não justifica mais o uso do termo. Assim, com alguns diferenciais, decorrentes do contexto atual do capitalismo, como a financeirização, dívida nacional e cartão de crédito, o processo de acumulação por espoliação salvaguarda muitos elementos outrora vistos por Marx quando engendrou o conceito de acumulação primitiva. Destes, podemos destacar a mercantilização e privatização da terra, a expulsão violenta de populações camponesas, a conversão dos direitos públicos em privados, a supressão das terras comuns dos camponeses, a mercadificação da força de trabalho e a supressão das formas alternativas de produção e de consumo.

Do século XX para o presente século, este processo vem se intensificando principalmente com a crise dos anos 70 que foi conhecida como a crise do petróleo. Diferente das crises anteriores, como a de 1929-33 que foi mais uma das crises conjunturais constituintes do capital, a dos anos 70 para cá constituiu para Mézáros (2002) indicativo de uma crise estrutural do capital. Essa crise justificou a ruptura do keynesianismo quando os ideólogos das liberalizações justificavam a interferência do Estado como vetor para as crises. Na medida em que existia a consideração de que um dos obstáculos para a acumulação do capital era o trabalho (HARVEY, 2011), começou a abertura para as concessões dos serviços geridos pelo Estado para as mãos das grandes empresas monopolistas. Consequentemente, até mesmo os elementos parcialmente favoráveis da equação histórica entre capital e trabalho começaram a ser derrubados em favor do capital. Assim, não somente deixou de haver espaço para assegurar ganhos substantivos para o trabalho – muito menos para uma expansão progressiva da margem de avanço estratégico já projetada de forma tola e eufórica [...], mas também muitas das concessões anteriores tiveram de ser arrancadas, tanto em termos econômicos como no domínio da legislação (MÉSZÁROS, 2002).

Nessa época, várias estratégias foram usadas para derrubar as conquistas dos trabalhadores na medida em que “o trabalho era bem organizado, razoavelmente bem

pago e tinha influência política” (HARVEY, 2011, p.20). O capital precisava de mão-de-obra dócil e barata. Assim, estimulou-se a imigração tanto na Europa como nos EUA. A outra forma foi o aperfeiçoamento de tecnologias que economizassem o trabalho como a robotização da indústria (HARVEY, 2011). O que gerou um grande excedente de mão-de-obra, tendo como consequência a sua precarização.

Só nos EUA, em 1982 a taxa do desemprego estimava-se em 10% da população (idem), tendo sido acompanhada por uma política de criminalização da miséria (WACQUANT, 2011; HARVEY, 2011) através do fortalecimento do Estado policial. O excedente da mão-de-obra cresceu também com o expatriamento do capital excedente para o Sul global onde existisse matéria-prima e mão-de-obra barata num processo que foi denominado de globalização (MÉSZÁROS, 2002; HARVEY, 2011; PANIAGO, 2012). Porém, todos os reajustes estão condenados a ganhos imediatos e lentos, pois, o capital já vivencia todos os seus limites e “nada mais resta do lado exterior do sistema do capital, pois ele não tem exterior (PANIAGO, 2012a, p.62), quando procura o exterior, este aparece como criação do seu “outro” como constata Harvey (2014). Com o esgotamento da fase de expansão, uma vez que não há mais continentes escondidos por serem descobertos, os antagonismos estruturais latentes são ativados (MÉSZÁROS, 2012).

Mesmo diante das limitações estruturais do capital, pelo seu incontrolável impulso a universalidade e tentativa de controle da “morte de overdose de si mesmo” (ANTUNES, 2015), este avança com intensidade sobre os recursos renováveis e não renováveis, desconsiderando os impactos sobre o planeta, seres humanos e outros seres vivos. Pois, “nos termos da lógica do capital [...] exterminar¹² a humanidade é muito preferível a permitir que se questione a *causa sui*, desse modo de produção” (MÉSZÁROS, 2002, p.821). Um exemplo típico é o relatório da companhia americana Chevron que vê o aquecimento global como positivo pois vai permitir a exploração do petróleo no Ártico com custos de 25% a 50% mais baixos (*apud* DUARTE-PLON, 2015), ou seja: o degelo acelerado tem suas vantagens para a Chevron, o resto do mundo se exploda (DUARTE-PLON, 2015).

¹² Pela incapacidade do auto-freio do capital e seus detentores, penso que procedem as propostas como a de Martínez-Alier de um ecologismo dos pobres, ou seja, as pessoas pobres globalmente se articularem em defesa da vida. É no mesmo diapasão que enquadra-se a proposta de Boaventura de Sousa Santos ao falar do cosmopolitismo subalterno, Mézszáros assim como Halloway em relação aos movimentos livres, sem compromissos políticos partidários estatais e capitalistas, saindo com a única e exclusiva função de defender o planeta.

Neste processo de acumulação por espoliação, o Estado geralmente se apresenta como grande parceiro da ofensiva capitalista. Marx já havia percebido a profunda relação entre Estado e capital, chegando a afirmar que o detentor do poder económico é em simultâneo quem controla o poder político. Harvey (2014) assinala que o Estado mediante o seu monopólio da violência acompanhado da legalidade tem papel crucial no apoio e na promoção dos processos de acumulação por espoliação e que “a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado” (HARVEY, 2014, p.121).

Para aqueles que concebem o Estado como um órgão de conciliação dos antagonismos sociais, Lenin (1987) e Mészáros (2002) reiteram dentro da concepção marxiana do Estado que este é por natureza um órgão de dominação de classe, um órgão cuja finalidade é a opressão de uma classe por outra, um órgão cuja função é legalizar e garantir esta opressão (apud ANDRADE, 2012, PANIAGO, 2012a). Andrade (2012) afirma que se fosse possível a conciliação entre as classes, o Estado sequer existiria, pois, o seu surgimento esteve mascarado de ideais de conciliação dos interesses antagónicos entre diferentes classes sociais, em particular com o surgimento da propriedade privada. Nesta óptica, dentro da abordagem marxiana do Estado, quer este assuma as formas autoritárias, absolutistas ou mesmo democráticas, o carácter de dominação é conservado em sua dependência ontológica em relação à estrutura económica e social (MÉSZÁROS, 2002; ANDRADE, 2012; PANIAGO, 2012a).

Na relação com o capital, o Estado é sempre necessário para realizar os arranjos sociais que o capital desestrutura (WOOD, 2014, MÉSZÁROS, 2004). Mészáros (2004) considera que existem três defeitos estruturais do capital sobre os quais o Estado moderno deve agir: na separação entre produção e controle; na fragmentação entre produção e consumo e na oposição entre produção e circulação. Na separação entre produção e controle o Estado flexibiliza as leis¹³ para o benefício do capital como o caso das leis trabalhistas e a vulnerabilização do trabalhador pela constante redução dos seus

¹³ No contexto dos grandes projetos extrativistas a flexibilização das legislações ambientais tem sido a grande marca. Valeria um trabalho instigante discutir a forma como o Estado moçambicano foi se ajustando e ajustando as legislações ambientais e de terra para assentar o grande capital internacional. Não conseguiremos desenvolver devidamente as metamorfoses das legislações nesse trabalho devido a diversas limitações que enfrentamos. Uma das principais é o facto de estas não serem muito acessíveis ao público em geral. O acesso a informação continua a ser um dos grandes desafios em Moçambique. É o país considerado como mais secreto em termos de informações públicas no sul da África. As informações encontradas nos sites das diferentes organizações da sociedade civil não possibilitam aprofundar de forma profícua o debate.

direitos (MÉSZÁROS, 2002; ANDRADE, 2012). No âmbito da produção e consumo encontra-se o Estado intervencionista (MÉSZÁROS, 2002) ou o que Gudynas (2012) denomina de “Estado compensador”, que se manifesta pela propagação ideológica do consumo supérfluo de mercadorias. Na condição de comprador/consumidor o Estado procura promover e suprir algumas necessidades sociais básicas, tais como a saúde, educação, habitação e mínimo poder de compra de produtos alimentícios. Tudo isso ocorre na simultaneidade em que se promove o acesso ao crédito que é uma via para o sustento do sistema do capital.

No presente século, Brasil pode ser citado como um dos grandes exemplos no controle da lógica produção e consumo pela fortificação do Estado compensador nos governos petistas. Por muitos anos foram fortificadas políticas sociais que transluziam um grande ganho popular, porém, algumas análises mostram que a população embora de forma inquestionável estivesse tendo grandes ganhos, o sistema capitalista também ganhava muitas vezes mais. Para Mézáros (2002), a estratégia de compensação que o Estado aciona permite com que as pervessidades do capital embora sentidas não sejam contestadas. Nisso “vê-se o poder de controle do capital, o qual precisa ser a todo tempo dinâmico, despótico e reificado” (MELO, 2012, p.31).

Por último, Mézáros (2002) apresenta-nos a relação produção e circulação, onde argumenta ser fundamental a atuação do Estado para a circulação do capital de forma a se tornar um sistema global, ou seja, para o desenvolvimento de um sistema internacional de dominação e subordinação. Sobre este assunto¹⁴, o livro de David Harvey intitulado o “*Novo imperialismo*” é ilustrativo quando fala dos Estados Unidos da América como um dos Estados hegemônicos que usa o seu poder para alimentar e expandir o capital na simultaneidade em que se alimenta. Mais uma vez, vale a experiência brasileira destacando no quão foi importante o presidente Lula para a expansão de um pequeno grupo de grandes corporações como a Friboi, Vale, Odebrecht, Camargo Corrêa nos países africanos e da América-Latina.

Considerando a existência da simbiose entre Estado e capital no processo de acumulação por espoliação, cabe realizar alguns questionamentos reflexivos: em Moçambique os projetos de desenvolvimento capitalista podem possibilitar mudanças estruturais pró-povo, que se materializem na ampliação qualitativa no acesso aos

¹⁴ Este assunto será aprofundado no capítulo IV.

diferentes bens necessários para a autorealização humana, desde a soberania alimentar, espiritualidade, saúde, educação e todos os bens comuns da humanidade? É possível o avanço desse modelo de desenvolvimento sem a injustiça e racismo ambiental? Sem a degradação ecológica? Sem afetar negativamente a saúde da população?

As experiências empíricas de outros espaços em que a espoliação encontra-se avançada, como nos países da América-Latina ou mesmo o passado histórico colonial, não nos inibem de assumir um “não” como resposta inicial a essas perguntas. É que o sistema capitalista não se apresenta predisposto para satisfação das necessidades humanas, pelo contrário, produz mais necessidades de forma a gerar mais lucros que se direcionam para pequenos grupos. Nas palavras da Andrade encontramos que “no modo de produção capitalista, a produção está voltada não para a satisfação das necessidades humanas vitais, mas, ao invés, para geração da mais-valia de modo que seja garantido o processo contínuo de acumulação de capital” (ANDRADE, 2012, p.12).

Vale ressaltar que abordamos o extrativismo na concepção de Svampa (2011) que não associa apenas a extração de minérios e petróleo, mas também outras como o agronegócio que usam uma lógica extrativista através do monocultivo que destrói a biodiversidade, as terras e gera reconfiguração dos territórios. Para Svampa, o extrativismo inclui também as infraestruturas como portos, estradas que visam facilitar a extração e exportação dos bens extraídos ou produzidos. Segundo Gudynas (2015) o extrativismo pode ser enquadrado em duas dimensões: a primeira está relacionada com a quantidade de extração, baixa intensidade, média ou de alta intensidade. A segunda vincula-se ao destino dos produtos extraídos, local, nacional ou internacional. Diz o autor, que o extrativismo em que os países do Sul global, o que inclui Moçambique, encontram-se inseridos é de alta intensidade e é dirigida ao mercado internacional.

Outro elemento assinalado por Gudynas (2015) é de que o extrativismo não é uma indústria. Em Moçambique a bibliografia sobre o extrativismo tende a tipificá-lo de indústria extrativa. Isto é notável nas publicações de Castel-Branco, Mosca, Selemene, publicações do Centro de Integridade Pública, só para citar alguns dos mais destacados. Porém, o extrativismo desenvolvido na atualidade não possibilita essa denominação na medida em que não produz manufatura, consistindo pura e simplesmente na extração dos bens naturais. A crítica ao conceito de indústria extrativa, cedendo lugar apenas ao conceito de extrativismo não se trata de apenas uma mudança conceitual. É uma

mudança com implicações profundas na concepção desse sector. A insistência em considerar o extrativismo como indústria tem implicações drásticas para as comunidades atingidas pelos empreendimentos e para o país. O uso do termo indústria extrativa tem um valor simbólico elevado que é aproveitado pelas grandes empresas por criar a ilusão de que na condição de indústrias, podem satisfazer as necessidades locais e nacionais, o que permite com que os grandes projetos ganhem legitimidade nos lugares de implantação (GUDYNAS, 2015). Porém, o extrativismo não produz nada, é apenas extração. Uma atividade pura e simplesmente de rapina.

O extrativismo produz diferentes efeitos, localmente e nacionalmente. A nível nacional, por exemplo, podemos encontrar os conflitos socioambientais ligados a disputas por terra e bens comuns (SVAMPA, 2011), a “desestruturação das relações sociais, organizações comunais e modos de vida tradicionais da população local” (PORTO *et al*, 2014, p.4074) através da desterritorialização das relações socioeconômicas locais e a reterritorialização nos padrões capitalistas ignorando os ecossistemas, povos, cosmovisões e cultura (PORTO *et al*, 2014). É que para estas transnacionais a terra e natureza são fonte de acumulação do capital, negligenciando a cultura local, a história, as tradições, os mitos fundadores, símbolos materiais e imateriais, a sociabilidade existente, as relações de solidariedade que se configuram.

No que concerne ao ecossistema, que estes estão sendo degradados tem havido mínimo de consensos. Desses consensos são notórias diversas linguagens que tem como finalidade evitar a degradação ambiental com efeitos desastrosos para o planeta, para a vida humana e de outros seres vivos. Todavia, a palavra ambiente, assim como saúde, apresenta-se como polissémica. Muitos falam, mas as linguagens têm geralmente distâncias que impossibilitam o diálogo efetivo. Joan Martinez-Alier (2002) constatou essa polissemia, o que o levou a distinguir algumas formas de abordagem ambiental.

A primeira é considerada por Martinez-Alier de conservacionista e é marcada por uma visão preservacionista e romântica da natureza desprezando a dimensão humana e social da questão ambiental, focalizando-se de forma exclusiva na preservação das flores, da biodiversidade e dos animais em extinção (*apud* FREITAS;PORTO, 2006). A segunda é denominada por Martinez-Alier de ‘evangelho da eco-eficiência’ por priorizar a internalização de custos gerenciais ambientais ‘limpas’ na lógica do desenvolvimento capitalista, colocando nas mãos dos especialistas a condução do desenvolvimento

sustentável (*idem*). Porém, conforme constatou Ngoenha (2014), é um desenvolvimento sustentável de forma insustentável.

Existe sempre uma busca de compatibilizar a questão ambiental com o desenvolvimento económico. Os danos que são causados são sempre relegados para soluções técnicas. Cunhou-se o termo modernização ecológica para designar as estratégias neoliberais para o enfrentamento do impasse ecológico sem considerar sua articulação com a questão da desigualdade social (ACSELRAD *et al*, 2009). A estratégia da modernização ecológica “propõem conciliar o crescimento económico com a resolução dos problemas ambientais dando ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercados à crença na colaboração e no consenso” (ACSELRAD *et al*, 2009, p.14), ou seja, com o “paradigma da adequação ambiental” (ZHOURI, 2012) proclama-se a viabilização do projeto técnico com vista a mitigar as externalidades ambientais e sociais sem que, no entanto comprometa-se o projeto do ponto de vista económico-orçamentário (ZHOURI;LASCHEFSKI, 2010).

Por último, na perspectiva de Martinez-Alier existe o movimento pela justiça ambiental ou o ambientalismo popular que se coloca como alternativa crítica às duas primeiras correntes. Esta vertente baseia-se na ecologia política e “busca integrar as questões ambientais e sociais na análise dos problemas. Entende-os a partir de processos económicos e políticos que marcam o desenvolvimento numa região e num dado território” (FREITAS;PORTO, 2006, p.25). Neste paradigma a concepção da natureza vivencia um deslocamento de predicado para sujeito (GUDYNAS, 1999).

2.1 Justiça ambiental: um paradigma alternativo

O paradigma da justiça ambiental floresce por se perceber que o desenvolvimento nos moldes capitalísticos é promotor de injustiças ambientais que se caracterizam pelo grande investimento e negócios realizados por grandes empresas apropriando-se dos bens naturais existentes nos territórios, concentrando renda e poder, ao mesmo tempo em que afeta negativamente a saúde e o bem-estar dos trabalhadores e dos seus habitantes (FREITAS;PORTO, 2006). Entenda-se de forma mais complexa a injustiça ambiental como:

O mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga de danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (RBJA, 2002).

Esta ideia floresceu nos Estados Unidos da América quando se constatou que o ônus do dito desenvolvimento sobrecarregava a vida da população em situações de pobreza, vulnerabilização e discriminação como o caso dos afrodescendentes. Entendia-se que “depósitos de lixo e radioativos, ou de indústrias com efluentes poluentes concentravam-se desproporcionalmente na vizinhança das áreas habitadas por estes grupos” (ACSELRAD *et al*, 2004, p.9). Esses factos foram denunciados e fundamentos científicos foram engendrados para contrapor as ofensivas que tendiam a considerar que os argumentos sobre a injustiça ambiental eram do âmbito moral e não correspondiam a realidade. A comissão de justiça racial da United Church of Christ solicitou a realização de uma pesquisa em 1987 e foi levada a cabo por Bullard, e, seus resultados indicaram que “a composição racial de uma comunidade é a variável mais apta a explicar a existência ou inexistência de depósitos de rejeitos perigosos de origem comercial em uma área” (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Foi dentro deste contexto que o reverendo Benjamin Chávez elaborou o conceito de “racismo ambiental” para designar a imposição desproporcional, intencional ou não dos rejeitos nocivos às pessoas não brancas, sejam negras ou com outras variações raciais, que comitantemente têm sido despossuídas de formas de poder dominantes. O racismo ambiental também opera internacionalmente entre as nações e corporações transnacionais. O processo de globalização facilitou a deslocação do capital pelas transnacionais para fugirem para áreas menos rigorosas na regulamentação ambiental e com melhores taxas de incentivos, mão-de-obra barata e altos lucros (BULLARD, 2004; RIGOTTO, 2008), disseminando-se globalmente os ônus do “desenvolvimento” para negros, índios e outros grupos destituídos dos poderes dominantes, o económico e político. O que para Baraka (2015) insere-se numa luta ampla engendrada por uma supremacia branca assassina e voraz, uma classe dominante global, colonial, capitalista e patriarcal que visa manter e expandir a sua hegemonia mundial.

Gould (2004) alerta-nos que a eliminação do racismo ambiental em si não traria mudanças substantivas na vida de quem sofre. A eliminação nesses moldes ainda

deixaria as comunidades negras do mundo em situações vulneráveis “na medida em que se permita que a discriminação racial no emprego, na habitação e em outros setores continue por empurrar estruturalmente uma parte desproporcional das pessoas negras para estratos económicos mais baixos”. Portanto, “somente a eliminação da discriminação racial em todos os setores da sociedade poderia produzir uma distribuição racionalmente equilibrada dos riscos ambientais” (GOULD, 2004, p.70). Pois, subjacente ao racismo ambiental com todas suas vertentes institucionais está a vertente económica (GOULD, 2004; WOOD, 2011) e política.

Quando Gould (2004) faz referência a uma distribuição racionalmente equilibrada dos riscos ambientais, que pode corresponder à democratização dos riscos ambientais, não propõe este como um fim. Na verdade constitui uma transição. O apelo à democratização é no intuito de que grupos privilegiados que não sentem os efeitos dos danos ambientais possam também sentir, podendo possibilitar geração de mudanças. É que mediante indicações de vasta literatura¹⁵, por enquanto, a contaminação da água, do solo e do ar por afluentes industriais tóxicos e suas consequências negativas sobre a saúde humana recai apenas sobre os trabalhadores, desempregados e outras pessoas em volta dos grandes empreendimentos. Os melhores trabalhos são concedidos aos ricos, enquanto as tarefas sujas e arriscadas são reservadas para os pobres.

Numa economia financeirizada como a nossa, em que os atores com poder são proprietários, acionistas, executivos e dirigentes, estes, estão menos sujeitos aos impactos de saúde e qualidade de vida resultante dos processos produtivos. Paradoxalmente são os mesmos que possuem o poder decisório capaz de alterar os processos de produção para redução dos riscos a saúde e o ambiente (MÉSZAROS, 2002; GOULD, 2004). Todavia, por não sentirem os efeitos, nada fazem para alterar as práticas de produção. Os trabalhadores que sentem os problemas de perto, ansiando mudanças, têm poucas possibilidades para influir nelas dentro da lógica capitalista. A realidade mostra que aqueles com poder de fazer com que as mudanças pró-meio ambiente ocorram são os grupos menos prováveis de perceber a necessidade de fazê-lo. E aqueles que têm mais probabilidade de perceber como necessárias tais mudanças são os que têm menos poder para efetua-las (GOULD, SCHNAIBERG; WEINBERG, *apud* GOULD, 2004, HARVEY, 2014).

¹⁵ Dentre a qual podemos destacar o texto de Gould (2004), Acselrad et al (2009).

Mais do que democratizar os riscos ambientais, que na nossa concepção constitui uma fase de transição, o conceito de justiça ambiental apresenta-se mais amplo e com uma perspectiva ética substantiva. Assim, para Robert Bullard, ativista e intelectual americano, a justiça ambiental é:

“A condição de existência social configurada através da busca de ‘tratamento justo’ e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente da sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais” (BULLARD *apud* ACSELRAD *et al*, 2008, p.8).

Há que se entender por tratamento justo como efetivação de nenhum tratamento desigual em função da raça, cor, sexo, classe ou qualquer outro referencial discriminatório. Acselrad (2004) elucida-nos ainda mais ao pautar que nenhum grupo de pessoas, incluindo grupos étnicos, raciais ou de classe, deve suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas que resultam das atividades industriais e mesmo políticas estatais desiguais. Podendo ser resumido como “o direito a uma vida digna em um ambiente saudável” (ACSELRAD *et al*, 2004, p.11). Segundo Acselrad (*et al*, 2009), o movimento pela justiça ambiental adota como um dos princípios o de ‘poluição tóxica para ninguém fazendo um deslocamento do que é conhecido como ‘individualismo possessivo’ para ações solidárias em que o “Eu” só está bem quando o outro está, que é o princípio *ubhuntu*¹⁶.

A injustiça ambiental resulta de uma lógica de poder que está associado ao modo de produção capitalista que tem como meta alcançar a mais-valia, transformando tudo o que tem valor de uso em valor de troca. Os bens comuns não comercializáveis, tais como a terra, água, ar passam a ser, o ser humano lhe é tirado o valor em si, sendo submetido à lógica da utilidade, útil enquanto detentor do capital, inútil quando não o detêm. Destarte, o não detentor do capital, tem sido alvo de processos contínuos de expropriação de todas as formas possíveis de auto-reprodução, sendo lhe retirado à dignidade, o direito a saúde, ao território, ao ambiente limpo e acesso aos bens comuns

¹⁶ Ubhuntu pode ser definido como um saber e forma de vida típica das populações Bantus do sul da África. É uma forma de vida que enaltece a coletividade, contrariando o individualismo possessivo típico das comunidades avançadas. Enquanto a existência ocidental se materializa no plano individual e do pensamento, tal como anunciado por Descartes no “penso, logo existo”, o sujeito individualizado encontra-se ausente nas práticas das comunidades bantus. Assim, o Ubhuntu se traduziria na seguinte expressão: “Eu sou porque somos”. Para um conhecimento um pouco aprofundado sobre a filosofia ubuntuísta cf. no livro de Bas’Ilele Malomalo “Filosofia do Ubuntu: valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento”, 2014.

da humanidade. Pode-se notar que nos territórios onde se encontram as grandes indústrias, os que se encontram aos derredores são pessoas vulneráveis e vulnerabilizadas, vivendo diante de um ambiente impuro, com terrenos menos valorizados, com terras agrícolas que geralmente não tem fertilidade, enquanto os detentores de grandes rendas habitam em lugares sãos. Acrescenta-se ainda que:

“Os trabalhadores urbanos e rurais, por sua vez, estão frequentemente submetidos aos riscos de tecnologias sujas, muitas delas proibidas nos países industrializados que disseminam contaminantes que se acumulam de maneira persistente no meio ambiente” (ACSELRAD *et al*, 2004, p.15).

Importa ressaltar que as injustiças ambientais atualmente globalizadas, não constituem um acaso histórico. O relatório Summers dos anos 90 do século XX é demonstrativo. É um relatório que desfila sem pudor uma ética de uma sociedade sem ética, ou uma ética unilateral que de tão vazia perde o seu sentido ético. O mesmo foi elaborado por Lawrence Summers, então, economista chefe do Banco Mundial. Nele nota-se a descartabilidade da vida, retirando o valor da vida em si, simplificando-a na esfera económica. Segundo Acselrad *et al* (2009), três pressupostos foram usados nesse relatório para justificar a necessidade de exportação das indústrias poluidoras para o Sul global, o que pode ser denominado de exportação de riscos.

O primeiro pressuposto era de que o meio ambiente é uma preocupação estética típica apenas dos que estão bem de vida. Ou seja, os que têm dinheiro. O segundo acentuava que os pobres (os sem dinheiro) em sua maioria não vivem o tempo necessário para sofrerem os efeitos da poluição ambiental e o terceiro e último argumento fica cada vez mais claro o economicismo do Summers. Ele diz: “pela lógica económica, pode-se considerar que as mortes em países pobres têm um custo mais baixo do que nos países ricos, pois, seus moradores recebem salários mais baixos” (*apud* ACSELRAD *et al*, 2009, p.7).

Moçambique está como um dos destinos das importações de risco. Os representantes do Estado encrustam-se na ideologia do desenvolvimento para incentivarem a entrada desses projetos. É a partir destes elementos que adentraremos nos processos de importações de riscos que o país se encontra imerso, tendo como objetivo geral a problematização do desenvolvimento extrativista mineral e suas implicações presentes e futuras na saúde, ambiente, trabalho e outros meios de reprodução social das

comunidades residentes nos territórios onde estão instalados os empreendimentos da Vale e todos os atingidos.

Para aprofundar o debate em torno dessas indagações, propomos como objetivos específicos discutir o desenvolvimentismo extrativista minerário no contexto da crise do capitalismo global, em seguida contextualizamos Moçambique na lógica do desenvolvimento extrativista, constatamos e antecipamos as implicações na saúde, ambiente, trabalho no território assim como com a literatura produzida em outros contextos. Em paralelo com os problemas, indicaremos práticas e pensamentos emancipatórios que estão sendo construídos localmente articuladas ao contexto global. São práticas que se dão de diferentes formas, recusando o pensamento único, mostrando que outros mundos são possíveis. É o “cosmopolitismo subalterno” ou/e o “ecologismo dos pobres” que vem sendo levados avante por movimentos sociais, movimentos indígenas, movimentos feministas, povos tradicionais que tem dito não a exploração, apropriação, colonização, coisificação, transformação da mãe terra em recurso de satisfação de anseios económicos.

Apresentaremos à forma como o ecologismo dos pobres ou os movimentos “cosmopolitas subalternos” articula-se a nível local, nacional, regional e global, pois, conforme referencia Boaventura de Sousa Santos (2010), diante de ofensiva neoliberal que se tende total e totalizadora, global e hegemónica, desenvolve-se em diversas esferas o “cosmopolitismo subalterno” que se articula globalmente fazendo ofensivas contra-hegemônicas perante o modelo de desenvolvimento capitalista. O cosmopolitismo subalterno afirma diferentes formas de produção do mundo e da vida, trazendo a tona o que Michel Löwy (2015) denomina de “visões do mundo”, que se opõem entre si. A negação feita pelos movimentos cosmopolitas subalternos desenvolve-se a nível político, económico, cultural, simbólico e epistémico, pois, a luta pela justiça social, ambiental, cultural, anda em consonância com a luta pela justiça epistémica (SANTOS, 2010). A desigualdade ambiental se articula com a desigualdade social e não se pode enfrentar a crise ambiental sem promover a justiça social (ACSELRAD, 2004; ACSELRAD *et al*, 2009), assim como não se pode enfrentar a justiça social global sem enfrentamento a justiça epistémica global (SANTOS, 2010), pois, “não existe justiça social global sem justiça cognitiva global” (SANTOS, 2010, p.49-50).

2.2 *Epistemologias do Sul e o cosmopolitismo subalterno*

“Uma Epistemologia do Sul assenta em três orientações:

Aprender que existe o Sul;

Aprender a ir para o Sul;

Aprender a partir do Sul e com o Sul

(SANTOS, 1995, p.508)

E mais:

Aprender que o Sul não é homogêneo.

Epistemologia “é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido” (SANTOS;MENESES, 2010, p.15), ou por outra, trata-se de todo o processo de validação e legitimação do conhecimento. Isto explica as razões pelas quais diferentes formas de apreensão do mundo sofreram o que Boaventura de Sousa Santos denomina de epistemicídio¹⁷ ou violência epistêmica nos termos de Spivak (2014). É que na medida em que a ciência ocidental foi se elevando, constituiu-se como a única e verdadeira na medida em que desqualificava as outras formas de ver o mundo. O colonialismo e o capitalismo, através de processos de apropriação/violência¹⁸, possibilitaram que a visão científica ocidental auferisse um estatuto hegemônico, e nela e através dela foram explicados todos os fenômenos do mundo.

Com o passar dos tempos, os abalos científicos do século XX, as lutas anticoloniais nos países colonizados, colocaram em causa a ciência e o pensamento abissal propagado pelo ocidente por longos séculos. Ocorre assim de forma embrionária

¹⁷ Segundo Santos (1998;2004) epistemicídio é um conceito que designa a morte de um conhecimento local perpetrada por uma ciência alienígena.

¹⁸ Para Santos (2010, p.38), a apropriação, em particular no domínio do conhecimento, vai desde o uso dos habitantes locais como guias e de mitos e cerimônias locais como instrumentos de conversão, à pilhagem de conhecimentos indígenas sobre a biodiversidade, enquanto a violência é exercida através da proibição do uso das línguas próprias em espaços públicos, da adoção forçada de nomes cristãos, da conversão e destruição de símbolos e lugares de culto, e de todas as formas de discriminação cultural e racial.

um pensamento que parte do Sul, que se caracteriza pela negação do pensamento Ocidental como único e válido. O processo que instiga o pensar a partir do Sul é o reconhecimento de que todo o conhecimento é contextual, e o ato de sua produção, leva em consideração os processos económicos, sociais, políticos, culturais, espirituais dos povos.

Apesar dos componentes económicos, espirituais, políticos, culturais serem preponderantes na forma de ver, interpretar, vivenciar o mundo, existiu ao longo do tempo uma Epistemologia dominante, a Epistemologia europeia-capitalista-judaica/cristã. Conforme pautam Santos e Meneses (2010), é uma Epistemologia que se assenta na dupla diferença: “a diferença cultural do mundo moderno cristão ocidental e a diferença política do colonialismo e capitalismo” (SANTOS;MENESES, 2010, p.16). A sua reivindicação pela universalidade, que está imbricada na ciência moderna, foi possível com base na força com que a intervenção política, económica e militar do colonialismo e do capitalismo modernos impuseram aos povos e culturas não ocidentais e não cristãs (SANTOS;MENESES;NUNES, 2005; SANTOS;MENESES, 2010).

A universalização da visão ocidental do mundo implicou a descredibilização, negação, e até supressão de todas as práticas sociais de conhecimento que contrariassem a ela (SANTOS, 2004; SANTOS; MENESES, 2010), o que reforça a constatação do Castoriadis de que toda a ideia que se funda auto rejeita aquilo que lhe repudia, o que conseqüentemente resulta no epistemícidio (SANTOS, 1998). Isto acontece porque o pensamento moderno ocidental funda-se dentro do que Santos (2010) denomina de pensamento abissal, que consiste “num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as visíveis fundamentam as invisíveis” (SANTOS, 2010, p.31-32). O pensamento abissal divide o universo em duas linhas distintas:

“O universo deste lado da linha e o universo do outro lado da linha. A divisão é tal que o outro lado da linha desaparece enquanto realidade torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceite de inclusão considera como sendo o Outro. A característica principal do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha” (SANTOS, 2010, p.32).

O mecanismo de superação do paradigma dominante e divisor das duas linhas parte do entendimento de que o mundo é epistemologicamente diverso e que a diversidade que o circunda, longe de constituir negatividade, representa riqueza das capacidades humanas para conferir a inteligibilidade e intencionalidade às experiências sociais (SANTOS;MENESES, 2010). Essa diversidade epistemológica do mundo é designada por Boaventura de Sousa Santos (1995; 2006; 2010) de Epistemologias do Sul.

O Sul constitui para Santos uma metáfora que vai para além do Sul geográfico, mas também e principalmente em referência aos países e regiões do mundo que possuem um passado histórico comum de dominação europeia por via do colonialismo. Em geral “as epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos” (SANTOS;MENESES, 2010, p.19). A esse diálogo de saberes, Santos (2004; 2006; 2007; 2010) denomina de ecologia de saberes.

2.2.1 Cosmopolitismo subalterno

O pensamento abissal por mais excludente, violento e desumano que seja, continuará existindo enquanto não enfrentar resistências. Essas resistências para além de se centrarem no campo político devem também militar no campo epistemológico (SANTOS, 2010) pois, não há como alcançar a justiça social global sem a justiça cognitiva global conforme já referenciamos. Esse enfrentamento embora embrionário já está acontecendo, porém precisa de ser fortalecido. Para Santos é de fundamental importância que a sociologia das emergências¹⁹ consiga captar essa aparição e ampliar. Cabe a sociologia das emergências trazer à tona todas as sociologias das ausências. Considerem-se sociologias das ausências, todos os pensamentos, saberes e práticas que foram silenciados ao longo dos tempos, pelo pensamento dominante.

¹⁹ Santos usa o termo Sociologia da ausências para se referir a todos os saberes e visões do mundo que foram historicamente colocados na linha abissal da inexistência e invisibilidade. E Sociologia das emergências consiste numa ampliação simbólica de sinais, pistas e tendências latentes que, embora dispersas, embrionárias e fragmentadas, apontam para novas constelações de sentido tanto no que respeita a compreensão como a transformação do mundo (SANTOS, 2004; 2007; 2010).

Algumas ausências outrora silenciadas, estilos e modos de vida historicamente oprimidos e reprimidos, hoje buscam lugar de existência e difusão lutando inclusive contra o pensamento dominante. Santos denomina de cosmopolitismo subalterno o “vasto conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra a exclusão económica, social, política e cultural gerada pela mais recente encarnação do capitalismo global, conhecido como globalização neoliberal (SANTOS, 2002a, 2006c, *apud* SANTOS, 2010, p.51). O cosmopolitismo subalterno está difuso, realiza e deve realizar múltiplos combates, porém, existem três que Santos tem concebido como fulcrais e indispensáveis: a luta contra o colonialismo, capitalismo e o patriarcado.

Devido ao reconhecimento de que o pensamento abissal é um pensamento produtor de desigualdades de saber e de poder, negação das diferenças, apregoador do individualismo possessivo, as iniciativas dos movimentos contra-hegemónicos “são animadas por um *ethos* redistributivo no sentido mais amplo da expressão, o qual implica a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos e, como tal, se baseia, simultaneamente, no princípio da igualdade e no reconhecimento da diferença” (SANTOS, 2010, p.51). A dialética igualdade/diferença dentro do pensamento de Santos é patente na sua célebre frase: temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza.

Capturar a atuação dos movimentos subalternos em diferentes escalas necessita de metodologias pós-escalares. Essa exigência se aprofunda ainda mais perante a necessidade de um debate que concilia as interfaces saúde/ambiente e trabalho. É por estas razões que compreendemos que a perspectiva metodológica que pode nos aproximar cada vez mais do objecto é a complexidade, pois, permite a incursão por diferentes campos de saberes que se fazem fundamentais para a análise mais consistente do tema. Em seguida fazemos o debate em torno desta, sob os alicerces de Boaventura de Sousa Santos e Edgar Morin.

2.3 Caminhos da complexidade

Antes de delinear a forma como as perspectivas da complexidade se constituem, é de suma importância referir que, o pensamento complexo não é algo dado, concluído e conclusivo. Trabalhar com a complexidade é assumir desafios de diversos tipos. Desde a articulação da complexidade como campo teórico, metodológico e prático, assim como a inserção desse pensamento na academia. A universidade é um lugar de disciplinas que disciplinam. E conforme foi constatado por Foucault, “a disciplina se define por um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições de técnicas e instrumentos” (p.30). O jogo de regras precisa e deve ser cumprido. Fecham-se as possibilidades de buscar e encontrar outros rumos para além das regras estabelecidas. As definições de técnicas e instrumentos também nos conduzem ao fechamento. Definir é demarcar território. Demarcar território é limitar. É dar possibilidades na circularidade.

Essa forma de pensar é atrelada a revolução científica do século XVI que se consolida no século XIX. Passados anos ainda caminhamos nos moldes da modernidade. É por esta razão que nos finais do Sec. XX, Santos (2008) percebia que, em termos científicos continuava-se no Sec. XIX. Talvez o mesmo se possa dizer em relação ao século XXI. O modelo de racionalidade da ciência moderna constituiu-se a partir da revolução científica do Sec. XVI e foi se desenvolvendo nos séculos seguintes sob domínio das ciências naturais, tendo uma característica totalitária (HORKHEIMER, 1983; SANTOS, 2008), isto é, se aceitando a si e seus modelos de produção de conhecimento como únicos e verdadeiros. A aceitável e verdadeira razão era nada mais que a racionalidade científica de caráter positivista. Uma racionalidade que se desenvolveu engessando, eliminando, excluindo outras formas de percepção do mundo (MORIN, 2008), pois, na lógica do pensamento abissal em que a ciência moderna se desenvolveu, “do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos e subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para a inquirição científica” (SANTOS, 2010, p.34). A este processo de negação e invisibilização de outras formas de saberes em detrimento do saber científico ocidental, Santos (2004) denominou de *monocultura do saber* (SANTOS, 2004).

Desde seu surgimento a ciência moderna tem tido como grande tarefa provar as suas virtudes de verificação e descoberta em relação a todos outros modos de conhecimento (MORIN, 2013). Tal como anunciou Bacon, a ciência devia dar ao homem o poder de dominar a natureza (*apud* Santos 2008) e tudo que existe nela. Apenas nela e através dela foram buscadas as respostas para os problemas do mundo. A visão unilateral que se assemelha a cegueira, foi possibilitando que até os problemas gerados pela ciência e a técnica recorressem a soluções científicas²⁰. O espírito e a cultura que produzem essa mesma ciência foram excluídos (MORIN, 2013).

Embora o paradigma da ciência moderna tenha trazido elucidacões, triunfos para a humanidade, as consequências foram e continuam sendo avassaladoras²¹. Morin diz que “essa ciência libertadora traz, ao mesmo tempo, possibilidades terríveis de subjugação” (MORIN, 2013, p.16). Reforçando o pensamento de Morin, Moraes (1997) considera que o triunfo do paradigma dominante trouxe grande perda para a humanidade em termos de sensibilidade, estética, sentimentos e valores ao direcionar atenção para tudo que fosse mensurável e quantificável. “O mundo foi ficando árido, morto, incolor, sem paladar, cheiro, consciência e espírito” (p.39). As promessas da felicidade humana que estavam contidas nesse pensamento tiveram efeitos reversos, trazendo principalmente subjugação e dominação de uns contra outros (HORKHEIMER, 1983).

A ciência moderna é caracterizada pela busca de leis objetivas e universais (HORKHEIMER, 1983; CHAUI, 2002, SANTOS, 2008), afirma-se pela experiência rigorosa dos fenômenos, observação e experimentação, quantificação (SANTOS, 2008), para além da eliminação do observador na observação, isto é, distanciamento entre o sujeito e o objeto (SANTOS 2008; MORIN, 2013). Objeto é o que se estuda, se manipula. Ao sujeito pesquisador na relação com os sujeitos pesquisados tem sido outorgado o direito de conceber outros seres como objetos. É um tipo de pensamento que se sustenta na manipulação e previsibilidade dos fenômenos, ignorando que “este mundo previsível e controlável, formado por leis estáveis universais, não corresponde ao complexo mundo da produção da vida e dos fenômenos da consciência” (PORTO, 2012).

²⁰ Um exemplo concreto é das perspectivas de modernização ecológica para dar resposta aos problemas ambientais causados em grande parte pelos processos produtivos que tem como grande suporte a ciência e a técnica.

²¹ Santos (2004, 2010); Morin (2013)

É típico do pensamento científico moderno separar para compreender. Compreender para dominar. Na separação o todo é subjugado pelas partes. O que não aparece no imaginário de muitos é que conforme constatou Pascal, existe um todo nas partes assim como partes no todo (*apud* MORIN, 2008). A “hiperespecialização impede de ver o global (que ela fragmenta em parcelas), bem como o essencial (que ela dilui)” (MORIN, 2008, p.13).

Trespassar essas limitações exige o reconhecimento de que os fenômenos são mais complexos do que a resignada (in) consciência científica possibilita perceber ao fazer a divisão e simplificação. A complexidade decorre com a percepção de que os componentes que “constituem um todo (como econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes” (MORIN, 2008, p.14). Isso necessita que “abandonamos um tipo de explicação linear por um tipo de explicação em movimento, circular, aonde vamos das partes para o todo, do todo para as partes, para tentar compreender um fenômeno” (MORIN, 2013, p.181-182). Ademais, “uma inteligência incapaz de perceber o contexto e o complexo planetário fica cega, inconsciente e irresponsável” (*idem*, p.15).

De forma a não cedermos lugar a cegueira, a inconsciência e a irresponsabilidade, nos propomos a adentrar em abordagens *inter, transdisciplinares* e outras formas de cultivar e apreender a vida. A complexidade é o reconhecimento das incertezas e a busca de diálogo não só entre vários campos da ciência, mas também com outras formas de conhecimentos que incluam a vivência e as necessidades das pessoas e populações afetadas (PORTO, 2012). No entanto, não significa que apreenderemos de forma completa todos os detalhes do que está sendo estudado. Pois, por mais complexo que for o estudo não passa de uma representação da realidade que é bem maior que os nossos instrumentos de captação (por mais amplos que sejam) e nossa capacidade de perceber e apreender, tal como constatado por Maturana e Varela (2001), tudo que é dito, é sempre dito por alguém.

Ainda assim, empreendemos um esforço reflexivo para apreender os fenômenos em múltiplos vieses analíticos. Adentraremos na sociologia para compreensão dos processos sociológicos que possibilitaram o modelo de desenvolvimento atual em Moçambique, o que requer o conhecimento da sociedade moçambicana e sua trajetória

ao longo dos tempos, estabelecendo assim a aproximação com a história. Conforme consta em Marx, para conhecer a sociedade é inevitável conhecer os seus modos de produção. Assim, a história e a economia, assim como a economia política poderão nos possibilitar conhecer os modos de produção ao longo da constituição das sociedades moçambicanas e como as decisões políticas se configuraram em cada época histórica. Será importante também conhecer as estratégias discursivas de poder ao longo dos tempos. Como uma certa ordem era/é afirmada e legitimada. O que necessita conhecer os dispositivos de poder acionados em diferentes épocas históricas. Porém, como todo poder sofre resistência conforme anuncia Foucault (2013), consideramos importante, mesmo que não seja de forma exaustiva, conhecer as estratégias de resistências seculares contra todas as forças dominantes e dominadoras, estruturadas que se querem estruturantes assim como apresentar as resistências que ocorrem em outros lugares no contexto das multinacionais.

Aproximaremos-nos de semelhante modo do aporte teórico da ecologia política que tem elaborado críticas a visões hegemônicas sobre o debate ambiental, em sua relação com o modelo de desenvolvimento vigente. Adentraremos o campo da saúde coletiva para conhecer os efeitos que o desenvolvimento extrativista gera na saúde. Para além de que as teorias descoloniais do Sul global serão uma das principais referências nossas, de forma a termos sustento teórico para a desconstrução dos paradigmas dominantes que ainda buscam se impor de forma universal nas formas de pensar, sentir, estar, ver, viver e experienciar o mundo. Pensar o mundo a partir do Sul global constitui também o nosso desafio do ponto de vista epistemológico e prático.

A realização dessa pesquisa contou com o suporte de dados secundários, resultantes de pesquisas realizadas em Moçambique junto às comunidades atingidas pela Vale e com alguns diálogos com pesquisadores que estiveram junto ao campo de pesquisa e conhecedores da realidade. Cruzamos várias técnicas, dentre as quais a pesquisa bibliográfica que nos habilitará perceber as tendências do debate sobre o desenvolvimento em variados contextos, a pesquisa documental permitiu-nos perceber os debates sobre o extrativismo na América-Latina, África e Moçambique no campo teórico e empírico. Usamos também informações de jornais, artigos de opinião, sites oficiais dos governos, empresas, organizações não-governamentais que discutem a temática do desenvolvimento extrativista em Moçambique das quais podemos destacar

o Centro de Integridade Pública (CIP) e o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).

Dado ao fato do extrativismo dentro do capitalismo acelerado e global constituir um fenômeno recente, isto é, do início do presente século em Moçambique, as implicações na saúde, ambiente e trabalho ainda encontram-se invisibilizadas no debate nacional. Para além de que alguns efeitos podem ser imediatos, mas outros de longo prazo. Assim sendo, as experiências atravessadas por países da América-Latina, em particular Brasil, nos abrem possibilidades para o uso da indução e traçarmos proposições e possibilidades de ocorrência de casos similares ou aproximados em Moçambique.

Consideramos fundamental para a maior compreensão do trabalho o entendimento de algumas categorias orientadoras e com as quais nos afixamos para as análises. São elas, a crítica ao *pensamento abissal, território, ambiente e saúde*. Elaboramos conceitos como “*efeitos já*” do extrativismo, referindo-nos aos efeitos imediatos decorrentes do extrativismo e trabalhamos com a metáfora do “*efeito rato*” que é um conceito situado localmente (Moçambique) dentro das propostas das Epistemologias do Sul que se pretendem ser desconstrutivistas em relação ao Norte principalmente. Procuramos também desenvolver a vigilância epistemológica em relação ao Sul, concebendo que este não é homogéneo. Os desafios da construção das Epistemologias do Sul precisam considerar que os países do Sul, possuem variações geográficas, económicas, políticas, culturais e epistemológicas.

O Sul é feito de aproximações e abismos. Um dos exemplos dos abismos é que ao nível do Sul já existem países como o Brasil, nosso foco de análise, que desempenha uma função subimperialista em alguns países que compõem o Sul global, pese embora, revista-se de linguagens de “bom samaritano” que pretende ajudar, cooperar para o desenvolvimento, tudo isso não passa de narrativas de dominação como fica patente no debate sobre o desenvolvimento que segue.

DESENVOLVIMENTO COMO FORMA DE INTERVENÇÃO DO CAPITAL²²

A semelhança da Democracia, Direitos Humanos, Boa-Governança, Transparência, o Desenvolvimento é também parte das meta-narrativas globais. A premissa é de que existem os desenvolvidos e padrões/modelos do desenvolvimento, e todos aqueles que não se adequam aos mesmos são subdesenvolvidos. E como dentro do pensamento abissal (SANTOS, 2010) o subdesenvolvido pertence ao lugar do subalterno, a sua subalternidade tem sido usada como argumento para a intervenção com finalidades de mudar o quadro, ou seja, o subalterno subdesenvolvido sofre intervenção do desenvolvido para que também se desenvolva.

A corrida ao desenvolvimento é sustentada pela “crença de que o desenvolvimento que as nações que saíram na frente da revolução industrial têm experimentado pode ser transposto para toda e qualquer outra nação, tornando-se assim um valor desejável em si próprio” (CAVALCANTI, 2002, p.76-77) para além de indispensável e incontornável (ZHOURI, 2012; RIBEIRO, 2012). Esta noção atrela-se ao evolucionismo que concebe que todos os que se encontram num dado estágio, com o tempo podem passar para o outro estágio “superior” e melhor. A história seria nada mais que teleologia.

Rostow (1961) era muito crente no paradigma que encaminha todos ao “paraíso” consumista americano que chegou a delinear cinco etapas do desenvolvimento. A primeira etapa seria a da sociedade tradicional; a segunda as pré-condições de arranco; a terceira, o arranco; quarto seria a marcha para a maturidade e em quinto teríamos a era do consumo de massa.

A sociedade tradicional, para Rostow (1961), é caracterizada por uma estrutura de produção que se expande internamente, na qual a economia é de subsistência e grande parte dos seus recursos é destinada a agricultura. Para além de que os meios de produção são também tradicionais. Cenário relativamente diferente nas pré-condições de arranco em que as sociedades já estão em transição, a produção gera excedente que

²² Nesse capítulo, nos limitamos a elaborar críticas, sem no entanto, sinalizar outras possibilidades. Retornaremos ao assunto no último capítulo.

pode ser usado para a comercialização. Porém, ainda se estaria diante de baixa produtividade pela falta de meios que impulsionem o avanço da produção.

No arranco, segundo Rostow (1961), as resistências ao desenvolvimento são superadas e incrementa-se a industrialização, o que impulsiona a transição da mão-de-obra do setor agrícola para o industrial. Neste processo, as instituições sociais e políticas vão sofrendo transformações que fortalecem cada vez mais o desenvolvimento econômico. Aumentam investimentos no setor privado e “a economia explora recursos naturais e métodos de produção até então inaproveitados” (ROSTOW, 1961; p.21).

Na marcha para a maturidade, a economia em ascensão estende a tecnologia moderna nas suas atividades, o que possibilita cada vez mais a sua deslocação do local e passa para a esfera internacional. Rostow (1961) define a fase da maturidade como aquela em que a economia demonstra capacidade de avançar para além das indústrias que inicialmente lhe impeliram ao arranco pela aplicação de instrumentos tecnológicos mais sofisticados.

Por último teríamos o sonho e a paz americana baseada no consumo. Na perspectiva deste autor, nessa etapa a economia direciona-se para o consumo de massa, crescem as indústrias produtoras de bens de consumo duráveis e o setor de serviços começa a assumir uma crescente relevância dentro da estrutura setorial da economia do país.

Em tudo isso, Rostow não visualizava implicações negativas, o que é típico de quem observa a história de forma teleológica em que o caos é em dado momento da trajetória histórica substituído pela salvação eterna. Por isso, todas as iniquidades são compreensíveis em nome do “bem maior”. Na busca do que se considera todo, as partes são justificadamente destruídas. O que não ocorre neste tipo de pensamento é que as partes são parte do todo assim como o todo das partes.

O pensamento sacrificial, em nome de um bem maior a ser alcançado um dia, faz com que mesmo diante dos ônus causados pelo paradigma do desenvolvimento econômico, ainda existam globalmente correntes apologistas ao mesmo, pois, concebe-se que não é possível a realização humana sem o crescimento do PIB. Lall (2002) é um dos muitos economistas que ainda acreditam no desenvolvimento dentro do paradigma convencional. Em um artigo intitulado “Globalização e desenvolvimento: perspectivas

para as nações emergentes” Lall elabora a seguinte questão: que é preciso para que os países em desenvolvimento logrem êxito num contexto globalizado? O autor já tinha consigo a resposta, e, resume-se em uma palavra: competitividade.

Embora reconheça a difícil tarefa de ser competitivo em um mercado de gigantes, em que o grande pisa no pequeno sem se importar se o fere ou o mata, Lall (2002) dentro da sua perspectiva liberal, considera que é exatamente a condição subalterna dos países do eixo Sul que serve de atrativo para recursos externos, podendo também, servirem como fornecedores de insumos, serviços e até inovações tecnológicas. E para isso, é necessário que estes países sejam mais abertos, pois, não há outra maneira de se chegar ao desenvolvimento sem a participação na dinâmica global (LALL, 2002).

Assim como Rostow, numa época totalmente diferente, isto é, no século XXI, Lall (2002) pensa na tecnologia como um instrumento imprescindível na pauta desenvolvimentista. As altas tecnologias são as mais referenciadas pelo autor na medida em que considera que “os produtos manufaturados, os baseados em recursos naturais perderam terreno a partir do início dos anos oitenta, as de baixa tecnologia desde 1993, e os de média tecnologia desde 1998” (LALL, 2002, p.112).

As prescrições da indústria desenvolvimentista são notáveis também em Ocampo (2002) que considera que ainda pode-se alcançar o desenvolvimento para todos. A globalização é a via. Para isso é necessário que se garanta uma oferta satisfatória de *bens públicos globais*; construir um sistema mundial baseado nos direitos humanos, isto é, uma cidadania global e superar gradualmente as assimetrias que caracterizam o sistema econômico mundial.

A noção dos bens públicos globais inclui dentre várias coisas a paz e justiça internacionais, o conhecimento humano, a diversidade cultural, a luta contra as pandemias internacionais, a sustentabilidade do meio ambiente, a regulamentação do uso dos bens comuns, normas para a regularização das transações econômicas internacionais e a estabilidade macroeconômica mundial (OCAMPO, 2002).

Construir a cidadania global “implica o respeito pelos direitos humanos básicos e pela diversidade cultural, assim conciliando o princípio da igualdade com o direito de ser diferente” (OCAMPO, 2002, p.314). E para a eliminação das assimetrias globais,

Ocampo (2002) considera que os esforços nacionais que visam superar as desigualdades só podem alcançar sucesso numa cooperação internacional projetada para superar gradativamente as assimetrias básicas da ordem global que estão na raiz das desigualdades internacionais.

Dito de outro modo, Ocampo cogita num desenvolvimento nos moldes capitalistas que seja acompanhado por humanismo, democracia, justiça social e econômica, respeito ao meio ambiente. O que Ocampo não considera, é que as ausências que se verificam no desenvolvimento capitalista, não constituem fracasso deste modelo, mas o seu sucesso. É intrínseco ao projeto moderno de desenvolvimento avançar destruindo parte de si. Esperar por um desenvolvimento capitalista mais humano, integrador, democrático, respeitante das diferenças, dos territórios, das cosmovisões indígenas, quilombolas, afrodescendentes e outras formas de vida, pode ser bem mais utópico que projetar uma transição rumo ao socialismo como ressalta Wood (2011).

Além de pensadores singulares acima apresentados, o jogo desenvolvimentista é acompanhado por instituições potentes que cuidam de levar a boa nova a toda à criatura. O Banco Mundial tido por Rich (1994) como o “Vaticano do desenvolvimento internacional” (*apud* RIBEIRO, 2012, p.203) e o Fundo Monetário Internacional, são até então, duas das principais instituições globais-localizadas²³ responsáveis por levar o abecedário para todos aqueles que não o possuem. Ao longo dos anos, este abecedário é atrelado a reformas estatais, desnacionalização, privatizações, abertura aos mercados nacionais, regionais, globais e constantes endividamentos que por vezes aparecem com a solidária denominação de “ajuda externa”.

Embora esses pacotes apresentem-se de forma messiânica, não passam de novas formas de colonialidade e manutenção da dependência do Sul Global em relação ao Norte Global. No caso da dívida externa Massimo Amato (2015) diz que a dívida transformou-se em mercadoria no contexto da financeirização da economia, e em contraste com as outras mercadorias, esta não existe para ser paga, mas para ser comprada e vendida. Durning (1989) é esclarecedor ao dizer que em nível internacional os padrões entrelaçados no comércio das dívidas de capitais tem feito dos ricos mais

23. Usamos o termo em voga por percebermos que toda globalização tem sua localização conforme vem assinalando o Sociólogo Boaventura de Sousa Santos.

ricos e dos “pobres mais pobres” (*apud* CASANOVA, 1995). Materializando-se desta forma a questão Mateuiana²⁴ em que os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres para além da pobreza, até o que tem lhes são arrancados.

As dívidas que são difundidas como alavanca para os projetos desenvolvimentistas no Sul global têm consigo o argumento econômico que traduz a ideia de que: “o retorno sobre esses investimentos” ultrapassa o custo do capital (STIGLITZ, 2002, p.340) e o argumento político que considera que “os benefícios dos empréstimos serão sentidos agora, enquanto os problemas da quitação ficariam a cargo das outras pessoas [...]” (*ibidem*). O que se oculta é que os bancos e os empregadores em geral, “são bons amigos na bonança, enquanto se dispõem a fazer o empréstimo do dinheiro quando você não precisa, e querem recebe-lo de volta quando você mais precisa dele” (STIGLITZ, 2002). Para Stiglitz (2002), “o custo de não tomar empréstimos é elevado [...], mas o custo de toma-los é ainda maior” (p.345).

Casanova (1995) insere-se entre os autores que consideram que a relação Norte e Sul reflete-se como um novo colonialismo. É uma relação desigual, geradora de dependência. Diz o autor que na relação com as instituições da Breton Woods, o terceiro mundo deve manter-se aberto ao comércio e aos fluxos de capital da economia capitalista mundial acatando suas regras, o que dentre várias consequências destaca-se a dependência. Segundo Casanova, nos anos 80 o endividamento constituía a principal fonte de transferências do excedente dos países pobres endividados aos países credores. A política que permite o aumento das transferências internas e globais é formulada pelos credores, acrescentando o facto de que os governos dos países dependentes da ajuda externa tenderem a prestar contas aos doadores e não aos cidadãos em particular nas escolhas das orientações políticas para o país (CASTEL-BRANCO, 2010). E, diferente do que se pensa e do que se difunde, “os países em vias de desenvolvimento recebem menos dinheiro do que enviam aos países desenvolvidos” (CASANOVA, 1995, p.35). Portanto, “as relações entre os países são assimétricas, fazendo com que o que está assumindo o controle se constitua como império” (HARVEY, 2014, p.35).

Diante das desigualdades de troca entre as nações, obviamente que o tido como desenvolvido ficará cada vez mais desenvolvido e o subdesenvolvido no lugar subalterno. O primeiro se perpetua sacrificando o segundo. Harvey (2014) afirma que os

²⁴ Bíblia sagrada no livro de Mateus capítulo 12:13.

Estados hegemônicos e os capitais financeiros formam alianças para a manutenção da hegemonia de tal forma que “uma das tarefas essenciais do Estado²⁵ é tentar preservar o padrão de assimetrias espaciais de troca que seja vantajosa para ele” (p.35).

Nesta lógica geopolítica de dependência protagonizada principalmente pelo ocidente, contribuindo para a manutenção da sua hegemonia global, o desenvolvimento corresponde “um mito” (FURTADO, 1974). Considerando que uma das propagandas atreladas ao desenvolvimento é o consumo, Furtado (1974) compreende que não há como se generalizarem os padrões de consumo dos ricos em escala planetária em virtude da exclusão que o processo de desenvolvimento, tal como se tem verificado, tende a promover, agravada pelo maior número de expansão demográfica dos excluídos.

Para além dos aspectos acima enunciados, Furtado também percebia o desenvolvimento na lógica do pensamento dominante como impossibilidade, ou conforme ele assinala, como mito, na medida em que sua materialização implica a destruição de recursos naturais, agrava a disparidade de renda e tende ainda a produzir uma homogeneização cultural danosa (FURTADO, 1974; CAVALCANTI, 2002). Portanto, “buscar parâmetros de desenvolvimento e ‘crescimento econômico’ no capitalismo, pode ser algo antagônico com a realidade ambiental, social e cultural” (PINHEIRO;BARCELLOS, 2015).

Todavia, os setores apologistas ao desenvolvimento quando interpelados pelo discurso da degradação ecológica trazem a tona todos seus construtos científicos e técnicos para legitimação do seu pensamento, notando-se dessa maneira o que já foi constatado por Habermas (1968) ao referir a técnica e a ciência como ideologia. Para além da legitimação e viabilização dos projetos desenvolvimentistas, a ciência e a técnica são referenciadas como meios pelos quais se podem mitigar os danos que ocorrem. Assim, instiga-se a industrialização, ao avanço do setor extrativista, enaltecendo-se o que Zhouri (2012) designa de “paradigma de adequação ambiental”, onde se proclama a viabilização do projeto técnico com vista a mitigar as externalidades ambientais e sociais sem que, no entanto comprometa-se o projeto do ponto de vista econômico-orçamentário (ZHOURI;LASCHEFSKI, 2010).

²⁵ O Estado em referência são os Estados do Norte Global. Os do Sul mesmo se quisessem tirar algumas vantagens superiores, a fragilidade dos mesmos os impossibilita.

O paradigma da adequação ambiental que se insere no que é conhecido como a modernização ecológica, atribuí ao mercado a capacidade de resolver a degradação ambiental através da economização do meio ambiente e abertura do mercado para as tecnologias ditas limpas (ACSELRAD, 2004). Concomitantemente “celebra-se o mercado, consagra-se o consenso político e promove-se o progresso técnico” (ACSELRAD, 2004, p.23). Segundo Acselrad (2004), concebe-se a possibilidade de garantir a superação da crise ambiental através das instituições modernas sem abandonar o padrão da modernização e o modo de produção capitalista que é *per si* antagônico a segurança de nós-natureza. Desconsideram conforme pauta Rustin de que “toda consideração séria sobre os perigos ambientais aponta imediatamente para a necessidade de se conter e controlar a operação dos mercados como uma de suas primeiras causas” (*apud* ACSELRAD, 2004, p.24).

Enquanto se difunde a modernização ecológica, por outro lado, a narrativa do desenvolvimento sustentável se propaga. Essa narrativa trás a tona o uso racional dos recursos, na medida em que visa (va) fortalecer as medidas compensatórias e mitigadoras dos danos ambientais (RIGOTTO, 2008; ZHOURI, 2010). Dessa perspectiva, “a operacionalização das estratégias centradas no desenvolvimento sustentável implicou a implementação de sistemas regulatórios e institucionais em níveis internacional, nacional e local” (ZHOURI, 2011). Tendo se trabalhado nos licenciamentos, reforço a legislações e a educação ambiental.

Nota-se que mesmo diante de tantos ônus conhecidos e reconhecidos, a ideologia do desenvolvimento prevalece. A razão da propagação deste paradigma é explicada em parte por Rattner no prefácio do livro da Rigotto (2008): “continua-se a apregoar que esse é o caminho porque há um interesse ideológico profundo, uma forma de dominação para que todos continuem a correr na mesma trilha, e fazer o que lhes mandem sem questionar, sem contestar e, sobretudo sem sonhar que existem alternativas” (p.13).

Desenvolvimento é um pouco do que Rattner constatou. É uma palavra ideológica que tem como fim a intervenção *sobre*. E essa intervenção precisa de legitimação para quem intervém e para quem sofre a intervenção. Se no passado o racismo foi usado para intervir *sobre*, visto que como pautou Hannah Arendt, seria quase que impossível o imperialismo sem o racismo, no momento em que o racismo

passa a ocupar uma posição antiética na esfera pública, precisou-se de outros dispositivos interventivos. Já não pode ser a “perfeição branca” em detrimento da “imperfeição negra ou índia”, que são bárbaras e ateias precisando da salvação através da adesão a cristianismo para a salvação da alma, então, entra-se na perfeição de “nós” desenvolvidos perante a imperfeição de “vocês” subdesenvolvidos. Primeiro mundo/terceiro mundo, centro/periferia. Em suma, estamos numa nova forma de dualidade perfeição/imperfeição. Quando o desenvolvido se apresenta como padrão desejável assim como o homem branco se “apresentou” no passado, o tido como subdesenvolvido torna-se susceptível e vulnerável a intervenção. É por isso que o desenvolvimento é apenas uma palavra, uma palavra vazia de concretude, apenas ideologia que possibilita intervenção *sobre*.

Alba Carvalho (2015) faz uma consideração bastante instigante sobre o desenvolvimento. Para a autora o desenvolvimento é nada mais que uma nova roupagem colonizadora, ou seja, desenvolvimento é colonização. Se compreendermos colonização como processo de espoliação, apropriação/violência, alienação psíquica, espiritual, cultural, então, no contexto da linguagem ambiental podemos considerar o desenvolvimento como nada mais que uma versão camaleônica para a prossecução da injustiça epistêmica e injustiças socioambientais nos países do Sul. Na produção e reprodução da injustiça epistêmica os promotores do desenvolvimento ao se colocarem perante os outros como detentores de um saber conhecedor do que é melhor para o outro, silenciando suas experiências, possibilita intervenção geradora de outras injustiças. Isso permite que seja cada vez mais assertivo o enunciado do Boaventura de Sousa Santos de que a luta pela justiça social deve se fazer acompanhar da luta pela justiça epistêmica.

As forças que homogeneízam o saber, ao invés de deixarem os saberes heterogêneos tal como se apresentam, geram um desperdício de experiências (SANTOS, 2004) no mundo da vida. É um desperdício apriori necessário para essas forças porque não existem possibilidades de intervenção sobre o outro sem a sua desqualificação e simplificação. Conforme colocamos acima, toda a intervenção sobre o outro exige sua simplificação. Se faz necessária a “criação de um Outro, constituído como um ser intrinsecamente desqualificado, um repositório de características inferiores em relação ao saber e poder ocidentais e, por isso, disponível para ser usado e apropriado” (SANTOS *et al*, 2005, p.28). Não é por acaso que os promotores do desenvolvimento

tendem a desqualificar saberes e modos de vida comunitários, tencionando nestas, constantes sensações de falta/ausência que precisam ser preenchidas. Assinala-se que essas faltas/ausências são sempre dentro dos padrões burgueses da sociedade urbana/industrial/consumista que se intitulam e se difundem como melhores e superiores.

Outro elemento de fulcral importância a ser mencionado, por consideramos que pode instigar maiores debates, é o pressuposto de que as injustiças e desigualdades socioambientais não são produto do desenvolvimento. Dizer que o desenvolvimento produz injustiças e desigualdades socioambientais é considerar que existem virtudes no desenvolvimento, sendo estes elementos seus efeitos colaterais, ou como tem se designado, externalidades. Mas se corroborarmos com a descrição de Bauman (1999) sobre o capitalismo, ao referir que a pobreza não constitui doença deste modelo de produção civilizacional, mas sim o próprio capitalismo, ou seja, sua saúde, então, as injustiças e desigualdades socioambientais não constituem o avesso doentio do desenvolvimento, mas a sua verdadeira face saudável.

Diante dos que tendem a apresentar indicadores de algumas mudanças que denominam de melhorias de vida como resultado dos projetos de desenvolvimento se faz necessário considerarmos que, em simultâneo ocorrem às injustiças e desigualdades ambientais que recaem sobre os mais vulneráveis seja pela condição econômica, racial, pelo sexo, pela localização geográfica e outros indicadores de exclusão, enquanto os não vulneráveis vivenciam ambientes saudáveis. Destarte, podemos dizer que o desenvolvimento encontra-se dentro dessa linha abissal em que, enquanto de um lado a linha produz vida, do outro lado, o lado subalterno, da invisibilidade e negação, produz morte.

É assertiva a forma como Porto-Gonçalves compreende o desenvolvimento:

“Des-envolver” é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantêm suas relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, sepá-los entre si, individualizando-os. "Não deixa de ser uma atualização do princípio romano – divide et impera – mais profunda ainda, na medida em que, ao des-envolver, envolver cada um (dos desterritorializados)

numa nova configuração societária, a capitalista” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.81).

Em suma, o desenvolvimento foi e continua a ser um termo que designa um futuro sem futuro para a grande maioria dos povos do mundo, por isso, se faz necessário transitar da ideia de desenvolvimento alternativo à ideia de alternativas ao desenvolvimento (SANTOS, 2001; 2007; 2010) ou como diz Escobar (2005), buscar perspectivas pós-desenvolvimento. Isso significa ao pé da letra tornar póstumo o desenvolvimento, abdicar dessa palavra canonizada pelas ciências e pelo discurso político-ideológico de direita ou de esquerda (JUNIOR;JÚNIOR, 2011). Assim, para Junior e Júnior (2011), numa ótica pós-desenvolvimentista, daríamos espaço a racionalidades ecológicas, económicas e culturais que estão do outro lado da linha abissal por não serem modernas, ou seja, não obedecerem à lógica do capital, tal como a racionalidade económica dos camponeses, a racionalidade ecológica dos indígenas, dentre outras.

3.1 O rentismo e o extrativismo na América Latina

Em Rigotto (2008) encontramos que a trajetória histórica da ideologia do desenvolvimento floresce na revolução industrial e é celebrada no século XIX, tendo como bandeira o “progresso” trazido pelas indústrias nos países cêtricos. Desta forma, “industrialização e desenvolvimento vão se constituindo em sinônimos” (RIGOTTO, 2008, p.24). Assim, constrói-se uma relação de linearidade em que a industrialização é concebida como caminho para o desenvolvimento e o desenvolvimento tido como produto da industrialização (ALTVATER, S.d; SCHILSINGER, 2001; VEIGA, 1993; HERCULANO, 1992, ARRIGH, 1997 *apud* RIGOTTO, 2008).

Esses ideais foram antecidos pelo renascimento, onde emergem na esfera intelectual outras formas de ver a natureza. Foram suplantadas as visões da natureza como organismo vivo e que está em comunhão com os seres humanos e passa a ser vista como algo externo e passível de manipulação. Bacon teve a sua máxima de domínio sobre a natureza, controlando-a e manipulando. Descartes com o seu modelo conhecido como cartesianismo, reduz a imensidão e a beleza da natureza a simplificação que

visava também o domínio e controle. E, como constatou Gudynas, “se manipula y apropria lá naturaleza como condición y necesidad para atender requerimientos cuya meta era el progreso perpetuo” (GUDYNAS, 1999, p. 103).

Ainda no âmbito da virada de concepção da natureza, a economia clássica passou a conceber esta como meio de produção ilimitada a subsistência humana para o enriquecimento das nações. Aprofunda-se a visão utilitarista que permite com que se vejam os elementos da natureza como recurso, de onde se podem explorar diferentes recursos para o uso passando-se a pensar na eficiência e na produtividade e em como extrair os recursos e usa-los para o desenvolvimento (GUDYNAS, 1999). Diferentes concepções foram aparecendo ao longo dos tempos, muitas delas conservadoras mesmo mascaradas de progressistas por advogarem a conservação. Porém, nas décadas de 80 emerge uma concepção da natureza como capital e assim, bens comuns como água, solo passam a ganhar valor no mercado (*idem*).

Para Gudynas (1999) a semelhança do Ocidente, a América-Latina também internalizou e reivindicou o desenvolvimento nos moldes em que a Europa concebia. Foi assim com a industrialização e, tempos depois, com o extrativismo e neoextrativismo, ao se conceber a terra como capital que precisava entrar em circulação no mercado. Segundo Gudynas, essa visão sobre a natureza não escapou aos elaboradores da teoria da dependência desde Raúl Presbich, A. Gunder, Fernando Henrique Cardoso e outros. São intelectuais que defendiam a industrialização como forma de substituição das importações e também a apropriação e extração dos bens naturais, considerando também que, os impactos ambientais poderiam alcançar soluções técnicas não gerando nenhuma alternativa as concepções da natureza. Todas as perspectivas que traziam em voga a questão ecológica eram suplantadas pelo paradigma do crescimento económico, e recusavam-se os argumentos que traziam a tona a finitude dos recursos e o esgotamento do planeta terra (*idem*).

Na América Latina, a industrialização como base para o desenvolvimento constituiu a ideia dominante nos anos 50, verificando-se nesse período a predominância do “Estado desenvolvimentista” (GUDYNAS, 2013). O que se tinha é que o modelo de industrialização substituiria as importações (AMIN, 1977; MILANEZ; SANTOS, 2013). Segundo Milanez e Santos (2013), naquela época eram criticados os padrões de comércio internacionais tidos como sendo de trocas desiguais. Como alternativa, era

defendida a substituição da importação de produtos industriais básicos por meio da constituição de infraestrutura produtiva. Os autores dizem, ainda, que se procurava implementar esta mudança por meio do endividamento externo, de investimentos diretos internacionais e intervenção do governo. Assim, para Sikkink (1991), essa intervenção poderia ocorrer por meio de empresas estatais, na forma de subsídios e da infraestrutura necessária para o surgimento de novas indústrias (*apud* MILANEZ;SANTOS, 2013).

Mattei e Santos (2009) indicam que apesar dos resultados obtidos nos anos 1950 e 1960, o modelo de industrialização via substituição de importações, que já vinha apresentando desgaste ao longo da década de 1970 devido ao endividamento externo e déficit comercial crescente, tornou-se insustentável com a elevação das taxas de juros internacionais em 1979, resultantes da nova política monetária restritiva. De acordo com Milanez e Santos, o vínculo de dependência dramaticamente rememorado entre as economias nacional e mundial, se expressou em uma grave crise financeira nos anos 80, impulsionando a reorientação da estrutura e da estratégia económicas para o pagamento da dívida, refletindo-se em baixas taxas de crescimento ao longo de todo o período.

Este processo, aliado a mudanças no cenário internacional, resultou em uma forte reação contra o modelo em vigor e induziu uma guinada neoliberal na América-Latina a partir dos anos 1990 (BARTON, 2006 *apud* MILANEZ;SANTOS; SCOTTO, 2014; CARVALHO;GUERRA, 2015) emergindo desta forma o que pode ser considerado “Estado neoliberal” (GUDYNAS, 2013). Carvalho e Guerra (2015) consideram que a partir deste momento, o Brasil insere-se ativamente e de forma subordinada no capitalismo financeirizado dentro da agenda estratégica do Consenso de Washington, submetendo-se as políticas de ajuste estabelecidas pelos centros hegemónicos para os países da América-Latina.

No contexto brasileiro, os ajustes deram-se inicialmente no governo de Collor de Melo (1990-1992) e se intensificaram na era Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) com o Plano Real a garantir a estabilização monetária e ajustes da estrutura estatal via privatizações (CARVALHO;GUERRA, 2015). Nesse período o tamanho do Estado reduz e se redefine, verifica-se a entrada de capitais transnacionais, abertura comercial e privatizações de empresas públicas. A Vale do Rio Doce é uma das grandes empresas que é privatizada no Brasil. Verifica-se nesse período “um Estado ajustador, a

conviver com a institucionalização do Estado Democrático, nos marcos de uma democracia formal, institucional, restrita, subordinada a lógica de expansão do capital [...] materializando o que pode ser considerado um primeiro ciclo de ajuste”²⁶ (*Idem*, p.17).

Nesse período o foco para o mercado interno foi reduzido e retomou-se a preocupação com o crescimento para fora, de forma que a exportação voltou a ser vista como estratégia de desenvolvimento (BARTON, 2006). Porém, o processo de inserção internacional foi marcado pela baixa competitividade dos produtos industrializados regionais, levando os países a se apoiarem novamente na exportação de produtos intensivos em recursos naturais onde ainda possuíam vantagens comparativas (MILANEZ;SANTOS, 2014). Por isso é que os finais dos anos 90 e entrada para o século XXI caracterizaram-se por uma especialização da região na comercialização de produtos intensivos em recursos naturais, que permitiam a entrada de divisas necessárias à importação de bens intensivos em tecnologia (SCHAPER;VÉRÈZ, 2001 *apud* MILANEZ;SANTOS, 2014).

No início do século XXI, face à crise estrutural do capital, a América-Latina torna-se atraente para o sistema do capital em um duplo movimento: como detentora de recursos naturais a serem expropriados pelos centros capitalistas e como espaço de destinação do capital financeiro a deslocar-se para regiões consideradas periféricas (CARVALHO;GUERRA, 2015). Sendo esta época caracterizada pela entrada na cena política de governos tidos como progressistas, Hugo Chávez (Venezuela, 1998), Ricardo Lagos (Chile, 2000), Luís Inácio Lula da Silva (Brasil, 2003), Evo Morales (Bolívia, 2005), Tabaré Vázquez (Uruguai, 2005), Rafael Correa (Equador, 2006) e Fernando Lugo (Paraguai, 2008), ocorreram várias rupturas, porém, algumas políticas neoliberais foram mantidas, conformando o que viria a ser caracterizado como neoxtratativismo progressista (GUDYNAS, 2009; 2013). O que embora tenha originado crescimento foi nos marcos da acumulação rentista-extrativista (GALARZA, 2013; 2014 *apud* CARVALHO;GUERRA, 2015) ficando evidente que as esquerdas Latino americanas se assumiram como reformistas dentro do capitalismo (GUDYNAS, 2013).

²⁶ No texto em referência as autoras mencionam outras fases do ajuste do Estado brasileiro, a segunda e a terceira que não serão aqui mencionadas.

A entrada dos governos progressistas em cena, não possibilitou o questionamento do papel do extrativismo na busca do desenvolvimento nacional, ao contrário, buscaram novos argumentos para justificar sua adoção (MILANEZ;SANTOS, 2014). Propagou-se que o extrativismo é de “interesse nacional” ou “público” (ALBAVERA, 2004), ou que constitui “o que a maioria quer” (GUDYNAS, 2012; MILANEZ;SANTOS, 2014) e ainda que, esse modelo impulsiona o “crescimento econômico” (MILANEZ;SANTOS, 2014). Juntamente com a propaganda de crescimento econômico fala-se da geração de empregos, o que aparece como atrativo em sociedades/comunidades que geralmente encontram-se imersas no desemprego (GUDYNAS, 2012a; MILANEZ;SANTOS; COELHO, 2013), apresentando desta forma, implicações econômicas, sociais e culturas, pois, no contexto do extrativismo minerário, estas empresas geram o que Coelho (2013) denominou de minério-dependência, pois, quando este modelo entra nos territórios inviabiliza os modos de vida tradicionais, formas de organização econômica pela perda de acesso aos bens naturais que sustentavam sua produção.

A acumulação rentista-extrativista possibilitou o crescimento da América-Latina por cerca de 5% ao ano, num cenário de crise global que atingia em maiores proporções os países do centro (GUDYNAS, 2013; CARVALHO;GUERRA, 2015). Gudynas (2013) diz que em 2010 verificaram-se altos índices de crescimento em quase todos os países da América Latina com exceção de Venezuela. Dados indicam que nesse ano Paraguai cresceu em 15%, Argentina em 9,2% e Uruguai em 8,5% (GUDYNAS, 2013). De acordo com os dados da Cepal, as exportações mineiras do MERCOSUL, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai passaram de mais de US\$ 13 bilhões em 2003 para US\$ 42 bilhões em 2009 (GUDYNAS, 2013).

Com a entrada dos governos progressistas nos países da América-Latina emerge o que Gudynas (2012a; 2012b) convencionou chamar de “Estado compensador”, que por um lado, se caracteriza pela implantação de programas de combate a pobreza a partir da distribuição de recursos fiscais (GUDYNAS, 2012a; 2012b; 2013; GALARZA, 2014 *apud* CARVALHO;GUERRA, 2015; MILANEZ;SANTOS, 2014), e do outro lado, o mesmo Estado adota políticas econômicas, tecnológicas e educacionais que se sustentam através de alianças com grupos conservadores e corporações transnacionais, flexibilizando os marcos jurídicos que protegem o trabalhador, meio ambiente e garantia dos direitos dos povos originários (PORTO *et al*, 2014).

O desenvolvimento baseado no mantra do crescimento ilimitado e das possibilidades infinitas da exploração dos bens naturais em aliança com um “capitalismo benévolo” que aponta, sobretudo a lidar com a pobreza, e a desigualdade, “tem colocado o Estado em um papel de protagonista de violações em nome de ‘interesse nacional’ que tem dificultado sobremaneira a defesa dos violados” (GLASS, 2015, p.43). O protagonismo das violações tem-se dado a partir da flexibilização dos códigos florestais, de mineração, desafetação das unidades de conservação, restrição à demarcação dos territórios das comunidades tradicionais, nas desapropriações compulsórias, quando o Estado faz a divisão entre os sujeitos colonizadores e sujeitos colonizáveis e quando alicia ou reprime os que não comungam com os projetos desenvolvimentistas (GLASS, 2015). Na medida em que o desenvolvimento significa progresso acelerado, progresso no sentido material tem sido estratégico afastar quem está na frente atrapalhando o trânsito (ARANTES, 2014).

Em países como Bolívia e Equador, procurou-se traçar linhas alternativas ao desenvolvimento predatório. Contudo, houve paradoxos. Enquanto por um lado, as suas constituições eram inseridas na perspectiva do *Bien Vivir*, advogando os direitos da natureza, preservação das espécies silvestres, rompendo o “antropocentrismo pelo biocentrismo” (GUDYNAS, 1999), por outro lado, a participação dos produtos primários elevou-se, reforçando um modelo extrativista devastador do meio ambiente, uma vez que esgota jazidas ou as extrai em um ritmo superior a taxa de “reposição” (ALVAREZ, 2013 *apud* CARVALHO; GUERRA, 2015) causando ou podendo causar consequências negativas para nós-natureza.

No Brasil, com a mineração e o agronegócio, tem se gerado grandes concentrações de terras e territórios, desmatamento, conflitos sociais e trabalho escravo (GLASS, 2015). Para além de que a concentração de vastas terras compromete a reforma agrária, a agroecologia, a agricultura familiar (COELHO, 2015). O que permite conceber que o extrativismo tem como principal característica o aprofundamento da aniquilação anímica, espiritual, cultural e econômica de uma grande parcela populacional (GLASS, 2015) conforme apresentaremos em seguida.

3.2 Experiências dos impactos negativos da mineração e processos de resistência em dois países americanos

“Vamos ~~competir~~ (grifo nosso) sem destruir a natureza porque, acima das conjunturas do momento, nossa rica biodiversidade será a grande riqueza de sempre e vamos preservá-la.

Antes que nos convertamos em um enclave petrolero, antes que convertamos a terra em minas a céu aberto, proponho impulsar um esforço sustentável para converter a Costa Rica em uma potência ecológica.

O verdadeiro petróleo e o verdadeiro ouro do futuro serão a água e o oxigênio; serão nossos aquíferos e nossos bosques” (trecho do discurso de posse Abel Pacheco, presidente da Costa Rica 2002-2006, *apud* MILANEZ, 2014).

É irrecusável que existiram alguns avanços sociais com a entrada dos governos progressistas na cena política Latino-Americana. O extrativismo progressista, que se caracteriza pela forte participação do Estado de forma direta ou indireta nos processos económicos, possibilitou com que houvesse um razoável distributivismo ou compensações sociais que contribuíram para a inserção das camadas sociais que se encontravam a margem do consumo capitalista. Contudo, diante dos ônus do extrativismo é de se questionar quão valiosa é a inserção das pessoas dentro do sistema capitalista que avança destruindo nós-natureza.

O extrativismo tem grandes impactos territoriais, fortes impactos ambientais e sociais. Tem havido persistência dos problemas de contaminação, perdas de biodiversidade dentre outros efeitos negativos. Tudo isso tem gerado conflitos. As comunidades, que se sentem afetadas por esses danos, têm realizado ao longo dos tempos reivindicações que visam superar o sistema de inserção predatória dentro do sistema capitalista. É por isso que, quando ecoam discursos do extrativismo ou neoextrativismo impulsador de desenvolvimento e inclusão social é necessário questionar desenvolvimento para quem? E inclusão de quem? E se realmente merecem

ser exaltadas essas virtudes, para evitar-se cair nos estilos típicos da oratória antiga chamados discursos epidícticos nos quais o tribuno no final de tudo se aperfeiçoava em enaltecer as virtudes do nada (BENJAMIN, 2015).

Os conflitos visíveis em países que se afirmam pelo extrativismo demonstram o quão este não constitui consenso. Demonstraremos nos próximos momentos alguns dissensos verificados em dois países e as resistências encabeçadas, assim como algumas vitórias alcançadas. É que conforme assinalou Gudynas (2013) o extrativismo abrange um caráter não mercantil que as populações locais consideram inegociáveis.

Na Argentina a partir dos anos 1990 assiste-se uma forte expansão do modelo mineiro, em particular a designada mineração ao céu aberto (mesmo modelo que a Vale está desenvolvendo em Moçambique) sob o comando das empresas transnacionais. O país tornou-se num importante fornecedor de ouro e cobre para o mercado global. As condições fiscais e o baixo custo de energia, mão-de-obra e serviços tornaram-se atração (SCOTTO, 2014).

Porém, conforme demarcamos em situações anteriores, a atividade mineira é sempre acompanhada de conflitos. Os mesmos decorreram na Argentina, desencadeando um conjunto de mobilizações e resistências principalmente pela mineração ao céu aberto que emprega substâncias tóxicas e altamente contaminosas, além de produzir modificações na paisagem, ao mesmo tempo em que requer um uso desmesurado de água e energia (*idem*).

A materialização da mineração ao céu aberto exige a remoção de grandes quantidades de rochas mediante uso de toneladas de explosivos. A paisagem é desta forma povoada por imensas crateras de até 800 metros de profundidade. O processo, como frisamos antes, consome diariamente enorme quantidades de água. Afirma Scotto (2014) que água contaminada com cianeto e metais pesados é depositada em piscinões que costumam romper-se deixando seu conteúdo contaminado fluir em direção aos rios, córregos e lençóis freáticos.

Um dos primeiros projetos de mineração foi instalado na Argentina em 1997 em Catamarca. Segundo Scotto, inicialmente o projeto foi bem recebido, mas o apoio não durou muito tempo e em 2003 iniciaram mobilizações contra a mineração. Esses acontecimentos decorreram em três momentos: “1º) a população pede a criação de

empregos; 2º) reivindica a participação dos lucros da empresa; 3º) se mobiliza contra a mineração com substâncias tóxicas” (SCOTTO, 2014, p.41). Machado Aráoz (2009) é citado por Scotto (2014) como tendo apresentado a existência de um conjunto de antecedentes impulsionadores da virada da população contra a mineração. Estes variam das sucessivas rupturas e derrames no mineroduto, a passividade das autoridades provinciais perante os acidentes, as denúncias encaminhadas à justiça federal pelo diretor do meio ambiente da província de Tucumán pela contaminação da água causada pelos derrames, denúncias de grupos indígenas locais sobre desflorestamento, contaminação do ar por radiação, destruição de cemitérios indígenas causados pela linha de transmissão elétrica. Um ano depois, destaca Scotto, um grupo de cientistas comprovou a existência de infiltrações numa barragem vizinha do empreendimento que põe em risco toda a bacia do rio Vis Vis-Amanao.

Em face desses problemas Scotto diz que em 2004 começaram mobilizações de rejeição a mineração ao céu aberto sufocando as posturas que reclamavam a participação nos benefícios e aumento de controle e questionam-se os impactos ambientais (que variam da destruição e saqueio dos bens naturais e a contaminação) e os impactos negativos nas economias locais (incompatibilidade da mineração com a agricultura, a criação do gado e o turismo) o que gerou mobilizações com pretensões de paralisação das atividades mineiras assim como uma legislação que proibisse a mineração de metálicos como a de urânio (SCOTTO, 2014).

Segundo Scotto, a cidade de Esquel (província de Chubut) é considerada um marco das mobilizações, quando em 2003, 81% dos 30.000 vizinhos da mineração expressaram negativamente a sua posição em relação a instalação da mineradora “Canadense Miridian Gold”, através de um referendun municipal, gerando um efeito multiplicador pelo país. Os populares reuniram-se e criaram a campanha “No a la mina”. Como resultado das mobilizações, o *concejo deliberativo* sancionou uma lei proibindo o uso do cianeto e revogou a adesão municipal as leis nacionais de investimento mineiro e junto ao executivo municipal que convocou a população para um referendun. No dia 23 de Março de 2002, afirma Scotto, 81% da população votou pelo “No a la mina”. Tendo-se depois sancionado a lei provincial número 5001 que proíbe a atividade de mineração de metálicos ao céu aberto e a utilização de cianeto nos processos de produção mineira.

Vitórias similares resultantes de mobilizações populares e governos locais decorreram na Costa Rica. Trata-se da proibição da mineração metálica ao céu aberto que foi definida por um decreto presidencial em 2002 e posteriormente por uma lei nacional em 2010 (MILANEZ, 2014). Tal processo, realça o autor, resultou principalmente de acúmulos de acidentes e eventos de contaminação, além de conflitos específicos como os relacionados às minas de Bellavista e Las Crucitas.

Milanez (2014) constata que as resistências contra a mineração partiram da organização de movimentos locais chegando a atingir a dimensão nacional através de redes como a *asociación norte por la vida*, a *frente regional del pacifico* e a *frente regional de oposición a la minería a cielo abierto*. As redes que se articularam “congregavam não apenas movimentos ambientalistas, como também feministas, camponeses, indígenas, religiosos e organizações de estudantes e defensores de direitos humanos” (MILANEZ, 2014, p.101). McDonald (2010b) citado por Milanez destacou que as estratégias utilizadas pelos movimentos incluíram passeatas e protestos, ações legais e greves de fome. O Estado que geralmente assume papel de acionista e porta-voz das empresas teve, conforme assinala Milanez (2014), posição ambígua e contraditória ao longo do processo. Os governos locais também tiveram protagonismo no questionamento das decisões do governo nacional, pelo entendimento de que a mineração gerava não apenas a degradação ambiental, mas também o empobrecimento da população (ISLA, 2002).

Desde os anos 1990, houve diferentes eventos de contaminação, o que deu início a processos graduais de mobilização local contra a mineração na Costa Rica (MILANEZ, 2014). Existe o caso das atividades na mina de Macacona, localizada no cantão de Esparza, província de Puntaneras, onde as atividades iniciaram em 1982, sendo fechada sete anos depois pela pressão popular (*idem*). Segundo Milanez (2014) as atividades da mineradora contaminaram com cianeto os rios da região assim como uma área de mangue no golfo de Nicoya.

Os impactos mais graves foram criados pela canadense Ariel Resources Ltd que extraía ouro no cantão de Abangares (MILANEZ, 2014). Segundo o mesmo autor, em 2000 foi realizado um estudo de impacto sociambiental organizado pela “Frente Regional de Oposición a la Minería de oro a cielo abierto” que “identificou a alteração da biodiversidade, contaminação do ar e contaminação dos cursos d’água por cianeto

(MILANEZ, 2014, p.102). Para além de terem sido identificadas taxas de dermatite, gastrite e doenças neurológicas crescentes, além de uma taxa de mortalidade infantil e uma incidência de síndrome de down superiores as medidas nacionais (ISLA, 2002).

A mina Bellavista que se localiza no cantão de montes de oro operou até 2007 diante de grandes pressões que antecederam o seu encerramento. No ano de 2007, houve um grande deslizamento de terra que não apenas soterrou a planta de processamento e a lagoa de tratamento de afluentes mas também causou rompimento da geomembrana na bacia de rejeitos, gerando vazamento de afluentes contaminados por cianeto e metais pesados (HURTADO;HERNÁNDEZ, 2012). Este acontecimento, resultou no fechamento da mina assim como na redução da confiança da população em relação as empresas mineradoras, conforme pontua Milanez.

Milanez apresenta ainda que o projeto de Las Crucitas foi também denunciado e recusado por populares que já haviam tido conhecimentos dos efeitos negativos da mineração pela experiência do sucedido em Bellavista. Pela pressão popular, em 2002 o presidente Abel Pacheco decretou a moratória de mineração de ouro a céu aberto na Costa Rica, porém, a empresa Vanessa Ventures ameaçou processar o governo da Costa Rica se necessário em tribunais arbitrários internacionais (MILANEZ, 2014). Mesmo diante das fortes pressões, segundo Milanez, em 2010 foi aprovada na Costa Rica a lei número 8.904/2010 que proibia a mineração de ouro ao céu aberto no país. Contudo, essa lei não afetava a licença de Las Crucitas. Somente em 2011 que esta foi cancelada pelo decreto da suprema corte (*idem*). Dois anos depois, a infinito golo processou o governo da Costa Rica no centro internacional para acordos em disputas de investimentos do Banco Mundial exigindo indenização no valor de US\$ 1 bilhão (TICO TIMES, 2013).

Os elementos apresentados mostram os efeitos negativos dos projetos de extrativismo mineral, assim como também, são negativamente impactantes as outras formas de extrativismo, como o agronegócio. É perceptível o quão os Estados-governo tem formado alianças e difundem ideologicamente a necessidade dessas empresas na simultaneidade em que são vítimas de chantagens dessas empresas quando procuram impedir o avanço da acumulação capitalista. Porém, resistências desenvolvidas mostram que o cosmopolitismo subalterno ou o poder popular fortemente articulado é capaz de fazer face a esses projetos que são anti-vida. Essas articulações precisam ser feitas desde

esfera local a global e sem um sujeito histórico a priori e caracterizado pela unicidade, mas sujeitos difusos que são unidos por serem pró-vida e contra a opressão capitalista e todas as suas variantes, assim como outras formas de opressão extra campo econômico, embora possam encontrar associação, como o caso de opressão de raça, gênero, orientação sexual, étnica e outras.

Retomaremos este assunto mais adiante na discussão sobre as tessituras do cosmopolitismo subalterno. Por já adentraremos no continente africano de forma a alcançarmos Moçambique que é o nosso foco. Porém, como Moçambique está dentro do contexto global de acumulação via espoliação, consideramos fundamental partir do contexto global, em particular do Sul Global tendo como foco a América-Latina e assim chegarmos ao nosso destino localizado.

No âmbito do percurso, no capítulo que segue, discutiremos a cooperação Norte-Sul e Sul-Sul de forma a delinear os seus fundamentos no âmbito dos processos da globalização e competitividade capitalística. O principal questionamento que nos propomos a responder, vincula-se as possibilidades de cooperação simétrica entre os países do Sul dentro da ordem econômica global. Nos marcos da globalização e mundialização do capital, podem os países de Sul adotarem modelos de relacionamentos que não se materializem na expropriação, pilhagem e subalternização dos mais frágeis no circuito? Estão os países do Sul caminhando para processos de cooperação ou fortalecem modernas formas de imperialismo? Qual o papel dos Estados nesses processos? São algumas das questões que nos propomos a responder em seguida.

BRICS: UM IMPERIALISMO COM NOME DE COOPERAÇÃO

“Uma civilização que se mostra incapaz de resolver os problemas que suscita seu funcionamento é uma civilização decadente.

Uma civilização que escolhe fechar os olhos ante seus problemas mais cruciais é uma civilização ferida.

Uma civilização que engana seus próprios princípios é uma civilização moribunda.

O fato é que a civilização chamada “europeia”, a civilização “ocidental”, tal como foi moldada por dois séculos do regime burguês, é incapaz de resolver os dois principais problemas que sua existência originou: o problema do proletariado e o problema colonial. [...] A Europa é indefensável. [...]. O grave é que a “Europa” é moral e espiritualmente indefensável.” (CÉSAIRE, 2000, p.15-16).

“Assim, embora nominalmente independentes, estes países continuam a viver na relação clássica da colônia com o seu ‘patrão’ metropolitano, isto é, a produzir matérias-primas e a servir-lhe e mercado exclusivo. A única diferença é que agora essa relação está encoberta por uma aparência de ajuda e solicitude, uma das formas mais sutis do neo-colonialismo” (Kwame Nkrumah, Gana – 1909, Bucareste – 1972).

“Na nossa opinião, o que os BRICS fazem não é diferente do que o Norte tem feito com o Sul, mas, enquanto resistimos às práticas do Norte, devemos ser ousados o suficiente para aprender a resistir as mesmas práticas, porém por parte de alguns dos nossos países do Sul” (AMISI et al, 2014, p.425).

Os escritos acima apresentam-se pertinentes para adentrar e perceber as tendências que a África atravessa atualmente. Importa começar dizendo que assim como a América-Latina, o continente africano é historicamente alvo de interesses em bens naturais por parte de diferentes potências. São aproximadamente 30, os recursos minerais do mundo que o continente guarda no seu subsolo (SARAIVA, 2012). Pode-se destacar a reserva de cerca de 66% dos diamantes mundiais, 58% do ouro, 45% do cobalto, 17% de manganês, 15% de bauxita, 15% de zinco e 10 a 15% de petróleo (*idem*).

Se no passado recente o processo de “apropriação/violência” (SANTOS, 2010) teve a Europa como principal e único ator, atualmente o imperialismo em África encontra-se difuso. O antigo predador, para além de ter retornado para os territórios mais renovado e dissimulado do que na época em que fez a ocupação efetiva, está agora acompanhado. O novo bloco económico “BRICS”, entrou na cena de “apropriação por espoliação” (HARVEY, 2014).

É necessário lembrar que embora os países africanos tenham alcançado a independência a partir dos anos 50 e principalmente 60 do século passado, estratégias de subjugação por parte dos antigos impérios mantiveram-se e renovaram-se. Terminologias como neocolonialismo, colonialismo disfarçado, foram forjadas para referir aos dispositivos modernos de dominação. Estes dispositivos se manifestam pela dominação “política e económica” (YOUNG, 2001, WOOD, 2014). As mesmas são operacionalizadas por grandes instituições financeiras (BM e FMI) e corporações transnacionais.

Consideramos que procede afirmar que após a colonização efetiva, a África está vivendo uma nova colonização. E isso requer que entendamos o que é mesmo colonização. Aimé Césaire já nos disse:

“Ela não é evangelização, nem empreitada filantrópica, nem vontade de fazer retroceder as fronteiras da ignorância, da enfermidade, da tirania; nem a expansão de Deus, nem a extensão do direito; admitir de uma vez por todas, sem titubear por receio das consequências, que na colonização o gesto decisivo é o de aventureiro e o do pirata, o do mercador e do armador, do caçador de ouro e do comerciante, o do apetite e da força, com a maléfica sombra projetada por trás por uma forma de civilização que em um momento de sua história se sente obrigada, endogenamente, a estender a concorrência de suas economias antagónicas à escala mundial” (CÉSAIRE, 2000, p.17).

As ideologias do desenvolvimento e globalização aparecem atualmente como legitimadoras da acumulação por espoliação. Elas são reforçadas de linguagens como ajuda humanitária/cooperação, aberturas de mercado/libre comércio. Porém, analisando profundamente a forma como as relações decorrem, fica perceptível a preservação dos modelos de dominação nas relações Norte-Sul e Sul-Sul. A narrativa do comércio livre preserva mais liberdade para uns, e, reproduz barreiras para outros. A ajuda humanitária

e cooperação transformaram-se em mais sofisticados mecanismos de transferência monetárias dos países periféricos para os semi-periféricos e centrais.

O relatório da ONG francesa Survie faz algumas denúncias sobre a hipocrisia do ocidente para com o continente africano. No relatório consta que a França constituiu o Ministério de Cooperação no ano de 1961, em substituição ao antigo Ministério das Colônias (THIMONIER, 2006 *apud* PINHEIRO & BARCELLOS, 2015). Este ato deu início ao sistema *françafrique*, ironicamente homófono a frase *France à Fric*, que indicava o interesse da França em continuar ganhando dinheiro em África (*idem*). Segundo Thimonier, em paralelo a realização da cooperação, são relatadas ações obscuras coordenadas pelas antigas metrópoles como a incitação à guerra, a intervenção nas eleições locais, e mesmo afastamento de lideranças (*apud* PINHEIRO;BARCELLOS, 2015).

Ndlovu-Gatsheni ao analisar o modelo do poder global pós-independências afirma haver continuidade com o modelo colonial, pois, não se gerou sistemas mais libertários ou socialmente justos, mas sim, um mundo neocolonizado pós-colonial na África. Muito antes, vários nacionalistas africanos como Kwame Nkrumah, já suspeitavam as possibilidades da não conformação da Europa com as independências substantivas dos países africanos, podendo articular novas estratégias de apropriação e exploração. Por isso o apelo no seu livro “África deve unir-se”.

Pelos seus ideais libertários de magnitude continental, Nkrumah (Gana) foi vítima de um golpe do Estado, obrigando-o a buscar refúgio até a sua morte. Foi por golpe de Estado e assassinato que Tomas Sankara (Burquina Fasso) nacionalista e contrário ao domínio ocidental viu seus sonhos libertários estagnarem. Samora Machel (Moçambique) também carregado de fortes ideais nacionalistas e aversão ao domínio ocidental na simultaneidade em que travava a luta contra apartheid na África do Sul teve como destino o homicídio que até hoje continua sem explicações. Mais recentemente, um dos últimos nacionalistas, com o ideal de unidade africana e luta contra o imperialismo, Khadafi, foi vítima das ações de desestabilização das grandes potências até ao humilhante assassinato. Neste momento, a Líbia vive ciclos de crises e, o petróleo está totalmente exposto para as grandes potências. É que com o ocidente só existe uma forma de se relacionar, tornar-se sua imagem e semelhança, ou então imediatamente

reativa-se o evangelho que diz: “quem não está comigo, está contra mim” (EVG MATEUS 12:30).

Pinheiro e Barcellos (2015) assinalam que se no período colonial as potências europeias já haviam imposto suas línguas, moeda, sistema administrativo e jurídico, a cooperação faz do ocidente um ator privilegiado no continente. Implementaram-se estruturas de Estado que já nasceram arcaicas e burocratizadas que estimulam modelos de desenvolvimento que o ocidente julga ser adequado para os “subdesenvolvidos”, que é nada mais que ser fornecedor de matéria-prima, mantendo a dependência econômica (*Idem*), para além daquela que se perpetua através da dívida externa. Sobre a dívida externa o relatório da Survie indica que:

“É o primeiro mecanismo de transferência de riqueza das populações dos países do Sul para os aciários dos países do Norte. Desde 1980, é o equivalente a 60 planos Marshal que foi transferido do Sul para o Norte e a dívida foi paga várias vezes há muito tempo” (THIMONIER, 2006, p.23 *apud* PINHEIRO;BARCELLOS, 2015, p.68).

Conforme referimos anteriormente, além do continente africano se encontrar secularmente diante da teia europeia, nesse momento encontram-se também as potências que se geraram no Sul global, constituindo-se em bloco denominado BRICS, que é Brasil, Rússia, Índia, China e por último a África do Sul que chega dois anos após a constituição do bloco. Sendo necessário destacar que, a chegada tardia da África do Sul não é um acaso. Não existia plano de contemplação de algum país africano. O que com o passar dos tempos na avaliação dos membros do BRIC (sem o S de South África), deixar o continente africano de fora e o tratar apenas como provedor de matéria-prima transpassaria na opinião pública a imagem de mais um bloco econômico que explora o continente (PINHEIRO;BARCELLOS, 2015).

Uma interpretação diferente da anterior compreende que a importância da África do Sul no bloco resulta da sua influência que acaba servindo de ponto de entrada das grandes corporações internacionais no continente africano (LECHINI, 2012; AMISI *et al*, 2014). Basta notar que este país está envolvido em vários blocos estratégicos a nível do continente, tais como, o Renascimento da África, Nova Parceria Econômica para o

Desenvolvimento da África (NEPAD), União Aduaneira Sul Africana (SACU) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)²⁷ (LECHINI, 2012).

Tem existido uma visão otimista da cooperação Sul-Sul, enfatizando-se a horizontalidade entre o doador e o receptor e autonomia do último (GARCIA *et al*, 2012). Porém, embora a cúpula BRICS apareça como bem-intencionada, apropriando-se da linguagem de ajuda humanitária, no concreto, age nos moldes da exploração e apropriação dos bens dos países subalternos (AMISI *et al*, 2014; PINHEIRO; BARCELLOS, 2015). Para Amisi *et al* (2014) os BRICS constituem um protótipo da tradição secular de pilhagem em África que teve início na conferência de Berlim em 1885. As corporações brasileiras, russas, indianas, chinesas e sul-africanas não estão comprometidas com o desenvolvimento para as pessoas comuns, nem na terra natal nem nos países em que realizam os seus trabalhos (AMISI *et al*, 2014).

O Brasil em particular começou uma nova política externa para África²⁸ a partir da ascensão do governo PT através do Lula da Silva (GARCIA, 2012). Começando a se materializar por uma série de visitas do presidente ao continente. Em oito anos de governo, o presidente Lula visitou 29 países em dez viagens, ultrapassando a somatória de todos os governos anteriores (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010; GARCIA *et al*, 2012). Das 35 novas embaixadas abertas durante esse governo, 16 se localizaram em países do continente africano (GARCIA *et al*, 2012). Para Celso Amorin (2011) Lula revelou-se “o mais africano dos presidentes. Pediu perdão pelos crimes da escravidão, visitou mais de duas dezenas de países e abriu caminho para ações de cooperação e negócios” (*apud* GARCIA *et al*, 2012, p.8).

Nessa fase, o Estado brasileiro assume um grande protagonismo em aliança com as instituições financeiras. Garcia *et al* (2012) assinalam que, de acordo com o “Valor Económico”, as concessões do BNDES para projetos na África chegaram ao patamar dos US\$ 766 milhões em 2009, representando 36% dos desembolsos do banco em

²⁷ A SACU é composta por Botsuana, Lesotho, Namíbia, África do Sul, e Swazilândia e a SADC por Angola, África do Sul, Moçambique, Lesotho, Botsuana, Malawi, República Democrática do Congo, Madagascar, Ilhas Maurícias, Namíbia, Swazilândia, Zimbábwe Tanzânia e Zâmbia.

²⁸ Sombra Saraiva delinea os encontros entre Brasil e África desde os séculos XVI com o tráfico de pessoas para a escravidão (o que é diferente de tráfico de escravos), tendo continuado em meio a contradições, consensos e tensões nos anos 40-50, alguma estabilidade nos anos 60 no governo de Qadros, pequenos avanços e e retrocessos nos anos 70-80, profunda estagnação nos anos 90, nos governos Collor e Fernando Henrique Cardos e um retomar em alta intensidade com os governos petistas, desde Lula à Dilma.

financiamento internacional. Grande parte desses financiamentos foram alocados para infra-estruturas, agrocombustíveis, setor bancário (embora de forma tímida).

Em Moçambique, a participação do Brasil em ações de “cooperação técnica e ajuda para o desenvolvimento” envolve, além da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a FIOCRUZ, a EMBRAPA, o SENAI e alguns ministérios. Ela se articula com a ação de outras agências internacionais (FAO; Japão- JICA; EUA – USAiD) e nacionais (Instituto de Investigação Agrária de Moçambique – IIAM) em complexos e diferenciados arranjos que atuam sobretudo no setor agrícola (destaque para o “ProSavana” em parceria com o Japão), mas também na área de saúde (combate ao HIV e à malária) e iniciativas de fortalecimento institucional em pesquisa agrônoma (GARCIA;KATO, 2012).

Segundo o relatório dos Direitos Humanos e Indústria Extrativa, a EMBRAPA e a FIOCRUZ são duas entidades que se destacam. A EMBRAPA disponibilizou uma vasta equipe de pesquisadores para estruturação do projeto de desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala (ProSavana), onde pretende-se reproduzir a experiência de expansão da soja no cerrado brasileiro na savana tropical de Moçambique, como referido anteriormente. Já, a Fiocruz abriu, em 2006, um escritório internacional, em Moçambique, que desenvolve programas na área da educação em saúde e implementação de cursos e instituições de ensino, mas também construiu laboratórios e uma fábrica de medicamentos antirretrovirais, que teve 80% de sua obra financiada pela Fundação Vale.

No âmbito do ensino técnico, o SENAI chegou a começar a criar em Moçambique um Centro Nacional de Formação Profissional com base no modelo brasileiro. Observa-se que algumas vezes foi o SENAI quem promoveu cursos de formação para trabalhadores da Vale em Moçambique. A Fundação Getúlio Vargas é outro ator que vem tendo um papel crescente nesse arranjo, em particular na atração de investimentos privados na região, tendo lançado em julho de 2011 o Fundo Nacala para *“promover o desenvolvimento social, ambiental e econômico ao longo do Corredor de Nacala, usando a experiência do Brasil na área do agronegócio”*. A meta seria levantar US\$ 2 bilhões e atrair investidores e produtores privados para atuarem na região (GARCIA;KATO, 2012).

De acordo com o Itamaraty, os investimentos que o Brasil está realizando no continente africano seriam uma forma de “ajudar (...) a suprir as carências existentes no continente Africano”. No relatório do Itamaraty consta que:

“Trata-se de uma política solidária e humanista, que almeja reduzir assimetrias, promover o desenvolvimento e combater a pobreza. Há, no entanto, ganhos concretos auferidos pelo Brasil em seu relacionamento com a África: acesso a mercados, vantajosas oportunidades econômicas e maior influência em foros multilaterais. Ou seja, o engajamento com a África eleva o perfil internacional do Brasil” (MRE, 2010, p.35).

Na leitura crítica, que fazemos das relações entre Brasil e Moçambique, consideramos que, embora o governo brasileiro tente colocar na linha da frente a questão solidária e humanitária, conforme nota-se no texto vindo do Itamaraty, os ganhos económicos que o Brasil obtém, constituem o principal interesse. A vida pode ser cheia de paradoxos conforme constatou Galleano, mas seria um paradoxo intolerável o Brasil ser humanista e solidário em territórios externos sem ter conseguido implantar esses valores internamente. Senão vejamos: O maior frigorífico do mundo pertence a burguesia brasileira que nega alimento a sua população (LUCÉ, 2014). Poderá a mesma burguesia ao adentrar em outros contextos, em particular nos países africanos, desenvolver modelos de vida inclusivos? O maior Banco de fomento do mundo pertence ao Brasil, onde metade do Orçamento Público Federal se destina ao pagamento da alta burguesia financeira (*idem*). Poderá essa burguesia que vive de pilhagem, não se importando com os destinos do seu povo, dar importância a outros povos distantes? Algumas dentre as maiores construtoras do mundo são brasileiras, onde a classe trabalhadora é carente de sistemas de esgoto e saneamento (*idem*). Poderá essa burguesia garantir melhores sistemas de esgoto e saneamento aos distantes? Por último, ao analisarmos as ações da Vale no Brasil, que não tem nenhuma complacência para com os seus trabalhadores, para as comunidades onde encontram-se as suas instalações, poderá essa empresa agir diferente nos países considerados parte da periferia mundial?

A espoliação por parte dos BRICS parece incontornável e irreversível na lógica da acumulação capitalista. Esperar por posições contra-hegemónicas por parte de um bloco que desde sua criação tem na vanguarda a pauta económica, é mesmo que esperar por um capitalismo benévolo. O avanço da China permite a consolidação dessa grande potência que embora ainda não se tenha consolidado como Norte do Norte, já é Norte

do Sul (BOCAYUVA, 2015). Pinheiro e Barcellos (2015) sinalizam que uma notícia da “*British Broadcastig Corporation*” (BBC) em 2013, apontava a China como o país dos BRICS que mais tem intensificado negócios na África nos últimos anos, principalmente pelo interesse em bens naturais. Existem registros de que “o comércio com a África aumentou 20 vezes de 2002 a 2013, passando para US\$ 200 bilhões. Segundo estimativas do governo chinês, o país teria um estoque de investimento na África situado entre US\$ 20 a US\$ 40 bilhões” (FUNDIRA, 2012 *apud* PINHEIRO;BARCELLOS, 2015). Fundira (2012) realça que a “taxa de crescimento do comércio entre os BRICS e a África ultrapassou a média do crescimento do comércio global” (*apud* PINHEIRO;BARCELLOS, 2015, p.69). A Índia e a China tiveram um crescimento do PIB nacional correspondente a 2,6% e 2,3% através de intercâmbio com os países do continente africano, Brasil e Rússia, 1,7% e 0,5% respectivamente.

Pinheiro e Barcellos (2015) realçam que dentro do escopo de fortalecimento das relações dos BRICS com continente, alguns países do bloco perdoaram ou renegociaram a dívida externa com os países africanos. O Brasil perdoou 12 países totalizando US\$ 840 milhões em 2013, ação também realizada pela China, mas em proporção maior, de aproximadamente US\$ 3 bilhões.

As mesmas autoras assinalam que embora existam elementos positivos da cooperação, existem ainda muitos questionamentos, apontando-se geralmente que não difere do neocolonialismo ocidental. Isto porque “a maioria dos investimentos desses países no continente africano se concentra na exploração dos setores primários, ou seja, dos recursos naturais, geralmente negociados a preços abaixo do mercado” (PINHEIRO;BARCELLOS, 2015, p.70). O que para Amisi *et al* (2014) ao invés de levar o desenvolvimento prometido, estes projetos empobrecem as pessoas que se propõem a enriquecer, através da “expropriação de recursos naturais, com pouca ou nenhuma compensação, divisão desigual dos custos e benefícios dos mega-projetos e exclusão estrutural no acesso aos resultados de tais iniciativas (AMISI *et al*, 2014, p.414).

As infraestruturas nas quais os membros dos BRICS investem como portos, caminhos-de-ferro, estradas, servem para nada mais que escoamento da matéria-prima para o mercado mundial a semelhança de como sucedia na era colonial nos países africanos (AMISI *et al*, 2014) excluindo completamente a população local. O

depoimento de um dos líderes dos trabalhadores da mineração da África do Sul é elucidador:

[...] Não há processos de consulta. Que desenvolvimento eles estão trazendo? O que a comunidade ganha? Baseado em quais modelos? Ninguém nos perguntou, nem nos respondeu. É mesma lógica com uma nova roupagem de cooperação do hemisfério Sul. [...] Por conta da mineração, as pessoas estão sendo retiradas de seus territórios. Famílias estão sendo destruídas. Trabalhadores veem suas famílias cerca de quatro vezes por ano... (NÓBREGA, 2014 *apud* PINHEIRO; BARCELLOS, 2015, p.70).

Os países do bloco BRICS, exceptuando a China que se eleva como grande potência mundial e a Rússia que é um império antigo, desempenham um papel subimperialista na América-Latina e África. O subimperialismo pode ser tido como “movimento económico e político expansionista de subpotências ‘emergentes’ em outras realidades históricas (LUCE, 2014, p.44). Uma definição mais ampliada inspirada em Ruy Marini compreende o subimperialismo como

“Um nível hierárquico ao sistema mundial e ao mesmo tempo uma etapa do capitalismo dependente [...], a partir da qual algumas formações económico-sociais convertem-se em novos elos da corrente imperialista, sem deixarem a condição de economias dependentes, mas também a se apropriarem de valor das nações mais débeis - além de transferirem valor para os centros imperialistas” (LUCE, 2014, p.46).

O Brasil faz parte desses países e desenvolve pelo menos *bi-papeis*, explorador/explorado, vendedor/comprador, expropriador/expropriado. Como diz Garcia (2012), o país está em uma situação paradoxal, nem centro e nem periferia, subordinado que subordina. Se por um lado não superou o capital rentista e extrativista comandado pelos países cênicos e também a potência “Bricsiana” China, por outro lado, se afirma pela extração de minérios em alguns países Latinos e Africanos e pela financeirização das economias. A financeirização é o maior escopo do novo imperialismo. Esta forma de imperialismo, não procede e talvez não se materializará por vias de dominação territorial nos moldes coloniais, mas, a partir dos imperativos económicos (WOOD, 2014).

No bloco “BRICS”, a abertura do Banco gerido por este, poderá constituir um aprofundamento dos processos de financeirização das economias. Embora o órgão seja anunciado como contraponto ao Banco Mundial e FMI, pelas posturas dos membros do

BRICS talvez se constitua como complementar no processo de espoliação. De qualquer forma, cabe ao futuro definir se essa complementaridade será ativa ou subalterna, passiva ou desembocadora de tensões. Porém, na visão de Marini (1992) encontramos uma complementaridade subalterna, pois,

“O subimperialismo corresponde à expressão perversa da diferença sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização capitalista, que contrapõe ao esquema simples da divisão do trabalho cristalizado na relação centro-periferia, [...]. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média nacional do capital, isto é, dá lugar a subcentros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinados a dinâmica global imposta pelos grandes centros (MARINI, 1992, p.137-8).

Luce (2014) que é estudioso de Marini compreende que o sentido perverso referido pelo autor, é o fato da autonomia relativa que os países subimperialistas²⁹ detêm, não poder escapar a dinâmica global imposta pelos *hegemon*s. Isto porque quando as economias dependentes ascendem na hierarquia do capitalismo mundial não superam a dependência, apenas entram em novos modelos de dependência. Notabilizando-se assim o que denomina-se de ‘cooperação antagônica’ que pode ser definida como “a busca de uma autonomia relativa no marco da dependência” (LUCE, 2014, p.59). Sem questionar o domínio imperialista, os subimperialistas podem disputar por melhores relações, melhores preços, acordos, áreas próprias de para a exploração (MARTINS *apud* LUCE, 2014).

As intervenções externas por parte dos membros dos BRICS embora na produção discursiva busquem se legitimar de apoiadores das economias baixas, na realidade não têm nenhum compromisso político-solidário, no sentido de respeito ao outro e caminhar com ele, são simplesmente predatórias. Quando investem em reformas, são apenas formais e não essenciais. Investe-se no supérfluo, pois, nunca intervém em elementos estruturais geradores de mudanças como no aperfeiçoamento à

²⁹ Nesta análise, não cabe a China por ser uma potência em que os debates ainda não alcançaram consensos em relação aos seus passos. Existem por um lado, expectativas desse país assumir-se nos próximos períodos como a maior potência mundial, mas por outro lado, análises demonstram que o monopólio bélico dos Estados Unidos, privilegia em certa medida que este país continue se afirmando como o centro do império mundial (WOOD, 2014, HARVEY, 2014). O dólar como moeda internacional e controle das regiões petrolíferas mundiais são também, outros componentes realçados por esses autores.

educação, saúde, transportes, pelo contrário, amputam estes setores através de processos contínuos de privatização, embrutecendo e adoecendo os indivíduos. A morte de uma criança em África seja pela guerra, doença, má-nutrição, tem representado num sentido oposto à vida cheia de paz, saúde em múltiplas dimensões numa criança do Norte Global e quiça do *hegemons* do Sul. Conforme disse Césaire (2000, p.22), a “sociedade capitalista, em seu estado atual, é incapaz de fundamentar o direito das pessoas”.

A Europa e os BRICS cultivam um pseudo-humanismo. Um humanismo fragmentado, limitado, pois, funciona dentro do que Boaventura de Sousa Santos denomina de pensamento abissal, que divide e invisibiliza o outro lado da linha. “A divisão é tal que o outro lado da linha desaparece enquanto realidade torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente” (SANTOS, 2010, p.32). Assim sendo, se há um humanismo, ele só é válido para o homem branco/burguês dos “impérios”. Consta-se desta maneira que, “a negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal” (p.39).

As faces do pensamento abissal no contexto do desenvolvimento são apresentadas com extrema lucidez por Wolfgang Sachs (2013) no artigo intitulado *Liberating the world from development*. O autor diz:

“[...] A luta competitiva das classes médias mundiais por uma parcela maior da renda e do poder é muitas vezes realizada em detrimento dos direitos fundamentais dos pobres e impotentes. Enquanto os governos e as empresas, os cidadãos urbanos e elites rurais mobilizam-se para avançar com o desenvolvimento, mais frequentemente do que a terra, o espaço da vida e as tradições culturais dos povos indígenas, pequenos agricultores e os pobres urbanos são colocados sob pressão. [...] O lado brilhante do desenvolvimento é muitas vezes acompanhado por um lado escuro do deslocamento e desapropriação, razão pela qual o crescimento econômico tem tempo e empobrecimento novamente produzido ao lado do enriquecimento” (SACHS, 2013, p.25 *apud* MARSHALL, 2014, p.201).

Esta constatação induz Marshall (2014) a assinalar que, por mais que o surgimento dos BRICS, como novas potências depois de tantos anos de domínio do ocidente, seja carregado de sentimentos de cooperação para a libertação dos países do

Sul, as práticas brasileiras, sul-africanas, indianas e chinesas no mundo, muito pouco se distinguem da pilhagem dos seus concorrentes globais dos países cêntricos.

Do ponto de vista político, governos de países e grupos empresariais criam estratégias de afirmação de que esses países não têm instituições e estabilidade política para gerir de maneira soberana os recursos (PINHEIRO;BARCELLOS, 2015). O que se oculta é que justamente a existência de recursos é que leva esses países a instabilidade. Autores como Francis Fanon, Aimé Césaire, David Harvey (em particular no livro “Novo imperialismo”), Boaventura de Sousa Santos, são muito incisivos na afirmação e demonstração das manobras do Ocidente para desestabilização, destituição, intervenção sutil ou armada em países do sul global para levarem avante seus intentos imperialistas.

Sobre o processo de desestabilização para intervenção, Ferguson (2006) faz comentários de extrema relevância. O autor diz que é necessário em primeiro lugar que se ponha do lado quaisquer discursos sobre os investidores das grandes mineradoras no tocante a necessidade de democracias estáveis e boa governação como condições para suas operações. Segundo Ferguson (2006), as grandes empresas, na África têm investido em países com guerras violentas e governos de instabilidade notória e corrupção³⁰.

Corporações e violência têm uma relação histórica longa e problemática (BANERJEE, 2008; SPOHR, ALCADIPANI, 2014). Os modelos coloniais de desenvolvimento em que os países “pobres” exportam seus recursos naturais para países industrializados, frequentemente levam a conflitos armados entre soldados do governo, mercenários, senhores de guerra, grupos separatistas e interesses privados

³⁰ Sobre esse aspecto, consideramos ser oportuno um debate mais fecundo sobre a relação entre o extrativismo e o retorno da instabilidade política que se verifica em Moçambique desde 2008. O líder da Renamo (movimento de guerrilha que travou 16 anos de guerra “civil” com o governo da Frelimo) Afonso Dlakhamba ameaça constantemente retornar a guerra. Inclusive desde 2008 que mudou a residência oficial de Maputo para Nampula, depois para a parte incerta, seguido para o interior da província de Sofala sua antiga base militar. Obviamente que nos seus discursos coloca sempre em pauta elementos que sensibilizam uma grande parcela de moçambicanos, desde a pobreza, corrupção, partidização do Estado, fraude eleitoral e não tanto as questões económicas. Porém, no ano de 2013 não se recusou quando a Assembleia da República aprovou um fundo para ele. Um outro elemento que nos faz pensar seriamente no debate sobre o extrativismo e relação com esses momentos de instabilidade é o facto de Dlakhamba ter retornado o pensamento da divisão do país que não se ouvia desde os anos 2000. E quando pensa na divisão, mostra pretensões de ficar com o Centro e o Norte do país. Para ele a justificação é que nessas regiões ele tem maior aceitação, e as pessoas querem que ele governe, porém, por coincidência, são as regiões mais ricas em bens naturais.

(SPOHR;ALCADIPANI, 2014). Guerras civis e golpes militares na África, Ásia e América do Sul têm sido financiados pelos lucros da extração dos recursos naturais (*idem*).

A partir dessas constatações, se faz necessária uma transição discursiva. A mesma consiste em pararmos de considerar os países considerados da periferia como pobres. O rico não tem nenhuma relação com o pobre que não seja de se apropriar da sua força de trabalho. Porém, paradoxalmente todos os ricos estão nos países pobres. O que lá fazem para além de buscarem força de trabalho barateada? A partir daqui entendemos que muitos desses países não são pobres. Eles são ricos empobrecidos e em constantes processos de empobrecimento. Por viverem processos sistemáticos de empobrecimento, estão submersas a uma riqueza paradoxal. A riqueza é paradoxal na medida em que “as populações dos países onde são extraídos os recursos naturais estão expostas frequentemente à falta de elementos básicos para viver” (PINHEIRO;BARCELLOS, 2015, p.73).

Todavia, esses acontecimentos são geralmente retratados no ocidente como sendo resultantes da incapacidade dos africanos constituírem-se como comunidades de valores e destinos. Cunham-se termos como ingovernabilidade, quando o que está em causa são os recursos naturais, reforça-se a ideia da maldição dos recursos. Isso exige dos intelectuais africanos e outros que se interessam pelo continente discernimento para perceberem as forças ao derredor e exporem a realidade dos acontecimentos.

Não existe maldição dos recursos. A ganância é que é a maldição. A busca incessante pelo poder e subjugação do outro pelo Ocidente e as potências do Sul que atualmente caminham em paralelo com a falta de pudor e o sentido ético universal e nacionalista por parte de alguns líderes africanos que lutam apenas pela manutenção de privilégios sociais, econômicos e políticos, é que são a maldição. Temos que concordar parcialmente³¹ com Achile Mbembe (2001) ao dizer que que o processo de colonização e expropriação do Ocidente para o continente funciona numa lógica de co-invenção, que

³¹ Optamos pelo uso do termo parcial por considerarmos que é substancialista pensar num processo de cooperação para projetos colonialistas e de espoliação sem uma profunda discussão do poder da ideologia. Spivak (2014) é muito incisiva na necessidade ver o poder da ideologia em situações em que o subalterno fica no silêncio, coopera ou transmite a ideia de concordância com os dispositivos de dominação. Embora Mbembe reconheça as lógicas de sedução intelectual, material, espiritual parece não conseguir dar a devida importância quando discute a relação entre o dominante e o cooperador local no processo de dominação.

refere-se a processos de cooperação entre as potências extra-africanas e as lideranças locais.

Esses factos podem ser confirmados ao realizar-se um recuo histórico para a penetração europeia na África e nos processos de colonização. Os processos de docilização e aliciamento das chefaturas contribuíram para a escravização e colonização. As alianças das agendas internacionais com os Estado locais continuaram nos processos das independências e pós-independências. Assim, podemos afirmar que, as lideranças comunitárias, e no processo de modernização, os Estados, tem sido principais parceiros nos processos imperialistas e de acumulação capitalista. O itinerário histórico que apresentamos em seguida, retoma a história de Moçambique, apresentado a sua economia política antes da colonização, na era colonial, na independência sob gestão do Estado nos moldes capitalistas, perpassando pelos ajustes estruturais que são a principal força motriz para os novos processos de acumulação por espoliação em curso no país.

MOÇAMBIQUE: DO COLONIALISMO, SOCIALISMO ÀS MALHAS DO BRETTON WOODS

5.1 Processo colonial e a economia política no colonialismo

O Estado que atualmente denomina-se Moçambique, por vários séculos (desde o IX), conheceu e estabeleceu relações comerciais com populações provenientes principalmente do Golfo Pérsico, o qual era um dos principais centros de comércio no Índico no século X (HISTÓRIA..., 1998). O produto que era mais comercializado era o ouro por troca de tecidos asiáticos.

Antes de darmos detalhes da abertura para o mundo, procuramos falar um pouco da história dos povos que constituíam Moçambique. Esses povos eram denominados de *bantus*, que resultaram de migrações de várias regiões do continente africano em busca de melhores condições de vida. Os mesmos, antes e durante o contacto com outras culturas, tinham como principal fonte de produção a agricultura de cereais, tendo como cultura dominante a mapira e mexoeira. Em algumas regiões do Sul do rio Zambeze essas actividades eram acompanhadas pela criação do gado bovino. No norte assim como no sul do rio, a recolocção constituía um contributo indispensável para a soberania alimentar. A caça e a pesca, actividades geralmente encarregues aos homens, desempenhavam um papel importante na obtenção de proteínas de origem animal (HISTÓRIA..., 1998). Os excedentes agrícolas, quando existiam, e as produções artesanais, ou o marfim, as peles e minério eram trocados entre as diferentes unidades de produção, quer a nível local, quer em mercados distantes.

Em nível das relações de produção a agricultura determinava relações de produção permanentes, embora se realizasse também a caça e a pesca. Na comunidade aldeã, as unidades de produção constituíam-se em torno de um grupo de parentes consanguíneos, definidos por via paterna a Sul do Zambeze e por via materna a Norte. Quanto à organização social e política, nas linhagens de famílias alargadas cristalizavam-se as formas políticas de relações de produção. A frente da linhagem ou da família alargada estava um chefe (Mwene, Humu, Asyene, Mbumba, etc) com

poderes políticos, jurídicos, religiosos e um conselho de anciãos (*idem*). Em algumas regiões o poder passava do irmão mais velho para o irmão que segue, noutras do pai para o filho e em outras ainda, a norte do rio Zambeze, do tio materno para o sobrinho. A terra era de uso comum e não propriedade privada. Essas comunidades acreditavam nos antepassados e era para eles que eram direccionadas as orações de pedido de chuva, saúde, protecção para a caça e para viagens.

Entre o século IX e XIII encontram-se evidências de uma progressiva e lenta fixação de populações provenientes do golfo pérsico (*idem*) como indicamos no início. Essas populações começam por se fixar em toda a costa oriental e particularmente nas Ilhas Zanzibar e de Pemba. Porém, no século XVI uma nova presença começa a se intensificar, era dos mercantilistas portugueses. Foi o ouro que chamou atenção dos portugueses ao ponto de conhecerem Moçambique. O ouro permitia-lhes comprar especiarias asiáticas com as quais a burguesia portuguesa penetrava no mercado europeu. Moçambique passou a constituir uma espécie de reserva de meios de pagamento das especiarias e essa foi à razão por que os portugueses se fixaram no país, primeiro como mercadores e só mais tarde como colonizadores efectivos (HISTÓRIA..., 1998; CASTRO, 1981). Como mostra a História de Moçambique (1998, p.79): “[a] fixação fez-se, inicialmente, no litoral, particularmente em Sofala (1505) e na Ilha de Moçambique (1507)”.

Portugal entra em cena enquanto já existiam os Swahili-Árabes controlando o ouro e marfim provenientes do império dos Mwenemutapa. Até 1530, os mercadores portugueses tentaram lutar sem êxito não só contra o bloqueio que lhes foi movido pelos Swahili-Árabes, como também contra o bloqueio de certas dinastias locais. Nisso, os portugueses desistiram de buscar o controlo das zonas de escoamento e foram ao encontro dos lugares de produção até que conseguiram estabelecer boas relações com os povos originário, denominados de *bantus*, resultando na redução das relações com os Swahili-Árabes (HISTÓRIA..., 1998).

Portugal consegue expandir a sua supremacia diante dos reinos locais, em particular o império dos *Mwenemutapa* e a partir de 1629 a dependência cristalizou-se na forma de um tratado que garantia a livre circulação dos mesmos em todos os territórios e ao invés de serem os portugueses a consultarem os povos locais, eram os locais a consultar sobre o que deviam e não deviam fazer. Em compensação, as chefias

locais recebiam tecidos e missangas que passavam a representar símbolos de poder. É também necessário destacar que nessa época a igreja encontrava-se também inserida alienando psiquicamente, culturalmente e simbolicamente (Cf. FANON, 1997; MBEMBE, 2001) os povos locais (HISTÓRIA..., 1998).

Nessa época, os povos originários passaram a ser forçados a produzirem mais para a venda do que para a própria subsistência. Contudo, “o capital mercantil, apesar dos aluimentos e apesar da fuga das comunidades, submetia cada vez mais a produção ao valor de troca, numa sociedade onde, antes, predominara a produção de valores de uso” (HISTÓRIA..., 1998, p. 83). A obra da história moçambicana prossegue destacando: “Essa actividade produtiva nas minas e nos cursos fluviais, a qual, antes da penetração portuguesa se fazia nas épocas mortas, fora do plantio e das colheitas agrícolas, passou a efectuar-se, também, nos períodos produtivos agrícolas” (HISTÓRIA..., 1998, p. 83). Tudo isso, foi possibilitando a erosão na relação entre o campesinato e as classes dominantes locais assim como entre estas pela busca dos privilégios do poder fornecidos pelo colonizador. Dessa forma, pode-se ver o quão a entrada do capital mercantil português, para melhor reinar e defender os seus interesses foi corroendo o tecido social local. É preciso referir que o divisionismo e o favorecismo que os portugueses foram criando, nem sempre teve êxito. Este conheceu várias formas de resistência. Em 1693, por exemplo, podemos falar do levante armado de Changamira Dombo, que governava o Oeste de Manica região centro do país, contra os portugueses, tendo resultado na expulsão dos destes do planalto do Zimbabwe.

5.2 Da era da escravidão à implantação da máquina administrativa colonial

Com a entrada de Portugal em cena, para além das trocas comerciais, principalmente o ouro e marfim, introduz-se outro modelo de comércio lucrativo: o comércio dos humanos para a escravidão. Nessa fase, “não se tratava tanto de adquirir matéria-prima de origem mineral (ouro) ou animal (marfim) quanto de comprar ou de capturar aquele que tirava o ouro a terra e a presa ao elefante: o homem, o próprio produtor, a matéria-prima humana” (HISTÓRIA..., 1998, p. 99). Foi dentro deste

contexto que os nativos passaram a se ver transportados em navios para outras regiões do mundo para trabalharem de forma escrava³².

Em documento de 1792, um anónimo escreveu terem saído 1100 pessoas de Moçambique para a escravidão, sendo 300 de Sena, 200 de Sofala, 400 de Inhambane e 200 das Ilhas Quirimbas (Memórias da Costa d'África Oriental..., in ANDRADE, Relações...,op.cit., p.218-220 *apud* HISTÓRIA..., 1998). Mas em 1790 um escritor Português observava que a costa de Moçambique lançava de si quatro a cinco mil pessoas para a escravidão por ano³³.

Numa primeira fase as pessoas que eram levadas para a escravidão eram adquiridas por franceses que os levavam para trabalhar nas suas plantações de açúcar e de café nas Ilhas Mascarenhas no Índico³⁴. Numa segunda fase, pela solicitação de mão-de-obra das plantações da América do Sul, sobretudo no Brasil (açúcar, cacau, minas de ouro, etc) mercadores brasileiros, norte-americanos e centro-americanos começaram a aparecer na costa moçambicana nos primórdios do século XIX.

Em 1836 e em 1842, a escravatura é abolida. Pese embora oficialmente esta tenha sido abolida, são frequentes os relatos de autores como, Meneses (2008) e Zamparoni (2004) mostrando que muitos dos países colonizados por Portugal, em particular, Moçambique não usufruíram do significado prático desta abolição porque o colono português, não alinhando com a abolição que colocava em risco a sua fonte lucrativa de produção que era o trabalho escravo, aceitou oficialmente, sem, no entanto, abandoná-la, optando por continuar de maneira clandestina. A saída clandestina de pessoas escravizadas para o sustento das indústrias europeias e as colónias extra-africanas “fazia-se essencialmente através dos xeicados de Quitangonha, Sancul, Sangage, e do Sultanato de Angoche, bem como dos prazos³⁵” (HISTÓRIA..., 1998, p. 100-101).

³² Existem indicações de que antes dessa época, saíram muitas pessoas para a escravidão por conta dos Árabes, porém em moldes completamente diferentes dos levados avante pelo colono português.

³³ Cf. História de Moçambique Vol.1

³⁴ Idem

³⁵ Denominavam-se prazos as terras que os portugueses arrendavam para o capital estrangeiro. O fraco poderio económico de Portugal para gerir todo o território, forçou este “império” a disponibilizar terras para ingleses, franceses no centro e norte do país, enquanto no Sul, Portugal optou pela venda de mõe de obra local para as minas da África do Sul.

Com a pressão das superpotências para uma abolição prática dos modos de produção escravocrata e com a fase vivida pelo capitalismo de busca de novos mercados e circulação do capital, exige-se uma re-significação do sentido da colônia e de administração das mesmas. Este evento foi acompanhado com os decretos dados na conferência do Berlim em 1885, que consistiam na necessidade de ocupação efetiva dos territórios.

Para Portugal a ocupação efetiva constituía uma operação dispendiosa e não rentável. A questão que se seguiu foi de como assegurar o domínio territorial sem que, no entanto o empreendimento acarretasse enormes despesas públicas para o colonizador. Para António Enes, Comissário Régio de Moçambique em 1891, a missão da colônia era firme e prática: as colónias tinham que se tornarem úteis, dando a Portugal lucro e prestígio (MONDLANE, 1976). Para isso, era fundamental que os próprios colonizados fossem meio para o lucro.

Um dos princípios de Enes era de fazer do nativo um trabalhador gerador de lucro que chegou a se expressar nos seguintes termos: “se não aprendermos a fazer trabalhar o preto, se não tirarmos o proveito do seu trabalho, dentro de pouco tempo seremos obrigados a abandonar a África a alguém que seja menos sentimental e mais prático que nós” (MONDLANE, p. 10-11). Contudo, como usar os nativos como meio de produção de lucros numa época em que a abolição da escravatura estava plasmada internacionalmente? Como também justificar a colonização a estes povos?

Perante estes dilemas, Portugal precisou obter uma nova postura e definir outras estratégias de atuação. Precisava-se de mecanismos novos e legítimos para forçar o dito indígena a trabalhar e, garantir que as novas formas de trabalho não se confundissem com o trabalho escravo. Foi com este objetivo que em 1893 António Ennes introduziu dois elementos nos relacionamentos entre o poder colonial e as sociedades africanas. “O primeiro foi à obrigação de trabalharem e o segundo a tutela do dito indígena pela administração colonial” (SCHAEDEL, 1984; SILVA CUNHA, 1952; MOREIRA, 1961; MUNIDO, 1949; *apud* MACAMO, 2002, p.14). “Ambos os elementos baseavam-se na ideia de que os africanos eram fundamentalmente diferentes dos europeus, e consequentemente, precisavam de instituições políticas e sociais também diferentes” (MACAMO, 2002, p.14).

Em 26 de outubro de 1897, através de portaria, o Ministro da Marinha e Ultramar nomeia uma Comissão sob a presidência de António Ennes mais uma vez, que tinha como finalidade elaborar um estudo sobre as populações indígenas e os meios eficazes para obrigá-las a trabalhar. O saber colonial produzido nessa época, consistiu na invenção duma sociedade africana susceptível de intervenção colonial (MACAMO, 2002). Ou seja, “as instituições sociais que emergiram do saber colonial produziram uma sociedade africana fictícia, mas real, como artefato do poder colonial” (p.14).

A partir desta autorização para a compulsão, estava legalizado o trabalho forçado, embora a lei o tenha denominado de trabalho compelido, o que levou Cunha a comentar que “estava consagrado o poder coercitivo das autoridades sobre os indígenas”. A Lei criou a obrigação e os mecanismos para que esta fosse cumprida e exigida, indicou quem poderia exigí-la e como fazê-lo, e especificou quais as penalidades para o descumprimento (CUNHA, *apud*, MARTINEZ, 2008).

5.3 O trabalho como obrigação moral do “indígena”

O Regulamento acima referenciado, no art. 1º impunha a obrigação *moral e legal do trabalho* aos “indígenas”. O Estado português precisava fazer com que os seus domínios prosperassem e, a par disso, tinha de trazer o “indígena” para o “mundo civilizado” através do esforço físico. A fórmula, ou seja, a civilização pelo trabalho, não era uma novidade portuguesa, dado que todas as nações ditas civilizadoras usavam quase o mesmo argumento, de levar aos selvagens a civilização (MARTINEZ, 2008; ZAMPARONI, 2004).

O ineditismo de Portugal é da criação deste novo direito do Estado de exigir, compelir o indivíduo a trabalhar, porque este tinha o dever moral de fazê-lo e sem direito de recusa. Segundo este regulamento os “indígenas” tinham plena liberdade para escolher o modo de cumprir esta obrigação, mas se não o fizessem, o Estado, através dos seus agentes públicos e coercitivos, podia obrigá-los a tal. Com isto, pode-se depreender que os mecanismos civilizacionais usados para civilizar os negros africanos pareciam andar nas sombras da escravidão.

Cabe salientar que o Regulamento cria três formas pelas quais a mão-de-obra dos povos locais poderia ser usada: “o trabalho voluntário”; “o trabalho compelido”; “o trabalho correcional”. O que os colonizadores portugueses chamavam de trabalho voluntário, que nada tinha de voluntário, era aquele em que o nativo era contratado voluntariamente, pese embora houvesse a intervenção do Estado a cargo da Procuradoria dos Serviçais e Colonos e suas delegacias. O Estado, em relação ao trabalho voluntário atuava como um agente recrutador. Segundo a Comissão que elaborou o projeto de lei, de nada adiantaria a criação de uma legislação se ela não pudesse ser aplicada. Portanto, cabia ao Estado, encontrar quem quisesse e precisasse do trabalho dos indígenas, assim ficaria mais fácil para estes, que não teriam, sequer, o trabalho de procurar o trabalho, o que não impedia a contratação direta entre serviçal e patrão, com as exceções estabelecidas na lei.

Conforme elucida Martinez (2008), quem necessitasse de braços poderia requisitá-los às autoridades e estas tomariam as providências necessárias para fornecê-los. O Estado, como representante legal dos “indígenas” intervinha nos contratos precários, que tanto poderiam ser para prestação de serviço dentro ou para fora da colônia. Mesmo no caso de trabalho voluntário, se a prestação do serviço fosse para ser realizada fora da província, necessariamente, a contratação teria de ser feita com a intervenção da autoridade. No que se refere ao contrato de trabalho, de prestação de serviço propriamente dito, aquele que se faz com outra pessoa, “*intuitu personae*”, com determinado fim e por determinado preço, não poderia existir em relação ao “indígena”, isto porque sendo ele incapaz, como já dito, impossível seria a ele declarar a sua vontade, daí começa a se questionar qual seria mesmo a voluntariedade desta apresentação para o trabalho.

O trabalho compelido como Ennes o havia idealizado desde 1893, consistia em convocar os indígenas e oferecer-lhes trabalho e, no caso de recusa, obrigá-los a aceitá-lo. O que se pretendia com esta espécie encontrada pela Comissão, segundo ela própria, era afastar a aplicação do art. 256 do Código Penal, isto porque o indígena não poderia ser castigado apenas pelo fato de “não trabalhar”. Para evitar que todos os indígenas fossem considerados vadios, a comissão entendeu que se deveriam encontrar meios para oferecer-lhes trabalho (MARTINEZ, 2008). Aqui o trabalho se apresentava como uma necessidade dos indígenas para não serem vistos como marginais. Com isso, o trabalho era livre, mas a escolha de não se submeter ao trabalho compelido acarretava

consequentemente, consciente ou inconscientemente o rótulo de marginal, vadio, etc. O que fazia do trabalho compelido um atrativo de busca de status social, um reconhecimento de não pertencimento a ala dos marginais que precisava ser combatida pelo Estado. O trabalho forçado era a única opção do indígena.

Em princípio, o trabalho compelido, aquele que era oferecido pela autoridade sem possibilidade de ser recusado, ainda não era uma pena, pois, segundo o critério do regulamento, se o indígena aceitasse o trabalho oferecido, este, na realidade, passava a voluntário.

O problema como nos ajuda a ver Martinez (2008) estava na recusa ao oferecimento. Se o nativo não aceitasse a “oferenda”, aí sim: passava ele a ser um “criminoso” e, portanto, a autoridade podia-lhe aplicar uma pena, que era a do trabalho correcional. Logicamente que a pena de prisão pela recusa estava totalmente fora de cogitação, porque de nada adiantaria a engenhoca jurídica criada para evitar a ociosidade tão temida e condenada pelos portugueses. O que se poderá entender como chamar sob custódia a não ser, (a) trazer alguém sob vara, ou seja, ser conduzido para ser obrigado a fazer algo que não quer; (b) fazer conduzir para não se evadir, ser levado, custodiado para que não possa fugir do cumprimento de uma obrigação que não se quer, até porque a ela, voluntariamente, não se obrigou; (c) apresentar aos patrões ou às autoridades, entregar o conduzido sob vara, para que aquele que ainda não é nada para si, exija-lhe um dever que não tem para consigo.

Há um detalhe muito mais importante ainda, tanto a autoridade como o particular poderia, nos termos do próprio regulamento, aplicar-lhes, moderadamente, castigos e apresentá-los às autoridades competentes para, no caso de recusa de trabalho, julgá-los como determinava o regulamento, impondo-lhes a pena de trabalho correcional, estipulado no artigo 33 (BARRADAS, 1957; MARTINEZ, 2008).

Poderia o nativo dormir como um incapaz e sem direitos, e, no dia seguinte, ser capaz para ser considerado imputável, em termos penais, para receber condenação em trabalho. Cabe dizer que o trabalho compelido era pago em valor inferior ao voluntário e o correcional, por sua vez, em valor menor que o do compelido. O trabalho correcional, que deriva da recusa da oferta do trabalho ou no caso de evasão deste, não afastava a obrigação do trabalho compelido, isto é: se o nativo foi requisitado para

trabalhar por 3 meses e evade-se, poderia vir a ser condenado numa pena de até 90 dias de trabalho correcional, trabalho este que seria computado por dia útil trabalhado. E terminada a pena correcional, teria ele de voltar a trabalhar para acabar o tempo do trabalho requisitado (compelido), que tanto podia ser para o ex-patrão ou, por conveniência da autoridade, para outrem. O que significa que muito melhor seria para os patrões que os indígenas se evadissem, fossem condenados e voltassem a trabalhar para si como “sentenciados”: primeiro porque o salário a ser pago seria menor; segundo porque o tempo para o qual foi contratado não estava incluído nesta contagem de dias. Uma requisição de serviçal de três meses podia render 180 dias.

5.4 Metamorfoses coloniais: reajustes formais e não essenciais

Como já dissemos, a atuação colonial na África controlada pelos portugueses em especial em Moçambique foi implementada e justificada ideologicamente com base na missão evangelística e de civilizar os negros (considerados, selvagens, não humanos, etc) e o trabalho foi escolhido como meio civilizacional e não mais de dominação e exploração das colônias. Assim, a legislação especial estabeleceu a obrigatoriedade do trabalho dos “indígenas”.

A ideia de civilizar esteve plasmada na conferência do Berlim. Segundo Martinez (2008) estava estabelecido no artigo VI da Ata da referida Conferência: “dever geral dos povos colonizadores de zelar pelo bem-estar dos povos colonizados e supressão da escravidão e do tráfico”. Portugal, para cumprir esta obrigação, necessitava ocupar o *hinterland*. O que significa, dentre outros objetivos, impor-se aos chefes que dominavam a região, o que foi feito através de uma contínua ação militar que, em Moçambique, segundo a literatura colonial oficial, teve o seu auge com a derrocada do Gungunhana (rei do império de Gaza) pelas tropas chefiadas por Mousinho de Albuquerque em 1859.

O conceito de civilização como notaram Meneses (2008), Mondlane (1976), Fanon (1997) e Mbembe (2001) combinavam vários pressupostos que justificavam a superioridade da cultura europeia sobre os africanos negros em particular negros

moçambicanos e a possibilidade de os “outros” indígenas poderem melhorar suas qualidades fruto deste encontro. Isso legitimava que os nativos eram incapazes de se autogovernar, o que tornava legítima a dominação e justificava a exploração em nome da civilização. O que implicou na “despersonalização e desculturalização dos povos, a introdução de novas formas de organização social, a estruturação intensiva de burocracias ‘modernas’, normas de direito pouco adaptadas às realidades do direito consuetudinário local, entre outros aspetos” (MOSCA, 1999, p.10).

Se na fase inicial a necessidade imperialista de expansão, a acumulação e a busca de novos mercados e fontes de matéria-prima constituíam os alicerces do empreendimento dominador e exploratório do regime colonial, num outro período, o atraso, a inferioridade indígena eram a causa da necessidade da colonização, dominação e exploração da força de trabalho, notabilizando-se assim transformações discursivas e legitimadoras de novas formas de dominação.

Para garantir que as diferenças de cor, brancos e negros delimitassem e separassem espaços, direitos e deveres em benefício do colono, e garantir a exploração e dominação da força de trabalho indígena é consolidado juridicamente a diferença entre os colonos e os ditos indígenas e dentro destes, forjou-se a categoria de assimilados que eram “indígenas superiores”.

Para se adquirir o estatuto de assimilado era primordial que o nativo se comportasse como Português, falasse a língua portuguesa e abandonasse todas as práticas locais tidas como inferiores e primitivas. E como bem constatou Santos (2010) na lógica de apropriação/violência, o processo de violência perante o outro “é exercida através da proibição do uso das línguas próprias em espaços públicos, da adoção de nomes cristãos, da conversão e destruição de símbolos e lugares de culto, e de todas as formas de discriminação cultural e racial” (p. 38). Todo indivíduo que conseguisse se metamorfosear nessa época, passava de indígena para assimilado. O que criava distinção em diferentes sentidos da vida. A assimilação traduzia-se no reconhecimento de uma individualidade africana diferente em relação ao grupo de pertença (MBEMBE, 2001).

Aos indígenas, oficialmente, eram reservados trabalhos mais duros em detrimento dos assimilados. Porém, mesmo estes, não tiveram grandes ascensões, pois,

estavam inseridos em “trabalhos denominados empregos para os negros, profissões subordinadas, aprendiz ou nos postos mais baixos do escalão da administração civil” (SAÚTE, 2002, p. 164). Uma pequena porção conseguia estar como professores ou enfermeiros.

Ao indígena era cobrado o imposto de palhota. A cobrança de impostos foi uma grande arma nas mãos dos colonizadores, que a utilizaram sob inúmeras formas. Cobrou-se imposto de consumo, imposto sobre imóveis, imposto sobre árvores, imposto sobre salário e deu-se a esse imposto, finalidades diversas: a primeira era mesmo a arrecadação de receitas; a segunda, em termos de trabalho indígena, uma forma de exigí-lo, pois se admitia o pagamento dos impostos, multas, taxas em trabalho. A entrega à exploração do trabalho era o único meio em vista para pagar os impostos.

Nessa fase também, a semelhança das primeiras fases, da massiva exploração do ouro, devido à elevada pressão para o pagamento do imposto que obrigava a maior produtividade por parte dos camponeses, começaram a registrar-se fugas para outros territórios. Para os que permaneciam, além da intensificação da exploração da mão-de-obra para o cultivo, ampliavam-se as tensões em relação ao que produzir. Para os povos locais era útil a produção do milho, da mapira e mandioca para sua sustentação, o que contrastava com os intentos coloniais, pois, são produtos que não estavam contemplados na economia mundial. Razão pela qual, os camponeses eram forçados a produzir produtos para o mercado tais como amendoim, castanha de caju, gergelim, copra, rícino e principalmente o sisal que correspondia 24% do valor exportado (MONDLANE, 1976; SANTOS, 2012). O que se intensificou com a introdução do cultivo obrigatório do algodão, tanto que em 1934 no norte do país estabeleceu-se a obrigação de cultivar-se um campo de algodão com 75X75 metros (SANTOS, 2012).

Mesmo com a produção em alta, como resultado do trabalho forçado, a Administração colonial mantinha o desejo insaciável de alcançar dividendos. Foi daí que decretou a necessidade de exportar mão-de-obra para o estrangeiro, especialmente para as minas de África do Sul. Este processo foi resultado de um acordo em 1928 com o governo sul-africano que especificava que excepto pequenos adiantamentos, os salários dos moçambicanos seriam pagos ao governo português que entregava somente quando estes regressassem depois de deduzir os impostos e a moeda portuguesa (MONDLANE,

1976), o que consequentemente possibilitava que o maior volume ficasse com o governo colonial.

Então, percebe-se que nesta fase praticamente passaram a existir quatro categorias de trabalhadores. Os que faziam trabalhos forçados, os que eram enviados para as minas de África do Sul, os cumpridores de penas e os assimilados que se mantinham no território desempenhando funções que não estavam na categoria dos ditos indígenas, mas também não eram tanto do colonizador.

Na prática, mesmo os ditos assimilados, viviam diante de falsos e efêmeros privilégios. Pois, o desejo de acumulação por parte da potência colonizadora, fez com que mesmo os assimilados passassem a ser vistos como mão-de-obra que poderia ser feito maior uso. Saúte (2002) indica que algumas escolas que eram direcionadas para os negros moçambicanos tiveram que ser fechadas porque os seus professores eram recrutados para as plantações.

Isto indica que o estatuto de assimilado que alguns negros nativos detinham jamais possibilitou a retirada do imaginário de inferioridade que os brancos tinham para com os negros. Os tidos como assimilados, embora alcançassem algumas oportunidades, jamais se distanciaram da precarização e exploração do trabalho. A linha divisória do acesso aos recursos se mantinha entre o branco e o negro e o negro assimilado. O branco continuava desempenhando os trabalhos mais fáceis e era rodeado de privilégios. O exemplo disso é visto no depoimento de Raúl Castro Ribeiro:

Eu também trabalhei na contabilidade do armazém da mina, onde ganhava 300 escudos. Quando um português entrou para este trabalho foi ganhar quase 4000 escudos e fazia menos do que eu. Eu trabalhava sozinho enquanto ele tinha um auxiliar, mas mesmo assim ele ganhava treze vezes o meu ordenado. De fato, quem fazia o trabalho era o auxiliar africano e o português só assinava. O africano recebia 300 escudos como eu, o português recebia 4000 escudos. (RIBEIRO *apud* MONDLANE, 1976).

Com isso podemos depreender que a estruturação do trabalho em Moçambique pelo Império português é marcada pela diferença de tratamento e desigualdade de salários entre/de os brancos portugueses e negros moçambicanos, mesmo sendo estes últimos assimilados. Ademais, percebe-se que embora Portugal tenha abolido oficialmente os moldes de trabalho escravagista, na prática a reprodução do modelo

continuavam. A exploração era evidente. Nenhum cidadão nativo tinha o direito de escolher como, a onde e com o quê trabalhar. A tentativa de direito de escolha era acompanhada de grandes represálias que geravam um estado de terror generalizado.

De forma breve podemos referir que os trabalhos impostos aos nativos moçambicanos por vezes eram acompanhados de muitas resistências. O correcional era nada mais que uma medida tomada diante das inúmeras resistências que os nativos exerciam perante a ordem colonial. Essas resistências variavam desde a recusa ao trabalho, ou ao trabalho para satisfação das necessidades pessoais e/ou familiares e não a visão lucrativista do colono. Os que se submetiam aos trabalhos do colono nas plantações passaram a queimar as sementes de todas as modalidades de produtos que interessavam ao colono e conseqüentemente as mesmas não produziam.

O processo de colonização em África sempre esteve imerso a múltiplas tensões. As diferenças em termos de concepção do mundo e a recusa do poder colonial em aceitar o outro diferente tal como ele é, constituíram sempre o grande dilema. O campo de trabalho, que era o grande interesse colonial serviu de palco de grandes batalhas. As economias locais caracterizavam-se como de subsistência e não direccionadas aos mercados como era a visão do colonizador (MOSCA, 1999) que impunha grandes plantações que implicavam maior esforço físico e sem nenhum benefício para os nativos. Os mercados formais, a moeda, os impostos pecuniários, o assalariamento eram impostos bruscamente e muitas vezes violentamente sem que fosse resultante das necessidades intrínsecas das comunidades (*idem*).

Para isso, foi inevitável o uso de instrumentos coercitivos para a imposição da vontade colonial, principalmente na escravidão. Como disse Fanon (1997) “nas colónias o estrangeiro vindo de qualquer parte se impôs com o auxílio dos seus canhões e das suas máquinas” (p. 30). Porém, como a coerção física não era suficiente para levar avante os intentos coloniais, foi necessário à instalação de aparelhos ideológicos docilizadores. É nisso que encontramos o papel da igreja católica que teve a grande missão de mostrar ao negro o caminho que direccionava ao céu, visto que este está “ontologicamente condenado ao inferno”. O caminho para o céu era apresentado como de renúncias e sacrifícios. Obedecer e trabalhar constituíam as melhores formas. Foi assim que o colono conseguiu explorar a mão-de-obra local.

O trabalho enquanto obrigação moral do indígena, embora tenha sido considerado o meio através do qual, o negro pudesse garantir a sua reprodução enquanto ser vivo e constituir-se, enquanto um ser moral, de valores e princípios civilizadores, foi também por meio dele que aconteciam as mais diversas formas de exploração e dominação da mão-de-obra dos moçambicanos. O que conseqüentemente contribuiu para a precarização do trabalho indígena e sua pauperização, em benefício da acumulação irrefreável do capital por parte dos colonos.

Todavia, ao longo do processo histórico não faltaram resistências, sejam do âmbito militar ou cultural. Foi por elas que mesmo depois de muitos anos de colonização, muitos elementos culturais da sociedade moçambicana prevalecessem. Para além de que a colonização não foi total, no sentido de abranger todo o território moçambicano no sentido que tenta se fazer crer. Dentre vários aspetos, apareceu como entrave para uma ocupação efectiva a precariedade económica de Portugal e talvez o não interesse pela abrangência territorial, mas ocupação dos espaços que pudesse fornecer benefícios económicos ou em regiões urbanas.

5.5 Independência e socialismo

“... O discurso de um projecto de construção de uma nova sociedade, sem discriminações com base na cor da pele, étnicas e religiosas, onde se lutaria por uma maior igualdade económica e das acessibilidades, tendo como objectivo a construção de uma Nação próspera que servisse de exemplo para os países em desenvolvimento eram amplamente mobilizadoras, principalmente para a juventude. Para uma parte importante dos moçambicanos mais idosos, a independência significava a perspectiva de eliminação das formas mais violentas do sistema colonial e um futuro governado pelos seus filhos. Para outros, a recuperação de privilégios da sociedade tradicional e para uma minoria, a oportunidade de ampliar o processo de diferenciação económica e o aproveitamento dos espaços vagos pelos portugueses” (MOSCA, 1999, p.13).

Com esse trecho do livro do economista moçambicano João Mosca, intitulado “*A experiência socialista em Moçambique (1975-1986)*”, nos propomos a iniciar o debate sobre o processo da independência em Moçambique e narrar à experiência do

socialismo. Foi no ano de 1975 que Moçambique alcançou à independência por via armada após aproximadamente cinco séculos de dominação colonial. Quando a guerra deu início, o regime colonial a propagava como sendo de forças armadas extra Moçambique, apoiadas por regimes comunistas pretendendo transmitir a mensagem de inexistência de razões internas para a revolta ao mesmo tempo em que difundia a fragilidade interna de prossecução da guerra. Nesta época o regime salazarista introduz mudanças no sistema político e nos métodos de governação. A brutalidade e discriminação são substituídas por mecanismos de controlo mais dóceis. Aboliu-se a palmatória, cessaram as deportações para São Tomé, deixou de vigorar o estatuto de indígena, já não era necessário o passe, documento que permitia aos moçambicanos circular em nos territórios, especialmente nas cidades a partir de determinadas horas (MOSCA, 1999). A guerra local ganha importância na esfera internacional, as riquezas do subsolo da região e a localização geográfica colocam a luta de libertação em Moçambique assim como em toda África Austral na órbita da guerra fria.

Os confrontos pela independência começaram em 1964 e só tiveram fim com os acordos de Lusaka na Zâmbia em 7 de Setembro de 1974, cinco meses após o golpe do Estado de 25 de Abril de 1974 em Portugal. O que impulsionou o golpe do estado em Portugal e pressão pelas independências das colónias não foi em grande parte a solidariedade portuguesa para com os povos colonizados, mas o facto da guerra depender diferentes recursos, de financeiros às perdas humanas. Humano no sentido do branco português, pois, não é a morte em si que importava, mas quem morria.

É de realçar que o processo da independência do país teve na vanguarda a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Segundo Mosca, o país alcança a independência convivendo com dois modelos de produção: a produção local designada pré-capitalista e a externa, capitalista. Os dois sistemas possuíam interesses diferenciados, lógicas de produção não coincidentes, mecanismos de articulação social distintos. O externo pretendia maximizar a acumulação no exterior, exportar recursos através da extração de excedentes do sector ‘tradicional’, funcionava segundo a lógica do mercado e por forma capitalistas de organização da produção, era apoiado pelas burocracias do Estado e não possuía raízes sociais e culturais no espaço de atuação. Por outro lado, o local seguia no sentido avesso, pois, o objectivo principal deste era a subsistência e a reprodução da família como unidade económica e social, “os conceitos

de Estado e Nação não estavam presentes, e existiam burocracias e ordenamentos jurídicos muito ineficientes” (MOSCA, 1999, p.37).

A Frelimo transformou-se em partido marxista-leninista no III congresso da organização em 1977 e declarou a edificação de uma sociedade e economia socialista como agenda para o país. A economia se assentava na quase ausência da propriedade privada, pelo menos nos principais meios de produção. O Estado controlava as actividades geradoras de riqueza. Para Mosca, tudo isto foi orquestrado no intuito de mobilizar recursos por parte das potências socialistas a nível internacional, ao mesmo tempo em que essas potências viam Moçambique como sendo capaz de influenciar a região para o projecto socialista. Nesse período, a população local é consciencializada sobre o projecto, difunde-se o voluntarismo, reprimem-se todas as forças dissonantes. Considera Mosca que “o plano era obrigatório e possuía força de lei, as decisões não deveriam ser discutidas, mas sim implementadas, as políticas eram definidas de forma centralizada e restrita e a sua aplicação deveria ser dispersa e contando com a mobilização e fidelidade dos executantes” (MOSCA, 1999, p.83).

Tudo isso foi motivado por uma ideia que vigorava no seio do partido libertador de que com ele e nele existiam as diretrizes do país. Só o “glorioso” partido sabia o que era melhor para o povo, assim nada do que de dentro do partido fosse gerado devia ser contrariado. A proposta identitária da Frelimo era a “criação do homem novo” (CABAÇO, 2009). No seio do partido existiam directrizes do que significa ou quais eram e deviam ser as características do homem novo. Visto que tudo que se funda se sustenta na negação, um dos primeiros elementos a serem expurgados no processo da criação do homem novo era a figura do colonial e em seguida do tradicional, dando lugar a práticas tidas como modernas (*idem*). Sendo a instituição Estado, uma centralidade nesse processo e responsável pelas diretrizes políticas, sociais, económicas do país.

Assim, os pressupostos da Frelimo para a economia e para a sociedade eram os seguintes³⁶:

- O papel preponderante do Estado na economia, através do plano, do controlo dos mecanismos de acumulação e da intervenção directa em crescentes espaços da economia, eliminando as formas de acumulação privada, a propriedade

³⁶ Confira Mosca (1999) “A experiência socialista em Moçambique (1975-1986) nas páginas 83-84.

privada dos meios de produção e os mecanismos de mercado na afetação dos recursos e na formação dos preços e salários;

- A importância da satisfação das necessidades básicas da população como forma de garantir o apoio social;
- O crescimento rápido da economia e a prioridade a agricultura exigiram elevados níveis de investimento público que se traduziram em grandes sacrifícios no consumo privado, o que não contribuiu para que, a curto prazo, se verificasse uma elevação do nível de vida da população;
- A mobilização política e controlo ideológico aplicado por burocracias centralistas e autoritárias;
- O apoio externo dos países socialistas incentivada pela perspectiva de possibilidades de extensão do socialismo aos restantes países da África Austral, onde existia uma conjuntura favorável aos movimentos de libertação.

A implantação do socialismo tinha como visão transformações profundas na economia e na sociedade como forma de evitar desequilíbrios sócio-espaciais e entrada de mecanismos de gestão pró-capitalistas (MOSCA, 1999; MATOS;MEDEIROS, 2013). Nesse período ocorrem as nacionalizações da terra, isto é, a terra passa a pertencer ao povo moçambicano (MATOS;MEDEIROS, 2013) e intervenções públicas na economia. Matos e Medeiros (2013) dizem que nesse período, que se prolongou até década de 80, foram registados progressos significativos nos campos económicos e sociais dos moçambicanos. Na medida em que mais de 90% da população encontrava-se em zonas rurais e muitos deles em povoamentos dispersos, o governo optou pela socialização do meio rural. Conforme assinalam Araújo (1983) e Mosca (2005), o mesmo, significou a criação de dois eixos, nomeadamente: as empresas estatais e as cooperativas, que originaram as aldeias comunais. Esta forma de gestão territorial tornava o Estado mais interventivo nas questões nacionais (MATOS;MEDEIROS, 2013), rompendo desta forma com as estruturas coloniais que se caracterizavam pelo individualismo e valorização da propriedade privada.

Com essa forma de gestão do Estado, por um lado, as novas elites pensaram estarem a interpretar as aspirações de uma população maioritariamente constituída por pequenos camponeses pobres, sem recursos, analfabeta, que vivia com base na família, em clãs e etnias e em alguns casos sem experiência e sentido da organização do Estado (MOSCA, 1999), pois, tendo essa população sofrida um processo de despossessão secular, se fazia

necessária à devolução das terras e territórios para as mesmas (MATOS;MEDEIROS, 2013). Por outro lado, na escala internacional a Frelimo acreditava na cooperação com os países socialistas e desprezou as forças contrárias regionais e no âmbito da guerra fria que opunha o bloco socialista e capitalista que podia impedir ou dificultar a ofensiva socialista.

Assim, o modelo de gestão do Estado adotado não logrou tantos êxitos. Pelo contrário, gerou resistências por parte do bloco capitalista a nível internacional e internamente. Enquanto por um lado fortalecia os seus apoiantes, por outro lado geravam profundas divergências entre os militantes. Foi notório que “as medidas que se sucederam ao longo dos primeiros anos foram decepcionando as expectativas económicas de diferentes grupos sociais” (MOSCA, 1999, p.15). O nível de vida não melhorou para a maioria da população. Os privilégios esperados por algumas elites criadas na fase final do período colonial não se concretizaram. Pelo contrário, “o Estado ‘moderno’ tomou um conjunto de medidas restritivas sobre instituições sociais, como as igrejas e os poderes tradicionais que possuíam grande influência sobre as comunidades” (*ibidem*).

Esse modelo de organização do Estado, ao invés de costurar e fortalecer o tecido social fragmentado pela colonização como se pensou, gerou opressão, fragmentando ainda mais. O que desapontou muitos dos que creram que com a independência as coisas melhorariam. Não que o socialismo seja opressor, mas o socialismo stalinista e frelimista³⁷ o foram. A visão do outro, que pensa diferente, como inimigo, o “maravilhoso” fracassado projecto de aldeias comunais que desconsiderou novamente as culturas locais, o silenciamento das tradições e das religiões possibilitaram a desestruturação de um país que já vinha desestruturando-se pela colonização portuguesa. O que contrariou as expectativas das pessoas na nova fase, pois,

“Para a maioria dos moçambicanos, a independência nacional significava uma mistura de sentimentos, como por exemplo, a expulsão da administração colonial, o fim dos impostos, a eliminação das formas de opressão e discriminação, a retomada das terras, a reafirmação e, também, para muitos, a expulsão dos colonos, a retomada dos poderes tradicionais, a substituição dos brancos nas burocracias e no poder económico” (MOSCA, 1999, p.59).

³⁷ Do acrónimo FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique).

A perseguição e a tentativa constante de ofuscar o tradicional por parte da FRELIMO devia-se ao facto de se pensar que,

“Com a implícita desestruturação das principais referências tradicionais (ritos, símbolos, relações de parentesco, hierarquia linhageira etc.) representaria uma ocasião rara para que a multiplicidade de experiências de que militantes eram portadores se reorganizasse, por meio da prática e da educação científica, nos valores nacionalistas, nos rituais militares, nos símbolos patrióticos, nas relações interpessoais de solidariedade e camaradagem, na hierarquia e organização que a guerra impunha” (CABAÇO, 2009, p.304-305).

Muitos projetos falharam, desde os de orientação nacionalista aos de orientação económica. Mosca faz uma síntese das razões do fracasso de seguinte modo:

- Houve um grande optimismo na capacidade do Estado e do sector estatal para transformar a estrutura económica do país, menosprezando a importância das economias de pequena escala e do sector privado, mas, sobretudo, uma expectativa positiva sobre as consequências de impor métodos de planificação centralizada e de secundarizar as formas de gestão da economia e mercado;
- Existiu, por um lado, uma sobre-expectativa das possibilidades e dos interesses do apoio externo socialista e, por outro, uma importante subvalorização das capacidades das forças opostas: não se acreditava na internacionalização dos conflitos nacionais, na capacidade de algumas economias limítrofes de bloquearem o crescimento económico e contribuírem para uma profunda crise na economia moçambicana.
- Acreditou-se excessivamente no apoio popular e nas possibilidades de soluções populistas sem que se concretizassem os benefícios materiais e a elevação do nível de vida das populações;
- As opções e decisões políticas foram muitas vezes assumidas sem consideração por aspetos técnicos, económicos e sociológicos.

Desta forma, pode-se considerar que o Estado-Socialista-Frelimista lançou sementes de descontentamento popular e resistências que abriram espaço para a guerra civil desencadeada pela Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) de 1976 a 1992. Esta guerra é geralmente explicada pelas lideranças da Frelimo como sendo resultante de processos externos, como o apartheid na África do Sul, as disputas com a Rodésia do Sul (actual Zimbabwe) devido ao apoio que Moçambique fornecia aos movimentos de

libertação, as disputas entre os blocos socialista e capitalista internacionalmente. Porém, não foram apenas essas razões. Internamente houve condições que possibilitaram o desencadeamento da guerra civil devido à “radicalização política, os abusos de poder e da não consideração dos aspetos antropológicos, sociológicos e de diversidade da sociedade moçambicana na tomada das decisões da Frelimo” (MOSCA, 1999, p.88).

Com a guerra civil, muitos projectos de desenvolvimento que estavam sendo conduzidos em Moçambique, principalmente no sector agrícola que era tido como uma das principais bases para o desenvolvimento, foram abaixo. Quando acelera a crise dos países socialistas e com a queda do muro de Berlim, todos os grandes projectos agrários foram cancelados.

Na era socialista os pequenos agricultores familiares foram secundarizados e marginalizados, quando não transformados em cooperativistas e operários nas empresas estatais. A industrialização surgia nessa época como fator dinamizador da economia, priorizando-se assim as indústrias a montante e a jusante do sector agrário, com medidas proteccionistas, o que terminaria por prejudicar a produção primária por duas razões principais: “pelos preços mais elevados e pela dualidade dos bens” (MOSCA, 1999, p.101). A indústria pesada era tida como impulsionadora do desenvolvimento assim como a agricultura.

É importante assinalar que essas indústrias eram majoritariamente herança colonial. Isto porque quando Portugal muda de estratégias de ação nas colónias, fortalece a indústria interna que tinha também como uma das grandes funções sustentar os portugueses enviados para os colonatos a partir dos finais dos anos 40 (BRITO *et al*, 2015). Brito *et al* (2015) diz que nessa época crescem as indústrias de consumo, seja de bebida, alimentos, têxteis e vestuário e de bens de intermediários tais como o cimento, produtos de refinação de petróleo, tintas, produtos metalúrgicos e material para os caminhos-de-ferro. O governo independente, apenas tratou de dar continuidade e impulsionar o processo de industrialização³⁸, crendo-se no seio das lideranças nacionais que esta seria responsável pelo desenvolvimento do país.

³⁸ E importante referir que a gestão dessas indústrias esteve na direção de muitos moçambicanos não qualificados, a maioria que já vinha trabalhando nessas indústrias em escalões inferiores sem nenhum conhecimento de gestão pelo facto de muitos gestores terem abandonados o país no processo de descolonização territorial. Isto em parte pode ser explicativo das fragilidades que essas indústrias tiveram

A ideologia da industrialização foi bastante sonante nas décadas de 50/60 nos países do Sul Global, pois se via nesta, uma forma de sair da dependência (FURTADO, 1974). Porém, por razões internacionais, regionais e nacionais, todas as tentativas fracassaram. No caso de Moçambique, uma das questões nacionais que se associa a regional e internacional que tem sido explicada como um dos contributos para o fracasso do projecto desenvolvimentista é a guerra civil que destruía as infra-estruturas sociais como escolas, hospitais, destruía as vias de comunicação e indústrias. O que contribuiu para que Moçambique mergulhasse numa crise insustentável, forçando a mudanças de estratégias através de grandes reformas do Estado como iremos abordar em seguida.

5.6 Moçambique nas malhas do Bretton Woods

Com a crise do capitalismo nos anos 70/80 foram necessárias novas formas de salva-lo do afogamento. Recuando um pouco mais, houve a crise de 1929-33. Esta crise resultou na alternativa fordista para a acumulação do capital juntamente com a ajuda do Estado orientado pela influência keynesiana (PANIAGO, 2012). Com esses reajustes foi possível manter as altas taxas de crescimento económico, a expansão do consumo estimulado pela produção massiva e valorização da força do trabalho e seu poder aquisitivo (*idem*).

Porém, visto que o capitalismo vive de crise em crise, a partir dos anos 60, com grande incidência nos anos 70/80 o capitalismo volta a mergulhar numa nova crise. O neoliberalismo apareceu como a forma adequada para a salvação do sistema. Era necessário difundir essa ideologia globalmente de forma que a geografia capitalista ampliasse. Houve assim reordenação do tempo-espaço, ocorrendo deslocamento para outros espaços do mundo onde a lógica capitalista ainda era de baixa intensidade. Com a crise do capitalismo “o neoliberalismo surgiu como uma varinha mágica, capaz de tornar os territórios periféricos obedientes aos Estados centrais e, capaz de facilitar o exercício livre da lógica capitalista” (MATOS;MEDEIROS, p.230).

para se manterem e fortalecerem, o que posteriormente influenciou no colapso das mesmas, acrescentando-se também questões políticas internas.

Quando o neoliberalismo passou a ser visão dominante por parte do *hegemon* Estados Unidos da América do Reagan e a Inglaterra da Margaret Thatcher respectivamente, propaga-se primeiro pelo mundo anglo-saxão e espalha-se pelo mundo. Os ativos destinados ao uso comum e partilhados pela população foram privatizados para que o capital sobre-acumulado pudesse investir e especular com eles (HARVEY, 2014). A privatização é essencialmente a transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas (ROY *apud* HARVEY, 2014) e “figuram-se entre os ativos produtivos os recursos naturais, a terra, as florestas, a água, o ar” (HARVEY, 2014, p.133).

Nessa fase, os liberais colocaram o Estado como vilão devido ao seu intervencionismo sobre a economia, ampliando-se a apologia às liberalizações por consensos ou mesmo coerções. Foi nesse período que muitos países do Sul Global, incluindo Moçambique, redefiniram sua orientação económica. Desta forma, os países fora do eixo ocidental passam a ser destinatários do excedente dos países cêntricos (PANIAGO, 2012) dentro do processo conhecido como financeirização da economia que resultaram e continuam resultando em processos continuados de dívidas com altas taxas de juros. Com a financeirização, podemos corroborar com Lenin e Luxemburgo quando constataram que, o sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram grandes trampolins de predação, fraude e roubo (*apud* PANIAGO, 2012). Assim, não é apesar da ajuda externa que os países do Sul Global continuam mergulhados na “pobreza”, mas exactamente por ela. São os imperativos económicos a principal marca dos novos processos imperialistas (WOOD, 2014).

Moçambique adere ao capital internacional e as liberalizações numa situação em que ao que tudo indica não sobreviveria sem ele, voltando a fazer sentido à colocação de Stiglitz de que é difícil viver sem esses empréstimos, mas é bem pior te-los. É que com a saída da grande maioria dos colonos, incluindo a quase totalidade dos gestores e quadros qualificados³⁹, com a queda do socialismo, com a guerra civil que a partir de 1980 atingiu a totalidade do território, impedindo o funcionamento normal da economia do país e elevadas perdas humanas e materiais (BRITO *et al*, 2015), o país mergulha em uma profunda crise. E por ter uma economia orientada no socialismo, houve relutância da comunidade internacional em apoiar o país face a carência alimentar que se vivia

³⁹ Existem indicações de que Moçambique conquista a independência tendo 90% da sua população analfabeta. Vale realçar que trata-se dos finais do século XX, isto é, 1975.

principalmente no Sul do país, que também atravessava por extrema seca (MOSCA, 1999; MATOS;MEDEIROS, 2013).

A comunidade internacional pouco fez para ajudar o país a superar a crise, forçando de forma indirecta que Moçambique mudasse a sua orientação político-económica, o que colocou este cada vez mais imerso na crise. Como solução, a alternativa foi à adesão as políticas neoliberais fomentadas pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, em meados da década de 80 o país começou com o processo de mudanças da economia e estruturação da sociedade de cunho socialista para uma nova era político-económica e social (MOSCA, 1999; 2005; MATOS;MEDEIROS, 2013) que é o liberalismo.

A entrada em um novo projecto de desenvolvimento orientado pelas políticas neoliberais significou uma mudança radical na visão que orientava o país nos primeiros anos da independência. As novas políticas impuseram a liberalização económica, as privatizações, a desregulamentação, a descentralização e a redução do intervencionismo do Estado como o principal agente do desenvolvimento. Introduziram-se inicialmente os Programas de Reajustamento Económico (PRE) e mais tarde, nos inícios da década de 90 os Programas de Reajustamento Económico e Social (PRES) que pouco impacto tiveram na vida da maioria dos moçambicanos, pois, resultaram num maior empobrecimento da população, no aumento do desemprego e na exclusão sócio-espacial (MOSCA, 1999; MATOS;MEDEIROS, 2013, BRITO *et al*, 2015).

5.7 A emergência do Estado ajustador

Moçambique quando alcança a independência adota o socialismo como linha de orientação social, política, económica conforme dissemos nas sessões antecedentes. A adesão a esse modelo não foi algo premeditado pelos membros do movimento de libertação, mas talvez se possa dizer que foi fruto de acasos históricos. Logo após o II Congresso da FRELIMO realizado em 1968, Eduardo Mondlane, um dos idealizadores e líder do Movimento na época, concede uma entrevista a Aquino de Bragança em que diz:

“Uma base comum que todos tínhamos quando formamos a FRELIMO era o ódio ao colonialismo, a necessidade de destruir a estrutura colonial e impor uma nova estrutura social... mas que tipo de estrutura social ninguém sabia. Alguns sabiam, tinham ideias teóricas, mas mesmo esses foram transformados pela luta. Há uma evolução do pensamento que se operou durante os últimos seis anos que me pode autorizar, que eu me autorizo a mim mesmo concluir, que a FRELIMO é agora, realmente, muito mais socialista, revolucionária e progressista do que nunca, e a tendência agora é mais e mais em direção ao socialismo do tipo marxista-leninista” (BRAGANÇA; WALLERSTEIN, v.II, p.200 *apud* CABAÇO, 2009, p.312-313).

Para Cabaço (2009) o contacto com os ideais socialistas ocorreu por diferentes vias; uma das mais importantes foi a leitura dos textos sobre a guerra revolucionária, em particular os livros de Mao Tsé-tung e do general vietnamita Nguyen Giap que eram distribuídos a muitos militantes da Frelimo e os ideais existentes neles eram partilhados com os camponeses. Outro elemento que foi fulcral para a orientação socialista⁴⁰ foi o facto dos Estados Unidos e países europeus terem recusado apoiar o movimento de libertação militarmente. O apoio logístico foi suportado por países socialistas, incluindo Itália (a nível da Europa) por ser liderada por um partido socialista (CABAÇO, 2009).

Mesmo com um grande apoio dos países socialistas, os ideais de independência plena, que consistiam na autodeterminação do país eram muito patentes nas lideranças. Ziegler quando visitou Moçambique cinco ou seis meses após a independência escreveu: A revolução moçambicana é “dirigida em grande parte por marxistas, mas marxistas que são ferozmente patriotas, independentistas, e que mantêm – face a URSS e à sua política planetária – uma distância crítica” (ZIEGLER, 1985 *apud* CABAÇO, 2009, p.314). Na sequência Ziegler citou o pronunciamento do Marcelino dos Santos, uma das lideranças influentes da época, ao dizer: “Não existe um Vaticano no movimento revolucionário mundial...” (ZIEGLER, 1985, p.464-465 *apud* CABAÇO, 2009, p. 314).

O pensamento de autonomia era patente em diferentes lideranças que em 1970, Joaquim Chissano que se tornou o segundo Presidente no Moçambique independente, em entrevista concedida à revista *Afrique Australe*, defendia uma posição idêntica a do Marcelino dos Santos dizendo:

⁴⁰ Para Cabaço (2009) podem ser inclusos os estudantes que passaram pela Casa de Estudantes do Império ou por outras formas de militância que convergia ao socialismo, mas, a maioria dos membros da direção da FRELIMO, incluindo Samora Machel, não tinham outra convivência a não ser a do colonialismo e a luta armada.

“... Não acreditamos que o desenvolvimento do país, a independência e o socialismo possam ser copiados de outros países. [...] Certas pessoas pensam que como recebemos auxílio dos países socialistas seremos forçados a seguir a política de um ou de outro país socialista, mas isso não é certo, pois se lutamos pela nossa independência (como já afirmamos), lutamos pela livre escolha da nossa maneira de viver, das nossas relações e o nosso comportamento (BRAGANÇA;WALLERSTEIN, 1978, v.II, p.175).

Não tardou para que o socialismo fosse abandonado. Devido a guerra civil a nível interno, a ascensão do capitalismo na simultaneidade em que o socialismo decaí internacionalmente, Moçambique mergulha em uma profunda crise económica que ganha o auge nos anos 80 e o governo recém-constituído se vê e é forçado a se ajoelhar perante a cruz capitalista. E como notou Arantes (2015), todo o que se ajoelha perante a cruz precisa rezar. Precisamos então perceber o ciclo de rezas que o Estado moçambicano teve e continua realizando após o primeiro ajuste.

Avançaremos agora nesse empreendimento que consiste em fazer o levantamento das diferentes fases do Estado ajustador em Moçambique, que é um Estado que ajusta e ajusta-se as exigências de expansão do capital em convivência com a democracia⁴¹ formal (CARVALHO, 2015). Estamos cientes dos riscos, omissões e de possíveis equívocos que poderemos cometer nessa aventura histórica que demarcamos como ponto de partida o período pós-independência para a sua compreensão, mas entendemos por um lado que alguém precisa iniciar esperando críticas que agreguem e ajudem a maior elucidação dos factos.

Para o primeiro ciclo de ajustes são importantes alguns dados que foram fundamentais para a justificação de mudanças de orientação sociopolítica e económica. Nos finais dos anos 70 e os anos 80 o país atravessa uma profunda crise económica de tal forma que o PIB *per capita* atingiu um dos valores mais baixos do mundo, cerca de 80 dólares (MOSCA, 1999). Acrescenta-se ainda que,

⁴¹ De referir que o primeiro ajuste realizado em Moçambique foi realizado enquanto vigorava o monopartidarismo. O Estado monopartidário mesmo assim se afirmava como democrático, a democracia consistia aqui numa espécie de “consultas” populares realizadas em grandes comícios do Estado-Frelimo, que ao pé da letra eram mais anúncios que consultas.

- Em 1985 e 1986, os gastos com a defesa⁴² representavam respetivamente 33,5% e 29% das despesas públicas (CNP, 1989 apud MOSCA, 1999,p.149);
- Os subsídios directos às empresas (incluindo financiamento bancário do défice das empresas) em 1985 e 1986 eram cerca de 27,4% e de 33,5% das despesas públicas. Somam aproximadamente 60,9% e 62,5% do total dos gastos públicos para os anos considerados (ibidem);
- A balança externa de serviços, tradicionalmente positiva e uma das fontes de financiamento da balança de pagamentos, começou a ser crescentemente negativa a partir de 1983 (CNP, 1987 apud MOSCA, 1999, p.149);
- A dívida externa começou a constituir um importante peso para a economia a partir dos princípios da década dos 80. Em 1985 e 1986 os serviços da dívida eram superiores ao total das exportações em cerca de 17% e 54,7% repetivamente⁴³;
- Os volumes da produção comercializada agrícola continuam a decrescer na maioria dos produtos (MOSCA, 1999).

Tudo isso forçou o país ao primeiro ciclo de ajustes, que é exatamente a caminhada para a orientação capitalista. Esse marco, teve lugar no ano de 1987 quando o Estado moçambicano na direção do Estado-Frelimo filia-se as instituições dos Bretton Woods, concretamente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, aderindo assim ao capitalismo mundial. Essa decisão foi firmada após o IV Congresso da FRELIMO onde anunciou-se o abandono do marxismo-leninismo (*idem*).

Antes da oficialização da entrada aos Bretton Woods e orientação capitalista, já eram notáveis em 1983 mudanças de sentido em direção ao capitalismo. Segundo Mosca (1999) houve abertura de espaço para as iniciativas privadas no pequeno comércio, transporte, agricultura com a distribuição de terras para iniciativas privadas, apoio a produção de pequena escala, a liberalização de mercado de produtos tidos como não essenciais, destacando-se as hortícolas, as frutas e a produção pecuária.

⁴² Vale lembrar que nessa época está em curso no país a designada guerra civil que envolve as forças do governo da Frelimo e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

⁴³ Dados do Banco de Moçambique que podem ser encontrados em Mosca (1993).

5.7.1 O Programa de Reabilitação Económica (PRE)

Com a adesão de Moçambique as instituições financeiras ocidentais, as relações com o exterior alteraram-se. As viagens que anteriormente eram feitas para o Leste da Europa passam a ter como destino os países ocidentais com objetivos semelhantes aos anteriores, buscar apoios económicos e financeiros, ajuda humanitária devido a desestruturação causada pela guerra e a renovação da dívida externa (MOSCA, 1999). A exigência do Ocidente era a renúncia ao socialismo, que daria lugar ao capitalismo, a implantação da democracia nos moldes ocidentais. Foi assim que em 1987 os acordos com as instituições foram firmados, iniciando o processo do ajustamento estrutural.

Moçambique inicia em Janeiro de 1987 a aplicação de medidas de reajustamento económico. Segundo Mosca (1999), não existem muitas diferenças entre os processos de ajustes que aconteceram em Moçambique com os que aconteceram em outros países africanos e latino-americanos. Deu-se a contenção na procura interna através de políticas orçamentais e monetárias restritivas por meio do controlo de volumes salariais e elevação das taxas de juro, dando início os programas de ajustamento estrutural (PRE) (MOSCA, 1999). Ainda no âmbito dos reajustes, nos finais dos anos 80 e na entrada na década de 90, iniciam processos intensivos de privatização da maior parte das empresas estatais e a procura de investimentos estrangeiros que se fazem acompanhar de incentivos fiscais que se tornam atrativos para as grandes transnacionais. Os argumentos sonantes na época eram de que a liberalização dos mercados e a privatização do sector público constituíam pressupostos fundamentais para garantir a livre circulação, a afetação racional e a utilização eficiente dos recursos (MOSCA, 1999; BRITO *et al*, 2015).

No âmbito das exportações, um dos principais produtos de exportação nessa altura era o camarão, que permanece no auge até finais de 1990. A agricultura sofre uma profunda desaceleração, realizando-se apenas no nível discursivo. As indústrias sofrem uma sistemática amputação de tal forma que Brito *et al* (2015) afirmam que esse período pode ser tido como de “desindustrialização” na medida em que parte da produção industrial desapareceu, ao mesmo tempo em que as indústrias que sobreviveram passaram a a registar níveis baixos de produção. O pensamento dominante nos primeiros

anos da independência, que consistia no desenvolvimento a partir de dentro por vias da industrialização, começa a dar vazão a financeirização da economia.

A entrada nos anos 1990, particularmente após o término da guerra civil com os acordos de paz em 1992, o país apresentou alguns diferenciais. A economia registra crescimento de cerca de 7% anualmente que tinham como impulso o extrativismo de bens naturais para a exportação (BRITO *et al*, 2015; MASHA;ROSS, 2014). Nessa fase, além do camarão que já vinha sendo o principal produto de exportação nos anos 80, registra-se a exportação intensiva de madeira, gás, o carvão, alumínio principalmente (*idem*), voltando o país para a sua condição subordinada, de exportação de *commodities* para o exterior, tal como era antes da independência.

Segundo Brito *et al* (2015) o alumínio representava na década de 90 cerca de 50% do valor das exportações e os produtos energéticos (gás e eletricidade), o camarão e as madeiras contribuíam para mais da metade do valor das exportações. Para Brito *et al* (2015) apesar da recuperação econômica do setor dos serviços, este não consegue equilibrar a balança de pagamentos como no passado e o Orçamento do Estado continua dependente dos fundos provenientes da ajuda externa. Isto reforça e afirma Moçambique como um país que se sustenta pela financeirização e pelo extrativismo, embora de pequena escala no que diz respeito a mineração.

Os programas de reajustes aconteceram perante profundas críticas. Os críticos consideravam que os programas de ajustes estruturais conduziam as economias a uma integração subordinada ao capitalismo no quadro da divisão internacional do trabalho e facilitam o capital nas baías economias (ADLER, 1972; FEDER, 1972; BERNSTEIN, 1990 *apud* MOSCA, 1999). Wuyts (1989) já comentava que as reformas econômicas pretendem reestruturar os padrões de acumulação e de distribuição de uma economia e, conseqüentemente tais reformas afetam o modo de vida das populações (WUYTS, 1989 *apud* MOSCA, 1999). O enunciado da Wuyts é tão realístico que durante a década de 80 e princípios dos anos 90, a crise dos países africanos e latinos se aprofundou com e sem o programa de ajustamento estrutural (MOSCA, 1999).

Os custos sociais foram elevados principalmente para os mais pobres. Os salários reais baixaram, o emprego e auto-emprego baixaram, os serviços de educação e saúde continuaram frágeis e continuaram a ser pagos, mesmo que de uma forma simbólica, a

dependência externa aumentou, os desequilíbrios macroeconómicos não se reduziram e em alguns casos aprofundaram-se (MOSCA, 1993; 1999).

Apesar das críticas e dos desequilíbrios sociais desse modelo, o país continuou avançando nele, investindo e intensificando as privatizações (MASHA;ROSS, 2014). Segundo Masha e Ross (2014) entre os anos 1992 a 2002 a economia de Moçambique caracteriza-se por ser pouco diversificada e de baixa intensidade. A participação da agricultura (setor primário) continuam em baixa, descendo dos 38% do PIB em 1992 para 20% em 2001. De 1998-2003 ergue-se a Mozal, transnacional de fundição de alumínio, que constitui inclusive o primeiro mega-projeto de Moçambique pós-guerra, “e os investidores estrangeiros foram atraídos pela generosidade dos incentivos fiscais concedidos e pelo acesso a tarifas elétricas reduzidas” (MASHA;ROSS, 2014, p.10-11). Com a participação do setor secundário, tal como a mineração, transformação, construção e electricidade passa a contribuir em cerca de 25% para o PIB nacional (MASHA;ROSS, 2014) com enfoque para a Mozal, empresa de fundição de alumínio, Sasol que explora o gás natural, Cahora-Bassa que produz a energia elétrica.

Mesmo com as elevadas ondas de privatizações e ampliação do neoliberalismo, é perceptível que este convive em simultâneo com algumas heranças socialistas. Podemos classificar os finais dos anos 80 até 2003 como de simbiose entre neoliberalismo e centralismo estatal, pois, as reformas institucionais herdadas do socialismo ainda não se completaram. O Estado continua sendo o epicentro. Os discursos políticos ainda enaltecem o Estado como o impulsionador das grandes transformações assim como os cidadãos continuam dependentes do Estado para a condução das suas vidas.

Essa tendência teve algumas mudanças com a ascensão do presidente Armando Guebuza em 2004. Apesar de ser da geração dos combatentes de libertação, tendo ocupado cargos de confiança na Frelimo socialista, Guebuza apresenta-se totalmente despido de visões socialistas do Estado. Empresário de sucesso que é, classificado homem mais rico do país, entra na cena política com firmes discursos liberais. Discursivamente, Guebuza cuida de retirar o Estado das expectativas da sociedade civil em termos de melhoria das suas condições de vida, promove a cultura individual de empreendedorismo e redução radical da dependência do país da generosidade externa (MACAMO, 2014). O mesmo, anuncia o combate ao burocratismo, ao espírito de deixa-
andar e faz apelos a elevação da auto-estima dos moçambicanos, devendo todos irem a

luta para vencerem na vida, pois, nos termos do presidente, “a pobreza está na mente”, o empreendedorismo consistia em uma das soluções para superação.

Tudo isso nos permite classificar essa fase como segundo ciclo de ajustes. Nota-se a retirada do Estado das responsabilidades coletivas e difunde-se o sucesso individual. Nessa época, por volta dos anos 2006 surge a política dos 7 milhões alocados aos distritos. Uma visão substancialista pode induzir qualquer um a interpretar essa política como intervencionista por parte do Estado, porém, de intervenção existe muito pouco, pois, o Estado nessa política ganha *status* empresarial. Os 7 milhões enviados aos distritos deviam ser emprestados a cidadãos que apresentavam projetos sustentáveis por serem desenvolvidos, e em certo período, o valor devia ser reembolsado.

Foi uma política cheia de prós e contras. Segundo Mosca (2012) os prós dos 7 milhões alegavam que (1) permite acesso ao crédito a nível distrital onde não existem agências bancárias; (2) procedimentos de acesso desta linha de crédito são mais leves (em termos de procedimentos e garantias); (3) são possíveis financiamentos a micro-iniciativas de atividades produtivas geradoras de emprego, o que seria difícil no sistema financeiro comercial. Do lado crítico, os argumentos expostos referiam-se (1) aos baixos níveis de reembolso dos empréstimos (cerca de 5% a nível do país); (2) ausência de critérios económicos na concessão dos financiamentos duvidando-se dos resultados acerca e da produção gerada; (3) excessiva pulverização dos recursos em atividades de poucos impactos locais e, sobretudo, sem a capacidade de criação de sinergias e relações intersetoriais no território; (4) existência de critérios pouco transparentes e partidários na atribuição dos financiamentos, pretendendo-se reforçar as elites locais e criar clientelismos políticos/eleitorais; e argumentava-se também que, (5) não compete ao Estado desenvolver as atividades de crédito.

Nessa linha foi se fortalecendo o governo Guebuza. Um governo que se inibe do intervencionismo do tipo keynesiano, fortalecendo iniciativas privadas e atraindo o capital estrangeiro, em particular as transnacionais extrativistas. O que fortalece a dependência do país. Ou seja, em Moçambique “o padrão de acumulação e reprodução económica é dominado pelo capital estrangeiro” (CASTEL-BRANCO, 2010, p.51) dentro de uma lógica rentista e extrativista.

É necessário salientar que o ciclo de ajustes para acomodar o capital internacional implicou diferentes reformulações de leis no país. Uma das primeiras leis a serem afetadas foi a lei de terra. Um dos maiores ganhos da independência foi à conquista da terra, esta passou a pertencer ao povo moçambicano. Com o ciclo de ajustes nos padrões neoliberais era necessária uma nova concepção da terra. Visto que o país tem muitos bens naturais, era fundamental que os investidores tivessem garantias do uso da terra. Por isso, em 1997 houve a reformulação da lei que foi bem “cesarista” agradando aos investidores e as comunidades locais. A lei defende que a terra é do Estado moçambicano (o que foi reafirmado na Constituição de 2004), não podendo ser vendida ou por qualquer outra forma ser alienada, hipotecada ou penhorada (Artigo 3 da lei de terras). O uso ou ocupação da mesma é concedido pelo Estado através do *Direito de Uso e Aproveitamento da Terra* (DUAT). A posse desse DUAT não dá o direito de exploração do que está no subsolo. Os recursos existentes no subsolo ou até mesmo no solo são propriedade do Estado. Conforme plasmado na lei 20/2014 de 18 de Agosto “os recursos minerais situados no solo e no subsolo, nas águas interiores, no mar territorial, na plataforma continental e na zona económica exclusiva, são propriedade do Estado”. A sua exploração requer procedimentos definidos pela legislação.

Cinco anos depois, em 2002, devido à procura internacional de minérios, o governo de Moçambique reviu e aprovou a legislação de minas. Essa lei passa a dar prioridade à exploração mineira em detrimento de outros tipos de uso da terra. No artigo 43, número 2 dessa lei consta que “o uso da terra para operações minerais tem prioridade sobre outros usos da terra quando o benefício económico e social, relativo às operações mineiras sejam superiores”. A superioridade aqui se restringe ao teor económico, negligenciando-se mais uma vez todos os valores extra-económicos como aconteceu no projecto socialista quando a ideia das aldeias comunais concebeu apenas a produção colectiva, deixando na margem os aspetos sociológicos e antropológicos no processo de deslocação das pessoas dos seus territórios e recolocação em outros espaços. Notando-se então que ao longo dos anos o governo da Frelimo vem trilhando pelo caminho da *simplificação territorial*, que consiste na negligência, redução e esvaziamento de importantes elementos materiais e imateriais que compõem o território.

VALE S.A E OS PROCESSOS DE ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO: MOCAMBIQUE NO CENTRO DO DEBATE

Nesse capítulo pretendemos fazer uma abordagem geral sobre o extrativismo em Moçambique, focando de forma particular na mineração e discutindo a singularidade da Vale, uma empresa brasileira que se encontra em operação no país. As empresas transnacionais constituem na nossa visão um marco de novos processos imperialistas que se aceleram na América-Latina e África. Com as independências não alcançamos as liberdades nem autonomia suficiente para decidirmos os nossos destinos e com o processo de acumulação por espoliação que se expandem no Sul global, até o sentido de independência poderá ser novamente colocado em mesa de discussão.

A história realmente se repete. Talvez não seja, apenas, primeiro como tragédia e depois como farsa. A história se repete como tragédia e em seguida como farsa-trágica. O colonialismo foi à tragédia do povo latino, africano e de Moçambique em particular. Os novos projectos que se dizem desenvolvimentistas, nos marcos do novo imperialismo, movimentando pessoas e dinheiros constituem farsa-trágica. Isto porque se revestem da ideologia do desenvolvimento aceite quase que de forma “universal” sem muitos questionamentos. Se visitarmos a história da dominação colonial veremos que nem sempre as relações de poder apareceram de forma hostil. Houve processos de docilização profundas. A evangelização cristã foi uma delas. Temo que não tenhamos aprendido o suficiente com a história ou então, que não a conheçamos devidamente. E conforme disse Edmund Burke numa frase popularizada por Ché Guevara, “um povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la”.

6.1 Breve contextualização do extrativismo em Moçambique

Moçambique é um país rico em bens naturais, variando do carvão, gás natural, areias minerais e reservas de petróleo (BUCUANE; MULDER, 2008). A diversidade geológica do país oferece uma vasta gama de minerais e metais incluindo ouro, urânio, titânio, bauxite. A região de Manica no oeste do país é a fonte primária do ouro, cobre, ferro, bauxite. As regiões de Temane e Pande são reservatórios de gás natural na província de Inhambane, ao Sul do país. Quanto ao carvão, estima-se que exista uma reserva de 6 bilhões de toneladas entre as minas de Moatize e Mucanhavuzi na província de Tete⁴⁴.

Grande parte desses bens ainda encontrava-se em solo pelo menos até os primeiros cinco anos do presente século. É por essas razões que Brito *et al* (2015) considera que até ao final da época colonial o extrativismo constituía uma área marginal⁴⁵, resumindo-se a pequenas explorações de sal, ouro, pedra para construção e mármore. Este cenário muda completamente a partir de 2003, período em que as negociações em volta do extractivismo se aceleram. Empresas Sul-africanas, Brasileiras, Russas, Indianas, Americanas e de outros cantos dos países imperialistas e dos imperialistas periféricos têm estado a comprar acções nas minas em todo o país. Existem indicações de que cerca de 217 milhões de dólares americanos foram investidos no sector mineiro em 2007, acima de 169 milhões de dólares em 2005.

A vasta riqueza em bens naturais no país influenciou e continua influenciando posições discursivas de elevadas expectativas sobre o futuro da nação. Politicamente assim como academicamente fala-se do desenvolvimento e combate a extrema pobreza

⁴⁴ Esses dados foram obtidos no relatório do Ministério dos Recursos Minerais elaborado no ano de 2008.

⁴⁵ A consideração feita por Brito *et al* (2015) em relação ao extrativismo na era colonial resulta da visão limitada que os autores têm sobre este processo. Pois, se considerarmos a visão ampla do extrativismo avançada por autores como Gudynas, Svampa, que inclui as linhas de comunicação para o transporte da matéria-primas, as diferentes infra-estruturas que dão suporte as atividades, a agricultura de grandes extensões que hoje caracteriza-se pelo agronegócio, percebemos então que o extrativismo é presente em Moçambique desde a era colonial com grande intensidade. As linhas de comunicações coloniais são bem indicativas deste processo, pois, todas elas em Moçambique tem como ponto de partida locais de retirada da matéria-prima em direção aos portos ou então para os países vizinhos que eram uns dos principais destinos. Com isso não estamos querendo de forma alguma comparar os moldes extrativistas da era colonial com a fase atual. Não caberia colocar em mesmos patamares considerando a forma como o capitalismo se reconfigurou nos últimos tempos, avançando sobre as periferias antes não muito tocadas, tomando posse dos bens não mercantis, aprofundando-se as contradições entre capital-trabalho, acelerando a pressão sobre os “recursos” naturais e etc.

(BUCUANE;MULDER, 2008). Geralmente esses projetos são justificados pelos atores políticos que estão na direcção do Estado moçambicano como sendo alavanca para o desenvolvimento, reduzindo-se dessa forma a dependência económica externa (*idem*). O presidente Guebuza inclusive era incisivo em afirmar que com estes projetos poderemos colocar um fim a “política de mão estendida”. Para isso, dizia o presidente, precisamos vencer a pobreza que está dentro das nossas mentes e desenvolvermos a auto-estima, acreditando que somos e podemos ser ricos. As oportunidades já estavam dadas.

Não dá para inumerar a quantidade de académicos que corroboram com o ideal do desenvolvimento de base extrativista, sendo apenas essencial uma melhor gestão e redistribuição da riqueza. Um dos poucos exemplos que pode ser dado é do Ross, que por sinal é um dos *think tank* ligado as instituições do Bretton Woods. Para este, Moçambique dispõe de uma oportunidade única de consolidar a descoberta de vastos recursos naturais, que sendo bem geridos, podem permitir que o país alcance os seus objetivos de desenvolvimento social e ultrapassar a dependência da ajuda externa (ROSS, 2014).

Desde 2004, iniciaram-se vários projetos no setor extrativo, exploração ou processamento dos minérios, com destaque para as areias pesadas por parte da Kenmare, as minas de carvão da Vale e Rio Tinto, e mais recente a exploração do gás pela ENI e Anadarko na bacia do Rovuma no Norte do país (MASHA;ROSS, 2014).

Selemane (2009) assinala que em 2004 iniciou-se a produção e a exportação de gás natural em Pande e Temane, na província de Inhambane. Em 2007, arrancou em Moma na província de Nampula, a exportação produzida a partir das areias pesadas. Em 2007 o governo assinou com a Vale, companhia brasileira um contrato mineiro para a exploração de carvão de Moatize na província de Tete. Ainda em 2007 o governo rubricou com grandes companhias multinacionais contratos de pesquisa e produção do petróleo, com particular destaque para a Bacia do Rovuma, na província de Cabo-Delgado.

No mesmo ano, o governo moçambicano aprovou o projecto de produção de biocombustíveis em Massingir, província de Gaza no Sul do país. O projecto denominava-se PROCANA e previa o cultivo de açúcar e a construção de infra-estruturas necessárias para o processamento de etanol e era financiado pela companhia

de mineração e exploração da África Central, que pretendia investir US\$ 500 milhões e ocupar uma área de 30000 hectares. O objectivo principal do mesmo era de responder a demanda de energia nos países vizinhos e produzir plásticos respondendo as necessidades da África do Sul, Botsuana, Zimbábue, Malawi e Swazilândia.



Mapa1: Países vizinhos de Moçambique a quem se destina a produção dos plásticos, exceptuando Namíbia, Angola, Zâmbia em que vigoram outros interesses.

Das transnacionais que se encontram em operação no país podemos destacar a Vale, empresa Brasileira que opera na extração do carvão mineral em Tete, a Rio Tinto empresa anglo-australiana que está explorando as areias pesadas em Inhambane, Kenmare, transnacional Irlandesa sedeada na província de Nampula explorando minerais de Titânio, a ENI, empresa italiana fazendo prospecção de Gás na província de Cabo-Delgado em simultaneidade com a Anadarko, empresa americana que está mais direccionada para o petróleo e gás, ARTUMAS, Canadense, Petronas, Malásia, tendo como consórcio a Petrobrás, brasileira, todas interessadas no petróleo, entre outras.

Para Amisi *et al* (2014), Moçambique está submerso ao neocolonialismo que não tem como perpetrador apenas os países ocidentais. A cúpula BRICS trás um novo marco. A África do Sul, por exemplo, só de energia extrai 414 megawatts no país através da barragem de Cahora Bassa, apesar de todas as implicações existentes, como o caso das inundações que são rotineiras nas regiões do centro do país, particularmente no vale do zambeze. Acrescenta-se o facto de que as empresas sul-africanas estão responsáveis por levar avante contruções de outras barragens no país, para além da exploração do gás natural (AMISI *et al*, 2014).

O Brasil atua de forma intensa na mineração do carvão em Moatize/Tete e também na área de construção através da Odebrecht e Camargo Côrrea principalmente. A Índia tem o grupo Jindal que atua no sector de mineração e de fundição de alumínio e por último temos a Rússia, que apesar de existirem poucas informações sobre a sua atuação das suas corporações principalmente após a queda do União Soviética, houve sempre uma ligação através do grupo Eurasian Natural Resources Corporation que explora metais não ferrosos (*idem*). Em suma, Moçambique é ponto de encontro de diversos interesses económicos dos membros, em particular, dos membros do bloco BRICS.

Mosca e Selemene (2011) apontam que os megaprojectos beneficiam-se de incentivos fiscais, de exceções legais e de facilidades de operação que nenhuma outra entidade económica gozam. Vários debates vêm sendo realizados questionando as isenções. Segundo Mosca e Selemene (2011) a sociedade civil moçambicana e a comunidade internacional tem feito pressões ao governo de forma a mudar as formas de relação com as grandes empresas, visando minimizar o paradoxo em que a economia moçambicana vive: abundância de recursos naturais e minerais, presença de avultados volumes de investimento direto estrangeiro, enquanto, o orçamento do Estado continua a depender da ajuda externa e aumenta o número de pobres.

Quanto a Vale, que constituirá nosso foco de discussão, importa ressaltar que é uma empresa detida por um grupo de brasileiros. Em Moçambique ela tem sua sede em Maputo, capital do país, porém, opera no centro do país no distrito de Moatize, Província de Tete. Segundo o relatório de 2011 do Ministério dos Recursos Minerais de Moçambique, o depósito de Moatize constitui uma das maiores reservas conhecidas de carvão de coque que resta na África para além de ser de alta qualidade.

A Vale teve a concessão da mina em 2004, a qual cobre 250 quilómetros quadrados (MIREM, 2011). As atividades da empresa começaram em Março de 2009. No relatório do “Ministério dos Recursos Minerais” encontramos ainda que a empresa tinha como meta produzir 11 milhões de toneladas de carvão de coque a partir de 2011. As estimativas na época eram de produção de 8.5 milhões de toneladas de carvão metalúrgico e 2.5 milhões de toneladas para o carvão térmico. O carvão metalúrgico é usado para a produção de aço e o carvão térmico para a geração de energia eléctrica.

6.2 Breve historial da Vale

A Vale é na atualidade uma das maiores transnacionais brasileiras e umas das maiores mineradoras do mundo (BOSSI *et al*, 2009). O seu grupo empresarial é composto por pelo menos 27 empresas coligadas, controladas ou *joint-ventures* em mais de 30 países, dos quais Brasil, Angola, Austrália, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Indonésia, Nova Caledônia, Peru, Moçambique, onde desenvolve atividades de prospecção e pesquisa mineral, mineração, operações industriais e logística (VALE, 2008a;b *apud* BOSSI *et al*, 2009; VALE 2013;2014).

Para a compreensão do estágio atual da empresa é necessário um retorno para um passado recente onde encontram-se as suas raízes. Em 1909, com a criação da empresa Brazilian Hematite Syndicate, os ingleses compraram todas as terras onde estavam as reservas conhecidas de minério de ferro de Minas Gerais, estimadas em 2 bilhões de toneladas (GOLDEIRO *et al*, 2007; BOSSI *et al*, 2009). Em 1911, o empresário americano Percival Farquhar comprou a *Itabira Iron Ore Company*, que em 1941 dividiu-se em duas empresas brasileiras: a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia e a Companhia Itabira de Mineração (BOSSI *et al*, 2009). Como resultado de acordos entre Estados Unidos da América, Inglaterra e Brasil, essas empresas converteram-se no governo de Getúlio Vargas na companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em Junho de 1942 (GOLDEIRO, *et al*, 2007; SULEMANE, 2009; BOSSI *et al*, 2009; MOSCA;SELEMANE, 2011, ROCHA, 2013) e em 1952 passou para o controle total do Estado brasileiro (BOSSI *et al*, 2009). Segundo Goldeiro *et al* (2007) a empresa surgiu face ao acordo assinado em Washington entre os Estados Unidos, Inglaterra e Brasil, em plena segunda guerra mundial. Os EUA e Inglaterra tinham como objectivo comum de derrubar Hitler e necessitavam do Brasil para o fornecimento de minério de ferro para a indústria de armamentos.

Em 1949 a Vale já era responsável por 80% das exportações brasileiras do minério de ferro e nessa época é selado o acordo com Japão para o fornecimento do minério de ferro necessário para que esse país asiático se reconstruísse no pós-guerra. Esta aliança, resultou na conversão do Japão em segunda potência económica mundial na simultaneidade em que a Vale se distinguia como maior mineradora do Brasil e do

mundo (GOLDEIRO *et al*, 2007). Existem indicações de que “entre 1969 e 1979, as vendas da CRVD ao exterior cresceram 285% e a empresa se consolidou como a maior exportadora de minério de ferro do mundo” (GOLDEIRO *et al*, 2007, p.11).

Em 1993 inicia-se o plano de privatização da companhia. Em 1994 a Vale lança o seu programa de *American Depositary Receipts* (ADR) da venda de ações na Bolsa de Valores de Nova York. Em 1995, o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, incluiu a CRVD no Programa Nacional de Desestatização. Em 7 de Maio de 1997 a empresa foi privatizada e comprada por um consórcio liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que adquiriu 41,73 das ações ordinárias do governo federal por 3,338 bilhões de reais (GOLDEIRO *et al*, 2007, ROCHA, 2013).

Depois que a companhia foi privatizada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, a maior parte das ações passou para o controle da Valepar:

[...] Uma sociedade financeira criada por empresas interessadas em comprar o pacote majoritário da Vale. Em 2007, a Valepar detinha 53,3% do capital ordinário da empresa, sendo o BNDESPar responsável por 6,8% das ações. O restante encontrava-se distribuído entre investidores diversos, sendo 27% não brasileiros e 12,9% brasileiros (JUNIOR;JÚNIOR, 2011).

A privatização dessa empresa gerou indignação por parte de uma grande parcela de brasileiros (MARSHALL, 2014). Segundo Marshall (2014) o BNDES assumiu a responsabilidade de promover a privatização da economia brasileira em larga escala. A venda da Vale foi e continua sendo evidenciada como episódio mais escandaloso de privatização na história do Brasil. A empresa foi vendida por 3,4 bilhões de reais num período em que o real equiparava-se ao dólar dos EUA (*idem*).

“Um acordo submetido ao Tribunal Regional Federal (TRF) de Brasília, em 2004, explicitava uma série de irregularidades que comprovam que a Vale foi subavaliada. Algumas minas foram desprezadas nos cálculos, outras subavaliadas. Bens intangíveis de grande valor (tecnologias, patentes e bagagem técnica sobre geologia e engenharia de minas) foram desprezados. Participações accionistas da Vale na Açominas, CSN, Usiminas e Companhia Siderúrgica de Tubarão foram ignoradas. A lista de irregularidades é enorme. A empresa responsável pela avaliação, o [Banco] Bradesco passou a controlar a

Vale um ano depois. Seu presidente, Roger Agnelli⁴⁶, é um ex-diretor executivo do banco” (UCHOA, 2009 *apud* MARSHALL, 2014, p.184).

Desde Novembro de 2007, a CRVD simplificou-se para Vale S.A. Segundo Mosca e Selemene (2011) a Vale é a maior empresa de mineração diversificada das Américas e a segunda maior do mundo, operando em 13 estados brasileiros e nos cinco continentes. Possui mais de 100 mil trabalhadores entre efectivos e terceirizados. Hoje a Vale é uma multinacional globalizada com presença nas bolsas de São Paulo (BOVESPA), Nova York (NYSE), Madrid (LATIBEL) e Hong Kong (China). Os principais produtos responsáveis pela receita da empresa são o minério de ferro (36%) e o níquel (30%) (Vale, 2008b *apud* BOSSI *et al*, 2009).



Mapa3: Operações da Vale mundialmente. Fonte: www.vale.com

Rocha (2013) considera que foi no governo Lula, a partir de 2003, dentro do seu plano de projeção do poder económico do Brasil, por meio de uma maior internacionalização das empresas nacionais e ampliação de acordos de cooperação intergovernamentais que a empresa inicia de forma efetiva a sua aposta na internacionalização através de aquisição de congêneres no Oriente Médio, América-Latina, América do Norte e Europa, despontando-se internacionalmente como uma das grandes empresas transnacionais.

⁴⁶ Desde 2011 a Vale tem um novo presidente, o Murillo Ferreira que substituiu o Agnelli.

A empresa está presente em oito países do continente africano: Guiné, Libéria, Angola, República Democrática do Congo, Etiópia, Zâmbia, Malawi, Moçambique e África do Sul. Os projetos estimam investimentos em torno dos 6 bilhões de dólares e contaram com a reconhecida colaboração do serviço diplomático brasileiro na facilitação das visitas aos países e do diálogo com as autoridades nacionais (IGLESIAS, 2011).

A Vale S.A chega a Moçambique em 2004, ano em que ganhou o concurso internacional lançado pelo governo para concessionar as minas de Moatize. Em Junho de 2007 o governo assinou com a Vale um contrato para a exploração do carvão de Moatize (SELEMANE, 2009, ROCHA, 2013) e é licenciada para operar num período de 35 anos renováveis (MOSCA;SELEMANE, 2011; ROCHA, 2013). Segundo Mosca e Selemane (2011), o megaprojecto Vale em Moatize, tem a seguinte estrutura accionista: 85% pertencem a Vale, 5% ao Estado moçambicano e 10% aos investidores nacionais. O empreendimento é avaliado em 1,535 mil milhões de dólares americanos (CASTELBRANCO;CAVADIAS, 2009) e consta ainda que a empresa pagou pela concessão de Moatize cerca de 120 milhões de USD, mas essa verba nunca foi inscrita no Orçamento do Estado (CIP, 2009).

O projeto Moatize, cujas operações iniciaram-se em 2011, inclui a exploração de carvão em Tete e exportação pelo porto da Beira. O transporte é feito por meio da ferrovia de Sena de extensão de 575 km e com capacidade de dois milhões de toneladas por ano. A área ocupada é de 23.780 hectares no distrito de Moatize. A instalação da mina de Moatize levou consigo as construtoras brasileiras Odebrecht, Camargo Correa e Andrade Gutierrez.

Mosca e Selemane acrescentam que os principais financiadores do mega-projeto Vale em Moçambique são: a multinacional IDC, o ramo do sector privado do banco mundial (IFC) e a entidade financeira brasileira, Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES). Vunjane (2011) assinala que em Moçambique a Vale desenvolve o seu megaprojecto numa área de 23.780 hectares no distrito de Moatize, província de Tete onde explora o carvão de Coque. Segundo Selemane (2009), Moçambique já produziu e exportou o carvão de coque das Minas de Moatize onde a Vale opera na actualidade. Em 1976 a Carbomoc E.E, em presa actualmente extinta, produziu 560.000 toneladas (SULEMANE, 2009). A produção parou durante o período da guerra, principalmente devido à paralisação da linha férrea de Sena.

A exploração do carvão de Moatize está sendo feita através da mineração ao céu aberto. Desde o início do projecto as previsões eram de obtenção de cerca de 8.5 milhões de toneladas de carvão de coque ao ano e 2 milhões de toneladas ao ano de carvão de queima, ambos para a exportação (SELEMANE, 2009). O restante do carvão obtido em tratamento do carvão bruto tem teor de cinza e o seu uso seria destinado para uma central térmica de 1.500 MW com instalação em Moatize. Considera-se que o carvão de coque é uma matéria-prima importante para a produção de ferro e aço.

No relatório dos Direitos Humanos na Indústria Extrativa consta que para escoar o carvão, atualmente a Vale utiliza a ferrovia de Sena que segue até o Porto da Beira. Considerando as limitações desta via, tem-se feito o investimento em outras vias complementares ou alternativas. Na trilha de seu modelo integrado de cadeia – onde a empresa mantém controle sobre toda a logística “mina-ferrovia-porto” – a Vale firmou parceria com a estatal Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), sob a forma do consórcio “Sociedade Corredor Logístico Integrado” (CLIN), na qual detém 80% das ações, e obteve concessão do governo moçambicano para a construção de uma ferrovia ligando Moatize a Nampula e de um novo terminal portuário em Nacala. O empreendimento fará parte do Corredor de Nacala, um sistema integrado de logística e de transporte multimodal que permitirá o escoamento da produção do norte de Moçambique, Malawi, Zâmbia e a República Democrática do Congo, incluindo o carvão extraído em Moatize, para o porto de Nacala, província de Nampula. A área do Corredor abrange as províncias de Nampula, Cabo Delgado, Niassa, Tete e o norte da Zambézia (distritos de Alto Molocue, Gilé, Gurué, Ile, Milange e Namarroi). O porto de Nacala terá capacidade para exportar até 18 milhões de toneladas de carvão ao ano, bem maior do que a capacidade atual do porto da Beira. Atualmente, o Grupo Andrade Gutierrez está a construir o Porto e a Odebrecht Internacional está transformando a Base Área de Nacala em Aeroporto internacional.

Consta no mesmo relatório que os restantes 20% pertencem à empresa pública Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM). O Porto de Nacala e a respectiva linha férrea estão integrados no Corredor de Nacala, há seis anos gerido pelo Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN), empresa na qual a Vale passou a deter 51% do controle acionário, como parte de um controvertido processo de privatização dos serviços ferroviários no país. Adicionalmente, a SDCN detém a concessão de todo o

sistema ferroviário de Malawi, onde foi constituída a CEAR, Central East African Railway.

Importa referir que atualmente a gestão da empresa é privada, mas o capital é majoritariamente público, visto que as estatais BNDESPar e PREVI (fundos de pensão do Banco do Brasil) são acionistas majoritários do VALEPAR, o consórcio controlador da empresa.ⁱ Em relação ao financiamento, portanto, parte expressiva do financiamento da empresa é feita pelo Estado brasileiro, não apenas pela disponibilização de fundos via propriedade de ações da empresa, como diretamente, via empréstimos do BNDES. Esta empresa recebeu o maior financiamento já dado pelo Banco a uma empresa, R\$ 7 bilhões (BNDES, 2008).

6.3 Uma Vale que não vale: breve diagnóstico na pior empresa do mundo

“Temos o minério de ferro mais barato do mundo. *Precisamos ser mais agressivos e ocupar rapidamente esses espaço senão outros o farão*” (Roger Agnelli, Presidente da Vale, 2006 *apud* BOSSI *et al*, 2009, p.160).

A Vale se apresenta ao mundo como uma multinacional de grandes virtudes, pró-ambiente e pró-vida. A sua Visão, Missão e Valores, que constam no site oficial em Moçambique, são expressivos dessas virtudes que não passam de pseudo-virtudes. Em termos de *Visão* a Vale se diz pretender “Ser a empresa de recursos naturais global número um na criação de valor ao logo prazo, com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta, como *Missão* “Transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável e por último como *Valores* “1) a vida em primeiro lugar; 2) cuidar do nosso planeta; 3) crescer e evoluir juntos; 4) valorizar quem faz a nossa empresa; 5) agir de forma correcta; 6) fazer acontecer⁴⁷.

Porém, uma intromissão nos bastidores da Vale, pode levar-nos a afirmar que a Vale não vale. Adentrando nos *modus operandi* da transnacional fica evidente o seu carácter “imperialista”-colonialista-capitalista. Ela expande-se pelo mundo, desapropria e se apropria dos territórios, sufocando os modos de vida das comunidades. Explora

⁴⁷ www.vale.com

desumanamente a mão-de-obra e tem como principal foco o crescimento económico excessivo para o conforto dos seus acionistas. Uma empresa que tem como um dos seus valores “fazer acontecer”, demonstra de forma aberta o seu descompromisso para com o “outro”, pois, quem assume esse como um valor para si, acaba se importando pouco com o que o rodeia, e pior ainda, tudo o que aparece como impedimento para a materialização do *fazer acontecer*, é afastado mediante o uso de todos os dispositivos necessários.

Em Janeiro de 2012 em uma cerimónia de premiação ocorrida em Davos, na Suíça a Vale foi eleita a pior empresa do mundo. Duas organizações sediadas na Suíça, a Greenpeace e a Declaração de Berna usaram o Fórum Económico Mundial, um encontro de lideranças empresariais e algumas entidades governamentais para destacar as práticas socio-ambientais negativas das grandes empresas (MARSHALL, 2014). Nas palavras de Marshall (2014) a Vale obteve o “Prêmio Nobel da vergonha” com 25 mil dos 88 mil votos expressos.

O prêmio foi apresentado por Joseph Stiglitz, prêmio nobel de economia em 2001, que embora no passado tenha assumido fortes posições neoliberais, tendo sido inclusive presidente do Banco Mundial, apresenta-se na atualidade como uma grande voz contra as injustiças sociais globais. Em sua apresentação, Stiglitz discursou sobre quanto tempo os poderosos atores globais como a Vale, Rio Tinto e a BHP Bilington seriam capazes de operar com tão pouca consideração pelas consequências socio-ambientais dos seus projetos e tão pouca responsabilidade pelos 99% da população excluída dos seus planos (MARSHALL, 2014). Stiglitz enfatizou ainda que para proteger o planeta e a sociedade, depende não só dos regulamentos governamentais para evitar abusos, mas também de um alargamento do conceito de auto-interesse a nível individual como coletivo (*idem*).

Marshall (2014) comenta que a posição de segunda maior empresa de mineração do mundo ocupada pela Vale, com presença em dezesseis Estados brasileiros e em 33 países nos cinco continentes é em grande parte em virtude da sua postura agressiva perante a população e ao ambiente, dando maior devoção aos lucros elevados e generosos dividendos para seus acionistas. Para Bossi *et al* (2009) os danos que a Vale causa incluem desmatamentos, deslocamento das populações, destruição dos modelos tradicionais de subsistência, poluição atmosférica, intervenções em mananciais de

abastecimento público e contaminação de cursos d'água (p.161). Os processos de destruição começam da implantação da empresa, “exploração dos minérios, passando pela transformação e pelo transporte” (BOSSI *et al*, 2009, p.161).

6.3.1 Geografia das operações “valeanas”

As ações da Vale ocorrem em diversas escalas geográficas, manifestando diversas implicações sociais e ambientais. Ribeiro Junior (2012) aponta a questão das doenças respiratórias e de pele em Açailândia, Maranhão, impactos ao longo da estrada de ferro de Carajás (Pará-Maranhão), impactos sobre a água em Minas Gerais e poluição atmosférica no Rio de Janeiro, conflitos com comunidades no Pará, Maranhão, Espírito Santo, jornadas de trabalho exaustivas, processos trabalhistas em Parauapebas (Pará), associação comercial com guseiras envolvidas com o trabalho escravo e infantil, sonegação de *royalties* e evasão de divisas, greves trabalhistas no Canadá. Em geral pode-se afirmar que a “agressividade na ocupação dos espaços (e territórios) é uma forma bastante adequada de descrever a estratégia de negócio da Vale” (BOSSI, 2009, p.160).

Junior e Júnior (2011) referenciam o município de Barcarena em Pará, que sedia plantas industriais e integra o conhecido Programa Grande Carajás (PGC) e está inserido na cadeia produtiva de Alumina e Alumínio como sendo uma região profundamente impactada pelas ações da Vale através da emissão de poluentes (gases cáusticos e poeiras corrosivas, bem como a liberação de dióxido e trióxido de enxofre) e acidentes que decorrem.

Um dos maiores impactos causados pela produção de alumínio é a lama vermelha, que é a parte estéril do processo de beneficiamento da bauxita. É um resíduo extremamente cáustico, com Ph acima de 13,2. A soda cáustica presente na lama vermelha contribui para a ocorrência da chuva ácida, contamina o lençol freático, as águas superficiais e os solos. Para cada tonelada de Alumina produzida, são necessárias três toneladas de bauxita, proveniente de Carajás, o que gera uma enorme quantidade de lama vermelha como resíduo. Somente em 2004 a ALUNORTE produziu, no mínimo, 1,27 milhão de toneladas de lama vermelha. Apesar da empresa alegar que lança lama vermelha apenas em locais

seguros, muitos acidentes têm ocorrido. Em Abril de 2008 milhares de litros de lama vermelha vazaram de uma das bacias daquela empresa, contaminando o rio Murucupi, importante fonte de água para as populações tradicionais (JUNIOR;JÚNIOR, 2011; BOSSI *et al*, 2009).

Junior e Júnior (2011) acentuam que o sucedido não merece ser classificado como acidente porque a noção de acidente remete a um acontecimento casual, o que não se aplica quando se trata das operações da Vale. Da mesma forma que os lucros da empresa não são casuais, ou acidentais, mas fruto das suas estratégias políticas e económicas, não se pode classificar a contaminação dos ecossistemas como um fortuito.

Bossi *et al* (2009) indicam-nos mais um caso emblemático, dos diversos casos de destruição por parte da Vale. Trata-se da Mina de Pico em Itabirito – Minas Gerais, que passou para o controle da Vale quando ela incorporou a empresa Minerações Brasileiras Reunidas S.A. (MBR). O Pico do Itabirito é um património histórico natural tombado pela Constituição do Estado de Minas Gerais (BOSSI *et al*, 2009). Segundo Bossi *et al* (2009) com a expansão do Complexo Pico, de 12 para 23 milhões de toneladas por ano, a empresa destruiu várias nascentes, além de amontoar grandes toneladas de dejetos minerários ao redor do Pico, destruindo o seu valor estético e histórico. As ações da empresa destruíram também os campos rupestres sobre as cangas, com as suas cavernas e espécies raras. A rigidez locacional dos recursos tem sido colocada como argumento para as atividades mineiras, negligenciando-se por exemplo que patrimónios como os referenciados por Bossi *et al* (2009) são também fixos e constituintes da história dos territórios.

“A Vale também vem realizando diversas infrações com relação a desmatamento, uso de madeira e descumprimento da legislação brasileira. Em 2006, a empresa foi multada por diversos crimes ambientais, entre eles consumo de carvão oriundo da mata nativa, incêndios em áreas de preservação e destruição de florestas permanentes (BOSSI *et al*, 2009, p.164). Naquele ano, as multas totalizaram quase R\$ 3milhões, dos quais a Vale pagou apenas R\$ 217 mil” (CARVALHO, 2007 *apud* BOSSI *et al*, 2009, p.164).

A multinacional Vale vive diante de círculos de práticas ilícitas. Em 2008 a empresa foi multada em US\$ 5 milhões por venda ilegal de 9,5 mil m³ de madeira no Estado de Pará (BOSSI *et al*, 2009). No relato do IBAMA consta que a empresa teria obtido permissão para derrubar uma área de floresta para uso próprio, onde se calculava

haver 11,6 mil m³ de madeira, porém, fiscais do órgão ambiental encontraram somente 2,7 mil m³ (*idem*). O IBAMA refere que a diferença teria sido vendida pela empresa, por sua vez, a Vale, argumentava que havia errado na estimativa da quantidade de madeira disponível (BARROS, 2008 apud BOSSI *et al*, 2009).

6.3.2 *Mudanças sem mudanças: relações com os trabalhadores*

Marshall (2014) afirma que quando o presidente da Vale era o Roger Agnelli o número de violações dos direitos humanos dos trabalhadores assim como das populações em volta da mineração eram imensuráveis. Esperava-se que esse quadro mudasse com a entrada do Murillo Ferreira em 2011. O mesmo quando tomou posse tratou de visitar todos os países onde a Vale encontra-se a operar. Contudo, “as expectativas criadas foram frustradas pelo menosprezo aos dirigentes sindicais ao longo da sua turnê inaugural das operações mundiais da Vale” (MARSHALL, 2014, p.186). Depois de receber duras críticas por parte dos sindicatos, Murilo concorda em reunir os quatorze presidentes das operações das empresas ligadas a mineração no Brasil em 2011 (MARSHALL, 2014).

De acordo com Vieira, presidente do sindicato da Metabase, a maioria dos líderes presentes ficaram felizes ao acreditarem na noção de uma Vale amável e gentil. Porém, Vieira continuou se mostrando céptico, tendo produzido um relatório que identifica oito características do trabalho da Vale no Brasil:

“1) A Vale é conhecida por ser anti-sindical; 2) um trabalhador desta empresa tende a ganhar menos do que os que atuam em locais de trabalho semelhantes; 3) os gestores da Vale se envolvem em assédio constante aos trabalhadores; 4) a Vale impõe metas de produção irrealisticamente altas, criando assim uma atmosfera de tensão permanente, que ela própria prometeu eliminar; 5) os trabalhadores da Vale convivem com a constante ameaça de serem demitidos sem justa causa; 6) os supervisores da Vale impõem medidas disciplinares arbitrárias com grande frequência; 7) trabalhar para a Vale significa trabalhar sob graves riscos porque ela coloca a produção acima de todo o resto e normalmente encobre incidentes relacionados à segurança e saúde; 8) regularmente a Vale tenta subornar o sindicato e o governo oferecendo-lhes

carros, viagens, cartões de crédito, etc.” (VIEIRA, 2011 *apud* MARSHALL, 2014, p.186-187).

Marshall (2014) expõe que em 2012 um pequeno grupo de trabalhadores da Vale no Canadá, Moçambique e Brasil foi questionado se estas oito características referenciadas por Vieira aplicavam-se nas suas realidades. Apesar das situações se apresentarem diferentes de acordo com o país, a resposta que mais prevaleceu na pesquisa foi a de que a caracterização feita por Vieira em relação ao trabalho para a Vale era profundamente semelhante nos outros países (MARSHALL, 2012; 2014). Segundo Marshall (2014) a Vale tem mostrado desrespeito generalizado aos direitos humanos. A ordem neoliberal em que a empresa se configura, cria enormes desafios para os seus trabalhadores e as comunidades e para todos aqueles que aparecem no seu caminho.

O assédio aos trabalhadores e o silenciamento dos sindicatos por parte da Vale ficou explícito na greve dos cerca de 3.500 trabalhadores em Canadá que teve início em Julho de 2009 quando a empresa quis extinguir direitos trabalhistas usando o argumento da crise económica. Assim,

Logo que começou a greve, a Vale levou para Sudbury uma empresa de segurança chamada AFI que intimidou e assediou os trabalhadores sindicalizados da seção local [...]. A Vale tentou limitar o direito do sindicato de montar e manter piquetes. Processou o sindicato e sua liderança, buscando indenizações milionárias, e lançando mão de uma tática sem precedentes: processar membros do sindicato individualmente. A Vale chegou a anunciar que a mina operaria com “trabalhadores substitutos”, isto é, com os fura-greves! [...]. A Vale chegou a demitir alguns grevistas e deixou claro que os tais funcionários não voltariam mais a trabalhar (ORGANIZAÇÕES *et al*, 2010 *apud* RIBEIRO JUNIOR; SANT’ANA JÚNIOR, 2011).

A relação da Vale com os trabalhadores tem sido marcada de tensões. Segundo Junior e Júnior (2011), em Parauapebas – Pará, a Justiça do Trabalho condenou a Vale a pagar R\$ 300 milhões em virtude dos trabalhadores contratados pela Vale ou por empresas que prestam serviço a ela gastarem um mínimo de duas horas de deslocamento para ir e voltar às minas, valor este que não era remunerado ou descontado da jornada de trabalho. Acrescentam os autores que a empresa declarava não ser da sua responsabilidade o transporte dos trabalhadores, alegando ser o espaço público fora dos seus limites, cabendo a responsabilidade do sistema público, desconsiderando

completamente que os trabalhadores são privados e não públicos, o que reafirma a competência da Vale das horas *in itinere*. Com a exploração dos trabalhadores em causa, a Vale teria economizado um valor superior a R\$ 200 milhões nos últimos cinco anos, praticando concorrência desleal às custas da qualidade de vida dos seus trabalhadores (RIBEIRO JUNIOR; SANT'ANA JÚNIOR, 2011).

Bossi *et al* (2009) acrescentam dados que elucidam cada vez mais as ações de violação dos direitos dos trabalhadores perpetradas pela Samarco (filial da Vale) em Minas Gerais. Uma inspeção da Procuradoria Regional do Trabalho de Minas Gerais, realizada em 2006 em Mariana identificou que a empresa Samarco havia cometido mais de quarenta infrações trabalhistas, incluindo excesso de jornada de trabalho, falta de instalações sanitárias para o uso dos trabalhadores, frágil iluminação nos turnos da noite, afastamento de trabalhadores devido a doenças do trabalho sem a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (BOSSI *et al*, 2009). Segundo Bossi *et al* (2009) a inspeção resultou em uma multa de R\$ 20 mil e a indenização de R\$ 2 mil para cada trabalhador.

“Em 2006 e 2007, a Inspetoria do Trabalho da cidade de Marabá (PA) recebeu mais de oito mil denúncias de trabalho contra a Vale. Uma inspeção, em 2007, validou as denúncias, identificando a violação coletiva dos direitos dos trabalhadores caracterizada por trabalho cansativo e desgastante por um horário diário de oito a doze horas (BOSSI *et al*, 2009, p.170). Como resultado, a inspetoria propôs à Vale um acordo que prevê o pagamento de US\$ 35 milhões em indenizações (ADOUE, 2007 *apud* BOSSI *et al*, 2009, p.170).

Comentando a respeito da Vale em Canadá, que é um campo que ela estuda profundamente por ser canadense e vivenciar de forma mais próxima, Marshall (2014) nota que as medidas de segurança e saúde são deveras negligenciadas pela empresa, podendo-se dizer que a Vale opera numa lógica de transnacionalização de riscos de saúde para trabalhadores, territórios-comunidades pela repetição dos casos em diferentes espaços geográficos. Marshall (2014) menciona que trabalhadores canadenses da Vale vêm de uma tradição forte de ação sindical em saúde e segurança. Para estes trabalhadores o direito de saber, de participar e de interromper são fundamentais. Os sindicalistas internos que acompanham as questões ligadas a saúde e segurança reconhecem o quão este representa um campo problemático para a empresa. O que pode ser sustentado pela ocorrência de cinco mortes nas operações de Thompson e Sudbury

desde 2011 (JUNIOR, 2012; MARSHALL, 2014), o que corresponde uma estatística chocante para o contexto canadense (MARSHALL, 2014) e para todo aquele que valoriza a vida, a saúde e a segurança do trabalhador. O relatório elaborado pelo sindicato United Steelworkers (USW) do Canadá realizou uma investigação que concluiu que a Vale havia ignorado todas as medidas de segurança (JUNIOR, 2012; MARSHALL, 2014).

Em um dos primeiros intercâmbios bilaterais entre trabalhadores da Vale em Canadá e brasileiros, foram levados dois profissionais de segurança e saúde canadenses para as instalações em Carajás e trabalhadores de ferrovias e portos de São Luís. No relatório que estes produziram colocaram como grande questão a seguinte: como podem os trabalhadores da Vale no Brasil lutar pela saúde e segurança quando temem por seus empregos? A prática comum de gestão da Vale de demitir trabalhadores sem causa significa que todas as apostas estavam perdidas (MARSHALL, 2014). Quem expõem sua cabeça ao prêmio numa situação em que a exposição pode custar o seu sustento?

“Ao visitar a maior mina de minério de ferro da Vale em Carajás, na selva amazônica, fomos apresentados ao estado-da-arte da Central de Controle onde os operadores podem monitorar o desempenho do equipamento, desde rolamentos e motores de temperatura, a velocidade dos caminhões tratores, todos projetados para melhorar a produtividade. Isso tudo estava bom, até visitarmos o local da mina e vermos funcionários usando máscaras de proteção de papel, como aquelas proibidas aqui, porque oferecem pouca ou nenhuma proteção. Ao falar com os nossos companheiros do sindicato, descobrimos que eles não tinham conhecimento de programas básicos, tais como a Monitoria do Ambiente do Local de Trabalho ou a garantia de que as máscaras são apropriadas para a tarefa e lhes servem adequadamente” (ANDERSON, 2005 *apud* MARSHALL, 2014, p.193).

Para Bossi *et al* (2009) a política agressiva de terceirização adotada pela empresa é que tem sido responsável pelos danos aos trabalhadores. Registe-se que menos de 40% dos trabalhadores são efetivos. Os trabalhadores terceirizados, de forma geral, realizam atividades de maior risco. Um retorno ao ano de 2007 consta que dos 14 acidentes fatais ocorridos nesse ano, 11 estavam vinculados a empresas prestadoras de serviços (Vale, 2008b *apud* BOSSI *et al*, 2009).

As violações perpetradas pela Vale configuram-se no que Briann Wynne (1992) denominou de “anormalidades normais”, pois, pelas violações sistemáticas a saúde dos trabalhadores, saúde das comunidades atingidas, estas acabam pertencendo ao caráter normativo da empresa, sendo difícil esperar da mesma uma atitude contrária.

6.3.3 A sustentabilidade insustentável

Em um documento produzido pela Vale, em relação a sustentabilidade consta que:

A sustentabilidade contribui para um mundo melhor e ao mesmo tempo aumenta a nossa competitividade no longo prazo. O desenvolvimento é alcançado quando os nossos negócios geram valor para os acionistas, enquanto criam um legado social, econômico e ambiental positivo nas regiões nas quais operamos.

Investimentos em responsabilidade social corporativa em 2012 alcançarão US\$ 1,648 bilhão, dos quais US\$ 1,354 bilhão será investido na proteção e conservação ambiental, e US\$ 292 milhões em programas sociais.

A Vale está comprometida em desenvolver uma matriz energética mais limpa, investindo em fontes de energia renováveis, como por exemplo, geração eólica e biocombustíveis [...] (VALE, 2012a, p.2-3).

Porém, a quantidade de violações sociais perpetradas pela Vale colocam em xeque todo o seu discurso de sustentabilidade que constitui temática presente nos documentos oficiais da empresa (JUNIOR; JÚNIOR, 2011, JUNIOR, 2012). Essas violações decorrem necessariamente pelos modos de operação da empresa que coloca maior ênfase nos ganhos financeiros (receita, lucro, geração de caixa) (*idem*) em detrimento da vida. Apesar das denúncias que são feitas em relação as formas de operação da empresa que são contra a vida, a Vale insiste no discurso da sustentabilidade. Esse pensamento é notado num documento da empresa elaborado em 2012:

Júnior (2012) elabora uma crítica as posições de sustentabilidade colocada pela Vale. Segundo o autor logo no início do argumento sobre sustentabilidade verifica-se o porque da sua presença: competitividade ao longo prazo. O que coloca em dúvidas a questão da sustentabilidade perante o apelo mercadológico (JÚNIOR, 2012). A contradição se aprofunda na medida em que a empresa pretende gerar maior valor para os acionistas e em simultâneo deixar um legado positivo onde opera (*idem*).

O autor elucida-nos ainda porque a Vale apresentou a pretensão de usar US\$ 1,354 bilhão em proteção e conservação ambiental: a promoção de um discurso de sustentabilidade torna-se mais um fator competitivo e mercadológico em longo prazo, mesmo que esse valor represente apenas 6% do total do capital despendidos para todas as unidades da Vale (RIBEIRO JUNIOR; SANT'ANA JUNIOR, 2011; RIBEIRO JÚNIOR, 2012). Outra situação paradoxal referida por Júnior (2012) é que a empresa que se julga ter comprometimento com a geração da dita energia limpa, investindo em fontes de energia renováveis, é a mesma que participa da construção da hidrelétrica de Belo Monte no estado de Pará. No texto da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale consta que:

Dona de 9% das ações de Belo Monte, a Vale é a maior acionista privada do Consórcio Norte Energia, responsável pela construção da usina no rio Xingu, Pará. Obra mais cara do Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, Belo Monte custará cerca de R\$ 30 bilhões e vem acumulando um dos maiores passivos sociais, ambientais e jurídicos das obras de infraestrutura em curso no país.

Belo Monte vai resultar em enormes danos ao frágil ecossistema do Xingu, um dos principais rios da Amazônia. No trecho da Volta Grande Xingu, a água será desviada para o reservatório, praticamente secando 100 km do rio. Cerca de 40 mil pessoas da macroregião de Altamira serão diretamente atingidas, dentre as quais três comunidades indígenas de várias etnias, moradores da cidade e ribeirinhos que vivem às margens do Xingu. A população indígena atingida não foi previamente consultada sobre o projeto, conforme exige a Constituição Federal e a Constituição 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário.

Vetor de sérios impactos ambientais e sociais, Belo Monte não se justifica nem energética, nem economicamente. Devido ao longo período de seca do Xingu, a usina vai produzir apenas 39% da sua capacidade de geração de energia, um aproveitamento extramamente baixo. Já, economicamente, a energia de Belo

Monte será muito cara devido aos custos de produção e distribuição [...] (Relatório de Insustentabilidade, 2012, p.8).

Para Júnior (2012) a participação da Vale no Consórcio Belo Monte foi fundamental para que a empresa fosse escolhida para o prêmio de pior empresa. Justifica-se pelo facto de que um empreendimento de grande envergadura que é o Belo Monte, 1) desagregar socialmente indígenas e ribeirinhos, 2) inundar uma área de 516km² de Floresta Amazônica, 3) não realizar oitivas indígenas, 4) subdimensionar a população atingida e área afetada, 5) ameaçar de extinção as espécies endêmicas, 6) causará perda irreversível da biodiversidade (ZAGALLO, 2011a).

Uma posição errónea da Vale em relação a questão ambiental e humana é anunciada mais uma vez por Júnior (2012) tendo em consideração um documento produzido pela empresa em 2012. No documento consta:

“A execução de projetos de capital é um dos maiores desafios para a indústria de mineração. A Vale enfrenta alguns obstáculos para implantar o seu portfólio de ativos de classe mundial: licenciamento ambiental, maior escassez relativa de capital humano, pressões de custos e prazos de entrega mais longos” (VALE, 2012a, p.6).

O documento avança dizendo:

“O licenciamento ambiental tem sido o principal risco para o desenvolvimento de projetos. Para lidar com este desafio, estamos tomando medidas para melhorar a eficiência nos processos de licenciamento, como a maior integração entre as equipes do meio ambiente e desenvolvimento de projetos, o desenvolvimento de um Guia de Melhores Práticas para o Licenciamento Ambiental e o Meio Ambiente, a montagem de equipes de especialistas altamente qualificados, maior interação com as agências ambientais, e a criação de um Comitê Executivo para agilizar decisões internas (ibidem).

Considerando a importância do licenciamento ambiental, Júnior (2012) questiona sobre o que pode se esperar de uma empresa que qualifica o licenciamento como risco, ou seja, algo perigoso (aos negócios?), um instrumento político que busca (em tese) harmonizar o desenvolvimento capitalista e meio ambiente? Não se trata de uma contradição da própria Vale, que julga desenvolver suas atividades de maneira sustentável, qualificar o licenciamento ambiental como risco?

6.3.4 A Vale e/nas comunidades

Segundo Bossi *et al* (2009) no Brasil existem diversas comunidades em conflito com a mineradora, independente da região geográfica, etnia ou atividade económica. Vamos em seguida fazer a descrição de alguns dos tantos conflitos que as comunidades atingidas pela Vale enfrentam em diferentes contextos.

Antes que a Vale fosse fundada, o vale do Rio Doce, em Minas Gerais, era habitado pelos índios Krenak que sofreram muito após a constituição da empresa, pois, a implementação das atividades da empresa desconsiderou por completo a existência de povos indígenas no local (BOSSI *et al*, 2009). Em 2008 os Krenak, a Vale e as outras companhias responsáveis pela hidrelétrica, como a Companhia Enegetica de Minas Gerais (CEMIG), firmaram um acordo segundo o qual as empresas pagariam uma indenização de R\$ 11 milhões (MPF/MG, 2008 *apud* BOSSI *et al*, 2009).

No Estado do Pará a Vale vem tendo diferentes conflitos com os povos indígenas Tembé e Turé-Mariquita assim como com as populações quilombolas no município de Moju (BOSSI *et al*, 2009). Em relação as últimas, quando a Vale chegou nos territórios que estes povos ocupam, ela prometeu construir uma série de benfeitorias como forma de compensação, porém, não cumpriu com os acordos, o que levou a um conjunto de protestos da parte da população (*Idem*). A saída dos impasses só foi possível em 2007 pelo envolvimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que intermediaram um novo acordo, no qual a Vale foi levada a reconhecer suas responsabilidades (SUZUKI, 2007 *apud* BOSSI *et al*, 2009).

Outro conflito é também apontado por Bossi *et al* (2009) e diz respeito aos fornos de carvão que a Vale possui no município de Açailândia (Maranhão). Segundo Bossi *et al* (2009) em 2005 a empresa instalou 71 fornos industriais na Fazenda Monte Líbano ao lado de um povoado assentado desde 1996. Antes da instalação dos fornos fez-se o estudo do impacto ambiental, porém, o mesmo não considerou a existência do assentamento e os impactos que os fornos teriam na saúde das pessoas. Como consequência da fumaça dos fornos, vários assentados (em especial idosos, bebês e crianças) adquiriram problemas respiratórios, de pele e de visão (BOSSI *et al*, 2009). Apesar de o parecer técnico da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de 2008

recomendar a implantação de 16 filtros queimadores de gás, além de uma campanha de amostragem para coleta de ar atmosférico, visando medição de partículas totais em suspensão e dióxido de enxofre, há indicações de que tais dispositivos não funcionam sistematicamente (SEMA, 2008 *apud* BOSSI *et al*, 2009).

A Vale é também conhecida por ações de espionagem de pessoas e instituições que atravessam os seus caminhos. Movimentos sociais e militantes dos direitos humanos sofrem perseguições e repressões em ações que em algumas vezes ocorrem com a cumplicidade do (s) Estado (s). Na Baía de Sepetiba, a Vale em parceria com a Thyssen Krupp vem desenvolvendo diferentes conflitos com os pescadores desapropriados e impedidos de desenvolverem suas atividades conforme desenvolviam antes. O mais alarmante diz respeito a ligação que os empreendimentos desenvolvidos têm com as milícias locais (BOSSI *et al*, 2009). Segundo Bossi *et al* (2009) lideranças e pescadores vem sendo ameaçados por se contrariarem as empresas, havendo inclusive pessoas que tiveram que ser incluídas no Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, por terem recebido diversas ameaças.

Visto que a Vale é transnacional, os conflitos e ameaças também ganham contornos transnacionais. Uma das suas ações de perseguição para além do Brasil foram notabilizadas em Junho de 2012 quando o jornalista moçambicano Jeremias Vunjane, membro da Justiça Ambiental-Moçambique, foi impedido de entrar no Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como RIO+20, e outro evento paralelo, a cúpula dos povos. Os motivos deste impedimento nunca foram esclarecidos totalmente, porém, este ativista, através de suas críticas ao modelo de exploração extrativista global tem reverberado denúncias de violações dos direitos humanos e ambientais cometidos pela Vale (ROCHA, 2013). O que torna inevitável a associação entre as denúncias desse jornalista a empresa e a sua interdição.

Segundo Rocha (2013) este evento teve destaque na imprensa brasileira, primeiro através da matéria da BBC Brasil do dia 15 do mesmo mês, intitulada “Não deram explicações, diz moçambicano barrado ao tentar entrar no país para Rio+20”, e rerepresentada a mesma reportagem G1 do grupo o Globo. Estes portais de informação

expuseram o impedimento assim como efetuaram a cobertura do retorno do jornalista para Moçambique (ROCHA, 2013)⁴⁸.

6.3.5 O caso de Bento Rodrigues, distrito de Mariana – Minas Gerais: mais um crime socio-ambiental

No decurso da elaboração desse trabalho, no dia 5 de Novembro os canais de informação brasileiros nos anunciavam tragédia nas comunidades de Bento Rodrigues, no distrito de Mariana no Estado de Minas Gerais. Segundo a nota da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale S.A, a mesma resultava do rompimento de duas barragens de rejeitos, pertencentes a Samarco Mineradora S.A., *joint venture* da Vale S.A (50%) e da BHP Brasil Ltda (50%) e também recebedora de rejeitos de outras minas da Vale S.A na região, dentre as quais a mina de Alegria. A fusão entre a Vale e a BHP tem sido assumida pelo nome de Samarco, que em certa medida procura se apresentar como empresa autónoma.

O rompimento das barragens resultou no soterramento do distrito por lama tóxica de cerca de 62 milhões de metros cúbicos, o que impossibilita a entrada no local, sendo apenas acessível por helicóptero. Segundo a organização “Em defesa dos territórios frente a mineração” o mesmo atingiu de forma cerca de 90% da comunidade de Bento Rodrigues com cerca de 560 habitantes e 170 casas. A lama escorreu atingindo outras regiões como o Espírito Santo e Bahia.

⁴⁸ Rocha (2013) interpreta com mais detalhes as razões desses órgãos terem noticiado o sucedido. A sua interpretação distancia-se de uma possível ilusão de democratização de informação e vontade de anunciar o sucedido, mas tratando-se de um conluio entre a grande mídia, o governo brasileiro e a Vale que o autor detalha.



Bento Rodrigues após o rompimento da barragem de fundão

Entre mortos e desaparecidos registou-se um total de 19 entre moradores e trabalhadores, 1.200 pessoas ficaram desabrigadas e pelo menos 1.469 hectares de terras foram destuídos (POEMAS, 2015). A nota dos Atingidos pela Vale assinalou que o rompimento de uma barragem de rejeitos, estrutura que tem a finalidade de reter os resíduos sólidos, que possuem elevados índices de toxicidade e água dos processos de beneficiamento de minério não se dá de forma aleatória, tipificando o acontecimento como crime. O mesmo foi anunciado pelo Coordenador de Promotorias de Meio Ambiente, Carlos Eduardo Ferreira Pinto, em uma entrevista concedida ao canal de informação “Tempo”, chegando a realçar que serão feitas investigações com vista a apurar os responsáveis.

Essa tipificação procede na medida em que a quantidade prova que as empresas tinham ultrapassado, e muito, a capacidade da barragem. O laudo técnico realizado pelo Instituto Prístimo, a pedido do Ministério Público durante o licenciamento do projeto, já identificava problemas tais como: a barragem do Fundão e a pilha de estéril da União da Mina de Fábrica Nova da Vale fazem limite entre si, caracterizando sobreposição de áreas de influência direta, com sinergia de impacto, a condicionante de monitoramento geotécnico e estrutural dos diques e da barragem deveria ser realizada periodicamente, com intervalo inferior a um ano, indicando riscos de acidentes⁴⁹.

Segundo o Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania este desastre serviu mais uma vez para mostrar a grande aliança entre o Estado e as grandes empresas,

⁴⁹ Fonte: Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, 2015.

colocando a população as margens. A nota do Instituto diz ainda que uma das primeiras ações do Estado após o descaso que tem o nome de acidente foi a militarização da área e ainda notou-se uma inversão da situação: os responsáveis pela tragédia (Samarco) tinha o livre acesso ao local e as vítimas, moradores (as), e trabalhadores (as) atingidos (as) eram contidas por policiais militares e não tinham acesso sequer a esclarecimentos e informações minimamente razoáveis.

A tragédia de Mariana já era previsível. Segundo o Instituto Helena Greco, um laudo realizado a pedido do Ministério Público em 2013 já apontava a precariedade das barragens. A empresa não tomou nenhuma providência, não instalou sequer um sistema de alarme. Por conta dessa negligência, a tragédia ceifou vidas humanas, história e memórias de comunidades inteiras destroçadas, biodiversidade, animais domésticos, criações, fauna, avifauna, biomas diversos, reservas de matas primárias, peixes, grande parte do estuário do Rio Doce, tudo irremediavelmente devastado (INSTITUTO HELENA GRECO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, 2015). Grande parte da calha do Rio Doce foi assoreada, o que poderá aumentar os riscos de enchentes nos próximos tempos e mudar a dinâmica das inundações (POEMAS, 2015).



Ilustração do Vale do Rio Doce após o rompimento das barragens e quantidades elevadas de peixe que morreram pela contaminação das águas.

É na verdade o maior desastre socio-ambiental já assistido no Brasil. Segundo a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), não se tratou apenas de indivíduos que perderam casas e propriedades, mas de coletividades que, ao longo da Bacia do Rio Doce, assistiram ao desaparecimento das condições que sustentavam práticas, usos e formas de viver.

Destas, podemos destacar comunidades de pescadores que viram rios afetados e suas atividades interdadas, comunidades que ficaram sem abastecimento de água estando refém de ações solidárias de outras regiões, é o caso do município de Valadares com cerca de 280 mil habitantes, que ficou sem água para o consumo, levando a prefeitura a decretar estado de calamidade pública no dia 10 de Novembro de 2015. Foram realizadas doações de galões de água mineral. Os moradores, até mesmo idosos e crianças, formaram filas para retirar os galões.

No relatório elaborado pelo grupo POEMAS (2015) consta que a Samarco acumula 19 infrações desde 1996, contabilizando uma média de uma por ano. As mesmas estão relacionadas com vazamentos de polpa dos minerodutos que tem como consequências a contaminação de cursos de águas, comprometendo o consumo humano (POEMAS, 2015).

Comentando sobre a tragédia de Mariana, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) destacou que os estudos antropológicos no Brasil têm evidenciado muitas falhas no licenciamento ambiental de grandes obras, incluindo os projetos de mineração. Estudos de Impacto Ambiental geralmente falhos e mal feitos; licenciamentos fragmentados; licenças concedidas com número excessivo de condicionantes, as quais nem são cumpridas nas fases apropriadas do licenciamento; ausência de participação efetiva da sociedade civil e, sobretudo, dos grupos atingidos; audiências públicas que não cumprem a sua função precípua, mas ocorrem como mero dispositivo burocrático, no que tem se transformado, por fim, o processo de licenciamento como um todo (ABA, 2015).

Se nos termos atuais em que o licenciamento ambiental se encontra apresenta fragilidades, dias piores poderão advir com a aprovação da lei 2.946/2015 enviada pelo governador Pimentel (Partido dos Trabalhadores) para ser votada em caráter de urgência pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Essa preocupa diferentes setores, pois, segundo a Associação Brasileira de Antropologia ela retira da sociedade civil e dos grupos atingidos a possibilidade de participação nas decisões sobre a mineração e demais projetos. A nível Federal também ocorrem mudanças similares que representam um verdadeiro retrocesso, é o caso da proposta de Lei do Senado 654/2015 e o novo código mineral (POEMAS, 2015).

O caso Mariana serviu para reforçar pelo menos três debates e lições que vem sendo realizado por diferentes académicos, movimentos sociais, sindicatos. O primeiro está relacionado com o comportamento das empresas em relação as questões socioambientais. O que torna assertiva a afirmação da nota dos atingidos pela Vale ao alegar que a tragédia evidencia o desrespeito a questões fundamentais como a segurança, tanto dos trabalhadores, quanto das comunidades próximas, frente a crescente intensidade da extração mineral e a busca incessante pelo lucro.

A segunda lição é a desmitologização da democracia dos impactos ambientais. Embora os efeitos Mariana tenham proporções que não se restringem ao território, é evidente que grupos sociais desfavorecidos são diretamente afetados. Em uma nota pública da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA, 2015) fica evidente que a tragédia Mariana está atrelada ao racismo ambiental. Dados indicam que 84.5% das vítimas imediatas do rompimento da barragem de rejeitos tóxicos da Samarco, é negra, residente no distrito de Bento Rodrigues (Mariana/MG), a apenas 2km das barragens que destruíram a vida em seu torno.

Segundo a RBJA (2015) essa aparente coincidência é na verdade um reflexo da lógica racista, negligente e irresponsável nos licenciamentos e controle ambiental para favorecer projetos económicos causadores dos desastres. Acrescenta a RBJA que a ausência de fiscalização, de plano de emergência, de sirenes e sobretudo, de informação antes e depois do desastre está associada a escolha locacional dessas barragens e à quem são os grupos sociais postos sob riscos constantes: tratam-se de áreas onde vivem comunidades negras, não representadas nas esferas públicas e permanentemente desconsideradas e invisibilizadas nesses espaços. Ou seja, são aqueles que o Estado tem o poder de vida e de morte sobre eles, pode deixar viver assim como deixar morrer. O desastre Mariana clarifica a escolha pela segunda opção.

A terceira lição que pode ficar é da impossibilidade de convivência da mineração com a proteção ambiental e humana. A actividade minerária capitalista só se fortalece quanto mais destruir o ambiente e desconsiderar as pessoas. O que torna mais uma vez a ideia de desenvolvimento sustentável uma falácia.

“Encerramos” o trabalho enquanto as investigações sobre o caso Mariana ainda decorriam. Na segunda semana de Janeiro o Ministério Público já havia encontrado

provas que demonstravam que Samarco já sabia das possibilidades do rompimento da barragem, para além de se descoberto o conjunto de irregularidades no processo de construção da mesma.

DOS EFEITOS JÁ, EFEITOS DERRAME AOS EFEITOS RATO DO EXTRATIVISMO

7.1 Os “Efeitos Já” do extrativismo

Falam-me de progresso, de realizações, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios.

Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas.

Lançam-me à cara fatos, estatísticas, quilometragens de estradas, de canais, de caminho-de-ferro.

Mas eu falo de milhares de homens sacrificados no Congo-Oceano. [...]. Falo de milhões de homens arrancados aos seus deuses, à sua terra, aos seus hábitos, à sua vida, à dança, à sabedoria.

Falo de milhões de homens a quem inculcaram sabiamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo.

Lançam-me em cheio aos olhos as toneladas de algodão ou de cacau exportado, hectares de oliveiras ou de vinhas plantadas.

Mas eu falo de economias naturais, de economias harmoniosas e viáveis, de economias adaptadas à condição do homem indígena desorganizadas, de culturas de subsistência destruídas, de subalimentação instalada, de desenvolvimento agrícola orientado unicamente para benefícios das metrópoles, de rapinas de produtos, de rapinas de matérias-primas. [...].

Falam-me de civilização, eu falo de proletarização e mistificação (CÉSAIRE, 1988, p.19-21).

Na nossa concepção o extrativismo possui dois tipos de efeitos negativos. O primeiro que denominamos de “efeitos já” decorre em curto prazo ou de forma imediata quando os projectos extractivistas iniciam. Sendo nestes que os grandes debates se focalizam devido à visibilidade imediata. Estes efeitos manifestam-se a nível local, isto é, onde os grandes projetos são desenvolvidos, assim como numa escala des-localizada,

abrangendo escalas para além da local, o que Gudynas (2015) denomina de “efeitos derrame”. Por outro lado, temos os “efeitos rato”, que embora possam se manifestar em médio prazo, geralmente se fazem sentir a longo prazo. Por agora, vamos apresentar os “efeitos já” que estão visíveis em Moçambique e tem se tornado centrais nos debates. Estes variam dos impactos negativos nos territórios, na sociedade e na economia política do país.

Boaventura de Sousa Santos, em um texto de opinião escrito em 2012, com o título “*Moçambique: a maldição dos recursos?*” elabora um exercício reflexivo adentrando nas condições presentes e possibilidades futuras decorrentes do extrativismo que apresentam-se mais do que nunca essências para analisar o Moçambique nas malhas do grande capital extrativista. No texto, Santos (2012) indica que a entrada dos grandes projetos no país está a moldar padrões de desenvolvimento econômico, social, político e cultural. A questão que paira é se esses recursos serão para Moçambique benção ou maldição (BUCUANE;MULDER, 2008). Cumprirão as expectativas da redução da pobreza, ou a semelhança de países como Angola, Congo, Serra Leoa, Nigéria servirão para evidenciar cada vez mais o fosso entre os ricos e pobres? (*idem*).

Para Santos (2012) existem diversos riscos nesses processos: o crescimento do PIB em vez do desenvolvimento social, a corrupção generalizada da classe política que defende seus interesses privados por tornar-se cada vez mais autoritária como forma de se manter no poder, agora visto como forma de acumulação prioritária, o aumento, em vez de redução da pobreza; a crescente polarização entre uma pequena minoria super-rica e uma maioria de mendigos, a destruição ambiental e sacrifícios incontornáveis da população em áreas onde os recursos se encontram, tudo em nome de um progresso que eles próprios nunca conhecerão; a adoção de uma cultura de consumo que está disponível apenas para uma pequena minoria urbana, mas imposta como ideologia em toda a sociedade; a supressão do pensamento crítico e ações de protesto da sociedade civil sob a justificativa de que esta representa obstáculos ao desenvolvimento e age como profeta da desgraça. Em resumo, os riscos são de que depois deste ciclo de orgias de recursos, o país encontre-se econômica, social, política e culturalmente mais pobre do que era no início. Isto é o que a “maldição dos recursos” significa (SANTOS, 2012).

Pensamos que não é necessário deixar para depois os efeitos ou indícios da maldição, visto que estes não tardam chegar e alguns deles já são visíveis. Assim sendo,

a partir dos próximos momentos nos propomos a fazer um périplo de diagnóstico dos efeitos que o extrativismo está causando em Moçambique em diferentes esferas. Não poderemos analisar de forma profunda todas as dimensões que Santos assinalou, contudo destacamos a importância das mesmas de forma que instigamos que outros pesquisadores procurem realizar um aprofundado raio-x dos impactos do extrativismo em variados campos, pois, conforme constatou Tádzio Coelho (2015), a mineração impacta os trabalhadores das atividades mineiras, as populações residentes próximo aos locais de extração mineira, populações residentes próximas ao trajeto do modal de transporte, que pode ser feito através de ferrovias, estradas e minerodutos, para pescadores e populações residentes próximas aos pontos de escoamento da produção.

A) Incentivos fiscais: desenvolvimento às migalhas

Conforme temos vindo a vincar, os megaprojectos têm sido justificados em Moçambique como servindo para a melhoria coletiva das condições de vida. O desenvolvimento resultante do crescimento económico tem sido a palavra sonante. Porém, a realidade mostra que esses megaprojectos apenas geram expectativas e não cumprem com as promessas realizadas ao nível do discurso. Grande parte da literatura económica em Moçambique, principalmente do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) e do CIP (Centro de Integridade Pública) tem focalizado a questão dos incentivos fiscais para as grandes empresas como o maior bloqueio para a almejada promessa de desenvolvimento.

Os grandes projetos em Moçambique gozam de elevados incentivos fiscais. A Vale beneficia-se de 15% de desconto no imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRPC) que recai sobre a mina durante os primeiros 10 anos (entre 2011 a 2021), redução em 5% para a central de energia térmica que também faz parte do projecto, facilidades para aquisição de imóveis. Fazem, ainda, parte dos benefícios concedidos a Vale o livre repatriamento de lucros e dividendos até 100% (CASTELBRANCO;CAVADIAS, 2009) e se sujeita a pagar a ínfima quantia de 3% sobre o rendimento líquido trimestral da mina (MOSCA;SELEMANE, 2011) que no mínimo só podem possibilitar o desenvolvimento (crescimento económico) as migalhas, pois, contribuem muito pouco ou em nada para o país. De acordo com Castel-Branco,

“A Vale, a SASOL, a Kenmare, a BHP Bilington, a Anadarko, a Artumas etc., etc, gerem bilhões de dólares a cada ano para as suas estratégias mundiais. Cada uma destas empresas tem um líquido anual muitas vezes maior do que o orçamento anual de Moçambique. Para eles, Moçambique é uma fonte de recursos e lucros. Isto é o que podemos racionalmente esperar de uma empresa multinacional sob o capitalismo mundial” (CASTEL-BRANCO, 2009, p.4).

Os projectos extractivistas não têm como foco o mercado nacional, mas visam responder as demandas do mercado internacional ou no mínimo o regional. As actividades realizadas no país são extractivistas, assim sendo, existe neles pouco valor acrescentado. Apenas ocorre a extração, indo direto para os transportes em direcção ao mercado internacional. Dessa forma, “o país apenas serve de um espaço onde são expulsos os detentores da terra e colocados na miséria; são destruídas várias áreas que se tornariam áreas de prática de agricultura de subsistência e da criação de animais [...]” (MATOS;MEDEIROS, 2013, p.253) e acaba não contribuindo para a melhoria de vida dos moçambicanos, muito menos dos despossuídos das suas terras. O que mostra o quão é profícua a colocação de Sachs (2013) ao afirmar que o brilhantismo do desenvolvimento é acompanhado por um lado sombrio de deslocamento e desapropriação, razão pela qual assiste-se enriquecimento caminhando em aliança com o empobrecimento.

É que, conforme constatou e assinalou Marshall (2014), as poderosas empresas de mineração assumem responsabilidade mínima pelo território. Tratando-se de Moçambique, é perceptível que a questão da responsabilidade social das empresas (embora não seja das melhores virtudes) tem sido muito pouco colocada, e, pouco aparece na tónica das exigências do Estado. Em termos de benefícios diretos para a população são quase que inexistentes e quando aparecem ganham o formato de ação de graças da empresa.

Na lei de minas, o artigo direccionado ao “desenvolvimento” local (artigo 20) considera que “uma percentagem das receitas geradas para o Estado pela extração mineira é canalizada para o desenvolvimento das comunidades das áreas onde se localizam os respectivos empreendimentos mineiros”. Consta ainda que essa percentagem é definida e canalizada através do Orçamento do Estado definido anualmente.

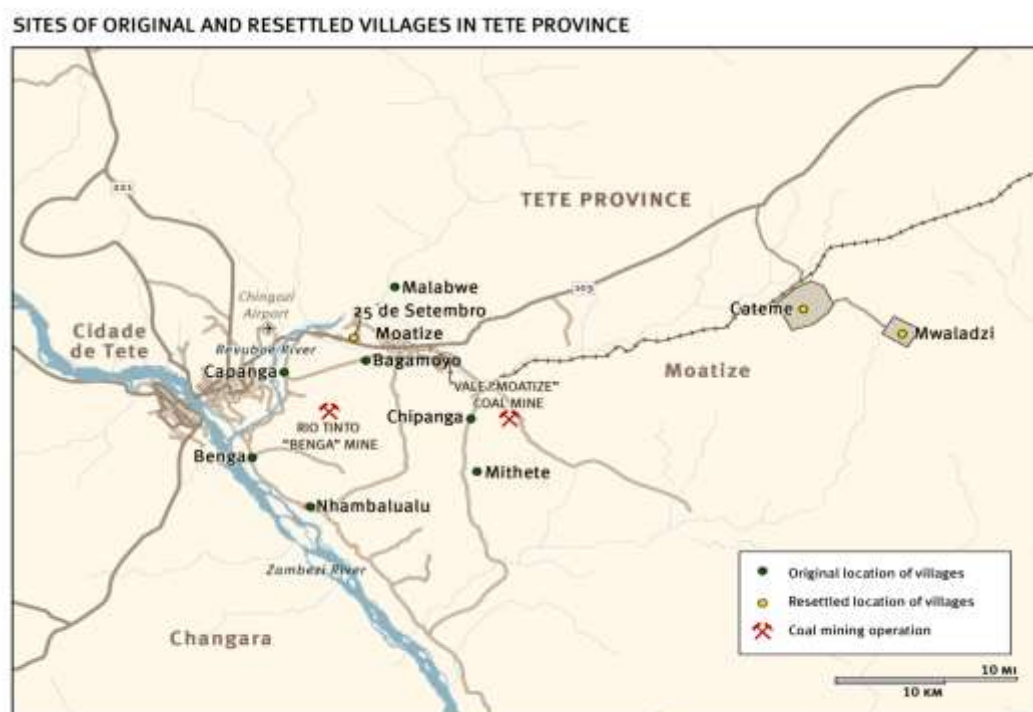
Essa forma de beneficiamento é superficial e pouco pode contribuir para a melhoria das condições de vida da população na medida em que, geralmente, as decisões do que deve ser feito ocorre a nível do poder central localizado em Maputo ou no mínimo provincial sem nenhuma participação da população local para o desenvolvimento de ações de forma autómoma. Cabe as burocracias do Estado a nível central, regional e local a decisão das actividades a serem desenvolvidas e geralmente pouco alcançam as necessidades da população. Pelo contrário, grandes atividades que se desenvolvem enquadram-se na definição ampla do extrativismo, onde inclui-se a construção de estradas e outras vias de comunicação para facilitação do escoamento da matéria-prima, conforme pode ser visto no corredor da Beira e Nacala onde o governo realiza grandes investimentos em ferrovias, portos, aeroportos para maior mobilidade dos produtos e dos detentores do capital. No caso dos aeroportos, inclusive, no ano de 2016 o monopólio das linhas aéreas de Moçambique (LAM) chega minimamente ao fim com a entrada de uma nova companhia que vai operar com voos que sairão apenas de Nampula (Nacala) para Tete. Ou seja, dois grandes polos de recursos naturais que estão em exploração no país. Este cenário apresenta de forma clara que as ações nas regiões onde ocorrem os grandes projetos de desenvolvimento, muito pouco estão ao serviço das comunidades.

B) Nos territórios: caso dos reassentados e outros atingidos

A mineração implica movimentação de pessoas. O Estado nesses processos geralmente aparece na posição de Porta-Voz das empresas extractivistas no processo de deslocação das pessoas. Para isto, o mesmo tem acionado o seu poder simbólico e coercivo quando necessário. Mosca e Selemane (2011) referem que os reassentamentos foram colocados como inevitabilidade e anunciaram-se promessas diversas, não escritas e muitas delas não cumpridas.

As deslocações das comunidades atingidas pela Vale foram forçadas. As mesmas decorreram entre 9 de Novembro de 2009 a 28 de Abril de 2010. Foram deslocadas 1313 famílias, o que corresponde mais de 5 mil pessoas (SELEMANE, 2010; MOSCA;SELEMANE, 2011). As mesmas residiam em cinco comunidades diferentes: Chipanga, Bagamoyo, Chithata, Malabwe e Mithethe (SULEMANE, 2010) e foram reassentadas em dois locais distintos, Cateme, a 40 km de Tete, e bairro 25 de Setembro

na vila de Moatize. A divisão da população para os dois destinos baseou-se na classificação em rural (717 famílias) e urbana (596), mediante um senso realizado pela própria Vale (RAMOS, 2009 *apud* MOSCA; SELEMANE, 2011, MATOS; MEDEIROS, 2013, BILA, 2014). Outras famílias preferiram não se enquadrar em nenhuma dessas categorias e receberam uma indemnização mediante a avaliação dos seus bens (SELEMANE, 2010) para além daquelas que mesmo estando ao entorno da mineração foram excluídas da lista dos atingidos (BILA, 2014). Sulemane (2011) ao comentar sobre a divisão das comunidades para duas regiões distintas, afirma que a mesma pode ser interpretada como a secular lógica de “dividir para reinar”. O mapa que segue indica os anteriores e atuais territórios de habitação dos reassentados.



Nota: As regiões sinalizadas em verde indicam as regiões onde as comunidades habitavam antes dos reassentamento e as sinalizadas em amarelo são os atuais assentamentos.

O relatório dos Direitos Humanos na Indústria Extrativa indica também que no processo de cadastramento para as deslocações houve separação das famílias em urbanas e rurais. Segundo moradores de 25 de Setembro, a separação das pessoas implicou na separação de famílias e amigos e das pautas de reivindicações, o que fragilizou a situação deles diante da empresa. Aqueles destinados à área urbana do bairro 25 de Setembro foram considerados pela empresa como “trabalhadores” e não

“agricultores”, classificação esta que não correspondia à realidade anterior onde todos, mesmo os que tinham emprego em outro lugar, tinham suas machambas e plantavam. Sob essa categorização de trabalhadores, houve no início da entrega das casas enormes resistências da empresa em reconhecer a perda da prática agrícola e a necessidade de reposição das machambas.

“A Vale nos prejudicou e o que mais nos enerva é que eles diferenciam Cateme e 25 de setembro. Eles deram de pronto os 119 mil meticais para Cateme; para 25 de Setembro foi um grande esforço. No primeiro momento, foi Cateme quem recebeu ajuda; aqui as mercadorias, animais, bens que foram perdidos não foram recompensados. Diziam que somos trabalhadores, que não tínhamos machambas lá; como não se eles fizeram as medições?” (morador reassentado em 25 de Setembro, retirado do O relatório dos Direitos Humanos na Indústria Extrativa, Sd).

Outro dado por ser mencionado é de que durante o período que durou a consulta com as comunidades, Sulemane (2010) refere que as comunidades de Chipanga e Mithete tiveram que interromper o curso normal de suas vidas, pois foram proibidas de desenvolver qualquer tipo de construções ou benfeitorias, bem como viram suspensos os trabalhos nas terras onde cultivavam. Para além de que no período de realização dos reassentamentos surgiram mais de 50 famílias que resultaram da separação da convivência dos filhos com seus pais pelo fato de alguns filhos terem atingido a maioridade e terem constituído suas próprias famílias (SELEMANE, 2010). Essas novas famílias não foram previstas no censo realizado pela Vale, tendo recusado de compensá-las (SELEMANE, 2010; MATOS;MEDEIROS, 2013).

Matos e Medeiros (2013) asseveram que o processo de reassentamento foi imposto às comunidades, não abrindo campo para o debate sobre a sua implantação. O que é confirmado pela “Organização Não Governamental” globalizada, “*Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale*”, ao referir que a desocupação da área onde as comunidades residiam não obedeceu critérios transparentes de consulta e indenizações (ROCHA, 2013). Segundo Matos e Medeiros (2013) as comunidades não concordaram com os termos e os processos de reassentamentos, mas foram obrigadas a aceitar.

Nos processos de deslocação das pessoas houve total desrespeito aos direitos culturais dos povos da região, visto que, para além da remoção das pessoas dos territórios onde se encontravam, foi necessário proceder exumações e traslado de

corpos de pessoas e animais situados em cemitérios familiares ou em locais de culto de muitos dos reassentamentos (MATOS;MEDEIROS, 2013; ROCHA, 2013). Para a cultura dos povos locais esse ato é de profundo pesar, na medida em que os mortos pertencem a um imensurável mundo sagrado. Por eles existe um zelo acentuado e neles e para eles fazem-se preces para diferentes finalidades. O que torna necessária a conservação dos lugares onde estas se encontram. Desta forma, a ação de remoção dos corpos “sob um julgo antropológico, caracteriza um desrespeito às crenças e aos hábitos formadores do *ethos* social daquela comunidade” (ROCHA, 2013, p.4). A partir destes elementos, torna-se oportuno questionar as implicações destes acontecimentos na saúde dessas populações.

Enquanto não avançamos com o delineamento de algumas respostas, se faz importante assinalar que diante dos conflitos apresentados foram feitas diversas reivindicações pela população atingida pela Vale, que incluíam a recusa de abandono dos seus espaços. Essas reivindicações geralmente são invisibilizadas e procura-se transmitir a ideia de que tudo decorreu dentro de consensos. Porém, torna-se impossibilidade que um processo de manifestação de poder *sobre* não sofra resistências. Todo poder depara-se com resistências (FOUCAULT, 2013). No processo de resistências, afirmam Matos e Medeiros (2013) que, a população reivindicava os valores resultantes das avaliações das suas residências, e reivindicava a construção das casas pela empresa brasileira OLDERBRECHT, por não reflectir os aspetos culturais das comunidades e, em alguns casos, algumas famílias receberam casas menores que as que tinham, gerando descontentamentos.

Mosca e Selemane (2011) afirmam que a Vale nunca indicou com clareza os custos financeiros dos reassentamentos, mostrando apenas dados agregados de investimentos sociais feitos na fase de estudos de viabilidade, incluindo o reassentamento na ordem de 7 milhões de dólares. Porém, algumas situações vivenciadas pelas populações na actualidade são indicativas do quão o processo de deslocação desconsiderou todos os aspectos económicos, culturais, financeiros, sociológicos, antropológicos dessas comunidades dentro da lógica da *simplificação do território*. Recuando para história, percebemos que a simplificação similar foi perpetrada pelo governo da Frelimo para a implantação das aldeias comunais.

A população reassentada em Cateme, acerca de 40 quilómetros do local de origem, permanece com grandes dificuldades, das quais podem se destacar:

- ✓ Casas construídas sem fundações nem armação em ferro, o que pode constituir um perigo na existência de fortes chuvas e ventos (MOSCA;SELEMANE, 2011;2012; HUMAN RIGHTS WATCH, 2013).

O depoimento abaixo retirado do relatório dos Direitos Humanos na Indústria Extrativa é ilustrativo:

“Logo quando recebemos essas casas, já traziam rachas; logo que reclamamos trouxeram uma empreiteira, a CETA, as casas reparadas já apresentam rachas; há umas casas que foram reparadas quase 04 vezes, não sei qual vai o ser o futuro dessas casas.” (morador de Cateme, retirado relatório dos Direitos Humanos na Indústria Extrativa, Sd).

Para além das rachas, os novos locais de reassentamentos apresentam problemas no esgotamento que possibilitaram a inundação em momentos de chuvas, o que constitui um risco a saúde pública. O depoimento que segue é elucidador:

“Aqui quando chove as latrinas ficam cheias, dejetos fecais transbordam, criando risco de cólera. Querem que a gente morra. No tempo chuvoso não se consegue dormir; as casas pingam muito; até o lugar pra colocar farinha, tem que mudar de lugar toda hora”(moradora 25 de setembro, retirado do Relatório dos Direitos Humanos e Indústria Extrativa, Sd).”



Zonas de reassentamento em Cateme: imagens disponíveis no google.

No que concerne as casas, Selemane (2010) assinala que em decurso dos problemas que estas apresentavam, 28 famílias recusaram a recebe-las alegando problemas como: rachas nas paredes, deficiências no tecto, casas com compartimentos inferiores aos que tinham nas suas antigas casas, falta de grades de segurança e varandas. Acrescenta o autor que as comunidades se viram enganadas pela Vale, porque a empresa havia prometido construir uma casa modelo que seria apresentada a população e se a mesma gostasse dariam continuidade na construção de outras. O que ocorreu foi que realmente construiu-se uma boa casa modelo e foi apresentada ao Governo, as lideranças comunitárias, assim como para os visitantes do IFC (*International Finance Corporation*), mas na hora de construir as restantes casas, estas foram mal feitas, sem fundações, nem vigas e nem pilares (SELEMANE, 2010). Quando a Vale era interpelada sobre o assunto alegava não haver nenhum problema em construir aquele tipo de casas porque são modernas e muito muito comum na América-Latina, em particular Brasil, porém, segundo Selemane em nenhuma parte do Brasil⁵⁰ foram feitas casas similares as de Cateme que, antes de serem habitadas, já apresentavam rachas nas paredes e os tetos já permitiam infiltração da água.

Embora as promessas da Vale tenham alguns pontos comuns de frustração para as comunidades reassentadas, o relatório dos Direitos Humanos na Indústria Extrativa considera que os reassentados no bairro 25 de Setembro sentem-se menos favorecidos. Contando com 199 famílias, a situação do reassentamento em 25 de Setembro é de extrema precariedade e os moradores entendem como uma situação pior do que a de Cateme como uma forma de retaliação da empresa pela postura mais crítica e independente da sua comissão de moradores na reivindicação de direitos. Os moradores denunciam várias promessas não cumpridas:

“Nós saímos de lá para aqui, a combinação que fizemos com a Vale não é isso que está a acontecer. A Vale quando nos tirou de lá nos prometeu coisas mais boas que de lá: água, casa gradeada e luz.” (Relatório dos Direitos Humanos na Indústria Extrativa, Sd).

“A Vale não cumpriu com o que prometeu. Prometeram que iríamos receber comida até 05 anos e água captada; comida só veio uma vez; após meses, Vale veio dizer que a gente não devia ficar esperando coisa gratuita. A promessa inicial era de 2 hectares;

⁵⁰ Segundo Selemane (2010) em Abril de 2010 cinco moçambicanos (incluindo ele) representante de cico organizações sociais, percorreram o Brasil, particularmente os estados onde a Vale opera do Sul ao Nordeste e em nenhum Estado foi possível ver casas iguais as cosntruídas em Cateme.

muitas pessoas não receberam nenhum hectare, ficaram três anos sem cultivar; sem comida, sem água, sem terra, não há vida.”

“Quando saímos lá de Chimpanga, foram muitas promessas; diziam assim “quem não trabalha, há de trabalhar”, “não vai pagar água nem luz”; Hoje as casas estão cheias de rachas; reclamamos e não tem solução. Chegamos aqui já recebendo fatura; quem não conseguiu pagar água e luz, teve serviço cortado. Desde 2010 nunca houve emprego. Emprego aqui é da Odebrecht, todos estão desempregados”

Mesmo diante de diversos problemas e contradições, nos relatórios de sustentabilidade que a Vale produzia não se inibia de apresentar os reassentamentos de Cateme como tendo se tornado modelos de excelência. Posição recusada de forma abismal pela realidade e pelo relatório de insustentabilidade da Vale de 2012 e dos anos subsequentes. Este relatório é produzido pela Articulação Internacional dos Atingidos e nele as vozes dos reassentamentos diziam não haver água, terra aproveitável para as suas atividades, casas com rachaduras nas paredes e fundações em ruínas após primeira estação chuvosa⁵¹.

Medidas de cooptação e intimidação que já são muito referidas na literatura sobre os ditos projetos de desenvolvimento se fizeram presente quando as comunidades recusaram receber as casas. Visto que o líder da comunidade de Chipanga, Saize Roía, também se juntou ao grupo que recusou as casas, foi notificado pela comissão criada pelo Governador da época, Alberto Vaquina, tendo sido ameaçado e acusado de agitador, para além de ter sido avisado que seriam tomadas medidas contra ele e contra todos aqueles que tendem a inviabilizar o desenvolvimento (SELEMANE, 2010).

Outros elementos conflituosos entre a Vale e as comunidades apontados por Mosca e Selemane (2011;2012) estavam e estão relacionados aos seguintes elementos:

- ✓ As terras destinadas para a agricultura são de qualidade inferior em comparação com as usadas nos locais de origem e a quantidade de água disponível não responde as necessidades diárias dos reassentados. A diferença da qualidade da terra, da proximidade das residências em relação aos mercados e a serviços públicos, entre outros elementos imateriais que são totalmente negligenciados no ato de remoção das pessoas de um lugar para o outro;

⁵¹ A precariedade dos reassentamentos é bastante relatada pelos estudos de Mosca e Selemane (2011, 2012, 2013) assim como de Selemane (2009;2010), colocando em xeque todas as posições sustentadas pela Vale.

O relatório da Human Rights Watch (2013) confirma o exposto ao assinalar que, as comunidades reassentadas vivenciam distúrbios significativos e persistentes ligados ao acesso a alimentos, água e trabalho. Consta ainda no relatório que, muitas das famílias praticantes da agricultura que anteriormente viviam ao longo do rio, podiam andar até aos mercados na capital do distrito de Moatize e consideravam-se auto-suficientes. Actualmente vivem distantes dos centros, em terras de qualidade profundamente baixa, com fornecimento não fiável de água e acesso reduzido as principais fontes de rendimento não-agrícola. Muitos dos agregados familiares reassentados sofreram e continuam sofrendo períodos de insegurança alimentar.

Todos esses cenários impactam na saúde humana. Se considerarmos a saúde na sua forma holística, que consiste em pelo menos ter acesso a terra, ao alimento, a meios que possibilitam a materialização do trabalho, acesso a água e serviços, podemos, então, constatar que diversas dimensões da saúde na vida das comunidades atingidas pela Vale encontram-se afetadas.

Como forma de contrapor algumas dessas situações, a Vale fez a “reposição” das machambas (terras com plantação), que se constituía como pendência há mais de quatro anos, em reposição monetária: ao invés de 01 hectare de terra, as famílias receberam 119.250 meticais, por meio de acordo feito com a empresa Vale. O acordo foi visto como última alternativa, um constrangimento, tanto pela resistência da empresa em garantir diretamente o hectare de terra quanto pela forma de cálculo – um valor único para todos sendo que havia diferenças nas áreas e plantios das machambas:

“Já tinha acontecido a pendência, já tinha se desviado, então como não temos poder, preferimos aceitar os 119.250 meticais e nós mesmos procurarmos com o dinheiro as áreas para machamba”.

“Antes de Chipanga, cada pessoa tinha sua machamba; na hora de transferir, mediram mas não mostraram o que estavam medindo; fizeram o pagamento de taxa única para todos.” (retirado do relatório dos Direitos Humanos na Indústria Extrativa).

Nos depoimentos acima notabiliza-se o que Boaventura de Sousa Santos (2010) denomina de fascismo contratual, referindo-se as situações em que as diferenças de poder entre as partes do contrato de direito civil alcançam extremos em que a parte mais

fraca, vulnerabilizada por não ter alternativa ao contrato, aceita as condições que lhe são impostas pela parte mais poderosa, por mais onerosas e despóticas que sejam.

Saúde é ter acesso a diferentes bens necessários para a materialização da existência humana de forma digna. O mesmo não pode ser dito em relação as comunidades atingidas pela Vale. Segundo Mosca e Selemene (2011), com as remoções das pessoas dos seus habitats,

- ✓ As possibilidades de realização de pequenos negócios reduziram-se porque as pessoas estão distantes dos mercados;
- ✓ Existe actualmente enorme distância em relação aos serviços da administração pública, tendo se ampliado em mais de 30 quilómetros, comparando com os estágios anteriores;
- ✓ Os transportes estão a preços não suportáveis para as famílias reassentadas em Cateme: uma viagem de Cateme à cidade de Tete custa cerca de 60 meticais⁵²;
- ✓ Existe também insatisfação das populações que se sentem enganadas e sem canais para a colocação das preocupações e reivindicação de direitos.

No documento produzido pela Human Rights Watch (2013) consta ainda que os agregados familiares chefiados por mulheres, incluindo idosas, encontravam-se muitas vezes em situações económicas deploráveis. Foram entrevistadas seis mulheres que relataram estar a dormir nas cozinhas das casas, por vezes com até seis filhos e alugaram as suas casas provenientes do pacote de compensação, a fim de ganharem dinheiro para a compra de alimentos e água.

Quanto a água, o relatório dos Direitos Humanos na Indústria Extrativa realça que o seu fornecimento é um problema grave nos reassentamentos. Os depoimentos colhidos apontam que as bombas de água quebram constantemente, são 19 torneiras para mais de 2000 pessoas; as pessoas chegam a andar mais de 1km para pegar água. Ainda denunciam a questão da insalubridade da mesma, que provoca diarreia e dor de estômago.

⁵² Valor correspondente a 3 reais brasileiros. Infimo e irrisório, mas de elevado valor em Moçambique, considerando que atualmente o real tem um peso que varia de 11 a 12 meticais. Penso que os efeitos na economia, que estejam relacionados com a hiper disparidade da moeda merece profundos debates que não caberão muito neste trabalho. É também necessário que seja debatido o processo de desvalorização das moedas locais sempre o que o capital estrangeiro entra com maior força. Este processo tem acontecido a longo assim como a curto prazo, podendo ser colocado no patamar dos efeitos já e efeito rato.

Os reassentados percebem dificuldades de diálogo com o governo assim como com a Vale, o que revela aliança de interesses. Um dos entrevistados das regiões de reassentamento disse:

“A Vale muda a todo instante, cada vez vem uma pessoa diferente para tratar com a gente. Pessoas do governo, da Vale, vem junto; o governo só faz insultar a população, está ao lado da Vale, faz a vontade política da empresa. Por isso a vida não vai pra frente”.

A Human Rights Watch (2013) assegura que o governo procurou instituir um quadro regulamentar mais abrangente, que deveria ter sido realizado antes da implantação dos grandes projetos e reassentamentos. Consta no documento da Human Rights Watch que no dia 8 de Agosto de 2012, o Conselho de Ministros de Moçambique aprovou um novo decreto que regula os reassentamentos devido aos grandes projetos. O decreto ajuda no preenchimento de uma lacuna crítica ao estabelecer os requisitos básicos de habitação e infra-estrutura social. No entanto, o governo não consultou ao público, a sociedade civil, os académicos durante a sua elaboração e nem mesmo a versão final.

Pela multiplicidade de vulnerabilidades em que estas populações estão imersas, Mosca e Selemane (2011) consideram que a movimentação das pessoas levou em consideração apenas os aspetos habitacionais sem consideração pelos restantes aspetos da vida (produção, consumo, serviços aos cidadãos, acesso a recursos naturais e mercados, fertilidade da terra, zonas de pastagem, espaços físicos e a preservação da intimidade). Negligenciaram-se os aspetos sociológicos e suas implicações na reorganização e ocupação do espaço, segundo a organização social da família e os limites espaciais entre as famílias (MOSCA;SELEMANE, 2011), por outra, foi um processo que se interpôs às normas de organização social das comunidades locais e, acima de tudo a ética camponesa.

Bila (2014) acrescenta que na região onde a Vale opera, as crianças estão privadas no acesso ao ensino-educação pelo fato de não existirem escolas. O que demonstra mais uma vez, que o processo de reassentamentos apenas considerou a questão da “habitação” como já apresentaram-nos Mosca e Selemane (2011) desconsiderando que para essas comunidades, os fatores determinantes para assentarem-se em determinados espaços não estão relacionados com o acesso a uma casa moderna, de alvenaria, coberta de zinco,

mas sim no potencial da terra para a produção agrícola, acesso ao água e outros meios de reprodução social

Tudo isto nos lembra o processo de construção das aldeias comunais no Moçambique socialista. Segundo Rocha (2013) a execução do projeto das aldeias comunais foi perspectivada única e exclusivamente como uma alteração física do lugar de residências sem se considerar mudanças e transformações que as mesmas acarretam nos ordenamentos inerentes às convenções produtivas intrínsecas ao grupo, nas práticas sociais cotidianas, nos saberes locais, na organização socioespacial das famílias, nos processos intercomunitários das trocas materiais e simbólicas, nos rituais e cultos locais dos antepassados, ou seja, em toda uma gama de costumes e práticas socioculturais que foram inviabilizadas e invisibilizadas.

Existe relativa esperança de que algumas melhorias ocorram nos futuros processos de reassentamentos, na medida em que, a Lei de Minas aprovada em 2014 traz algumas considerações importantes sobre a proteção das populações atingidas pelos projetos extrativos. A lei alega no artigo 30 a necessidade de uma justa indemnização em casos de deslocamento de pessoas. A considerada justa indemnização será decidida dentro de um acordo envolvendo o Estado, empresa e comunidades.

A ideia de justiça é fundamentada no artigo 31 onde se descreve como dever das empresas deslocarem as pessoas para habitações condignas melhores que anteriores, pagamento de benfeitorias, apoio no desenvolvimento de atividades locais que assegurem a segurança alimentar e nutricional, preservação do património histórico, cultural e simbólico das famílias e comunidades atingidas. Porém cabe questionar as possibilidades de justiça em relações de poder desiguais. Dessas relações é perceptível a aliança do poder estatal com as empresas.

Embora a Lei de Minas traga algumas belezas em relação a proteção populacional ainda cabe questionar se essa não será apenas uma lei que serve, apenas, para justificar a ideia do Estado de Direito, sem que no entanto desestruture as velhas lógicas de verticalidade nas relações Estado-empresas-comunidades.

C) Na economia

A actividade mineira fez crescer a demanda interna e consequente oferta de bens e serviços de primeira ordem. Sectores de hotelaria, restauração, arrendamento imobiliário e transportes têm vindo a ser demandados localmente e tem crescimento considerável. O sector bancário notou algumas mudanças desde 2007, ano da chegada da Vale. Nesse ano havia em Tete e Moatize um total de 5 agências bancárias (MOSCA;SELEMANE, 2011).

Na visão de Mosca e Selemene (2011) estas actividades geram emprego e rendimento para as famílias e implicam oportunidades para ampliar ou para o surgimento de novos pequenos negócios (habitação, transportes públicos, comércio, venda de pequena produção agrícola e pecuária). Os autores acrescentam ainda que a construção civil tem um grande incremento na habitação (condomínios, edifícios para escritórios, reabilitação de casas, pontes e estradas).

É um pouco simplista a visão de Mosca e Selemene (2011). Em tudo que eles apontam de forma positiva, como o crescimento dos sectores de hotelaria, restauração, arrendamento imobiliário, geração de empregos sector bancário, existe brecha para fazer as clássicas perguntas: crescimento para quê e para quem? E em termos de respostas podemos perceber que na realidade tudo é para o benefício dos detentores do capital. Eles é que se reproduzem em aliança com os sectores da burguesia nacional. As comunidades locais, as pessoas mais vulneráveis, estão sujeitas a vivenciar o “*dilema do centurião*”⁵³, ver sem poder desfrutar⁵⁴. Ao invés de terem suas vidas melhoradas conforme as promessas que lhes são feitas, vivenciam retrocessos profundos, pois, os processos de desenvolvimento capitalista-urbano-industrial são antagónicos a outras formas de produção da vida.

Essa posição pode ser encontrada em Mosca e Sulemane (2012) ao afirmarem que o predomínio de uma atividade económica dificulta a reprodução de outras atividades. A

⁵³ Apresentamos como dilema do centurião o processo pelo qual as pessoas vê as coisas acontecerem ao seu redor, presenciam o dito crescimento e não podem participar dele. Uma parte apenas tem privilégios de acesso. Assim foi com o centurião referenciado na bíblia sagrada no livro de 2 Reis 7:1-20. O profeta Eliseu disse para o povo que de Deus ouviu que no dia seguinte, nas mesmas horas haveria medida de farinha a venda por um ciclo e duas medidas de cevada por um ciclo na porta de Samaria. Ao que o centurião respondeu: Eis que ainda que o Senhor fizesse janelas no céu, poder-se-ia fazer isso. Eliseu então respondeu ao centurião: eis que tu verás com os seus olhos, porém não comerás. E assim sucedeu.

⁵⁴ O mais dilacerante para essas comunidades é que ela muita das vezes acreditam nas promessas e mesmo assim continuam vivendo o dilema do centurião.

mineração é incompatível com as economias locais, tal como a agricultura, a criação do gado. Pois, quando esta é desenvolvida em um dado território, tende a amputar outras formas de existência (SCOTTO, 2014;MANSUR, 2014), notabilizando-se o que Tádzio Coelho denomina de minério-dependência. Para Coelho (2015) o fato da mineração ocupar vastas terras compromete a reforma agrária, a agroecologia, a agricultura familiar. Esta última que é muito fulcral para as comunidades atingidas pela Vale em Moçambique.

A geração de emprego é outra ilusão existente em torno desses projectos e serviços ao redor. Mosca e Selemane comungam em parte com a ilusão de empregabilidade. Porém, as diversas experiências mostram que o emprego tem sido para poucas parcelas da sociedade. Essas empresas precisam de mão-de-obra qualificada tecnicamente, que muita das vezes não se encontra localmente. Tem que vir do estrangeiro ou de outras partes do país. Para o morador local resta apenas ocupar os sectores precarizados, de risco e mal remunerados. Porém, por serem superiores ao salário mínimo nacional são de forma apreciável justificados pela Vale, desconsiderando o custo de oportunidade, isto é, o que se deixou de ganhar (rendimentos, tarefas de natureza social no quadro da divisão social do trabalho no seio das família), para que um membro do agregado familiar se assalarie (MOSCA;SELEMANE, 2012), as terras perdidas, a inviabilização das ocupações tradicionais a ela relacionadas, a soberania alimentar.

Mosca e Selemane (2012) constataam que economicamente, os principais beneficiários dos projetos são as empresas subcontratadas, geralmente de capital externo, a quem são atribuídos trabalhos como de recuperação/construção de infra-estruturas (caminhos-de-ferro, portos, logística, transportes, hotéis e outros). Segundo os autores, a contratação das empresas externas reside principalmente no facto de o tecido económico nacional não ter a capacidade para satisfazer as demandas das multinacionais. Com isso nós nos questionamos, quais são realmente os benefícios locais e nacionais desses projetos?

Outro aspeto que Mosca e Selemane (2011) constataam está relacionado a novas procuras de alimentos em escala superior a existente até dois ou três anos e que ainda não encontraram respostas do lado da oferta. As mineradoras necessitam de alimentos para os refeitórios e abastecimento a técnicos não locais em quantidade, qualidade e

regularidade. Os bens têm sido importados da África do Sul e somente quando as importações atrasam os produtos são solicitados localmente (MOSCA;SELEMANE).

Os autores narram os factos, mas não parecem demonstrar criticidade aos mesmos. Na nossa percepção, importar produtos da África do Sul pode não se resumir as impossibilidades de Moçambique fornecer os produtos necessitados. Porém, a África do Sul apresenta-se como parceiro estratégico na medida em que faz parte da cúpula dos BRICS, o que possibilita o fortalecimento do bloco quando o capital circula dentro do mesmo. Um exemplo de monopolização e circulação do capital dentro do bloco BRICS é o facto de a China ter sido responsável por 31,7% das receitas da Vale em 2011 (JÚNIOR, 2012). Nessa óptica, é notável que não só as comunidades localizadas ao redor da Vale não se beneficiam dos seus investimentos, mas, o país de forma geral tem sido também um grande perdedor do ponto de vista económico que é a grande propaganda.

D) Imigração e trabalho

Tete tem verificado uma grande onda de imigrações desde a chegada dos grandes empreendimentos. Mosca e Selemane (2011) constataam que as imigrações têm decorrido de diversas maneiras: existem os técnicos vindos de várias nacionalidades com residência em Maputo, Tete e Moatize; expatriados com permanência de curta duração (assessorias, consultorias e estudos); moçambicanos de outras províncias com residência local, técnicos moçambicanos com estadias de curta duração com trabalhos semelhantes aos expatriados em trânsito; empresários moçambicanos com actividades de diferentes dimensões; pessoas sem qualificações académicas que procuram por emprego; pessoas que desenvolvem actividades ilícitas (como venda de drogas, pedras preciosas, prostituição). Em relação a prostituição Selemane (2009) considera que já era de se prever a sua ocorrência e agravo pelo facto da província de Tete ser um entrocamento rodoviário para países vizinhos como Zimbabwe, Malawi e Zâmbia.

A propaganda dos grandes projectos, em particular a Vale, tem sido a de oferta de trabalho para os moçambicanos, incluindo os despossuídos de terras. Não tem sido raro ligar as televisões locais e deparar-se com publicidades focadas no trabalho-emprego para todos, como por exemplo, “*com a Vale Moçambique emprega mais; vale a pena*

trabalhar com a Vale; Imagine-se aqui”, acompanhando-se de depoimentos de alguns trabalhadores que demonstram realização e satisfação em estar a trabalhar na Vale e convidando a todos que se juntem. Tudo isto tem tornado o trabalho na transnacional algo desejável para e por todos. Diríamos nos termos de Philomena (2005), na constatação que fez em um estudo na região de Criciúma, Brasil, que a relação das pessoas com a mineração de carvão é “fetichizada”, sendo o salário nas minas cobiçado e o emprego disputado.

O processo de produção de desejos levados a cabo pela Vale tem velado a sua face destrutiva. O que lembra Foucault (2013) quando diz que o poder nem sempre existe de forma opressora e opressiva. Ele não se manifesta somente na sanção, imposição. Se assim fosse, não resistiria. O poder se faz aceitar, negocia, dociliza e disciplina os indivíduos de forma suave, por outra, “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2013, p.45). Assim, vale a pena um olhar atento e questionador sobre, quais tem sido as formas de permeabilidade que a Vale usa? O que ela produz localmente para se fazer aceitar? Quais os prazeres que a empresa induz? Que saberes forma e difunde? Que discursos produz e propaga?

Os processos docilizadores da Vale podem ser notados na expectativa por parte da grande parcela da juventude em se associar a ela. Em 2013, por exemplo, a Vale abriu vagas de estágios para estudantes do ensino superior. Foi notável a correria dos jovens (incluindo eu – antes do novo nascimento) para preenchimento das mesmas. No seu site, a Vale indicou que foram mais de 6000⁵⁵ jovens inscritos e foi notícia em muitos jornais nacionais.

De acordo com os trabalhadores sediados em Tete, a fase operacional da mina de carvão empregava não só a quota máxima ou mais dos trabalhadores brasileiros, mas também, muitos estrangeiros, com ou sem registo de residência legal, dos países vizinhos como o Zimbábue, Zâmbia e Malawi (MARSHALL, 2014). O clientelismo é também apontado como elemento presente nas actividades da Vale em Tete. Marshall (2014) afirma que muitos filhos e sobrinhos dos membros do poderoso governo

⁵⁵ Considere-se 6000 num país em de 25 milhões de habitantes e que uma grande parcela da população ainda está vedada no acesso ao ensino superior.

moçambicano e figuras de negócios a nível nacional também obtém trabalhos cobiçados na empresa. Em contrapartida, “o número de empregos criados para as pessoas das comunidades locais ao redor da mina ou nativos da província de Tete (cronicamente subdesenvolvida) são poucos” (MARSHALL, 2014, p.180) cabendo para estas arcar com os impactos negativos da mineração em termos de poluição, escassez de moradia e outros serviços, tráfego, ruído e aumento do custo de vida (MARSHALL, 2014).

As poucas oportunidades de emprego geradas pelas operações da Vale e as desigualdades dramáticas em termos salariais entre estrangeiros e nacionais criam ressentimentos generalizados (MARSHALL, 2014). O exemplo disso é que um dos trabalhadores da Vale comentou: “eu trabalho junto com os estrangeiros, mas eles ganham quatro vezes mais do que ganho” (MARSHALL, 2014, p.180). Outro trabalhador acrescentou que os “operadores de máquinas moçambicanos trabalhavam em conjunto com operadores de máquinas brasileiros, alguns dos quais tem menos treinamentos do que os moçambicanos, mas o brasileiro é automaticamente o supervisor” (MARSHALL, 2012; MARSHALL, 2014, p.180).

Mosca e Selemene (2011) partindo de dados que lhes foram disponibilizados fizeram cálculos salariais entre os moçambicanos e estrangeiros na Vale. Nos cálculos feitos constaram que existiam na época 115 mulheres e 2.569 homens moçambicanos (os) empregadas (dos) na empresa. O salário mínimo dos moçambicanos correspondia a 3.221.00 meticais⁵⁶ e o salário máximo de 136.227.00 meticais. Quanto aos estrangeiros existiam 32 mulheres e 301 homens, com o salário mínimo calculado em dólares, o mínimo era de 664.57USD (21,930.81 meticais) e o máximo de 17.677.00 USD (583,011.00 meticais)⁵⁷ USD. Mostrando uma diferença abismal entre os salários dos locais e dos estrangeiros.

Estes fenómenos lembram a era colonial, e demonstram claramente que o Moçambique atual situa-se entre continuidades e rupturas. As estruturas de coloniais ainda não foram rompidas completamente. As grandes empresas multinacionais

⁵⁶ Metical é a moeda moçambicana. No câmbio cálculo cambial realizado no dia 06 de Outubro de 2015, o real correspondia a 10.80. Assim, pelo cálculo feito, o moçambicano estava recendo na época um salário mínimo de 298.240 reais e um máximo de 12,613.61 reais. Enquanto que os estrangeiros, o salário mínimo corresponde cerca de 1,500 reais e o máximo de 67,107.13 reais

⁵⁷ Esses cálculos foram feitos com o câmbio de 2011 que oscilava de 29 a 33 meticais o dólar. Realidade muito diferente de 2015 em que o dólar chegou a corresponde 60 meticais, tendo baixado em Janeiro de 2016 para 44 meticais conforme apresenta o site do Banco de Moçambique (www.bancomoc.mz).

desenvolvem práticas colonialistas. Considerando as diferenças salariais apresentadas, uma comparação com a era colonial é esclarecedora de mudanças que não mudaram a essência da relação entre colonizador/colonizado. O depoimento do Raúl Castro Ribeiro⁵⁸ que expusemos na página cento e dois é expressivo.

Ou seja, o estrangeiro colonial que antes vinha e mandava, explorava, ganhava mais do que o nativo em trabalhos similares ou desempenhando atividades inferiores, ainda se encontra no território moçambicano. Na atualidade, no processo de cooperação Sul-Sul que se quer e se propaga como justa, continuam revelando-se desproporcionalidades em todos os sentidos e em particular nas condições salariais entre brancos estrangeiros e os nativos. Spivak (2014) atenta a essas formas de subalternização da mão-de-obra dos países subalternos do Sul global, na medida em que critica o sistema internacional, apresenta críticas as elites dos países do Sul global dizendo:

“O trabalho humano não é intrinsecamente barato ou caro. É assegurado por uma ausência de leis de trabalho (ou sua execução discriminatória), um Estado totalitário (muitas vezes vinculado ao desenvolvimento e à modernização na periferia) e exigências de subsistência mínima por parte do trabalhador (SPIVAK, 2014, p.87).”

Ainda no contexto da Vale em Moçambique, o mito ideológico de emprego “para todos” é outra questão a ser desconstruída. Matos e Medeiros (2013) são incisivos na desconstrução do mesmo ao considerarem que a propaganda de emprego é ilusionista. Sustentam essa tese com os seguintes argumentos:

- a) Qualquer projecto da dimensão da Vale tem de criar postos de emprego, porque vai requerer mão-de-obra nos seus canteiros de obra e de produção, logo nada de novo;

Na nossa interpretação significa que a empresa não está fazendo favor para ninguém, é antes em defesa dos seus interesses. De nada adianta ter a localização dos minérios,

⁵⁸ Eu também trabalhei na contabilidade do armazém da mina, onde ganhava 300 escudos. Quando um português entrou para este trabalho foi ganhar quase 4000 escudos e fazia menos do que eu. Eu trabalhava sozinho enquanto ele tinha um auxiliar, mas mesmo assim ele ganhava treze vezes o meu ordenado. De fato, quem fazia o trabalho era o auxiliar africano e o português só assinava. O africano recebia 300 escudos como eu, o português recebia 4000 escudos. (RIBEIRO *apud* MONDLANE, 1976).

meios tecnológicos de produção sem ter consigo os meios humanos. Para a reprodução do capital é imprescindível a força de trabalho, de preferência a explorada e injustiçada.

- b) Os empregos criados não têm beneficiado em sua maioria os membros das comunidades em volta, visto que a maioria é analfabeta. Assim, são beneficiados os mais escolarizados e os imigrantes de outras regiões do país;

Esse item é deveras fundamental por possibilitar a desmitologização das propagandas destas empresas no momento em que pretendem implantar-se. Elas prometem o desenvolvimento que se materializa em empregos. Precisamos sempre questionar: emprego para quem? Para as comunidades é que não é. Pelo contrário,

- c) Os projectos desocupam e desempregam um número significativo dos membros das comunidades, pois o seu território é que era a fonte de renda, ou seja, essas pessoas exerciam suas atividades de sustento nos seus territórios. Logo, ao expulsar essas comunidades estão criando um exército de desempregados que terão que competir com os novos imigrantes que procuram emprego, ou então terão de caridade nos novos locais de reassentamento, obrigados a transformar esses novos espaços em território, processo que pode levar gerações (MATOS;MEDEIROS, 2013);
- d) Para os que conseguem ter empregos, os mesmos são temporários, porque o tempo de exploração dos recursos é limitado pela viabilidade económica de exploração, ou ainda, alguns dos empregos são oferecidos por empresas que prestam serviços às companhias, não oferecendo direitos trabalhistas e, os contratos de prestação de serviço podem vencer e colocar um significativo número de pessoas no desemprego. Os membros das comunidades que tiveram que trabalhar em canteiros de obras e de produção, para além de herdarem problemas de saúde, voltarão a engrossar a reserva de desempregados e, agora sem condições físicas e psicológicas para trabalhar na agricultura ou na sua anterior actividade económica (MATOS;MEDEIROS, 2013).

Trabalhar para a Vale em Moçambique, não oferece muita segurança. Segundo Garcia *et al* (2012) os trabalhadores da Vale em Moçambique trabalham ante insuficiência de sistemas de segurança no ambiente de trabalho, resultando na ocorrência

de muitos acidentes. A fala de um dos trabalhadores de uma empresa que presta serviços⁵⁹ à Vale é indicativa da falta de segurança e desumanização:

“Riscos, os trabalhadores da Vale estão expostos a muitos riscos. Por exemplo, trabalham em áreas de mata densa, onde há alguns riscos de animais venenosos como cobras. Os trabalhadores não trabalham à vontade. Alimentação não é das melhores na empresa. Por exemplo, a Vale não permite que os funcionários levem nenhuma comida para a empresa, não podem, são proibidos. Ela dá, contudo apenas uma refeição por dia para cada trabalhador, e nem sempre é dada no horário que deveria. A alimentação, mesmo para aqueles trabalhadores que chegam cedo pela manhã, é servida apenas as 15h ou 16h o que é muito tarde. Como são obrigados a comer no início do turno, depois sentem fome, trabalham com fome e não podem parar para comer. Os trabalhadores da segurança, por exemplo, fazem trabalhos paramilitares e ficam expostos a muita poeira. A máscara que a empresa fornece não é das melhores. (...)” (*apud* GARCIA *et al*, 2012, p.47).

O estudo feito por Sartor (2010) em Criciúma apresenta dados similares, o que pode tornar perceptível que a lógica do trabalho na mineração é de intensa exploração do trabalhador. Segundo o estudo de Sartor (2010), os trabalhadores da mineração são cobrados muita produção. Estas cobranças geram problemas de saúde, tais como estresse, depressão e ansiedade aos trabalhadores. A pressão referente ao tempo das refeições foi também notória no estudo deste autor. Os trabalhadores são coagidos a comerem de forma acelerada, podendo trazer consequências gastrointestinais.

Todos cenários apresentados evidenciam o que David Harvey (2014) constatou ao afirmar que o processo de proletarização envolve coerções e apropriações de capacidades, relações sociais, conhecimentos, hábitos de pensamentos e crenças pré-capitalistas da parte dos que precisam ser submersos a proletarização. É por isso que quando o sistema do capital adentra em territórios que desenvolvem suas vidas dentro de modelos extra-capitalistas, o sistema capitalista tende a reprimi-los ou coopta-los até que ache consensos que induzam ao espírito do capitalismo como diria Weber, ou seja, “a acumulação primitiva, ou por espoliação envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão” (HARVEY, 2014, p.122). Pode-se dizer que os “modos de vida não mercantis e não

⁵⁹ A terceirização é um elemento marcante na atuação da Vale em Moçambique que até então ainda não consta nos debates críticos em Moçambique.

capitalistas são, em suma, considerados uma barreira para a acumulação do capital” (HARVEY, 2011, p.64).

Cada vez que o sistema do capital avança para territórios que preservam as formas não capitalistas de produção, força mudanças nesses locais, transformando o trabalhador local em seu empregado. A venda da força de trabalho não constitui muitas das vezes uma opção, mas porque foram separados dos seus instrumentos de produção, incluindo a terra, acabam não tendo outras possibilidades que não seja vender a si mesmo como força de trabalho remunerado dentro das imposições dos poderosos donos do capital. É assim como Melo (2012) compreendeu, dizendo que, embora os trabalhadores não sejam obrigados por meio da violência a vender a sua força de trabalho no mercado, eles são impelidos pelo imperativo económico pela necessidade de garantir sua própria sobrevivência e de sua família⁶⁰.

Com isso é de se afirmar que na relação capital – trabalho elimina-se o sujeito com suas subjectividades. Apenas sobram personificações, como diz Mészáros, que desenvolvem a máquina capitalista. O trabalho vivo, o poder de decisão e a profunda relação com o trabalho (trabalho *desalienado*) que as pessoas mantinham antes da instalação da máquina capitalista são perdidos. Paniago (2012b) constata que são reduzidas as possibilidades das pessoas se auto-afirmarem sujeito dentro da relação capital-trabalho, pois, esta se constitui como relação de subordinação na busca de metas alheias ao trabalhador. A busca da mais-valia é o principal nessa relação e, o trabalhador lhe é imposto a produzir mais e mais por troca de um salário que não serve para muito além de possibilitar sua sobrevivência para que no dia seguinte novamente forneça a sua força de trabalho. Nas regiões onde a Vale está instalada, conforme dissemos antes, as pessoas não tem formações técnicas profissionais para poderem entrar em posições mais ou menos privilegiadas, conseqüentemente, são postas a trabalhar nos piores lugares em condições de trabalhos precárias que mais danificam do que constituem a vida, isto para quem consegue o emprego. Manifestando-se dessa forma o que Sen (2010) denomina de inclusão injusta, no sentido de que os indivíduos são “integrados” no sistema, porém, em lugares subalternos caracterizados pela exploração.

⁶⁰ Isso sem contar que existe aquela massa sobrança que para além de ser desapropriada dos seus meios de produção, não encontra formas de se reproduzir na condição de proletário nas empresas capitalistas, ou porque não existe emprego suficiente ou porque o potencial trabalhador não tem qualificações exigidas para vender a sua força de trabalho.

A dimensão moral, espiritual e estética do trabalho dá vazão ao trabalho alienado que se subordina ao mundo das utilidades. Assim, o trabalhador vende a sua força de trabalho para se sentir útil na sociedade capitalista e para não perecer. Porém, na lógica do capital é inevitável o perecimento, porque, ou perece no desemprego pela falta de dinheiro que gera fome e exclusão social, ou então perece pelo trabalho que se precariza cada vez mais assim como pela diluição da identidade cultural. Essa precarização se fortalece cada vez mais pela existência de um exército sobrando de mão-de-obra. Penetrar os contextos extra-capitalistas introduzindo modelos capitalistas é fundamental para o sistema do capital por permitir a existência de tanto proletariado dispensável.

Ter um exército industrial de mão-de-obra é essencial para a acumulação do capital, por isso a despossessão ou a espoliação, dois termos usados por Harvey, são fundamentais nesse processo. Tirar o direito a terra por parte daquele que dela depende para a sua reprodução material e simbólica, conduz este a vender sua força de trabalho, tornando esta força excessiva, acessível, socializada, flexível, dócil, manipulável e qualificada quando preciso (HARVEY, 2011). Assim, quem tinha modos de produção pré-capitalistas, ou extra-capitalistas como preferimos usar neste trabalho, “tem de trabalhar para o capital para sobreviver” (HARVEY, 2011, p.55).

O papel do Estado nesses processos é o que descrevemos em situações anteriores, muitas vezes atuando a favor das grandes empresas (MÉZÁROS, 2002; MATOS;MEDEIROS, 2013; MELO, 2012; HARVEY, 2014). Ele geralmente se envolve quando se trata das questões trabalhistas em que muitas vezes tende sacrificar os direitos dos trabalhadores, defendendo as empresas. Um caso de grande repercussão em Moçambique aconteceu no ano de 2015, quando o governador de Tete Paulo Auade anunciou a decisão de reduzir os bônus salariais e o salário dos operários da Vale, mostrando total apoio a empresa, caso queira tomar essa medida, justificando que a empresa pagava salários astronômicos que punham em causa a realidade salarial do país. Tudo começou quando a Vale avançou com o processo de redução do número de trabalhadores justificando a ação pela queda dos preços do carvão no mercado internacional. Assim, a redução salarial foi explicada pelo governador como forma de diminuir o desemprego, evitando despedimentos.

Na entrevista a imprensa disse o governador: “nós negociamos com a empresa Vale Moçambique para passar dos 18 salários para 13, e já está a fazer arranjos para

diminuir o desemprego e os despedimentos⁶¹”. Esse caso representa nitidamente o que Santos (2010) denominou de *pós-contratualismo* referindo-se aos processos pelos quais grupos e interesses sociais que em dado momento encontravam-se na condição de incluídos são excluídos do contrato social sem perspectiva de regresso. Considerando trabalhadores, para Santos (2010) o pós-contratualismo manifesta-se pela eliminação dos direitos sociais e económicos dessa classe sem perspectivas recuperação.

Atos de despedimentos são quase que inevitáveis dentro do sistema capitalista, para além de necessários para aumentar o excedente da mão-de-obra, para além de que na falta de excessivos lucros (sublinhe-se excessivos) o trabalhador é que paga o preço, seja pelo despedimento ou precarização salarial. Tratando-se da Vale, Marshall (2014) acentua que o ato de despedimentos tornou-se quase uma política da empresa, o que faz que os trabalhadores dessa empresa vivam em constantes tensões e pressões. Resgatando o relatório de Vieira (2011) ao descrever as características da Vale, é de se assinalar que no item 3 acentua o assédio aos trabalhadores como um dos elementos constituintes da empresa e no item 5 descreve que os trabalhadores da Vale convivem com a constante ameaça de serem demitidos sem justa causa (VIEIRA, 2011 *apud* MARSHALL, 2014), o que pode impactar na saúde destes, causando estresses, crises de ansiedade e outros problemas psicológicos e físicos ao se doarem excessivamente de forma a evitarem as demissões.

Usar a crise para despedimentos é apenas uma justificativa por parte dos gestores da Vale. Despedir trabalhadores tem várias funcionalidades para essa empresa assim como para várias empresas com características similares: a) gera excedente de mão-de-obra; b) com o excedente de mão-de-obra aumentam as oportunidades de precarização dos que estão empregados e dos que estão desempregados⁶²; c) o que tem emprego vive diante de uma constante economia de medo de perde-lo e o desempregado luta para te-lo e não perde-lo sujeitando-se até à péssimas condições de trabalho; d) os detentores do capital acumulam e acumulam cada vez mais.

⁶¹ Essa informação pode ser obtida na página noticiosa: www.dw.com/pt/governo-de-tete-e-vale-mo%C3%A7ambique-reduzem-sal%C3%A1rios-de-trabalhadores/a-18603594.

⁶² Isso reforça a ideia que assinalamos anteriormente de que a classe trabalhadora está condenada a perecer, pelo trabalho que realiza ou pelo desemprego que o priva de muitas realizações. Eis a escolha, morrer de emprego ou do desemprego.

Ribeiro Junior e Sant'Ana Junior (2011) são elucidadores do quão o uso da crise para a demissão dos trabalhadores constitui apenas falácia “valeana”. No momento da crise econômica mundial de 2008 a Vale levou avante demissões e férias sem salários. Todavia, a receita bruta da Vale nesse ano alcançou “US\$ 38,5 bilhões, valor 16,3% superior ao registrado no ano anterior, enquanto o lucro foi de US\$ 13,2 bilhões” (VALE, 2009c, p.5 *apud* RIBEIRO JUNIOR;SANT’ANA JÚNIOR, 2011, p.23).

Com os dados apresentados, percebe-se que não passam de falsas as promessas de empregabilidade por via do extrativismo. Este setor agrega um número ínfimo e limitado de pessoas. Desse número limitado encontramos uma grande maioria trabalhando em situações precárias. Apesar do extrativismo ser justificado pela empregabilidade, a agricultura, em particular a de subsistência, é que até então agrega cerca de 80% da população moçambicana (MASHA;ROSS, 2014). Esses dados merecem maior atenção para ampliações de horizontes reflexivos sobre as implicações de des-agriculturação das populações que tem a agricultura como base de sobrevivência, dando lugar as grandes empresas que não tem nem condições de transformar todos os agricultores de pequena escala em proletários, o que também não é desejável.

E) Infra-estruturas e inflação

A imigração está provocando enorme aumento demográfico nas cidades de Tete e Moatize, ao longo da estrada entre as duas cidades e na via Tete/Cahora-Bassa. Os bairros nas periferias crescem de forma desordenada, sem que a oferta de serviços básicos (educação, saúde, saneamento) aumente no mesmo ritmo (MOSCA;SELEMANE, 2011).

Por outro lado, tem se registado uma grande inflação em Tete. A Inflação é um dos efeitos da mineração nas comunidades que a literatura tem evidenciado. A mineração ao atrair contingente de trabalhadores de diferentes lugares, tem provocado aumento de preços de bens e serviços locais, além de ameaçar a independência econômica das comunidades, por aniquilar outras formas de produção (ENRIQUÉZ *et al*, 2011; COELHO, 2014; ARAUJO *et al*, 2014).

Em Tete os alimentos estão cada vez mais caros. O preço do cabrito, por exemplo, alimento muito consumido e abundante em Tete, em 2007 era de 600mts, mas em 2011 chegava a custar 2000 meticais (MOSCA;SELEMANE, 2011). O milho branco em 2007 custava 3.43 meticais, passando para 9.71 em 2008, 7.43 em 2009, 8.00 em 2010 e mesmo valor em 2011.

Fazendo uma comparação entre Tete e Maputo (capital do país e historicamente mais cara) nota-se que os níveis de inflação caminham quase que em paralelo. O que aparece como problema, visto que a cidade de Tete ao longo dos anos era conhecida como uma das cidades mais baratas para viver. Em Maputo, o feijão manteiga custava 23.09 em 2007, 28.23 em 2008, 20.38 em 2009, 32.00 em 2011. Já em Tete, o mesmo produto passou de 23.09 em 2007 para 34.64 em 2008, tendo verificado uma baixa para 20.79 em 2009, subida para 28.87 em 2010 e para 34.64 em 2011⁶³. A tabela abaixo é ilustrativa.

Varição dos preços de Feijão Manteiga

Cidade	Periodo de avaliacao - (Anos)				
	2007	2008	2009	2010	2011
Maputo	23.09	28.23	20.38	N	32
Tete	23.09	34.64	20.79	28.87	34.64

Continuando, Mosca e Selemane fizeram comparação em relação ao açúcar castanho nacional. Em Maputo custava 22.11 em 2007, passou para 26.53 em 2008, baixou para 25.55 em 2009 e subiu para 26.67 em 2010, 39.02 em 2011. Em Tete estava a 18.00 em 2007, subiu para 22.50 em 2008, 25.00 em 2009, 30.00 em 2010, 35.00 em 2009. A tabela que segue demonstra essas variações.

⁶³ Esses dados foram registados por Mosca e Selemane (2011).

Variação dos preços do açúcar nacional

Cidade	Período de avaliação - (Anos)				
	2007	2008	2009	2010	2011
Maputo	22.11	26.53	22.55	26.67	39.02
Tete	18	22.5	25	30	35

Para além do levantamento em produtos alimentares, Mosca e Selemane (2011) compararam os preços de alguns bens e serviços entre Maputo e Tete em 2011. Os autores constataram que os alojamentos em hotéis 3 estrelas em quarto standard em Maputo situava-se no mínimo de 3.000 meticais e máximo de 5.500 meticais, enquanto em Tete o mínimo era de 5.500 meticais e o máximo de 7500. O aluguer de viaturas 4X4 sem motorista em Maputo é no mínimo 4000 meticais e o máximo 8.305, enquanto em Tete o mínimo 4.784 e o máximo 10.200 meticais. A renda de apartamentos tipo 3 em Maputo situava-se no mínimo de 18.000 meticais e o máximo de 90.000, em contrapartida, em Tete variam de 30.000 a 150.000 meticais.

Mosca e Selemane (2011) são críticos em relação a essa realidade e enunciam que a inflação beneficia alguns agentes económicos que atuam localmente do lado da oferta, porém, a procura, afeta negativamente a população de menor rendimento com o aumento dos preços alimentares. Desta forma, pode-se considerar que “existe um agravamento do custo de vida com efeitos sobre os mais pobres e com aprofundamento das desigualdades sociais” (MOSCA;SELEMANE, 2011, p.33).

F) Governação democrática

O extrativismo impacta negativamente nos processos democráticos. O avanço do capitalismo implica o confinamento da democracia. Enquanto a democracia se constitui como um modelo aberto de participação de todos nos processos decisórios, o capitalismo é anti-participação popular. Apesar desse contraste entre a democracia e o capitalismo, o mesmo não impede o desenvolvimento de uma aliança. Pode-se dizer que

é por essa aliança com os Estados democráticos que o capitalismo avança. Porém, isso não significa que somente em Estados democráticos o capitalismo pode avançar. Ele precisa dos Estados democráticos com profunda legitimidade popular mas não se resume a esses.

As grandes empresas extractivistas são protegidas por um constitucionalismo global defendido pelo Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e o Estado *hegemon*, EUA, para além de outros impérios que vão se alastrando mundialmente e outros países como o Brasil, que desenvolvem um imperialismo periférico típico da periferia imperialista que este país representa na esfera global. O constitucionalismo global sufoca o constitucionalismo nacional e articulações políticas locais. Os Estados fazem reajustes para adequação dos interesses das grandes potências e as periféricas. E como nota-se em diferentes contextos, em defesa dos seus interesses, quando fracassam no diálogo, não se privam de usar a via militar⁶⁴ para alcançarem este fim.

Na região de Moatize onde a Vale opera, Mosca e Selemane (2011) afirmam que a governação local possui uma frágil capacidade executiva, sendo então na prática, substituída pelas empresas. As direcções provinciais têm limitações técnicas e de infra-estruturas para o desempenho das funções de fiscalização, regulação e monitorização de diferentes aspetos de actividade mineira (MOSCA;SELEMANE, 2011).

Mediante a avaliação feita por Mosca e Selemane a partir das entrevistas realizadas nas direcções provinciais e municipais de Tete, existem nessas, imensuráveis dificuldades em precisar informações sobre a evolução recente da economia e da sociedade. As empresas são concedidas excepcionalidades no cumprimento da legislação em vigor. No que condiz a lei do trabalho, por exemplo, existe excepcionalidade em relação ao número de trabalhadores estrangeiros e em relação ao número total dos trabalhadores. Essa exceção só acontece com estas empresas, pois, olhando o caso particular das universidades, estas têm grandes limites em relação ao número dos professores estrangeiros que podem estar vinculadas a estas (MOSCA;SELEMANE, 2011).

⁶⁴ Para o aprofundamento deste assunto é recomendável o livro de David Harvey: O novo imperialismo.

A exceção é um fenómeno que merece ainda profundo debates em Moçambique, principalmente com a entrada das grandes empresas. Giorgio Agamben (2004) concebe o Estado de exceção, em parte, como um estado caracterizado pelos plenos poderes por parte do executivo em detrimento do legislativo e judicial. Estes dois últimos atuam como autênticos subalternos do primeiro. O Estado de exceção caminha em paralelo com o Estado ajustador. Desde que os grandes empreendimentos entraram em Moçambique, o país tem vindo a se constituir de exceção em exceção. Podemos ver, por exemplo, que a transparência em relação aos contratos e acordos entre o Estado e esses projectos tem sido uma das grandes ausências. É também “duvidoso o conhecimento dos órgãos centrais do governo em relação a decisões relacionadas com os grandes projectos ou investimentos estrangeiros de grande medida” (MOSCA;SELEMANE, 2011, p.55). Entrementes, em termos concretos, “não se conhecem quais os benefícios da exploração mineira para Moçambique” (idem, p.56). Podendo se afirmar que:

“A exploração mineira em Tete não está promovendo um desenvolvimento economicamente endógeno e internamente sustentado por padrões de acumulação de base ampla, que se localize e beneficie o território. O crescimento das actividades económicas é socialmente discriminatório, não inclusive e com sinais de aprofundamento da pobreza (pelo menos nas populações mais directamente envolvidas nos reassentamentos) e das desigualdades sociais⁶⁵” (MOSCA;SELEMANE, 2011, p.60).

Outro elemento por se resgatado encontra-se fora das burocracias estatais. Em Moçambique ainda são influentes as lideranças comunitárias e em alguns casos tem sido mais influentes e legitimadas que os governos centrais, pois, as lideranças locais geralmente são munidas do que Weber (2012) chama de dominação tradicional e dominação carismática. Isto porque, por um lado, nessas lideranças encontram-se heranças históricas que possibilitam a coesão comunitária e, por outro lado, as mesmas são tidas como detentoras de autoridade espiritual que também sustenta a existência das comunidades. São estas lideranças que têm sido responsáveis pela orientação dos cultos aos antepassados, para diferentes situações, incluindo o pedido de chuvas, são as mesmas que intervêm na resolução dos conflitos locais.

⁶⁵ Mosca e Selemene indicam que existem também sinais de efeitos ambientais negativos sobre o solo, as pastagens e as florestas nos locais de reassentamento e sobre o ambiente urbanos. Porém, sobre esses aspetos discutiremos nos efeitos a médio e longo prazo, pois, embora reconheçamos que alguns efeitos sobre o ambiente são imediatos, muitas das vezes, danos de grandes dimensões são sentidas passados muitos anos.

Com a chegada dos projectos de desenvolvimento essas lideranças vão sofrendo deslocamentos, pois, perdem a sua autoridade na comunidade, existindo outros atores sociais que desempenham papéis de orientação comunitária. As lideranças locais não conhecem as leis e o direito formal. Historicamente orientam-se pelo direito consuetudinário ou costumeiro, que tem reconhecimento em Moçambique. Desta forma, são leigas em relação à lei formal como o caso da lei de terra, de minas e outras (MOSCA;SELEMANE, 2011), o que fragiliza as suas capacidades de negociação e mobilização para reivindicação. Recorrendo a Bourdieu (1988), entendemos que cada campo tem suas regras e dispositivos que precisam ser accionados para nele jogar. No campo da lei e do capital, as lideranças não estão revestidas de dispositivos linguísticos, simbólicos, culturais, sociais nestes dominantes. E de forma agressiva, as lideranças comunitárias são reprimidas e seus dispositivos de ações são desvalorizados e desqualificados.

Outro facto que se nota é que os questionamentos colocados por cidadãos, membros das organizações da sociedade civil, representantes das comunidades, são classificados por parte dos governantes como grupos antidesenvolvimento e antipatrióticos, accionando-se chantagens psicológicas ou ameaças e chantagens políticas (MOSCA;SELEMANE, 2011). O que enfraquece os processos de participação na condução dos destinos do país.

G) No ambiente

A questão ambiental é de grande relevância no processo do extrativismo mineral. Em momentos em que o planeta terra clama por redução de pressão, o problema ambiental precisa estar cada vez mais na centralidade, caso contrário, a nossa existência fica cada vez mais comprometida. Quando produz-se e consome-se “riquezas”, pode-se em simultâneo estar-se a restringir ou a empobrecer as outras expressões do viver, através da destruição de ecossistemas, da perda da biodiversidade e dos próprios valores culturais que fornecem sentido ao viver humano, este é um dos dramas da nossa civilização, quanto mais ‘rica’ mais ‘pobre’ fica (PORTO, 2012).

Na mineração ao céu aberto, que é o modelo que a Vale desenvolve em Moçambique, Scotto (2014) considera que o ambiente é um dos afetados de forma que

rapidamente se torna perceptível. Ao mesmo tempo em que este tipo de mineração demanda enormes quantidades de água e energia, produz profundas mudanças na paisagem pelo desflorestamento que causa e também pela contaminação do ar. Isto dá-se porque para a retirada dos minerais se remove grandes quantidades de rocha com o uso de toneladas de explosivos (SCOTTO, 2014).

A mineração de carvão é uma das formas mais perigosas de extração dos bens naturais para a saúde e o ambiente. Segundo o documento produzido pela Human Rights Watch (2013) o processo extrativo de carvão liberta emissões de carbono nocivas para a atmosfera, incluindo o metano (CH₄) e dióxido de carbono, gases de efeito estufa conhecidos como as principais causas das mudanças climáticas. A mineração ao céu aberto que está sendo realizada pela Vale em Tete envolve desmatamento de árvores, plantas e solo artificial, destroi habitats selvagens naturais e a biodiversidade local.

A literatura tem registado a nocividade da mineração em termos socioambientais. O estudo de Gonçalves e Mendonça (2007) é um dentre vários. Estes autores realizaram um estudo que visava compreender os impactos socioambientais da produção de carvão em Criciúma, Santa Catarina. A constatação feita pelos autores foi de elevados custos sociais e ambientais, principalmente no que tange a poluição do sistema hídrico, para além da poluição do ar, degradação do solo, vegetação e fauna, o que afetou em grandes proporções as comunidades ao entorno. Dentre várias privações, estas comunidades vivenciaram privação à água, pois, a que a população usava tornou-se ácida e existiam altas concentrações de metais dissolvidos nela.

Situações como estas não estão distantes da realidade moçambicana. Atualmente evidenciam-se em baixa escala, porém, futuramente podem existir agravos. Assim, cabe questionar se existem em Moçambique políticas eficazes que podem impedir desastres socioambientais de elevadas proporções nas regiões de mineração? As aproximações que temos vindo a fazer tem indicado que não, o que nos possibilita instigarmos aprofundamentos de ações de proteção socioambiental nas regiões em referência.

O Estado moçambicano é ciente dos problemas que a mineração acarreta em termos ambientais. Porém, visto que é um Estado que funciona mediante o pensamento dominante da exploração dos bens naturais, incentiva os investimentos na área da mineração. Existe uma crença quase que generalizada na burocracia estatal das

possibilidades de uso racional e sustentável dos recursos, tanto que no artigo 14 de Lei de Minas consta no ponto 1 que “a atividade mineira está sujeita à inspeção visando garantir o uso e o aproveitamento *racional e sustentável* dos recursos minerais”.

A racionalidade e sustentabilidade, que são exaltadas no contexto do extrativismo, são falsas. As actividades extrativas sempre acarretam danos sociais e ambientais. No extrativismo, em especial no minerário, existem danos ambientais visíveis a curto prazo mas existem danos profundos que podem não ser imediatamente visíveis. Estes serão discutidos mais adiante. Cabendo neste momento discutir o que já está sendo visto nas e pelas comunidades atingidas pela Vale, apresentando-se como mais um caso típico de produção de injustiças e desigualdades ambientais que inevitavelmente geram o que a literatura denomina de conflitos ambientais, referindo-se aos conflitos distributivos relacionados aos diferentes recursos naturais envolvendo contradições sobre a apropriação material e económica, os impactos sobre o meio ambiente, os territórios e a saúde da população atingida (MARTINEZ-ALIER, 2007; PORTO, 2007; PORTO *et al*, 2013).

Bila (2014) é quem descreve alguns efeitos negativos ao ambiente que foram relatados pelas comunidades. Segundo os moradores da região de N’chenga que é uma das atingidas, a Vale tem estado a lavar o carvão extraído nas águas do rio Nyacamuanzi, que serve a comunidade local, causando poluição nas águas bem como o lençol freático. Este facto teve como implicação imediata o encerramento dos quatro poços de água usados para o consumo da comunidade, bem como a morte de gado bovino e caprino (BILA, 2014) extremamente fundamentais para a alimentação dessas comunidades assim como para o comércio. Estes acontecimentos são reveladores de descomprometimento com pelo menos dois direitos fundamentais, o direito a água e ao alimento, o que conseqüentemente pode nos levar a uma terceira negação dos direitos, o direito a vida.

Esses direitos não estão dissociados. Em geral, “o discurso sobre o direito à vida pressupõe sempre e está intimamente relacionado com o direito à alimentação” (RAMOSE, 2010, p.199). Esse direito é tão básico que Donnelly (1985, p.13) chega a afirmar que “a primeira e fundamental manifestação egoísta que cada indivíduo pode fazer contra a humanidade, sem qualquer constrangimento moral, é a afirmação do direito à alimentação” (*apud* RAMOSE, 2010, p.199). Trata-se de um direito básico que

dá sentido a existência humana. Mediante essas considerações podemos, então, aludir que da forma como o projecto da Vale está afectando a soberania alimentar das comunidades, constitui uma gravíssima violação dos direitos humanos das comunidades, e que, a acumulação por espoliação constitui uma sequência de negação dos direitos humanos.

É de referir que “As Normas Básicas de Gestão ambiental”, em Moçambique, pautam a necessidade de protecção dos poços, águas e rios e responsabilizam quem afeta-los negativamente. Porém, em termos práticos não tem existido responsabilização. O poder económico das grandes empresas em aliança com o poder político tem possibilitado a fuga de responsabilidade, sendo as comunidades as mais afetadas pelos desastres.

O RDHIE (Sd) descreve, sem indicar quantidades, que a extração do carvão utiliza elevada quantidade de água (carros-pipa espalham água para diminuir a poeira; há uma etapa que prevê a lavagem do carvão). Existem grandes dutos que levam a água do rio até a mina da Vale; existem também bacias de depósitos de rejeitos, que o caso Mariana em Minas Gerais demonstrou a sua nocividade. Porém, em relação a estes também não se dispõem de informações de como os depósitos são conservados, qual tem sido o sistema de monitoramento. A vulnerabilidade institucional do Estado moçambicano tem colaborado para a negligência das grandes empresas em relação a transparência, o que coincide também com o modelo secretista que o Estado moçambicano desenvolve.

É deveras importante indicar que o Plano de Gestão Ambiental já vem prevenindo os impactos negativos na fase operacional da mineração. Interessante ainda é perceber que alguns deles são descritos como de “alta significância”, com potencial alteração na qualidade das águas subterrâneas. Porém, o paradigma da adequação ambiental⁶⁶ fez-se presente na elaboração do plano, acreditando-se que as técnicas científicas poderiam contribuir no que os técnicos denominam de mitigação dos riscos.

O plano em referência indica que, como resultado da exposição do minério, à água (em particular as águas da chuva) e oxigénio durante as operações na mina, a água nas zonas de mineração, no interior das cavas das minas e nas zonas de deposição de

⁶⁶ Compreenda-se aqui como a crença na realização das atividades extrativas sem causar efeitos negativos ao ambiente.

rejeitos grosseiros poderá tornar-se ácida, caso *medidas de controlo operacional* não sejam devidamente implementadas.

Ainda no âmbito da adequação ambiental ou modernização ecológica o documento acrescenta que durante o processo de beneficiamento através do qual se faz a separação do carvão (lavrado ou extraído), das partes estéreis ou inorgânicas garantindo que haja carvão mineral de alta qualidade, devem ser tomadas medidas preventivas, para evitar que rejeitos grosseiros, partes estéreis inorgânicas, ao entrarem em contacto com a humidade do ambiente, se transformem em potenciais focos de acidez que vão contaminar as águas subterrâneas por drenagem, sem esquecer a eventual deposição dos sedimentos que com as chuvas podem contaminar também os rios. Acrescenta-se o facto de estas águas conterem diversos metais pesados que podem contaminar as águas, sedimentos e solo por muitos anos.

A crença na previsibilidade e intervenção em relação aos danos tem permitido que mesmo que se saiba que determinado empreendimento tem sérios riscos para a humanidade e o planeta, insista-se na sua implantação. Este pensamento é sustentado pelo paradigma ideológico do “otimismo tecnológico” (STRAND, 2001 *apud* PORTO, 2008). Porém, esse optimismo pode falhar na medida em que nem todos os riscos podem ser previstos devidamente ou podem não ocorrer dentro dos quadros previstos. É o que Giampietro (2002) denomina de indeterminância. Nesta, os possíveis eventos podem ser previstos, porém, os fenómenos não são lineares e nem sempre cabem dentro das possibilidades humanas de antecipação. Além da indeterminância encontramos a ignorância, que consiste no total desconhecimento de possíveis acontecimentos.

Porto (2008) assevera que mesmo os fenómenos que podem ser teoricamente previsíveis, na prática pode não ser possível deter os danos quando o problema concreto aparece. O autor acrescenta ainda que este constitui um dos grandes problemas em países com contextos mais vulneráveis, onde as infra-estruturas técnico científico e económicas são inadequadas ou carecem de interesse e força política para proteger os grupos populacionais vulneráveis mais afetados, o que tende a aumentar as incertezas e as consequências. Ou seja, mesmo os riscos teoricamente fáceis de serem analisados e prevenidos podem não o ser em contextos vulneráveis, pois, as origens, as formas de exposição e os efeitos dos riscos são agravados em função das desigualdades sociais, discriminações e assimetrias de poder (PORTO, 2012). Para Porto,

“As vulnerabilidades sociais resultam em gradientes ou diferenciais de exposição e efeitos entre grupos que vivem na periferia social e econômica do desenvolvimento e acabam por arcar com as principais cargas ambientais nos ambientes e territórios em que trabalham e vivem. Riscos em contextos vulneráveis decorrem de desigualdades sociais, discriminações e racismo, e são, portanto, uma questão de (in) justiça ambiental” (PORTO, 2012, p.44-45).

Vale referir que no âmbito da contaminação da água em Nchenga (comunidade não reassentada), as comunidades enviaram uma carta para a Vale relatando o caso. Em forma de resposta, a Vale desconsiderou as reclamações e se eximiu das responsabilidades que deviam recair sobre a empresa. Bila (2014) diz que na carta a Vale alegava que as reclamações das comunidades vivendo em zonas ao redor da mineração resultariam do fato das mesmas sentirem-se atraídas pelas “*condições de habitabilidade das áreas de reassentamento e pela oportunidade que oferece a presença da Vale no território*”. No que condiz a falta de água para o consumo na comunidade de N’chenga pela poluição de rios e poços, a Vale não vê nisso nenhum problema, nem responsabilidade legal sobre si, pois, segundo a empresa, “*esta comunidade sempre passou por dificuldades de acesso a água potável*”, até porque rios locais sempre foram sazonais, acrescenta (apud BILA, 2014).

A Lei do Ambiente (Lei 20/97 de 1 de Outubro), em Moçambique, diz no artigo 9 que “não é permitida, no território nacional a produção, o depósito no solo e no subsolo, o lançamento para a água ou para a atmosfera, de quaisquer substâncias tóxicas e poluidoras, assim como a prática de atividades que aceleram a erosão, a desertificação, o desflorestamento, ou qualquer outra forma de degradação do ambiente, fora dos limites legalmente estabelecidos”. A frase, limites legalmente estabelecidos, é problemática. Ela abre de certa forma brechas para danos ao ambiente. Seria de questionar como estes limites são definidos? Com que critérios a ‘ciência’ os define? Considera as incertezas? Como em Moçambique são monitorados? Existem políticas públicas, funcionários e infra-estrutura laboratorial para esse fim? Pensamos que a Lei do Ambiente em Moçambique apresenta inúmeros problemas, para além de que está em muitos elementos ultrapassada para responder aos problemas fulcrais da atual fase econômica do país.

Embora o Estado-governo-Frelimo na Lei de terras, artigo 24 e na Lei ambiental assegure a defesa do que considera serem interesses nacionais tais como proteção

ambiental, segurança alimentar e nutricional das comunidades, no processo da exploração mineira, com os dados já apresentados, fica perceptível a vulnerabilização da população e o descaso com o meio ambiente. O Estado empresário que se desenvolveu em Moçambique e a presença de políticos de grande influência nos grandes negócios económicos contribui para esses acontecimentos conforme Mosca, Selemane e Castel-Branco, principalmente, tem vindo a referenciar na literatura.

Os impactos ambientais embora em algumas vezes sejam analisadas nos locais onde as atividades mineiras são desenvolvidas, por ser nessas onde percebe-se de forma direta o ruído gerado pelos explosivos, a poeira, a destruição dos solos que afeta a saúde física, mental e psicológica da população, que retira o direito ao lazer e ao sossego, que priva as comunidades de exercerem suas actividades agrícolas afetando na soberania alimentar dessa população, é importante assinalar que esses impactos formam uma cadeia que parte do local e se derramam para outras regiões.

No caso da extração do carvão em Tete, estes efeitos se caracterizariam pelos danos negativos no processo da lavra e sua expansão no processo de transporte da matéria-prima, podendo também alterar o meio físico, provocar desmatamentos, erosão, afetar a fauna e a flora. Mais adiante apresentaremos relatos de comunidades que não estão no local da exploração mineira mas são afetadas pela Vale no processo de construção de estradas e linhas férreas. Serão também afetadas com a passagem dos comboios (trens) que provocam ruído e o carvão poderá se derramar ao longo do trajecto, para além de que o próprio trem se apresenta como perigo a vida pelos casos de atropelamentos que tem sido comum nessas circunstâncias.

Podemos também ampliar a poluição dos rios. Por estes não serem localizados, mas estenderem-se por diversas regiões, notamos então a existência de um corredor de morte que se gera. Esse corredor apresenta-se como muito mais perigoso porque em algumas circunstâncias as comunidades podem ter dificuldades de associar os problemas, sejam de saúde e outros que podem se desenvolver, com a contaminação da água que aconteceu em locais distantes por contas da atividade mineira.

Assim, consideramos que uma resposta imediata, apesar de não ser conclusiva, seria que o governo fortalecesse as atividades de monitoramento, fiscalização e controle dessas empresas. O processo de supervisão poderia deslocar-se dos técnicos burocratas e

ser partilhada com as comunidades que são diretamente afetadas pelas atividades de mineração, dentro do que, no contexto da saúde coletiva tem sido denominado de “Vigilância Popular da Saúde e do Ambiente”. Isso implica devolver uma relativa autonomia a essas comunidades que nesse momento encontram-se enclausuradas no seio do poder estatal e das empresas, nesse caso particular, a empresa Vale.

H) Relatos de doenças

O relatório dos Direitos Humanos e Indústria Extrativa indica que em Tete são reportados sinais de contaminação do ar certificado pela queda de pó nas explorações agrícolas e nas roupas quando secam ao ar livre, abrangendo áreas num raio próximo dos 40 quilómetros. A comunidade de N'tchenga, muito próxima a uma das minas, teve seus depósitos de água poluídos pelas águas pretas de lavagem de carvão que defluíram da mina até a comunidade.

Por conta da poluição do ar, Bila (2014) relata que, nas regiões atingidas pela Vale já existem registos de ocorrência de surtos de doenças abdominais, diarreias, possivelmente, causadas pela contaminação da água e doenças respiratórias devido a poeira das escavações. Segundo Bila, até a realização do estudo, o último surto generalizado havia ocorrido em 2013. Após análises feitas aos pacientes, as autoridades sanitárias advertiram as comunidades e ao Governo que a água consumida estava poluída e era imprópria para o consumo humano (BILA, 2015). Um dos moradores da comunidade diz:

“Uma das questões que preocupa é em relação à saúde da população e dos trabalhadores pois as explosões das minas de carvão levantam uma quantidade enorme de poeira que tem gerado, entre outros, problemas respiratórios.”
(morador de Tete, retirado do relatório dos Direitos Humanos e Indústria Extrativa)

Diante desses problemas, Bila assevera que Pinto Massavule entrou em contacto com a Administradora do Distrito, Elsa Barca, que visitou as comunidades na companhia de alguns representantes da Vale. No âmbito da visita, a Vale comprometeu-se a fornecer água potável diariamente neste local, porém, Bila (2015) certifica que nem sempre a empresa cumpre o compromisso de levar água até as comunidades. Quando o

faz, leva depósitos insuficientes para a satisfação das necessidades das comunidades. As vezes estas ficam tempos prolongados sem água que devia ser supostamente fornecida pela Vale (BILA, 2014). Bila (2014) indica ainda que

“Nessas circunstâncias, como medida de precaução, as populações prescindem de higiene básica individual, para garantir água de beber e de cozinhar. Foi neste âmbito também referido que na última semana de Agosto de 2014, pela primeira vez morreram duas cabeças de gado bovino devido ao consumo de água contaminada, facto que foi comprovado pelas tripas enegrecidas dos animais. Este facto preocupa a comunidade de N’chenga porque ao consumirem carne de vaca contaminada, também poderão perigar a sua saúde” (BILA, 2014, p.8).

Os relatos dos moradores indicam morte de vários caprinos pelo consumo da água contaminada, o que constitui perda nas economias camponesas, agravando a pobreza local dado que ninguém se responsabiliza pela compensação (BILA, 2014). Segundo Bila (2014), houve um relato do chefe da aldeia que indicava que a comunidade não estava vivendo com dignidade, pois, está sendo tratada como animais prisioneiros em sua própria terra. Mosca e Selemane (2011) narram também a forma como as comunidades sentem a desumanidade que as assola. Segundo os autores, quando uma anciã foi questionada em como se sentia ao ver as paredes da sua casa sendo marcadas como animais em forma de identificação ela respondeu: *E nós, o que somos?* Uma resposta interrogativa que transmite um sentimento de total exclusão, negação da sua individualidade assim como coletividade.

Procuramos pesquisar sobre as possibilidades de alterações no perfil de morbimortalidade da população atingida. Porém, grande parte das pesquisas realizadas sobre a mineração em Moçambique ainda colocam a saúde num lugar maginal, o que contribui para a invisibilização dos possíveis problemas de saúde que estejam associados as atividades mineiras. A realização desse tipo de trabalhos estaria condicionado a existência de profissionais de saúde preparados para o diagnóstico deles e a correlação com as exposições a riscos ocupacionais e ambientais; a existência e acesso a serviços de vigilância epidemiológica, ambiental, sanitária e de saúde dos trabalhadores (notificações, sistemas de informação, fiscalização, etc). O que para o contexto moçambicano apresentava-se como obstáculo devido a diversas privações que o país

atravessa, fazendo com que a área da saúde não seja exceção, um exemplo disso é a existência de um médico para mais de trinta mil habitantes⁶⁷.

Encontram-se também omissos aqui dados sobre a saúde dos trabalhadores da Vale. Porém, as experiências de outros campos de pesquisa, tem demonstrado que os trabalhadores têm sido em grande medida afetados nos processos produtivos. Já referenciamos a ansiedade e estresses que resultam da pressão pela produção, mas, existem outros problemas de saúde que se desenvolvem nos trabalhadores da mineração, tais como, a dispnéia, rinite, gastrite e perda de acuidade auditiva (SARTOR, 2010). Esta última tem sido bastante influenciada pelo ruído gerado na mineração.

Geralmente, mesmo que os trabalhadores percebam esses problemas, têm sido acríticos aos mesmos, em parte, por temerem o desemprego, mas também pelos salários acima da média que as grandes empresas de mineração oferecem assim como o tempo curto de aposentadoria (SARTOR, 2010;GONÇALVES;MENDONÇA, 2007). Outro aspecto que, muito influencia é a individualização dos problemas, isto é, em situações de acidente de trabalho, doença, o trabalhador é responsabilizado e ele também se responsabiliza autoatribuindo-se a culpa. No contexto brasileiro, podendo-se aplicar a realidade moçambicana, Genari (1997) assinala que:

(...) por não existir uma ação sindical eficaz no campo da saúde do trabalhador, as doenças profissionais são percebidas pelos empregados como algo que faz parte do trabalho, que se manifesta em função de alguma fraqueza do próprio trabalhador e que, portanto, deve ser aceita por ele com paciente resignação. As agressões à saúde passam assim a serem consideradas como a realização de um destino cruel e não como elementos que recolocam na ordem do dia a necessidade de destruir as relações de exploração vigentes e de construir o controle dos trabalhadores sobre o ambiente produtivo. (GENARI, 1997, p.25-26, apud SARTOR, 2010).

⁶⁷ Esses dados podem ser encontrados no Portal do Ministério da Saúde de Moçambique.

7.2 Efeitos Já do Extrativismo: aprofundando as análises em torno das dimensões saúde/trabalho e ambiente

Para o desenvolvimento de reflexões mais fecundas sobre os efeitos imediatos do extrativismo da Vale em Tete fazendo intercessões com a saúde, trabalho e ambiente é de fundamental importância o resgate do conceito de saúde.

São diversas as concepções sobre saúde na história da humanidade, e delas derivam diferentes compreensões sobre a determinação do processo saúde-doença, que podem ser brevemente sistematizadas da seguinte forma:

- Mágico-religiosa, em que a doença é resultado de um feitiço, do desrespeito a um tabu, do ataque de um espírito maligno ou de um castigo dos deuses. O ser humano é o receptáculo de uma causa externa e tem papel passivo diante da doença.
- Unicausal, que se consolida, com a descoberta dos micro-organismos no século XIX. Algumas teorias desenvolvidas desde o século XVI indicavam que: toda doença tem uma única causa e cada causa determina uma única doença. A intervenção sobre ela deve ser feita com vacinas ou produtos químicos que agem sobre esta causa.
- Multicausal, na qual a doença é vista como o resultado do desequilíbrio entre três tipos de fatores: os do agente, os do hospedeiro e os do meio-ambiente. Mas o ambiente é tido apenas como o meio passivo, o cenário que abriga os agentes e os hospedeiros.
- Determinação social, que critica o caráter biologicista, ahistórico e mecanicista dos paradigmas anteriores, onde o social aparece como atributo do homem e não como essência da própria existência humana, e denuncia a adequação e utilidade destes modelos ao modo de produção capitalista. Entende a saúde-doença como expressão concreta, no corpo dos homens, do processo histórico e social (RIGOTTO, 1992).

No relatório da Conferência Nacional de Saúde realizada no Brasil em 1986 foi exposto que em seu sentido mais abrangente, a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego,

lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (Relatório final da 8ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 1986: p. 4).

Assim compreendida a relação entre os processos de produção e consumo, os riscos ocupacionais e ambientais e os agravos à saúde, poderíamos esboçar uma tipologia destes agravos, para os fins deste estudo:

- ✓ Agravos associados a precárias condições de vida e de saneamento ambiental: Doenças infecto-parasitárias, desnutrição.

A precariedade das condições de vida foi bastante perceptível nos reassentados pela Vale em Moçambique. Foi também notória a inexistência de saneamento do meio que torna as zonas reassentadas problemáticas principalmente nos tempos chuvosos. Essa situação consta no relatório da Human Right Watch como um potencial problema de saúde pública.

- ✓ Agravos associados à industrialização-urbanização: Doenças dos aparelhos circulatórios e respiratórios, cânceres, agravos resultantes da violência urbana, transtornos mentais, etc.

No contexto dos reassentamentos, os problemas respiratórios já se fazem sentir nas comunidades ao entorno, que podem estar associados a quantidade de poeira produzida no contexto da mineração. São problemas que afectam as comunidades assim como os trabalhadores. Outras doenças não se manifestam a curto prazo, porém com os índices de exposição em que as comunidades e os trabalhadores se encontram, existem maiores possibilidades de muitos desses agravos se manifestarem⁶⁸.

Temos também agravos associados a:

- ✓ Processos de produção e consumo e seus riscos ambientais:
- ✓ Acidentes industriais maiores: acidentes, intoxicações, efeitos sobre a reprodução.

⁶⁸ Não desconsideramos as possibilidades de alguns deles já estarem presentes, porém, ainda não temos dados a respeito.

- ✓ Efeitos crônicos de fontes locais sobre a população local: intoxicações, doenças do aparelho respiratório, efeitos sobre a reprodução.
- ✓ Efeitos indiretos e remotos de várias fontes locais, atuando cumulativamente

Agravos associados aos processos de trabalho:

- ✓ Acidentes de trabalho
- ✓ Doenças relacionadas ao trabalho (RIGOTTO, 2004).

No contexto da mineração, trabalhadores e comunidades encontram-se em situações de extremas vulnerabilidades. Em Moçambique os dados sobre os efeitos da mineração na saúde dos trabalhadores e comunidades ainda não se encontram produzidos. O campo da saúde do trabalhador, principalmente, ainda encontra-se nas margens. Contudo, a literatura existente do contexto brasileiro, em particular, pode nos permitir estabelecer tendências dos potenciais problemas de saúde que podem ser vivenciados pelas comunidades e pelos trabalhadores. Assim, esperamos que políticas públicas eficazes sejam produzidas para o cuidados dos trabalhadores das minas e comunidades ao entorno.

Nery e Alves (2011) realizaram uma pesquisa com o objectivo de conhecer o processo de trabalho na mineração e sua relação com o processo saúde-doença do trabalhador, na perspectiva da vigilância em saúde. Os autores consideram que pelas suas características, o trabalho de mineração é nocivo à saúde. Ele implica a movimentação de milhares de toneladas de rochas por dia, a mecanização que visa aumentar a produção eleva também os riscos à saúde (NERY;ALVES, 2011). Acrescentam os autores que é um trabalho que envolve atividades como perfuração para a implosão de rochas, beneficiamento e tratamento, armazenamento final do minério e dos seus refugos que colocam em risco a saúde do trabalhador por meio de geração de poeira, ruídos, resíduos, cargas e esforços repetitivos.

O estudo de Nery e Alves (2011) envolveu trabalhadores e ex-trabalhadores de minas. Os autores afirmam que estes reconheciam a relação entre o processo saúde-doença nos trabalhos que realizavam. Os autores acrescentam ainda que alguns trabalhadores reconhecem de forma tardia que o seu problema está relacionado ao problema laboral. É muito frequente nos casos de câncer, doenças osteomusculares e

respiratórios, que aparecem que por vezes aparecem enquanto o trabalhador já deixou de realizar a sua atividade (*Idem*).

Sartor (2010) realizou um estudo similar discutindo a saúde dos trabalhadores de minas de carvão da região carbonífera de Criciúma dando voz aos próprios trabalhadores. Uma das proposições que o autor levanta, apoiando-se em outras bibliografias, é que o setor mineiro é o que nos últimos anos tem registado elevados acidentes de trabalho e problemas de saúde. A pneumonicose tem sido registada na literatura como a que mais afecta os trabalhadores no contexto da mineração. Este facto é também referenciado por Setor, embora considere que o aperfeiçoamento das máquinas tem vindo a contribuir para a redução dos agravos. Porém, diz o autor, enquanto o aperfeiçoamento das tecnologias contribui para a redução de determinados acidentes de trabalho e riscos à saúde, por outro lado geram outros agravos.

Iramina *et al* (2009) associam-se aos autores que consideram as actividades extrativas como sendo de risco para a saúde dos trabalhadores. A mineração ao céu aberto, como a que a Vale realiza em Moçambique, expõe os trabalhadores ao sol em toda a jornada de trabalho, o que pode ser perigoso pela ausência de sistemas eficientes de ar condicionado ou ventilação em grandes partes das máquinas. Os autores dizem ainda que os problemas ergonômicos também têm ocorrido com frequência nessas actividades devido às más posturas na execução das tarefas e a permanência prolongada em mesmas posições. Existem também riscos de incêndios devido a existência de explosivos.

Pelas pesquisas que apresentamos fica evidente que o trabalho na mineração constitui risco para os trabalhadores. Por estas razões consideramos fundamental que no contexto moçambicano, nas proximidades das zonas de mineração, existam centros de referência em saúde do trabalhador e também existam serviços de avaliação dos serviços de segurança e medicina de trabalho de forma a determinar os graus de risco e os tipos de equipamento de protecção individual (EPI) que os trabalhadores necessitam para cada local e função que os mesmos exercem. Isto porque muitas das doenças que afetam os trabalhadores, em particular os da mineração, não tem cura, o que torna a prevenção um dos caminhos mais viáveis.

Para além dos trabalhadores, é importante que as comunidades sejam visibilizadas nesse processo. As actividades mineiras não afectam somente os trabalhadores mas também as suas famílias e vizinhos. Assim sendo, é importante a intensificação dos serviços de vigilância em saúde para redução de riscos nas comunidades.

Até então, o debate centrou-se mais nas doenças que podem ou já estão se gerando. Porém, na ampliação do conceito de saúde fica perceptível que as comunidades já estão sendo afectadas por outros processos que afectam múltiplas dimensões da saúde, podendo inclusive ocasionarem doenças.

A população de Moatize que sofreu os processos de deslocamentos forçados, tem sua saúde afectada. Para a compreensão do significado da remoção das pessoas dos territórios em que faziam parte, necessita que se considere que os territórios não são apenas constituídos pelos indivíduos, mas são também estes constituintes. Nos estudos dos naturalistas dos finais do século XVIII já era subjacente a ideia de que o território está inicialmente ligado à vida de uma espécie e é nele onde esta desempenha todas as suas funções vitais ao longo do seu desenvolvimento (MONKEN *et al*, 2008).

Os territórios são constituídos por parâmetros de “co-presença, vizinhança, intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade” (MONKEN *et al*, 2008, p.27), o que faz que a partir do momento em que certos territórios são desfeitos por forças externas as comunidades, as suas vidas perdem sentido existencial. Isto causa diferentes danos que podem variar de físicos, psicológicos, espirituais. No caso dos reassentamentos onde a Vale aplicou a lógica de dividir para reinar, fica evidente que nem ao menos se interessou em dar continuidade as antigas vizinhanças e mesmo se o fizesse nada resolveria em termos de territorialidade, em que o próprio espaço físico é imerso de elementos materiais e imateriais constituídos e constituintes dos indivíduos.

A dissolução das relações de vizinhança constituem, apenas, uma parte dos efeitos negativos da implantação do projeto extrativista mineral da Vale em Moatize. A partir deste momento pretendemos confrontar cada uma das dimensões de saúde com as situações atravessadas pelas comunidades anunciadas anteriormente, cabendo neste momento apenas breves recapitulações.

Começando pela concepção de saúde como posse de terra, fica notório que uma parte da complexidade desse conceito foi afectada pela Vale nas comunidades. O processo de deslocação dessas pessoas constituiu uma forma de amputação. É possível que existam argumentos que tendam a dizer que elas possuem outras terras. Em relação a esse argumento pelo menos duas considerações podem ser feitas: 1) a questão simbólica do sagrado que as terras anteriores detinham, jamais podem estar contidas tacitamente nas novas terras, assim como as relações de vizinhança, o afeto criado com o território jamais pode ser restituído; 2) Se considerarmos que a terra não era apenas um espaço de morada dessas populações, mas também e principalmente meio de reprodução material. As terras atuais, não arráveis, impróprias para as atividades agrícolas que caracterizam essas comunidades, vulnerabilizam essas populações, pois, não basta ter terra, mas terra de qualidade para auto-reprodução. Estas situações podem gerar transtornos mentais, violências, sofrimento psíquico individual e comunitário.

Outra dimensão a ser comentada é a da alimentação. Não há saúde sem alimentação. Porém, conforme demonstramos em situações anteriores, atualmente as comunidades atingidas pela Vale em Moatize deparam-se com profundas crises alimentares, colocando-as em total dependência da Vale que nem sempre atende as suas necessidades. Isso pode repercutir no estado nutricional das crianças e seu desenvolvimento, na mortalidade infantil, na vulnerabilidade a doenças infecciosas e no aumento de doenças relacionadas aos padrões alimentares, tais como diabetes, hipertensão assim como obesidade.

Os processos de deslocação das comunidades afetaram imensamente a soberania alimentar das mesmas. Sem terras férteis para práticas agrícolas, sem rios próximos para regar as plantações, não há como ter comida, a não ser, diante de uma virada completa nos estilos de vida, tendo que comprar nos supermercados até os produtos que antes podiam ser colhidos nas plantações caseiras. Isso sem contar que a compra exige poder de compra, numa província que, inclusive, presencia processos contínuos de inflação. Para além de que a mudança do consumo de alimentos naturais, produzidos pelas comunidades, para alimentos industriais também repercute na saúde, podendo ser potencializadores de diabetes, obesidade, hipertensão, ingestão de contaminantes tais como agrotóxicos, conservantes, corantes.

Comprar necessita de dinheiro, dinheiro adquire-se por meio de trabalho-emprego (outra dimensão de saúde). Os grandes projetos não estão em condições de empregar todos os membros da comunidade. Os que conseguem os empregos, geralmente são os mais precários, que pouco contribuem para o sustento familiar, pelo fato da renda ser baixa. O que conseqüentemente influencia negativamente o poder de compra dessas populações.

Podemos dar continuidade dizendo que não adianta apenas ter o emprego, porque, se por um lado este realiza a saúde humana, por outro, o emprego tem um grande potencial de degradação, quando a pessoa é submetida a trabalhos de profundos riscos, que não é uma realidade alheia a Vale.

O acesso aos serviços de saúde, próximos, constitui outra dimensão da saúde que Porto (2012) destaca. Com as delocções das populações em Moatize tudo ficou distante, incluindo os serviços de saúde. É então mais uma dimensão amputada. O mesmo pode ser dito do transporte que inclusive possibilitaria as deslocações para os serviços de saúde, mas este, para além de escasso está cada vez mais caro para a baixa renda das comunidades.

A educação, em particular a formal, também ficou sem dúvidas comprometida com a implantação do projeto da Vale. O lazer é outra impossibilidade. Não existem possibilidades de lazer perante tantos problemas que essas comunidades vivenciam. Não significa que quem passa por problemas não tem lazer, mas é difícil vivenciar o lazer diante de tantos problemas. Para quem pode querer considerar que o lazer pode ser uma forma de escapar dos problemas, para essas comunidades é uma impossibilidade porque os problemas lhes afetam em todas as dimensões não sobrando nenhuma para que esse lazer seja efetivo. Acordam lutando pela existência. Não há lazer para quem luta por existir. São comunidades que perderam o sentido de liberdade.

7.3 Os efeitos derrame e os efeitos rato

Eduardo Gudynas, um intelectual que enquadra-se nas perspectivas da ecologia política e que desenvolve inúmeros trabalhos sobre o extrativismo, considera que

existem dois tipos de efeitos advindos das atividades extrativas. Os primeiros efeitos ele denomina de efeitos locais, referindo-se as consequências do extrativismo nos locais onde os grandes projetos operam. Nesse trabalho os denominamos de “*efeitos já*”, fazendo uma fusão entre o local e o tempo de duração em que os mesmos são percebidos. Esse tempo, geralmente, é de curto prazo.

Em segundo, para Gudynas (2015) existem os “*efeitos derrame*”. Para este autor, os efeitos derrame são aqueles que se alastram para além do local, abrangindo o território nacional. Existem derrames ambientais, derrames na economia, derrames políticos, derrames culturais. Cada um manifestando-se em escalas nacionais. Esses geralmente não são percebidos, ou são negligenciados e por vezes, mesmo estando a acontecer não são associados ao extrativismo e buscam-se outras formas de explicação. É o que referenciamos em circunstâncias anteriores em relação a contaminação de rios que pode atingir comunidades muito distantes do local onde o mesmo foi afectado.

Ao falar dos derrames ambientais, Gudynas (2015) afirma que o extrativismo consiste numa concepção de natureza como recurso gerador de capital, o que por vezes contrapõe-se as percepções das comunidades locais. A concepção da natureza recurso é que tem gerado ondas de flexibilizações das políticas ambientais para facilitar a entrada dos grandes projetos. Essas tendências tomam um carácter universal nos países em que as actividades extrativas ocorrem.

A *cultura de extração* tem sido um dos derrames no extrativismo. Neste tipo de derrame, é ideologicamente difundida a ideia de que o país possui uma economia extrativa, ofuscando-se todos os outros modos de vida, como se o extrativismo fosse única actividade capaz de possibilitar vida as pessoas. Trata-se na verdade de uma imposição de compreensão da vida social e da natureza (GUDYNAS, 2015). Em Moçambique já é notável essa tendência. Embora os governantes apareçam discursivamente apelando para o desenvolvimento de outras áreas, em termos concretos é perceptível a negligência de outros setores da economia, como por exemplo a agricultura. O incentivo a agricultura, que é atualmente sonante, está também associado ao grande capital internacional ligado ao agronegócio através do projeto denominado Prosavana, concentrando o capital brasileiro, japonês e terras moçambicanas. Ou seja, o governo moçambicano, na atualidade, quando pensa em projetos agrícolas, os mesmos situam-se dentro da lógica extrativista.

Gudynas (2015) fala também do derrame económico. Segundo o autor, este passa pela desvalorização da moeda nacional, importações baratas, destruição da indústria nacional, incapacidade de fortalecimento do setor industrial próprio, riscos elevados dos países entrarem no que a literatura denomina de doença holandesa e também o défice de arrecadação fiscal.

Em Moçambique, todos esses derrames, já estão se fazendo sentir. A doença holandesa, que consiste no direcionamento em um setor negligenciando-se os outros constitui uma realidade em Moçambique. O extrativismo no sentido mais amplo, constitui o setor dominante em Moçambique, variando do minerário, agrícola até a grande indústria de construção civil.

Quanto a desvalorização do metical, o segundo semestre foi demonstrativo da fragilidade económica do país. O dólar desde Setembro de 2015 encontra-se em constante ascensão. O câmbio do dólar para moeda nacional em Novembro era de 60 meticais (moeda moçambicana) 1 dólar. Situação incomum visto que no máximo este situava-se em 35 meticais até 2014 e mais abaixo nos anos anteriores. As instâncias governamentais apontavam a crise mundial, a ascensão do dólar como as causas principais e não resultado de problemas internos. Certamente que não dá para falar da crise moçambicana sem olhar para o campo internacional dentro da crise do capital, porém, negligenciar problemas internos é também muita inocência analítica.

O extrativismo no sentido amplo influenciou em grande medida a crise nacional e a consequente desvalorização do metical. O extrativismo minerário implicou a entrada do grande capital internacional que pressionou de diversas formas de economia nacional. Sendo um capital tipicamente de pilhagem, suga quase tudo deixando pouco ou nada no país. Considerando que esse capital precisa de atrativos, o governo moçambicano avançou com grandes infra-estruturas para acolher esse capital. As infra-estruturas que incluem casas, estradas, pontes, ajustes dos Portos, caminhos-de-ferro, no centro do país em particular, foram levadas avante por construtoras de capital internacional, brasileiro, indiano, chinês respetivamente. A construção dessas infra-estruturas resultava de grandes empréstimos nos rentistas internacionais.

A consequência foi a imersão em uma ampla dívida pública externa. Se em 2012 a dívida pública já situava-se em 4.8 bilhões de meticais, número superior aos anos

anteriores, em 2014 já situava-se em 7 bilhões, e em 2015 as informações indicavam para uma dívida que situa-se em cerca de 60%⁶⁹ do PIB nacional. Apesar do abissal crescimento da dívida, o Ministro da Economia e Finanças, no seu pronunciamento em um Fórum organizado pela Organização Não Governamental, Grupo Moçambicano da Dívida (GMD), no dia 22 de Novembro de 2015 considerou a dívida externa sustentável. Reforçava ainda o endividamento alegando não existirem outras formas do país crescer a não ser o endividamento externo. Ainda nos finais de 2015, o governo moçambicano contraiu uma dívida astronómica ao FMI e a União Europeia. Grande parte dela será para o pagamento da dívida. O que demonstra claramente que a dívida nos países do Sul global tornou-se um negócio tão rentável que nas circunstâncias atuais não existe para ser paga mas para ser vendida.

Outro efeito derrame previsível nas atividades da Vale está relacionado com o projeto de construção da ferrovia Moatize-Nacala. Segundo o RDHIE (Sd) em 2012 a Vale fechou negócios com o governo moçambicano para participação na construção e operação do Corredor de Nacala. A linha férrea, com uma extensão de quase mil quilómetros entre Moatize e Nacala, implica a construção de 230 quilómetros de ferrovia e a reabilitação de mais de 600 quilómetros de linha no norte de Moçambique. Um dos trechos passa pelo sul de outro país, o Malawi, numa distância de 137 quilómetros entre as duas fronteiras. Por atravessar outro país, a empresa também teve que negociar com o governo do Malawi.

A linha Tete-Nacala será única, mas está previsto um trecho de ‘crossing-over’ (duplicação para cruzamento de trens) de 200 km no meio da linha. Na nova ferrovia estão previstos 7 trens por dia indo e 7 voltando. Cada trem terá 120 vagões e 4 locomotivas. Um vagão pesa 20 toneladas e pode transportar 60 toneladas de carvão. Portanto, a previsão é de 50 mil toneladas de carvão transportado por dia e 18 milhões de toneladas por ano. Essa é a meta inicial.

⁶⁹ Um número bastante elevado em relação a todas as variações do início do presente século. Em 2006, por exemplo, a dívida situava-se em cerca de 20% do PIB nacional (SARAIVA, 2012).



A construção da linha férrea afetou diversas comunidades no percurso tais como: Madambo (Cambulatsitsi); N’Kaya (Malawi); Cuamba; Mutuali; Muezia e Monapo. Houve deslocamento de pessoas, destruição de machambas, indenizações frágeis, promessas de emprego não cumpridas, promessas de progresso, anúncios de uma linha férrea que estará a serviço de todos. Essas promessas dificilmente poderão se materializar. Inclusive alguns já percebem que tudo não passou de farsa.

Essas comunidades vivem a margem do Estado e das políticas públicas, sendo as machambas e os laços de solidariedade principais meios de sobrevivência. A destruição desses laços pelos deslocamentos assim como a ocupação das machambas para dar lugar a construção da linha férrea vulnerabilizou as pessoas (RDHIE, Sd). O depoimento que segue explicita a relação dessas comunidades com a terra:

“A terra é a nossa vida, por isso estamos preocupados com o Prosavana e a linha férrea, sem terra não há vida; nós podemos ficar 3 meses sem dinheiro, mas se temos comida ficamos felizes.”

Uma outra preocupação é relativa ao ruído dos comboios que perturbam o bem-estar e o sono das pessoas: *“esse comboio incomoda agora que não está circulando oficialmente, só é para material das obras, imagina quando começar passar toda hora”*. (morador de Nkaya) (*idem*). Vale lembrar que esses depoimentos são de pessoas atingidas ao longo do corredor de transporte de mercadorias. O que demonstra que as

implicações do extrativismo deslocam-se da esfera local da lavra para o trajecto de transporte até ao destino final das mercadorias.

7.3.1 Efeitos rato

Outros efeitos que mereceram destaque denominamos de efeitos rato. Para a compreensão do conceito “efeitos rato” é necessário um deslocamento para a zona rural e quiçá alguns lugares dos centros urbanos. O rato é um animal roí-destruidor. E uma das suas grandes virtudes é conseguir roer em silêncio e sem deixar rastos imediatos. Os efeitos das suas actividades muitas vezes só são vistos muito tempo depois.

Na zona rural onde a minha avó morava, e que geralmente eu ia de férias, nos era orientado que logo que comêssemos devíamos lavar a boca com sabão para não sermos roídos pelos ratos. Nos era dito que o rato roía soprando. O sopro era prazeroso que era difícil que a pessoa se desse conta. A verdade é que existiam muitas pessoas na região com dedos dos pés mordidos. A explicação era a mesma, haviam sido roídos pelos ratos. A minha irmã mais velha foi uma das que foi honrada. Um desses dias acordou com feridas na boca. Já se tinha explicação. Foi o rato. A grande virtude exaltada era a de roer soprando.

Outro lado do rato, é que para quem conhece o tempo da colheita de arroz e amendoim e armazena as comidas no celeiro como era comum na região onde eu cresci, o efeito rato era sempre presente. O interessante é que estes roíam os sacos das profundezas. Muito tempo depois é que se descobria. O mesmo se dava nas casas. Em Moçambique, o arroz tem sido vendido em sacos de 25 a 50 kg. Deixado em casa, quando o rato chega apenas sabe-se que o arroz está acabando, mas não dá para ter ideia de que não é só pelo consumo dos da casa, mas pela existência de um consumidor extra. Muitas vezes isso resulta em brigas caseiras relacionadas aos gastos, enquanto os ratos estão sempre bem distantes e são maiores ausentes nos ónus.

Fazemos analogia do rato com as grandes empresas transnacionais no desenvolvimento de suas actividades. Alguns efeitos negativos dos seus trabalhos podem ser vistos de imediato, os “efeitos já”, mas tem aqueles que pela capacidade de explorar soprando que esses projectos desenvolvem não são imediatamente visíveis.

Alguns imediatamente visíveis podem fazer com que se busquem outras causas deixando essas grandes empresas bem distante. Para além de que no final da extração dos bens que interessam essas transnacionais, imediatamente se retiram sem remorsos. Alguém já viu o rato estar presente na hora da compra da alimentação? Claro que não. Só está presente enquanto tudo estiver bem. Quando os recursos se esgotam buscam outros lugares.

Os “efeitos rato” estão presentes na exploração de recursos em grande escala como a Vale está fazendo em Moçambique. Infelizmente ficam no lado oculto e no desconhecido e dificilmente podem possibilitar mobilizações para evitar a decorrência dos mesmos. De qualquer forma, queremos nesse momento colocar alguns efeitos previsíveis mediante as experiências de outros lugares onde decorre a exploração de bens naturais dentro da lógica da operação da Vale em Moçambique.

A curto prazo, algumas mudanças podem parecer positivas. Mas, a médio longo prazo podem ser danosas para o país. Podemos destacar em primeiro a geração de emprego. Sem dúvidas que os grandes projetos geram emprego. A mão-de-obra constitui uma necessidade intrínseca a estes projetos. Porém, é necessário que se perceba que existe um desnível entre a fase de instalação e de operação. A quantidade e “qualidade” da mão-de-obra que se requer em cada uma das fases são diferentes. Na fase de operação, a quantidade de mão-de-obra é mais ou menos inferior a instalação, assim como, necessitam-se pessoas com qualificações académicas para operarem. Esses denominadores podem contribuir para a incidência de taxas de desemprego maiores que as anteriores.

Há que reiterar que muitos dos empregos que constituem a propaganda dos grandes projetos de “desenvolvimento” são precarizados e terceirizados que desgastam os trabalhadores, gerando adoecimento das pessoas, podendo destacar, conforme já referenciamos em situações anteriores, problemas respiratórios e ortopédicos⁷⁰.

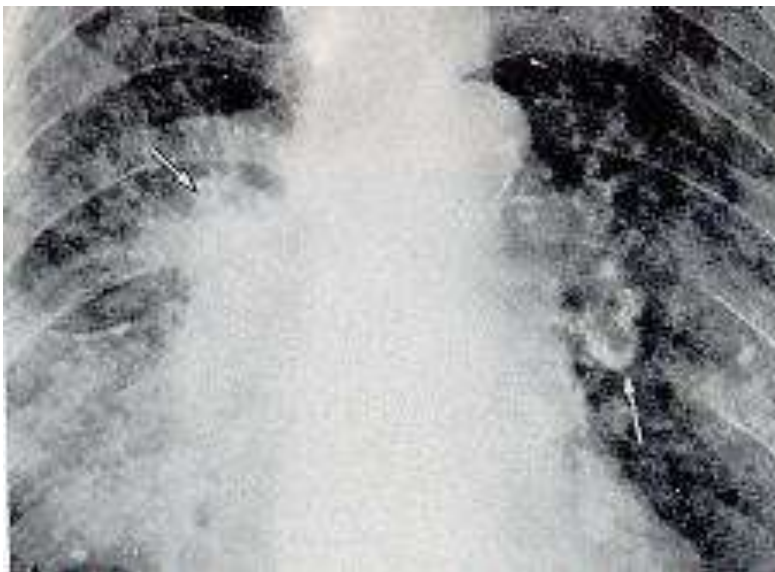
Outro efeito rato está relacionado ao crescimento económico, que constitui o grande alarido no contexto do extrativismo. Sem dúvidas que alguns números crescem.

⁷⁰ Os detalhes sobre o emprego/desemprego, o crescimento do PIB e das atividades económicas que gera dependência a um setor bastante volátil como o mineral, originando diversas consequências, me foi alertado por Bruno Milanez, a quem muito agradeço mais uma vez pelos contributos de qualidade que ofereceu ao trabalho.

Moçambique vivenciou esses crescimentos. Mas aqui temos alguns problemas. Um dos principais está relacionado a monotonização e dependência económica, perante um modelo de produção instável. O setor mineral possui preços voláteis, portanto, na oscilação dos preços, vai também oscilar a renda das cidades. Além disso, o carvão é um produto incerto pelas mudanças climáticas. No médio prazo pode sofrer sanções, ou ser em parte substituído por outras fontes de energia.

A mega-mineração ao céu-aberto é excessivamente nociva a tríplice ambiente, saúde, trabalho, afetando excessivamente a saúde do trabalhador e das comunidades no entorno. Lembremos, a partir dos escritos de Ribeiro e Ferreira (2007) que a atividade extrativa mineira envolve o desmonte de minério estéril. Essa operação implica a detonação de explosivos industriais nos lugares de extração, liberando elevadas quantidades de energia que se propaga em todas as direções. Os autores assinalam ainda que a parte da energia não utilizada na fragmentação da rocha é transformada em calor tomando duas direções: uma passa diretamente ao maciço, na forma de ondas de choque instáveis provocando vibrações até que a energia se dissipe, e outra é transmitida à atmosfera, provocando ruído e sobrepressão. É possível assinalar pelo menos quatro principais impactos causados por uma detonação no desmonte de rochas em uma mineração: “vibração, ultralancamento, gases e poeiras” (RIBEIRO; MELO, 2007, p.461-462), cada um deles com elevadas consequências à saúde humana.

A curto, médio ou longo prazo, a mineração de carvão provoca a poluição da água e do ar. A poeira e as partículas de carvão que resultam da mineração do carvão, assim como no processo de transporte do mesmo, contribuem para a poluição do ar que pode causar problemas respiratórios graves e potencialmente mortais para os trabalhadores das minas e membros da comunidade que vivem nas proximidades dos locais de mineração.



Os problemas respiratórios têm sido de maior destaque, além de asma. Todos esses problemas têm sido de evolução insidiosa, a partir da dose diária de poeira e só se manifestam clinicamente como doença a longo prazo. O que desde já exige que se reflita sobre a capacidade dos serviços de saúde lidarem com os diferentes problemas que podem aparecer. Será que os mesmos saberão diagnosticar, notificar, comprovar a etiologia das mesmas?



O carvão exposto ao ar e água pode gerar drenagem ácida de mina, escoamento ácido que contém material tóxico, como cobre, chumbo, mercúrio e outros metais

pesados (HRW, 2013). A água contaminada pode contaminar rios próximos, córregos e lençóis freáticos, afetando severamente a vida das comunidades próximas e distantes. Muitos desses efeitos podem e já se verificam a curto prazo mas tendem a se intensificar a longo prazo. Existem relações de proximidade entre os efeitos já e os “efeitos rato”. Em algumas circunstâncias, os efeitos já são efeitos rato em pequena escala.

No Brasil, Leite e Schuler-Faccini (2001) realizaram um estudo com o objetivo de avaliar a relação entre o impacto ambiental decorrente da extração de carvão e sua repercussão na saúde reprodutiva da população, observando a frequência de defeitos nos recém-nascidos dos municípios de Eldorado do Sul, Charqueadas, São Jerônimo, Arroio dos Ratos, Butiá e Minas de Leão no Rio Grande do Sul. No estudo foram revisados 10.592 registros de recém-nascidos em Janeiro de 1984 e Dezembro de 1985. Os autores consideram que os dados do município de Butiá, que apresentava 17 nascidos malformados, podem estar relacionados a algum risco teratogênico localizado no município, a mineração de carvão.

Leite e Schuler-Faccini (2001) consideraram no estudo que as condições básicas de saúde dessa população estavam comprometidas e o solo e a água próximos das áreas de despejo tinham alto risco de serem contaminados. Desta forma, embora os estudos epidemiológicos ainda apresentem dificuldades de estabelecer uma relação positiva entre os contaminantes ambientais e problemas de saúde, tem sido avançadas possibilidades da sua existência como no caso em epígrafe.



Trabalhadores da Vale em Moatize: imagens do google.

Nos efeitos ratos da mineração, o fundamental a ser destacado é que os impactos negativos desta sobre a população não se manifestam somente no tempo útil de uma mina, mas prevalecem por anos e séculos. A mina se esgota, a empresa transfere as atividades para outros locais e para a população restam escavações abandonadas, pilhas de rejeitos, contaminação do ar, do solo, dos rios e dos lençóis freáticos, doenças, decadência económica (ARAÚJO *et al*, 2014) resultante da minero-dependência que se estabelece nesses locais. Por esta razão que Sanchez (2011) nas suas discussões considera que o tema de fechamento de minas ainda demanda reflexões mais profundas em função do legado de passivos ambientais típicos da mineração.

Cabe então questionar como é que Estado moçambicano se posicionará face aos passivos ambientais quando as mineradoras encerarem suas actividades? Haverá reparação? Por parte de quem? Haverá compensação ecológica e indenmizações? São estas soluções adequadas?

COSMOPOLITISMO SUBALTERNO: A LUTA PELA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL DOS ATINGIDOS PELA VALE S.A

“E fez o criador a natureza, fez os campos e as florestas, fez os bichos, fez o mar. Fez por fim, então, a rebeldia, que nos dá a garantia, que nos leva a lutar, pela terra, terra”

Canção da terra (Pedro Munhoz).

E é por isso que:

“Não, não deixaremos que nos venham dizer que este mundo no qual a lógica financeira por toda parte impõe suas leis, estraga tudo e destrói o sentido das coisas é um mundo necessário. Um outro mundo é possível; está surgindo ante nossos olhos; está ao alcance de nossas mãos; cabe a nós fazer com que a sua promessa desabroche” (PASSET, 2002, p.28).

A construção desse capítulo funda-se no pressuposto de que toda a ação de poder *sobre*, enfrenta resistências. Cabe a sociologia das emergências capturar, visibilizar e ampliar essas emergências, localmente, regionalmente e globalmente. Assim, pretendemos nesse momento descrever os mecanismos de resistências que tem sido desenvolvidos pelos atingidos pela Vale em Moatize e como os mesmos se articulam para além da escala local, pois, como bem observou Porto (2012), uma estratégia fundamental para o enfrentamento de problemas locais, regionais ou globais envolvendo riscos ambientais é a articulação em redes sociais e intersectoriais numa escala transnacional.

Geralmente quando os grandes projetos são implantados, embora existam desconfianças e resistências em relação aos mesmos, estas, tem sido de pequena escala pelo fato de ainda existir por parte da população a esperança de que os projetos podem contribuir na melhoria das condições de vida das mesmas, conforme tem sido a propaganda dos governos e das empresas. Porém, com o tempo, pelo fato de nenhuma das promessas tornar-se realista na vida das pessoas, sentindo pelo contrário, impactos negativos dos projetos, gera-se clima de frustração que potencializa as pessoas para confrontos. Ao conjunto das mobilizações e articulações que visam ao enfrentamento

das injustiças socioambientais denominamos aqui de cosmopolitismo subalterno nos termos de Boaventura de Sousa Santos.

Embora as ações dos sujeitos atingidos pelos grandes projetos não se desenvolvam dentro de paradigmas explícitos de ecologia, elas não deixam de ter esse caráter na medida em que as reivindicações incluem o direito ao ambiente, a biodiversidade, a proteção das terras, águas e outros bens naturais. A partir dessa concepção, as reivindicações que tem brotado nas comunidades ganham o caráter de ecologismo dos pobres ou cosmopolitismo subalterno. É um ecologismo que se gera nos lugares subalternos, geralmente em sujeitos despossuídos de todas as formas de poder dominantes nas nossas sociedades, seja o poder económico, político. Nos termos de Bourdieu diríamos que são sujeitos desprovidos do capital económico, político, social, simbólico para disputas na condição de iguais num campo em que todos esses capitais são indispensáveis e a contraparte no processo de conflitos agrega todos estes elementos.

A diferença de valores, a precarização do trabalho, ou o não cumprimento de certas promessas, a contaminação da água, a propagação de doenças gera tensões inevitáveis. A relação entre a Vale e as comunidades atingidas em Moçambique é de tensão permanente, acentuando-se com os processos de reassentamentos. As tensões intensificaram-se devido a sequência de violações dos direitos das comunidades e pelo não cumprimento das várias promessas, tendo originado uma grande manifestação popular que inviabilizou os trabalhos da empresa. O ato protagonizado pela população foi brutalmente reprimido pela polícia moçambicana, notabilizando-se mais uma vez o “contrato socioeconómico e político” entre governo e empresas, colocando-se as comunidades às margens.

No dia 10 de Janeiro de 2012 os atingidos pela Vale em Moatize juntaram-se em cerca de 500 pessoas e barricaram e obstruíram as vias de acesso ferroviária na zona de Cateme, exigindo do governo e da empresa Vale o cumprimento das diversas promessas feitas no âmbito dos reassentamentos, relacionadas com a água, terra fértil, saúde, energia e habitação melhor do que a oferecida (CIP, 2012; ADECRU, 2012).



Estas ações foram violentamente reprimidas pelas Forças de Intervenção Rápida de Moçambique (FIR), a maior força policial do país, sobejamente conhecida pelo recurso excessivo da violência, e pela Polícia da República de Moçambique (PRM), que segundo os dados apresentados pelo Centro de Integridade Pública (2012) culminou com a detenção de 14 pessoas. O relato abaixo foi feito por um membro das comunidades reassentadas durante a entrevista conduzida pelos pesquisadores que elaboraram o relatório dos Direitos Humanos e Indústria Extrativa:

“Em 2011, fizemos uma carta para a Vale, o governo e o partido, tinha prazo de 1 mês reivindicando o que a Vale não estava a cumprir; toleramos 30 dias para pedir o governo e a Vale para se fazer presente aqui e nos dizer qualquer coisa; mas ninguém se fez presente. Chegou a data e fizemos greve; não tardaram 30 minutos a Polícia de Intervenção Rápida chegou. Aqui não fizeram nada, só agressão com armas. Tem pessoas que foram torturadas, estão estéreis por causa das agressões sofridas; lançaram gases lacrimogênicos.”

Percebe-se um Estado menos interventivo quando se trata de demandas das comunidades, mas, ágil quando é para defender o funcionamento da Vale. Estes factos permitem-nos corroborar com Bonds e Downey (2012) ao referirem que os grandes projetos limitam os direitos humanos e a liberdade de expressão na medida de que estes em conexão com o Estado usam o aparato institucional e da repressão policial para fins de criminalização, desmobilização ou falta de proteção aos sujeitos que se posicionam publicamente em defesa das populações atingidas (*apud* PORTO *et al*, 2013). Como diz

Wood (2014), uma das funções do Estado no sistema capitalista, é assegurar a estabilidade social para melhor operação e circulação do capital.

As ações de reivindicação não terminaram no ano de 2012. Visto que mesmo depois de tantas petições por parte das comunidades a Vale continuou mantendo a postura de descaso para com as demandas populares. As comunidades voltaram a se organizar para levarem avante outros atos. Segundo a Associação Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECURU), uma organização não-governamental que milita junto as populações atingidas pelos grandes projetos, em que um dos seus membros é o reconhecido ativista Jeremias Vunjane, que já o referenciamos como tendo sido impedido de participar do Rio +20, as comunidades organizaram-se nos dias 16 e 17 de Abril de 2013 para protesto e reivindicação dos direitos. As comunidades bloquearam as principais estradas e vias de acesso a Mina da Vale. Um dos destaques dados pela ADECURU (2013a) é o uso excessivo da força policial, intimidação e perseguição as famílias. Nesta ação três cidadãos influentes nas comunidades, Refo Agostinho Estanislau, Isac António Sampanha e Chaibo Charifo foram detidos pela Polícia da República de Moçambique (PRM), acusados de incitação a violência e ameaça de morte a um cidadão de nome Andrasson, funcionário da Vale, de nacionalidade brasileira.



Passados 7 dias estes foram libertos da prisão mas esperavam o desfecho do caso que havia sido marcado para o dia 22 de Maio de 2013. O caso acabou sendo sentenciado a favor dos réus. Andrasson, funcionário da Vale, desmentiu todas as

acusações respeitantes a ameaças de morte direcionadas para ele (ADECRO, 2013b). Os ativistas da Adecru que estiveram junto as comunidades, relatam que os detidos consideram que a prisão da qual foram vítimas durante sete dias e o respetivo julgamento representava uma forma de ameaça para a não reivindicação dos seus direitos, porém, os mesmos acrescentaram que, independente das ameaças, continuariam a se manifestar até que os seus direitos se cumpram.

Após o sucedido, a Vale reivindicou numa conferência de imprensa que as ações populares resultaram em elevados custos para a empresa totalizando cerca de 42 milhões de dólares provocados pelas duas paralisações e acrescentou que “não devia nada a ninguém e que não iria ceder as exigências das famílias”. Uma das vozes dos detidos se contrapôs a esse discurso dizendo: *“a Vale nos trata como cães, não nos respeitam e não nos consideram como pessoas. Ela insiste em nos acusar de termos causados enormes prejuízos avaliados em 42 milhões de dólares, porém, se esquece de contabilizar os avultados prejuízos e danos materiais, patrimoniais e humanos que as 1365 famílias e comunidades atingidas têm sido sujeitas desde finais de 2009”*.

Esse discurso demonstra de forma explícita o ressentimento que as comunidades têm de serem colocadas no lado da linha abissal da inexistência, sendo útil apenas o que está relacionado com a empresa, negligenciando-se todas as demandas populares. As ações do Estado também reforçam essa fração na medida em que diante das exigências das comunidades, se omite ou aparece de forma violenta usando os aparelhos repressivos para silenciar as vozes dos territórios, protegendo os interesses da empresa.

Visto que as comunidades não retrocediam nas reivindicações, marcou-se uma reunião para o dia 19 de Abril de 2013 nos escritórios da Vale, que foi adiada na última hora e remarcada novamente para a mesma data. Considerando-se que a pretensão era de desmobilização. Segundo o documento da Adecru (2013c) as pautas reivindicadas pelas comunidades estavam ainda realcionadas com:

- O pagamento integral das justas e devidas indemnizações e compensações pela retirada das suas principais fontes de renda e meios seculares de sobrevivência;
- O cumprimento integral de todos os compromissos e acordos firmados durante o processo de consulta e participação pública o mais urgente possível;

- Acesso à terras férteis para todas as famílias reassentadas na região de Cateme e Unidade 6 do Bairro 25 de Setembro.

No encontro do dia 19 de Abril que foi desmarcado e remarcado para a mesma data, foram perceptíveis, segundo ADECRU (2013d), tentativas de desmobilização, manipulação, intimidação dos representantes das comunidades reassentadas no encontro realizado nas instalações do Governo do Distrito de Moatize, e não mais nas instalações da Vale como estabelecido anteriormente.

Segundo os representantes das comunidades, o encontro foi marcado, principalmente, pelos discursos dos membros do governo e representantes da Vale. E como estes é que tinham o controle da agenda, outorgavam-se também da autonomia discursiva. O discurso dominante concentrava-se na repreensão e culpabilização das famílias, supostamente pelos avultados prejuízos sofridos pela empresa no âmbito da paralisação das suas atividades (ADECRU, 2013d). De salientar que a Vale fez-se representar nesse encontro por funcionários sem poder de decisão, comandados pelo chefe de Serviço de Inteligência e Segurança Empresarial da Vale em Moatize. Do lado do Governo local esteve o Comandante Distrital da PRM, o que segundo Ade cru tinha como finalidade a intimidação dos representantes das comunidades. Nessa reunião um dos decretos dos membros das comunidades era de que até o dia 26 de Abril de 2013 a Vale deveria cumprir com todas as exigências, caso contrário, endureceriam a luta.

Em diálogo com os ativistas do Ade cru após o encontro, um dos representantes da comunidade disse:

“Parece que a polícia está para servir a Vale e não o Povo e o Estado moçambicano. Quando reclamamos e manifestamos somos detidos, torturados e mortos. Era melhor que não houvesse essa lei de liberdade de expressão e manifestação para que nós não reivindicássemos nossos direitos. Esses direitos funcionam para uns e não funcionam para outros” (Membro das comunidades atingidas pela Vale, *apud* ADECRU, 2013d).

Outro ainda disse:

“O governo largou a população, agora este governo não quer população, só quer carvão. Este país já não é nosso, é de cooperantes (estrangeiros proprietário das empresas mineiras)... Porquê lutamos pela independência? É para ainda sermos

explorados pelo governo? Quando reclamamos mandam vir a Força de Intervenção Rápida (FIR)”.

E ainda:

“Nós estamos parados desde 2009 e a Vale está a operar e a produzir, exportando e ganhando lucros altíssimos com a venda de carvão que é feita a nossa custa e sofrimento. Nós temos famílias por alimentar e sustentar. Ao invés de focarem atenção nas principais questões que nós levantamos, preferiram falar dos impactos e danos dos protestos e não propriamente das nossas preocupações” (Membro das comunidades atingidas pela Vale, *apud* ADECRU, 2013d).

Pela forma como as reuniões tem sido produzidas e pelo tipo de discursos elaborados pela Vale e pelo governo, percebe-se que estas são apenas formais e superficiais, que tem como fim último a legitimação de ideia de uma empresa e governo que dialogam com as comunidades. Em termos concretos as reuniões não são democráticas e nada mudam na vida das comunidades. Pelo contrário, só apresentam e reforçam o poder da empresa em aliança com o Estado.

Para a ADECRU (2013d) as falhas e os vícios dos processos em epígrafe, refletiam a excessiva influência, interferência e o poder que a Vale exerce sobre o governo moçambicano a todos os níveis. Revela também a subordinação do interesse público e da soberania nacional aos interesses privados de uma pequena elite política em conivência com as grandes corporações transnacionais.

Num ato de solidariedade aos atingidos pela Vale, diferentes organizações da sociedade civil nacionais e internacionais elaboraram uma nota direcionada ao Presidente da República que dizia:

“Exmo Sr. Presidente,

Há mais de quatro anos, membros das 1365 famílias da região de Cateme, em Moçambique, têm realizado ações pacíficas para reivindicar seus direitos, que foram violados com a instalação do projeto de mineração de carvão, da mineradora brasileira Vale S.A. Essas comunidades foram vítimas de remoção compulsória e reassentadas nos Bairro 25 de Setembro, Cateme e Bairro 4, sob promessas que em grande parte não vêm sendo cumpridas pela empresa.

Por volta das 14 horas da última terça-feira, 16 de abril, mais de 500 pessoas, na sua maioria jovens oleiros, membros das famílias reassentadas, dirigiram-se ao escritório da Vale S.A., no Bairro 9, na Vila de Moatize, com a esperança de se reunirem com representantes da empresa para reabrir uma negociação, visando ao cumprimento imediato dos acordos de indenização e de compensação firmados.

Diante da negativa da Vale S.A. em realizar a reunião, os manifestantes decidiram bloquear a principal via de acesso à mina da Vale S.A., o que ocorreu por volta das 17 horas do mesmo dia 16 de abril. Na manhã do dia seguinte, foi bloqueada também a via alternativa de Benga que liga a mina à Cidade de Tete.

As famílias reassentadas e atingidas pela Vale S.A. reivindicam uma indenização justa pela retirada da sua principal fonte de renda, relativa à atividade de olaria de fabricação de tijolos queimados e a disponibilização imediata de áreas e fontes alternativas de geração de renda.

As últimas notícias revelam que a Polícia da República de Moçambique (PRM) dirigiu-se ao local dos protestos e está repreendendo violentamente os manifestantes. Até o momento um líder comunitário foi preso e outras três pessoas encontram-se feridas.

É importante lembrar que há pouco mais de um ano, no dia 10 de janeiro de 2012, membros de 716 famílias reassentadas na região de Cateme realizaram uma manifestação pelas mesmas razões, tendo sido brutalmente reprimidos pela mesma PRM e sua Unidade da Força de Intervenção Rápida (FIR), que resultou na detenção arbitrária de 14 pessoas, 6 das quais contraíram ferimentos graves em resultado das agressões recebidas.

Por tudo isso e temendo o agravamento da situação, as organizações abaixo assinadas vêm apresentar sua solidariedade às comunidades atingidas pela Vale e seu repúdio às ações violentas que agentes do Estado de Moçambique vêm tomando, que tem a obrigação de protegê-los e defender seus direitos.

Dirigimo-nos ao Presidente e aos demais representantes do Estado Moçambicano, para requerer a tomada de medidas urgentes no sentido de:

- Que se proceda à imediata liberação de todas as pessoas que eventualmente estejam detidas em razão dos protestos realizados pelas famílias reassentadas;

- Que sejam investigadas as responsabilidades pelas detenções aparentemente arbitrárias e pelas lesões corporais e outros possíveis crimes cometidos contra os manifestantes;
- Que essas investigações possam ser acompanhadas por representantes da comunidade atingida, se desejarem, e que seja produzido e divulgado publicamente um relatório final das investigações;
- Que seja cessada imediatamente a perseguição policial e judicial àqueles que protestam;
- Que se instaure imediatamente um mecanismo de diálogo oficial com as famílias atingidas pela Vale S.A. coordenado pelo Estado de Moçambique;
- Que sejam tomadas medidas efetivas e urgentes para que a empresa Vale S.A. cumpra os compromissos firmados, no prazo mais breve possível, de modo que esses fatos não mais se repitam e para que todos aqueles que tiveram seus direitos violados sejam contemplados com as devidas reparações.

Rio de Janeiro-RJ, 18 de abril de 2013.

Assinam esta nota:

Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale

Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais
(Brasil)

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS (Brasil)

Justiça Global (Brasil)

Justiça nos Trilhos (Brasil)

Justiça Ambiental (Moçambique)

Casa Embondeiro (Moçambique)

Associação de Assistência Jurídica a Comunidades – AAJC (Moçambique)

Acção Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais – ADECRU (Moçambique)” (ADECRU, 2013).

A nota acima envolveu organizações moçambicanas trabalhando em Tete – Moatize de forma direta, como o caso da Associação de Assistência Jurídica a Comunidades (AAJC), a Justiça Ambiental que atua nacionalmente, Justiça Global que tem seus escritórios no Brasil. Essa articulação evidencia sem dúvidas um movimento anti-globalização hegemónica. Sem dúvidas que diante de uma tendência de transnacionalização das grandes empresas, as lutas contra-hegemónicas também precisam abandonar a rigidez locacional e buscarem articulação além do (s) território (s) de atuação.

Apesar das lutas travadas, no contexto moçambicano alguns desafios precisam ser considerados. Trata-se de um país com forte influência do passado colonial, seguido do socialismo centralizador do Estado e da guerra civil que durou 16 anos. Todos esses elementos têm suas marcas notáveis no presente tempo. No contexto político e social atual é perceptível a força de coerção e controle exercido pelo Estado (GARCIA *et al*, 2012). Amundsen e Abreu (2007), analisando Angola, o que é válido também para Moçambique, consideram a existência de pelo menos três fatores que contribuem para o silenciamento da sociedade: resquícios da forma de partido marxista-leninista predominante após a independência; conformação de um sistema presidencialista que dá amplos poderes ao presidente e; um sistema de clientelismo e apadrinhamentos encrustados em todas as esferas da vida social.

Em Moçambique percebe-se uma profunda economia do medo. O Estado-Frelimo se articula em forma de panótico referido por Foucault (2002) articulando a imaginação do Jeremy Bentham (2000). Neste, o indivíduo se sente em constante vigilância. É um sistema de poder disciplinar que existe mesmo na sua inexistência. A sua força existe exatamente pelo fato de se fazer perceber mesmo na sua ausência. Elísio Macamo (2013), sociólogo moçambicano, usa o ideal panótico para desenvolver um pensamento que ele denominou de “*poder da Frelimo*”. Para Macamo (2013) o poder da Frelimo, é mais imaginário do que real mas com consequências reais. Usando o teorema de Thomas que alega que o que se diz pode não ser real mas é real em suas consequências, Macamo considera que a ideia da Frelimo desenvolvida em Moçambique

exerce controle mesmo quando a Frelimo não está presente para exercê-lo. É um poder presente mesmo em lugares onde o Estado-Frelimo é ausente.

A partir da existência desse poder que se articula entre o real e o imaginário é importante que algumas reflexões sejam desenvolvidas para a ampliação das tessituras de lutas emancipatórias. Isso necessita de profundos questionamentos de como podem ser desenvolvidas lutas emancipatórias amplas, sistemáticas e eficazes num contexto em que paira a ideia de um poder real ou imaginário e que mesmo quando é apenas imaginário desenvolve consequências reais?

O poder da Frelimo tem sua existência desde a célula do bairro, nas 10 casas, ampliando-se para o distrito até a província, sancionando quem a ele se opõe. Inevitavelmente a sua força real ou imaginária influenciam no processo de construção de resistências. Isto necessita que esferas intelectuais desenvolvam saberes sobre esse poder de forma que articulem-se melhores enfrentamentos em conexão com as comunidades.

Pelo facto de ser movimento-partido que liderou o processo da independência do país, os discursos dos representantes do partido são indicativos de uma dívida que o país, os moçambicanos, tem para com os heróis de libertação. Em situações de reivindicações perante as injustiças, essas lideranças tendem a apelar a glória do passado, “nós fizemos”, “lutamos” exigindo dessa forma uma espécie de conformação e apoio incondicional ao partido independentemente das circunstâncias.

Uma das lideranças da Frelimo sobejamente conhecida, e que a história a destaca como a que disparou o primeiro tiro na luta pela independência, Alberto Chipande, apareceu publicamente no dia 3 de Agosto de 2009 constestando os que constestam a vasta riqueza das lideranças partidárias diante da pobreza que assola a maioria dos moçambicanos dizendo: *“ricos de quê? E se fossem ricos? Qual o mal? Não foram eles que trouxeram a independência de que estais a usufruir?”*. O que é indicativo de que

“a legitimidade revolucionária da Frelimo sobrepõe-se cada vez mais à sua legitimidade democrática (que tem vindo a diminuir em recentes atos eleitorais) com a agravante de estar agora a ser usada para fins bem pouco revolucionários; a partidarização do aparelho de estado aumenta; a vigilância sobre a sociedade civil aperta-se sempre que nela se suspeita dissidência; a célula do partido continua a interferir com a liberdade académica do ensino e investigação universitários; mesmo dentro da Frelimo, e, portanto, num contexto controlado,

a discussão política é vista como distração ou obstáculo ante os benefícios indiscutidos e indiscutíveis do “desenvolvimento”. Um autoritarismo insidioso disfarçado de empreendedorismo e de aversão à política (“não te metas em problemas”) germina na sociedade como erva-daninha.” (Boaventura de Sousa Santos *apud* Relatório dos Direitos Humanos e Indústria Extrativa, Sd).

No relatório dos Direitos Humanos e Indústria Extrativa consta que embora o direito à participação política seja reconhecido e garantido formalmente na Constituição e nas leis, as organizações da sociedade civil avaliam que têm pouco espaço de protagonismo político e autonomia. Segundo o depoimento de um dos entrevistados, a atuação dos sindicatos continua impregnada por uma cultura de lealdade ao governo e ao partido que está no poder, a FRELIMO: “*quase todos os sindicatos existentes no país, incluindo o dos trabalhadores da Vale, é controlado pelo governo e pelo partido Frelimo, que simultaneamente tem interesses empresariais no projeto da Vale em Moatize*”. Tal percepção também é corroborada por uma liderança sindical:

“Os antigos conselhos de produção do regime socialista foram se tornando sindicatos e até hoje são os mesmos. Tem a central sindical formada pelo governo. Até hoje não pode se opor ao governo; a outra central sindical independente que se formou tornou-se posteriormente aliada do governo e empresas. Ninguém consegue discutir direitos; a lei beneficia o patrão e a chegada de grandes empresas gera um conflito enorme. Não há suporte nem do sindicato nem do governo; conflitos laborais são enormes; o tribunal supremo são cemitérios para gente; não temos especialistas em tribunal do trabalho.” (*apud* Relatório dos Direitos Humanos e Indústria Extrativa, Sd).

O relatório retrata o desenvolvimento de práticas repressivas e de vigilância do Estado sobre a atuação política das organizações. São ainda relatados: casos de execuções arbitrárias e ilegais contra defensores de direitos humanos por parte de agentes do Estado; processos de criminalização dos protestos sociais; uso de serviços de inteligência do governo para monitorar as chamadas telefônicas e e-mails, vigiar escritórios de opositores, usar informantes e perturbar as atividades dos partidos em certas áreas. O acesso à justiça para reclamar sobre tais violações a direitos civis e políticos praticamente inexistente, vez que o judiciário também está sujeito a interferência política.

A questão que se coloca é de como fortificar enfrentamentos num espaço público cercado por uma profunda economia de medo, para além da proliferação da ideologia do

desenvolvimento ate nos meios de comunicação que influenciam a opinião pública do país. Quais as possibilidades de articulações geradoras de mudanças a nível local?

O relatório de Direitos Humanos que referenciamos continua dizendo que a ponderação em relação à qualidade e à intensidade da crítica social não impede, porém, a existência de um quantitativo considerável de organizações não-governamentais no país, muitas associadas à cooperação internacional, exercendo muitas vezes, ora, um papel de mediação e negociação nos conflitos, minimizando os custos e riscos sociais para os investidores, ora, propondo-se à execução de ações e programas que legitimam o discurso da responsabilidade ambiental e social das empresas transnacionais presentes no país.

Pensamos que apesar de se estar perante um governo que desenvolve uma máquina “autoritária”, são possíveis enfrentamentos geradores de mudanças. Fazer face as injustiças socio-ambientais perpetradas pelo modelo de desenvolvimento hegemónico demanda fortes mobilizações em Rede que partem da escala local a global. Exige também acesso a informação. Ninguém se mobiliza sem que esteja informado da necessidade de mobilização. Assim, conforme dissemos anteriormente, é necessária a produção de conhecimento sobre os riscos e vulnerabilidades que as populações enfrentam e podem enfrentar diante de modelos de produção específicos.

8.1 Outro mundo é possível?

Geralmente, em situações de críticas, se tem esperado que a pessoa que apresenta as críticas seja a mesma que apresenta soluções. Para muitos, não adianta dizer que do jeito que está não está bom, sendo necessário indicar caminhos melhores. Esse tipo de interpelação resulta da existência de um modelo de pensamento legitimador de pessoas e grupos específicos, típico da autoridade científica e legitimidade da democracia representativa, como sendo as habilitadas na solução de certos problemas. Nesse trabalho não nos vemos autorizados a delinear o que seria melhor para Moçambique. Os caminhos são vários. Estes podem ser construídos de forma coletiva. Moçambique precisa ser discutido como nação. As vozes silenciadas, colocadas do outro lado da linha,

no lugar da invisibilidade, podem muito contribuir na construção de alternativas ao desenvolvimento hegemónico.

Academicamente, Castel-Branco (2010;2011) em busca de soluções para o país tem vindo a falar da diversificação da economia e um profundo investimento no desenvolvimento endógeno. O autor resume o que seriam os seis grandes desafios da economia moçambicana: a substituição da ajuda externa; a redução da interferência política; o aumento da receita e mudança da estrutura fiscal; a eliminação de benefícios fiscais redundantes; o que fazer com os recursos naturais; e, por último, os perigos do endividamento público.

Bucuane e Mulder (2008) apresentam, também, algumas soluções para o país no contexto da exploração dos recursos naturais. Os autores sinalizam a questão da diversificação da economia a semelhança de Castel-Branco. Mencionam também a necessidade do governo atentar para a flutuação dos preços dos recursos naturais, melhorar a planificação, realizar contratos, com as grandes empresas, que sejam mais benéficos para o país, melhorar a transparência e adotar estratégias prudentes na exploração dos recursos. Assim, o desenvolvimento estaria garantido e, evitaria-se a imersão na maldição dos recursos.

Como se pode notar, não existe um salto crítico em relação ao paradigma desenvolvimento-crescimento, muito menos em relação aos projetos extrativistas por parte dos autores apresentados. A possibilidade de desenvolvimento, para os autores, é um dado quase que incontestável. Apenas são necessários arranjos internos para que a benção não se transforme em maldição, como tem sido comum em muitos países que vivenciam o “boom” dos recursos naturais.

As propostas de Castel-Branco, Bucuane e Mulder, que podem ser encontradas em outros analistas nacionais, podem ser úteis a curto prazo. Os povos que vivem diante de processos de dominação imperialista residem com esses dilemas. Ter que responder certas situações a curto prazo de forma que se garanta a sobrevivência. Porém, a longo prazo, consideramos que as alternativas não se encontram apenas dentro de planos localizados. O modelo de economia em que Moçambique está imerso encontra-se estruturado em planos maiores que incluem projetos imperiais-colonialistas, capitalistas-desenvolvimentistas, modernos-científicos, que na atualidade todos eles se fazem

acompanhar da linguagem ideológica de globalização. O que afirma cada vez mais a importância do cosmopolitismo subalterno que se articula internacionalmente dentro de redes de solidariedade com agendas alternativas.

Perante essa complexidade de teias pode ser idealista um projeto alternativo localizado que seja duradouro. Isso não significa que o mundo precisará esperar a grande revolução proletária típica do pensamento marxista que levará todos ao paraíso. São possíveis construções de utopias localizadas. Porém, estas serão sempre de curta duração e condenadas ao fracasso pelos projetos hegemônicos. Alternativas realísticas, profundas e duradouras requerem novos projectos de sociedade que estejam articuladas da escala nacional a global. Esses projetos precisam enfrentar as linhas abissais que colocam em uma extremidade o colonizador e em outra o colonizado, o desenvolvido e o subdesenvolvido, o científico, válido e legítimo e o a-científico, senso comum, descartável ou usado apenas como matéria-prima, ponto de partida.

Esse projeto requer reconhecimento de uma humanidade universalizada concreta e não apenas discursiva típica dos guardiões da *liberté, égalité e fraternité* ou na linguagem bem moderna: Direitos Humanos e até mesmo a Democracia. Estes que muitas vezes só se fazem existir pela inexistência ou como bem colocado por Santos (2010, p.44) “os direitos humanos são desta forma violados para poderem ser defendidos, a democracia é destruída para garantir a sua salvaguarda, a vida é eliminada em nome da sua preservação”.

Consideramos que o contexto moçambicano e da África Austral podem constituir um campo profícuo para pensar-se em outras alternativas de vida que possibilitem uma qualidade de vida necessária e adequada para as populações. Os saberes dos povos que geralmente têm sido marginalizados podem constituir um elevado contributo ou mesmo ponto de partida para a construção de alternativas ao desenvolvimento que andem no sentido oposto dos padrões capitalistas. Processos mais participativos podem gerar alternativas saudáveis, autônomas, sustentáveis para as comunidades e países em geral.

No Brasil se tem focado a agroecologia como caminho para autonomia dos povos. Quando se fala de agroecologia refere-se a constelação de cosmovisões, ciências, técnicas e práticas que visam uma produção ecologicamente sustentável, economicamente viável e socialmente justa (ALTIERI, 2001; LEFF, 2002;

ALTIERI;NICHOLLS, 2003). A agroecologia sugere alternativas sustentáveis em substituição as práticas predatórias da agricultura capitalista e à violência com que a terra tem sido forçada a dar seus frutos (ALTIERI, 2001; LEFF, 2002; ENA, 2002; ALTIERI;NICHOLLS, 2003).

A proposta agroecológica é a via que está sendo tomada por Brasil e outros países da América-Latina. Moçambique também pode construir seus caminhos. Os mesmos podem encontrar conexão com a agroecologia. A luta contra implantação do Prosavana, um projecto de produção agroindustrial por parte de algumas comunidades em Moçambique em aliança com movimentos sociais pode ser vista também como um potencial marco rumo à agroecologia no país. Num dos encontros realizados pela União Nacional dos Camponeses de Moçambique em 2014, um dos pontos que ficou definido foi definido na “Carta Aberta para Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana” foi de que: *“todos os recursos humanos, materiais e financeiros alocados ao Programa ProSavana sejam realocados na definição e implementação de um Plano Nacional de Apoio a Agricultura Familiar Sustentável que vem sendo defendido a mais de duas décadas pelas famílias camponesas moçambicanas”* (UNAC, 2015).

Embora percebamos lutas que direcionam para perspectivas agroecológicas no país, procuramos não ser audaciosos para propôr alternativas específicas para o contexto moçambicano. Porém, tencionamos para aberturas de debates democráticos e participativos onde diferentes sujeitos possam estar em esferas mais amplas de construção de uma nação autónoma e sustentável.

A sociedade civil (que não inclui grandes empresas) moçambicana, os movimentos sociais, académicos, políticos, a juventude, as comunidades rurais, camponeses são atores chave nesse processo. E cada um desses autores pode ter um contributo fundamental para a construção de alternativas. Mas conforme colocamos no início deste trabalho, existe um desafio do povo africano e moçambicano de se (re) conhecer atualizando os seus modos de vida. O auto-conhecimento possibilita libertação. Se conhecer significa se colocar no mundo historicamente. Enquanto a construção das subjectividades africanas forem dependentes do sujeito Ocidental, enquanto continuarmos sendo a imagem e semelhança do Ocidente, e atualmente de algumas potências do Sul Global, a subalternização, dominação, exploração continuarão inevitáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como proposta discutir as inter-relações entre saúde ambiente e trabalho no contexto do extrativismo em Moçambique, tendo como cerne a extração do carvão mineral pela Vale, empresa brasileira, enquadrando-se assim dentro da relação Sul-Sul. Procuramos perceber o nível de aproximação ou distanciamento que esse modelo de cooperação (que tem os BRICS na liderança) tem com o que ela apresenta como ideais. É um bloco que apresenta-se como sendo alternativa aos modelos dominantes de cooperação conduzidos pelo Ocidente. O termo Ocidente foi usado nesse trabalho não apenas como lugar geográfico mas também um lugar de hegemonia económica mundial, o que inclui os Estados Unidos da América.

A relação do Ocidente com o continente africano foi sempre caracterizada por processos violentos, desde a escravização, a colonização, o neocolonialismo. Assim, com a emergência das potências do Sul global esperava-se a abertura para novas formas de relações sociais, políticas, culturais e económicas. O Brasil, em particular no governo Lula, quando acelera o processo de cooperação com os países do continente africano, tinha como discurso fundante a ideia de uma dívida para com a África. Desta forma, uma cooperação justa que pudesse alavancar o continente e retirar-lo da penúria histórica era o desejável.

A partir disso, um contingente de empresas brasileiras começaram imigrar para alguns países do continente. Um dos leiloados é Moçambique. Neste país destacam-se as construtoras Camargo Corrêa, Odebrecht, encontra-se também a Petrobrás em *joint-ventures* na prospecção do petróleo. É também neste país que o Brasil tem interesses em desenvolver um grande projeto agrícola denominado ProSavana. O Brasil montou também em Maputo uma grande indústria de antiretrovirais dentro de um discurso que se diz ser para atender as pessoas seropositivas no país. Neste processo, nota-se também cooperação na área de educação através de convênio para realização de graduação e pós-graduação de moçambicanos no Brasil.

Verdade é que parcela da sociedade moçambicana tem visto a entrada do Brasil no país como sendo de muita valia e contribuinte para os processos de desenvolvimento.

Não podemos refutar tudo. Existem ganhos que o país alcança. Mas importa questionar: quais e para quem?

No caso da Vale, que é o nosso ponto de análise, percebemos que a ideologia de desenvolvimento anunciada para legitimar esse projeto tem tido enormes consequências para as comunidades vulneráveis residentes nas regiões em que estão sendo desenvolvidas as actividades da empresa. As mesmas não visualizam nos planos individuais e coletivos os benefícios do dito desenvolvimento. Pelo contrário, para estas, o desenvolvimento, se materializa nos termos do Porto-Gonçalves que considera o desenvolvimento como processo de retirada da autonomia das comunidades. A impossibilidade de participar de forma livre e autónoma nos processos decisórios de suas vidas.

As vidas dessas comunidades são atualmente demarcadas por imposições verticais dentro da profunda relação entre o Estado moçambicano e a Vale. O que serve para confirmar a constatação do Harvey, Wood e Mészáros sobre a aliança entre o Estado e os detentores do capital no processo de acumulação por espoliação.

Em Moatize as comunidades foram desapropriadas de seus territórios. Perderam casas, terras agrícolas, relações de vizinhanças solidárias, se viram violentadas com a retirada e desrespeito de todos símbolos culturais e espirituais que dão sentido a sua existência. No processo de reassentamentos, a Vale removeu os antigos cemitérios contra a vontade da população. Destruiu diversos lugares de culto.

Foram feitas promessas de vida melhor. Todas essas foram frustradas. As vidas dessas comunidades tiveram um profundo retrocesso. Sem acesso a terra para plantação, sem acesso a água, sem acesso a casa condigna, sem acesso a meios de reprodução material, sem acesso ao emprego prometido. Para aqueles que conseguiram ser empregadas nessas empresas vivem o que Amartya Sen (2010) denomina de inclusão injusta. Que se materializa nesse caso específico ao emprego precário.

Esse facto aparece como violência para trabalhadores autónomos que conseguiam se reproduzir a partir de seus trabalhos nos territórios e foram transformados em proletários, dentro de processos produtivos desumanizadores. Embora tenhamos explorado muito pouco a questão do trabalho pela insuficiência de dados, foi perceptível

no pouco material, o quão trabalhar para Vale tem sido um processo de humilhação para essas comunidades.

Importa também comentar sobre a contínua despossessão do poder das lideranças tradicionais que a Vale tem levado avante, a disseminação do medo, a criminalização das vozes dissonantes dentro de uma profunda aliança com o Estado moçambicano que é pontual para atender as demandas da Vale e tardio quando as demandas da população.

O ambiente é também um dos grandes afetados no processo da exploração mineira. Ruídos, poeiras, destruição da flora e da fauna, contaminação da água, destruição dos solos tem sido os presentes envenados que as comunidades recebem da empresa Vale. Tudo isso tem gerado adoecimento físico e impacta na saúde da população em geral, materializando o que a literatura denomina de injustiças socioambientais, que, não descartamos a sua aliança com o projecto de racismo ambiental que se propaga na escala internacional.

Até aqui falamos dos problemas visíveis. Porém, sabe-se que a mineração tem efeitos imediatos (efeitos já) e a longo prazo (efeitos rato). Existem possibilidades de a longo prazo as comunidades sofrerem de profundos problemas respiratórios, asma e outras doenças causadas pelos trabalhos minerários. Os trabalhadores poderão também desenvolver diferentes patologias.

Existem também riscos para comunidades ao redor do corredor do transporte das matérias-primas assim como as que consomem águas do rio em locais distantes. Em casos de contaminação, estas podem ser afetadas e com o perigo de não poderem associar os danos aos trabalhos de mineração, distantes dos seus territórios.

Todos os elementos apresentados nos possibilitam afirmar que as comunidades que foram alcançadas pelo projeto de mineração da Vale sob promessa de desenvolvimento, vivenciam atualmente o desenvolvimento as avessas. Nenhuma promessa se materializou.

Assim, podemos também afirmar que a cooperação Sul-Sul, em particular entre Brasil-Moçambique não superou as antigas lógicas de exploração. Moçambique continua sendo um celeiro para alimentar as grandes potências imperialistas e sub-

imperialistas e parte da elite nacional. A população no seu todo não visualiza a contribuição desses projetos na melhoria de sua qualidade de vida.

O desenvolvimento nos moldes em que é difundido não pode contribuir para a autonomia das sociedades africanas e moçambicanas em particular. Se faz necessário um novo curso da história. A produção e vivência das epistemologias africanas e negras são fundamentais nos processos de libertação. Não existem possibilidades de achar libertação em quem antes escravizou e colonizou. Não há como ter libertação usando instrumentos de quem o escravizou e colonizou. Ninguém oferece armas para a sua própria auto-destruição.

Moçambicanos e africanos precisam se auto-conhecerem e se reconhecerem. Precisam conhecer o valor dos seus saberes e o contributo que os mesmos podem oferecer para o continente e para o mundo. Esses saberes precisam ser visibilizados, construídos, partilhados e ampliados de forma coletiva. Cada um dos sectores da sociedade pode dar seu contributo nesses processos. Quanto ao desenvolvimento! É necessário que se faça uma missa (PORTO-GONÇALVES, 2012). Conforme concebe Macamo (2005), o desenvolvimento é, sem dúvidas, um daqueles espíritos que precisa ser acompanhado de volta para casa.

Precisamos encontrar novos paradigmas. Paradigmas estes que vão além do desenvolvimento. Os novos paradigmas precisam colocar os humanos em primeiro. Precisam reestabelecer uma nova relação com a natureza. O filósofo Hans Jonas (2006) delineou o que denominou de “princípio responsabilidade”. Este princípio suplanta a ética Kantiana que presume que as ações humanas devem ter como fim último as possibilidades de universalização. Esta ética, é segundo Jonas (2006) antropocêntrica e imediata. O que o autor propõem é uma ética que ultrapasse o aqui e agora e esteja também conectado com elementos não humanos, porém alicerces para a existência humana. O fundamento do princípio responsabilidade é: “aja de modo que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra” (JONAS, 2006, p.47). A autêntica vida humana na terra, só é possível com o reconhecimento de que o ser humano é parte de um todo que não se limita ao humano. Esse todo precisa ser cuidado. O princípio responsabilidade tem como substância a ética do cuidado.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Letras, 1989.
- ALTIERI, M.A; NICHOLLS, C, I. **Agroecologia: resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição**. *Ciência e Ambiente*, 27, Jul-Dez, 2003.
- ALTIERI, M.A. **Agroecología: principios y estrategias para diseñar sistemas agrarios sustentables**. 2001
- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. Trad. Henrique Burigo. 2ª Ed, São Paulo: Boitempo editorial, 2004.
- ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J.A. **A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução**. In: ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J.A (Org). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Ford, 2004.
- ACSELRAD, H. **Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas**. In: ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J.A (Org). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Ford, 2004.
- ; MELLO,C.C.A; BEZERRA, G.N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Gramond, 2009.
- AMUNDSEN, I; ABREU, C. **Sociedade Civil em Angola: incursões, espaço e responsabilidade**. CHR: Michel Institute, 2007.
- AGNELLI, R. **Uma nova Pangeia**. Folha de São Paulo, 16 de Agosto de 2009.
- AMORIM, H. **A África tem sede de Brasil**. Carta Capital, 28 de Maio de 2011.
- ANDRADE, M.A. **De Marx a Mészáros: a inseparável relação entre o Estado e a reprodução do capital**. In: MELO, E; PANIAGO, M.C.S (Org); ANDRADE, M.A de. **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

ADECRU. **Violência e confrontos entre polícia e famílias na mina da Vale em Moçambique.** Maputo, 18 de Abril de 2013a. Disponível em www.adecru.wordpress.com. Acessado em 12 de Setembro de 2013.

------. **Atingidos pela Vale bloqueiam e forçam a paralisação da mina em Moçambique.** Maputo, 17 de Abril de 2013. Disponível em www.adecru.wordpress.com. Acessado no dia 12 de Setembro de 2013.

------. **Famílias atingidas forçam diálogo com a Vale e prometem endurecer a luta.** Maputo, 19 de Abril de 2013b. Disponível em www.adecru.wordpress.com. Acessado no dia 12 de Setembro de 2013.

------. **Famílias atingidas dão ultimato a Vale e ameaçam endurecer a luta.** Maputo, 22 de Abril de 2013c. Disponível em www.adecru.wordpress.com. Acessado no dia 12 de Setembro de 2013.

------. **Vale criminaliza lideranças de famílias atingidas pelo “Projeto de Carvão de Moatize”.** Maputo, 21 de Maio de 2013d. Disponível em www.adecru.wordpress.com. Acessado em 12 de Setembro de 2015.

------. **Nota das Organizações e Movimentos Sociais sobre a violência e criminalização de manifestantes em Moatize com pedido de medidas urgentes.** Maputo, 2013. Disponível em www.adecru.wordpress.com. Acessado no dia 22 de Outubro de 2015.

AMISI, B; PEEK, B; MAGUWU, F. **Ataque corporativo dos BRICS durante o extrativismo africano.** Tensões mundiais, Fortaleza, v.10, n.18, 19, p.413-452, 2014.

ARAUJO, E.R; OLIVIERI, R.D; FERNANDES, F.R.C. **Atividade mineradora gera riqueza e impactos negativos nas comunidades e no meio ambiente.** In: FERNANDES, F.R.C; ALAMINO, R.C.J; ARAUJO, E.R (Eds). **Recursos minerais e comunidades: impactos humanos, socioambientais e econômicos.** Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.

ARANTES, P. A esquerda finge que está governando sociedades orientadas para o futuro. TV Carta Maior, Maio de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KQOANluB16s>.

------. **O capitalismo está morrendo de overdose.** Caros amigos, 25 de Fevereiro de 2015. Disponível em: www.carosamigos.com.br/index.php/economia/152-edicoes/edicao-215/4642-o-capitalismo-esta-morrendo-de-overdose.

AMATO, M. **No capitalismo, as dívidas existem para serem compradas e vendidas.** Caros amigos, 29 de Junho de 2015.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. **Mais um rastro de destruição e morte na história da mineração e da empresa Vale S.A. – Nota da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale S.A.** Publicado no dia 6 de Novembro de 2015. Disponível no site: www.atingidospelavale.wordepres.com. Acessado no dia 8 de Novembro de 2015.

BARRADAS, J. P. P. **Legislação sobre o Trabalho Indígena.** Lisboa: Tipografia Minerva, 1957.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BENTHAM, J. **O Panóptico.** Belo Horizonte: Atlântica, 2000.

BULLARD, R. **Enfrentando o racismo ambiental no século XXI.** In: ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J.A (Org). **Justiça ambiental e cidadania.** Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Ford, 2004.

BREILH, J. **Pilhagem, Ecossistemas e Saúde.** In: MIRANDA, A.C De *et al* (orgs). **Território, ambiente e saúde.** Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008.

BUCUANE, A; MULDER, P. **Expanding exploitation of natural resources in Mozambique: will it be a blessing or a curse.** In BRITO, L et al (Eds) Reflecting about economics questions. Maputo: IESE, 2008. Disponível em <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/ref/IESE/QEcon.PDF>

BANERJEE, S.B. **Necrocapitalism.** Organization Studies, v.29, n.12, p.1541-1563, 2008.

BOSSI, D *et al.* **A face agressiva da Vale**. In: Campanha Justiça nos Trilhos, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, Movimentos dos Atingidos por Barragens, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, Rede de Justiça Ambiental, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (org). **Empresas Transnacionais brasileiras na América-Latina: um debate necessário**. 1ª Ed, São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BILA, I.M. **Comunidades abandonadas e enclausuradas em zonas de mineração em Tete**. Relatório da associação SEKELEKANI: comunicação para o desenvolvimento. 2014.

BRITO, L; CHAIMITE, E; PEREIRA, C; POSSE, L; SAMBO, M; SHANKLAND, A. **Revoltas de fome: protestos populares em Moçambique (2008-2012)**. Cadernos do IESE, n.14P, Fevereiro, 2015

BOCAYUVA, P.C.C. **O bloco BRICS é uma metáfora da globalização**. In: BARROS, J; GUTTERRES, A; SILVA, E.B da (Org). **BRICS: Tensões do desenvolvimento e impactos socioambientais**. 1ª ed, Caderno de debates, Rio de Janeiro: FASE, 2015.

BARAKA, A. **O ataque neoliberal à vida dos negros**. Disponível no site: www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direito-Humanos/O-ataque-neoliberal-a-vida-dos-negros/5/35105. Acessando no dia 05 de Dezembro de 2015.

BENJAMIN, C. **É pau, é pedra, é o fim de um caminho**. Revista Piauí, Abril, 2015.

CASTRO, T. **África: geohistória, geopolítica e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1981.

CARVALHO, M. **Grupos étnicos em Moçambique**. 1969.

CASANOVA, P.G. **O colonialismo global e a democracia**. 1995.

CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia**. 2003.

CABAÇO, J.L. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: UNESP, 2009.

CASTEL-BRANCO, C.N; CAVADIAS, E.J. **O papel dos megaprojetos na estabilidade da carteira fiscal em Moçambique**. Apresentação feita no II Seminário Nacional de execução da Política Fiscal e Aduaneira promovido pela Autoridade Tributária, Maputo, 2009.

CASTEL-BRANCO, C.N. **Comentários no lançamento do relatório**. In: MOSCA, J; SELEMANE, T. **Alguns desafios da indústria extrativa em Moçambique**. Maputo: CIP, 2011.

CORRÊA, R; RUIZ, M.S; ROIC, E. **Conflitos socioambientais relacionados aos impactos do uso e ocupação do solo pela mineração subterrânea de carvão em Criciúma – SC**. XXXVIII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 13 a 17 de Setembro de 2014.

COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás – trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. 2014.

----- **Impactos e mineração da Vale em Parauapebas**. In: BARROS, J; GUTTERRES, A; SILVA, E.B da (Org). BRICS: **Tensões do desenvolvimento e impactos socioambientais**. 1ª ed, Caderno de debates, Rio de Janeiro: FASE, 2015.

CARVALHO, A.M.P; GUERRA, E.C. **O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica**. Rev. Pol. Publ, São Luís, V.19, n.1, p.41-60, Jan/Jun, 2015.

CARVALHO, A.M.P. **O Brasil no século XXI nas tramas do ajuste em tempos de crise: políticas públicas no foco da crítica**. Aula inaugural no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Março de 2015.

DUARTE-PLON, L. **COP21 – a última chance de salvar o planeta**. Publicado na Carta Maior de 01 de Dezembro de 2015. Acessado no dia 05 de Dezembro de 2015. Disponível no site: www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/COP21-A-ultima-chance-de-salvar-o-planeta/3/35086.

ENA. **Carta política**. Rio de Janeiro, 2002.

ESCOBAR, A. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** In: LANDER, E. (Org). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.133-168.

ENRIQUÉZ, M.A.R.S; FERNANDES, F.R.C; ALAMINO, R.C.J. **A mineração das grandes minas e as dimensões da sustentabilidade**. In: FERNANDES, F.R.C; ENRIQUÉZ, M.A.R.S; ALAMINO, R.C.J (Eds). **Recursos minerais e sustentabilidade territorial**. V.1, Grandes minas, Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira S.A, 1997.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 28ª ed, Petrópolis: Vozes, 2002.

..... **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014.

FREITAS, C. M; PORTO, M. F. S. **Saúde, Ambiente e Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2006.

FERGUSON, J. **Global Shadows. Africa in the Neo-liberal World Order**. Durham: Duke University Press, 2006.

GOULD, K.A; SCHNAIBERG, A; WEINBERG, A.S. **Local environmental struggles: citizen activism in the treadmill of production**. Cambridge: Cambridge University, 1996.

GOULD, K.A. **Classe social, justiça ambiental e conflito político**. In: ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J.A (Org). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Ford, 2004.

GONÇALVES, T.M; MENDONÇA, F.A. **Impactos, riscos e vulnerabilidade socioambientais da produção de carvão em Criciúmas/SC (Brasil)**. R. RA'E GA, Curitiba, n.14, p.55-65, 2007.

GONÇALVES, A.M. **Um defeito de cor**. 5ª ed, Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

GARCIA, A.S; KATO, K; FONTES, C. **A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique.** PACS, 2012.

GARCIA, A.S. A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo, 2012. 413 f.; 2 Vol.; 35cm.

GUDYNAS, E. **Estado compensador y nuevos extractivismos. Las ambivalencias del progresismo sudamericano.** Nueva Sociedad, Buenos Aires, Nº 237, p. 128-146, jan./fev. 2012.

----- **Estado compensador e novos extrativismos: as ambivalências do progressismo.** Tradução em português: Adriana Marcolini, 2013.

----- **Extrativismo: conceito, tendências e efeitos derrame.** Belo Horizonte, 2015.

GLASS, V. **Planejamento energético, os BRICS e uma igreja que sangrou.** In: BARROS, J; GUTTERRES, A; SILVA, E.B da (Org). **BRICS: Tensões do desenvolvimento e impactos socioambientais.** 1ª ed, Caderno de debates, Rio de Janeiro: FASE, 2015.

HABERMAS, J. Técnica e Ciência como ideologia. Lisboa: Edições 70 Lda, 1968.

HUNTINGTON, S. **O choque das civilizações e a recomposição da Nova Ordem Mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE, Volume I. **Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores (200/300-1886).** 2ª ed, Maputo: Tempo e UEM, 1998.

HOUNTONDI, P.J. **Conhecimento de África, conhecimentos de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos.** In: SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010. P.131-144.

HOFMANN, K; MARTINS, A.S. **Descoberta dos Recursos Naturais em Moçambique: Riqueza para poucos ou um meio para sair da pobreza?** FES Moçambique, 2012.

HURTADO, R.J.V.; HERNÁNDEZ, J.J.M. **Los conflicto ecológico-distributivos en puntarenas: el caso de la mina de Bellavista de Miramar**. Una aproximación inicial Diálogos Revista Electrónica de Historia, v. Especial, p.243-286, 2012.

HENRIQUE, A. **Manifestações em Cateme**. Jornal da tarde, Stv, 2012.

HUMAN RIGHTS WATCH. **O que é uma casa sem comida? O Boom da mineração e os reassentamentos**. Human Rights Watch, Maputo, 2013.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 8^a ed, São Paulo: Edições Loyola, 2014.

ISLA, A. **A struggle for clean water and livelihood: canadian mining in Costa Rica in the era of globalization**. Canadian Human Studies. v.21/22, n.4/1, p.148-154, 2002.

IRAMINA, W.S; TACHIBANA, I.K; SILVA, L.M.C; ESTON, S.M. **Identificação e controle de riscos ocupacionais em pedreira da região metropolitana de São Paulo**. R. Esc. Minas, Ouro Preto, 62 (4):503-509, Out-Dez, 2009.

JONAS, H. **O princípio responsabilidade**. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC Rio, 2006.

JUNIOR, J.A.S.R. **A economia política da Vale: uma leitura para 2012**. 2012.

JUSTIÇA GLOBAL. **Empresas transnacionais brasileiras – exportando violações de direitos humanos na América Latina e na África**. In: BARROS, J; GUTTERRES, A; SILVA, E.B da (Org). **BRICS: Tensões do desenvolvimento e impactos socioambientais**. 1^a ed, Caderno de debates, Rio de Janeiro: FASE, 2015.

LEITE, J.C.L; SCHULER-FACCINI, L. **Defeitos congênitos em uma região de mineração de carvão**. Rev. Saúde Pública, 35 (2): 136-141, 2001.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent., Porto Alegre, v.3, n.1, Jan/Mar, 2002.

LALL, S. **Globalização e desenvolvimento perspectivas para as nações emergentes**. In: CASTRO, A.C. **Desenvolvimento em debate: novos rumos do desenvolvimento no mundo**. Rio de Janeiro: Mauad-BNDES, p.105-130, 2002.

LECHINI, G. **BRICS e África: a grande incógnita**. Boletim de Economia e Política Internacional, n.9, Jan/Mar, 2012.

LOWY, M. **Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista**. 20^a Ed, São Paulo: Cortez, 2015.

MONDLANE, E. C. **Lutar por Moçambique**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1976.

MARINI, R. M. **América-Latina: dependência e integração**. São Paulo: Brasil urgente, 1992.

MUGUMO, Mushi F. **Production et distribution des richesses au sein des sociétés traditionnelles africaines**. In: Cahiers des Religions Africaines. **Religions traditionnelles africaines et projet de société**, Actes du Cinquième Colloque International du C.E.R.A., vol. 31, n. 61-62, Faculté Catholique de Kinshasa, 1997.

MOSCA, J. **A experiência socialista em Moçambique (1975-1986)**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

MOSCA, J.M. **Economia moçambicana 2001-2010: um mix de populismo económico e mercado selvagem**. Lisboa: CESA, 2012.

----- **Mega-projectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: o caso de Tete**. In: BRITO, L et al (Org). **Desafios para Moçambique 2012**. Maputo: IESE, 2012.

MATURANA, H.R; VARELA, F.J.G. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MBEMBE, A. **As formas africanas de auto-inscrição**. Estudos afro-asiáticos, ano 23, n°1, 2001, p.171-209.

MACAMO, E. **A constituição duma Sociologia das Sociedades Africanas**. Estudos de Moçambique, 2002.

----- **O Abecedário da nossa dependência**. Maputo: Njira, 2005.

MOSCA, J; SELEMANE, T. **El Dorado Tete: os mega-projetos de mineração**. CIP, Maputo, 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital.** Volume I. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2007.

MARTINEZ, E. S. **O Trabalho Forçado na Legislação Colonial Portuguesa - o caso de Moçambique (1899-1926).** Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008.

MENESES, M. P. **O Indígena africano e o Colono europeu: A Construção da Diferença por Processos Legais.** Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008.

MONKEN, M, *et al.* **O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente.** In: MIRANDA, A.C De *et al* (orgs). **Território, ambiente e saúde.** Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** 2ª ed, São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

----- **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** 14ª ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

----- **Ciência com consciência.** 15ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS. **Iniciativa de Transparência de Indústrias Extrativa de Moçambique (ITIEM).** Maputo, Janeiro de 2011.

MARSHALL, J. **Mining Mega-projects and labour: Working for Vale, the “Worst Company in the World”.** Artigo apresentado na III Conferência do Institute for Social and Economic Studies (IESE). Maputo, Set. de 2012.

----- **A gigante mineradora brasileira Vale: por trás da imagem de solidariedade Sul-Sul.** Tensões mundiais, Fortaleza, v.10, n.18, 19, p.173-230, 2014.

MELO, E. **Os limites objetivos da política parlamentar no sistema do capital**. In: MELO, E; PANIAGO, M.C.S (Org); ANDRADE, M.A de. **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MUCHANGA, S. **Alta tensão em Cateme**. Jornal Savana, p.5, 2012.

MILANEZ, B; SANTOS, R. S. P. **Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?**. In: 37o. Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia. Anais do 37o. Encontro Anual da ANPOCS, 2013.

MATOS, E.A.C; MEDEIROS, R.M.V. **Acumulação por espoliação: uma reflexão sobre a sua introdução em Moçambique**. Revista IdeAS, v.7, n.especial, p.228-259, 2013.

MALOMALO, B.'I. **Filosofia do Ubuntu: valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento**, 2014.

MASHA, I;ROSS, D.C. **A experiência do crescimento, o conjunto de políticas macroeconómicas e as instituições de Moçambique**. In: ROSS, D.C (Coord). **Moçambique em ascensão: construir um novo dia**. Washington, D.C.: Fundo Monetário Internacional, 2014.

MANSUR, M.S. **Peru: agricultura X Mineração**. In: MALERBA, J (Org). **Diferentes formas de dizer não: experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral**. 1ª Ed, Rio de Janeiro: Fase, p. 65-92, 2014.

MILANEZ, B. **Costa Rica: o verdadeiro ouro do futuro**. In: MALERBA, J (Org). **Diferentes formas de dizer não: experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral**. 1ª Ed, Rio de Janeiro: Fase, p. 29-52, 2014.

NKRUMAH, K. **Ghana: autobiography of Kwame Nkrumah**. Londres: Nelson, 1957.

NERY, A.A; ALVES, M.S. **A relação do processo saúde-doença e o trabalho na mineração**. J Health Inst. 29 (4): 269-71, 2011.

NDLOVU-GATSHENI, S.J. **Coloniality of power in postcolonial Africa: myths of descolonization**. Dakar: Codesria, 2013.

NGOENHA, S.E. **Intercultura, alternativa à governação biopolítica?** 1ªEd, Maputo: Editora ISOED, 2013.

OCAMPO, J.A. **Globalização e desenvolvimento.** In: CASTRO, A.C. **Desenvolvimento em debate: novos rumos do desenvolvimento no mundo.** Rio de Janeiro: Mauad-BNDES, p.299-331, 2002.

ORGANIZAÇÕES Integrantes do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale. **Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo.** 2010.

PASSET, R. **A ilusão neoliberal.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

PHILOMENA, G.LB. **Cultura de carvão em Criciúma/SC: a história que não se conta.** Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma, 2005.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2007/2008.** New York: PNUD, 2007.

----- **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014/2015.** New York: PNUD 2015.

PORTO, M.F.S. **Uma ecologia política dos riscos.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

----- **Entre prevenção e a precaução: riscos complexos e incertos e as bases de uma nova ciência da sustentabilidade.** In: MIRANDA, A.C De *et al* (orgs). **Território, ambiente e saúde.** Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008.

----- **Uma ecologia política os riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental.** 2ª ed, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

PORTO, M.F.S *et al.* **Injustiças da sustentabilidade: conflitos ambientais relacionados à produção da energia “limpa” no Brasil.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 100, Maio de 2013: 37-64.

PORTO, M.F.S *et al.* **Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico.** *Ciência & Saúde Coletiva* 19 (10), 2014:4071-4080.

PANTIE, J. **Comunidades reassentadas paralisam actividades da Vale Moçambique.** *Jornal Canalmoz*, p.1, 2012.

PANIAGO, M.C.S. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital.** 2^aed, São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PANIAGO, M.C.S. **Keynesianismo, Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado.** In: MELO, E; PANIAGO, M.C.S (Org); ANDRADE, M.A de. **Marx, Mészáros e o Estado.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PINHEIRO, P. dos S; BARCELLOS, S.B. **A cooperação internacional na África e os BRICS em questão.** In: BARROS, J; GUTTERRES, A; SILVA, E.B da (Org). **BRICS: Tensões do desenvolvimento e impactos socioambientais.** 1^a ed, Caderno de debates, Rio de Janeiro: FASE, 2015.

PoEMAS. **Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG).** Mimeo, 2015.

ROSTOW, W.W. **As etapas do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RELATÓRIO FINAL DA 8^a CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE. 17 a 21 de Março de 1986.

THIMONIER, O (org). **La France coloniale d’hier e aujourd’hui.** Paris: Survie, 2006.

RELATÓRIO DOS DIREITOS HUMANOS E INDÚSTRIA EXTRATIVA⁷¹. **Mineração e violação de direitos: o caso da Vale em Moçambique.** Sd

⁷¹ Até a altura em que finalizamos este trabalho, o relatório ainda estava em execução. Por esta razão, tenho muito que agradecer a Laís que apresentou-me a Juliana Barros que partilhou suas experiências de campo em Moçambique e ter disponibilizado o relatório em andamento que, por sinal, foi muito útil para este trabalho.

RIBEIRO, J.T.M; FERREIRA, G.C. **Mineração subterrânea de carvão X comunidade no seu entorno: um exemplo de Santa Catarina**. R.Esc. Minas, Ouro Preto, 60 (3): 459-464, Jul – Set, 2007.

RIGOTTO, R. M. **O “Progresso” chegou. E agora? As tramas da (in) sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento**. Tese de Doutorado em Sociologia na Universidade Federal do Ceará, 2004.

----- **Desenvolvimento, ambiente e saúde: implicações da (des) localização industrial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

RAMOSE, M.B. **Globalização e Ubuntu**. In: SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. P:175-220.

RIBEIRO JUNIOR; J.A; SANT’ANA JÚNIO, H.A. **A política de desenvolvimento sustentável da Vale**. Geografia Ensino & Pesquisa, v.15, n.3, set/dez, 2011.

RIBEIRO, G. L. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento**. In: ZHOURI, Andréa (org). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília: ABA publicações, 2012.

REPÚBLICA PORTUGUESA. **Código do trabalho dos indígenas nas colônias Portuguesas de África**. Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1936.

ROCHA, F.D da. **De nova não Vale: uma análise crítica sobre a atuação da empresa brasileira Vale em Moçambique e o desempenho das mídias de resistência**. IV Colóqui Internacional de Doutorandos/as do CES, 6-7 de Dezembro, 2013.

ROSS, D.C. **Visão geral: Moçambique em ascensão, construir um novo dia**. In: ROSS, D.C (Coord). **Moçambique em ascensão: construir um novo dia**. Washington, D.C.: Fundo Monetário Internacional, 2014.

SALBANY, A. **Alguns dados econômicos sobre a cultura e comércio de algodão de produção indígena na colônia de Moçambique**. Ministério das Colônias – Junta de Exportação do Algodão Colonial, 1941.

SAÚTE, A. R. **A Missão Anglicana de Santo Agostinho de Maciene e suas relações com o Estado Colonial Português – 1926/8 - 1974**. Maputo: Editora escolar, 2002.

SANTOS, M. **O Imposto Camponês no Norte de Moçambique (1929-1939) – um cultivo forçado, factor de crescimento?** Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, memória e ciência: IICT/Jardim Botânico Tropical, Lisboa, 24-26 Outubro de 2002.

STIGLITZ, J.E. **Políticas de desenvolvimento no mundo da globalização.** In: CASTRO, A.C. **Desenvolvimento em debate: novos rumos do desenvolvimento no mundo.** Rio de Janeiro: Mauad-BNDES, p.333-256, 2002.

SELEMANE, T. **Alguns Desafios da Indústria Extrativa em Moçambique.** CIP, Maputo, 2009.

----- **Questões à volta da mineração em Moçambique: relatório de monitoria das actividades mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga.** CIP, Maputo, 2010.

SARTOR, D.G.B. **A saúde dos trabalhadores das minas de carvão da região carbonífera de Criciúma: uma abordagem qualitativa.** Rev. Dig, Florianópolis, n 4, p.24-41, 2010.

SEN, A. **Exclusão e inclusão.** In: SEN, A; KLIKSBURG, B. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SARAIVA, J.F.S. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI.** Belo Horizonte, MG: Fino traço, 2012.

SANTOS, B. De S. **Toward a New Common Sense: law, science and politics in the paradigmatic transition.** Nova Iorque: Routledge, 1995

----- **Uma concepção multicultural de direitos humanos.** Lua nova n.º.39, 1997.

----- **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

----- **Um discurso sobre as ciências.** 7^a ed, São Paulo: Cortez editora, 2010.

------. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** In: SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. de S; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. de S. **Moçambique: a maldição da abundância?** Visão, 26 de Julho de 2012.

SVAMPA, M. **Pensar el desarrollo desde América Latina.** Texto apresentado no Seminário Latinoamericano “Derechos de la Naturaleza y alternativas al extractivismo”, Buenos Aires, Novembro, 2011.

SACHS, W. **Liberating the World From Development.** New Internationalist, n.460, mar. 2013.

SPOHR, N; ALCADIPANI, R. **Impactos da internacionalização: análise da operação de uma multinacional brasileira em Moçambique.** São Paulo, 2014.

SCOTTO, G. **Argentina: “La montañã sigue en pie gracias a su gente”.** In: MALERBA, J (Org). **Diferentes formas de dizer não: experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral.** 1ª Ed, Rio de Janeiro: Fase, p. 29-52, 2014.

TICO TIMES. **Infinito Gold to sue Costa Rica in World Bank court for \$1 billion.** Tico Times, San José, Oct 7, 2013.

UNAC. **Ativistas da UNAC escapam de tentativa de espancamento protagonizada por um dos consultores da JICA durante a sessão de consulta às organizações sobre ProSavana.** Acessado em www.unac.org.mz no dia 13 de Janeiro de 2016.

VUNJANE, J. **Excessos da FIR e da PRM nas manifestações de Cateme.** Despacho enviado a partir de Cateme para a rede da Justiça Ambiental, 2012.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia compreensiva.** Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UNB, 2012.

WOOD, E.M. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

----- **O império do capital**. 1^a ed., São Paulo: Boitempo, 2014.

YOUNG, R.J.C. **Postcolonialism: an historical introduction**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

ZAMPARONI, V. **Da Escravidão ao Trabalho Forçado: Teorias e Práticas**. Porto: African Studio, Faculdade de Letras da Universidade de Porto, 2004.

ZAGALLO, J.G.C. **Belo Monte – violações a direitos humanos e à legislação ambiental**. In: CANUTO, A; LUZ, C.R da S; WICHINIESKI, I. **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação**. In: **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2010.

ZHOURI, A; VALÊNCIO (Orgs). **Formas de Matar de Morrer e de Resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2012.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, R. **Conflitos entre desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: desafios para a Antropologia e os antropólogos**. In: FIELDMAN-BIANCO, Bela (org). **Desafios da Antropologia brasileira**. Brasília: ABA, 2013.

Canais de informação online

O Tempo. **Rompimento de barragem soterra distrito de Mariana; há mortes**. Publicado no dia 05 de Novembro de 2015. Acessado em www.otempo.com.br no dia 05 de Novembro de 2015.

Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania. **Nota de repúdio à Samarco/Vale do Rio Doce/BHP Billington, responsáveis pela maior destruição socio-ambiental de Minas Gerais**. 10 de Novembro de 2015. Disponível em

<http://institutohelenagreco.blogspot.com.br/2015/11/nota-de-repudio-samarcovale-do-rio.html>. Acessado no dia 23 de Novembro de 2015.

Associação Brasileira de Antropologia. **Sobre o rompimento das barragens de rejeito em Mariana, Minas Gerais**. 17 de Novembro de 2015. Acessado em <http://conflitosambientaismg.Icc.ufmg.br/noticias/sobre-o-rompimento-das-barragens-de-rejeito-em-mariana-minas-gerais/> no dia 23 de Novembro de 2015.

Rede Brasileira de Justiça Ambiental. **No dia da consciência negra dizemos não ao racismo ambiental**. 20 de Novembro de 2015. Disponível em <http://redejusticaambiental.wordpress.com/> acessado no dia 20 de Novembro de 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Balanço de Política Externa 2003-2010. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/>.

Alguns sites visitados

http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5699

<http://www.africa21digital.com/economia/ver/20033180-mocambique-entre-as-economias-africanas-que-receberam-mais-investimento-direto-estrangeiro-ide;>

<http://www.dw.de/mo%C3%A7ambique-foi-o-segundo-pa%C3%ADs-africano-que-mais-beneficiou-do-investimento-estrangeiro/a-17734189>

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2008/20080401_not054_08.html
